

Navegantes Bandeirantes Diplomatas

Aspectos da descoberta do continente,
da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas
e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia.

Synesio Sampaio Goes

Navegantes Bandeirantes Diplomatas

Aspectos da descoberta do continente,
da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas
e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

INSTITUTO DE PESQUISA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
IPRI

Brasília
1991

O presente texto foi originalmente apresentado pelo autor no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco. As opiniões contidas no trabalho são de exclusiva responsabilidade do autor, não coincidindo necessariamente com as posições do Ministério das Relações Exteriores.

O CAE (Curso de Altos Estudos), instituído pelo Decreto-Lei nº 79.556, de 20 de abril de 1977, no âmbito de qualificação para promoção do Ministério das Relações Exteriores, é organizado pelo Instituto Rio Branco, constituindo-se num dos requisitos para promoção de Conselheiro para Ministro de Segunda Classe dentro da Carreira de Diplomata. Os trabalhos apresentados ao CAE, submetidos à consideração de banca especializada, composta de funcionários diplomáticos e professores universitários, são dossiês diplomáticos, onde os autores têm tratado de temas da política externa brasileira e da conjuntura internacional, baseados em suas experiências profissionais ou interesses intelectuais e acadêmicos.

© Synesio Sampaio Goes

Esta edição foi custeada pelo Instituto Rio Branco

G598

Goes, Synesio Sampaio

Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Aspectos da descoberta do continente, da penetração do território brasileiro extra-Tordesilhas e do estabelecimento das fronteiras da Amazônia / Synesio Sampaio Goes. – Brasília: IPRI, 1991.

198 p. – (Coleção Relações Internacionais; 11)

1. Brasil – História. 2. Brasil – Fronteiras. 3. Brasil – História diplomática. I. Título. II. Série.

CDU: 981

341.222(81)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
I – NAVEGANTES	13
1. A descoberta de Colombo	17
– Gênova e o Mediterrâneo	17
– Portugal e o Atlântico	18
– A serviço da Espanha	22
– Viagens	25
2. O Tratado de Tordesilhas	29
– Rivalidade ibéricas	29
– A fronteira indemarcável	33
3. O relato de Vespúcio	37
– A prioridade espanhola	37
– O enigma das cartas	38
– Uma decifração	42
– A América e o Brasil	44
II – BANDEIRANTES	47
4. Bandeirismo: a superação de Tordesilhas	51
– Entradas ou bandeiras?	51
– Focalizando o movimento	55
– Histórias	61
– Julgamentos	64
– A visão ortodoxa	66
– A dimensão política	70
5. Rio Amazonas: a conquista do Norte	79
– A descida de Orelhana	79
– A subida de Pedro Teixeira	81
– Ocupação	83

6. Monções: a conquista do Oeste	86
– As monções cuiabanas	86
– Conflitos	90
– As monções do Norte	94
III – DIPLOMATAS	97
7. O Tratado de Madri	101
– Um acordo favorável a Portugal?	101
– A obra de Alexandre de Gusmão	105
– As negociações de Madri	110
– Os tratados de El Pardo, Santo Ildefonso e Badajós	114
– A Amazônia no final da Colônia	118
8. As Fronteiras do Império na Amazônia	121
– A Independência e o “uti possidetis”	121
– Duarte Ponte Ribeiro	126
– O tratado de 1851 com o Peru	128
– O tratado de 1859 com a Venezuela; negociações com a Colômbia .	131
– O tratado de 1867 com a Bolívia	133
– A Amazônia e a política de limites no sec. XIX	138
9. A Obra amazônica do Barão do Rio Branco	143
– Rio Branco e Amazônia	143
– A defesa do Brasil na Questão do Amapá	148
– A memória sobre a Questão do Pirara	153
– A Questão do Acre	158
– O tratado de 1904 com o Equador e o de 1907 com a Colômbia .	168
– O tratado de 1909 com o Peru	170
10. O Tratado de Cooperação Amazônica	177
– Amazônia: progresso e ecologia	177
– Motivações do tratado	183
– Análise e crítica	186
Bibliografia básica	191

Mapas

1) O Tratado de Tordesilhas.	32
2) Algumas bandeiras de prospecção e de preação extra-Tordesilhas. . .	54
3) Missões jesuíticas espanholas (secs. XVII e XVIII).	60
4) Mapa italiano do sec. XVI, mostrando uma “ilha Brasil” fechada curiosamente por um vulcão.	73
5) Mapa inglês do sec. XVI, onde a “ilha Brasil” está totalmente sepa- rada do continente.	78
6) A rota das monções e o caminho por terra a Cuiabá.	89
7) O Tratado de Madri	113
8) O “Mapa da Linha Verde”.	136
9) A Questão do Amapá.	150
10) A Questão do Pirara.	154
11) A Questão do Acre.	159
12) Interpretação gráfica da Questão do Acre.	161
13) Mapa da América do Sul mostrando territórios supostamente tirados por Portugal e depois pelo Brasil de seus vizinhos.	175
14) Frentes pioneiras no Brasil – 1980.	181

INTRODUÇÃO

De navegantes, bandeirantes e diplomatas trata este trabalho. Entre os primeiros se individualiza a Colombo e a Vespúcio. O genovês descobriu um continente sem querer e morreu sem saber que o fizera, tão grande era sua fixação de chegar às “Índias”. A ele se vincula o Tratado de Tordesilhas, pelo qual Portugal e Espanha, em 1494, separavam as terras que estavam descobrindo no “mar oceano”, como então se chamava o Atlântico. O florentino, que teve a honra única de dar seu nome ao continente, não foi um grande navegante e, segundo muitos, não foi fiel à verdade nos relatos em que divulgou na Europa as grandes descobertas. Seu mérito indiscutível foi ter, senão concebido, pelo menos divulgado a idéia de que as terras deste lado do Atlântico faziam parte de um “novo mundo”, totalmente desconhecido até então; teria também sido o primeiro europeu – o que interessa particularmente aqui – a avistar o rio Amazonas em 1499 e a fazer uma “entrada” pelos sertões do Brasil em 1502, a partir de Cabo Frio.

Quando Cabral chegou à Terra de Santa Cruz, “a que vulgarmente chamam Brasil”, como se lê em vários mapas antigos, já tinha esta, portanto, uma fronteira, a linha das 370 léguas a partir das ilhas do Cabo Verde, definida em Tordesilhas. O que não se sabia exatamente, nem então, nem mais de dois séculos depois, era onde passava; na costa havia ainda a vaga idéia de que cortaria a foz do Amazonas ao norte e a do Prata ao sul; mas no interior do país ninguém identificava os acidentes geográficos em que tocaria.

Ao criar em 1534 o sistema de capitânicas hereditárias – que fracionou a costa em lotes de 10 a 100 léguas de largura, entre a ilha de Marajó e Santa Catarina – D. João III respeitou os limites de Tordesilhas. De vários pontos do litoral leste, principalmente São Vicente, Salvador (capital do Governo Geral, estabelecido em 1549) e Olinda, ocasionais grupos de sertanistas foram devassando terras na parte portuguesa do continente a procura de índios ou metais preciosos.

No fim do sec. XVI surgiu, entretanto, um fenômeno histórico, diverso: um conjunto denso de ações de penetração territorial, com origem num único local, objetivo predominante de caça ao índio e que desrespeitava com frequência a demarcação de Tordesilhas. Bandeirismo (bandeirantismo, dizem alguns autores) chama-se esse movimento, que cria na cidade de São Paulo, aproximadamente entre 1580 e 1730,

uma sociedade de características especiais: “sua vocação – como diz Sérgio Buarque de Holanda – está no caminho, que convida ao movimento, não na grande lavoura, que cria indivíduos sedentários”¹.

De outro ponto do território, Belém, fundada em 1616, subindo o rio Amazonas e seus afluentes, outros homens, mestiços de índios em sua maioria, como em São Paulo, e com os mesmos objetivos econômicos, também foram se apossando de lugares que deveriam ser espanhóis pela partilha de 1494. Pedro Teixeira, em 1642, teria chegado a fundar uma povoação, Franciscana, em pleno Equador atual; mas a fronteira acabou se fixando mais a leste na boca do rio Javari. Na margem norte do Amazonas os lusos-brasileiros foram subindo os rios Negro e Branco, até quase suas nascentes; na margem sul subiram os compridos rios Madeira, Purus e Juruá, até onde puderam. E, assim, já nas primeiras décadas do sec. XVIII tinham completado o feito excepcional de ocupar os pontos estratégicos da imensa bacia amazônica.

Em 1718, bandeirantes de São Paulo descobriram ouro em Cuiabá. Para manter contacto com essa área longínqua estabeleceu-se um sistema de transporte através de rios que é umas das originalidades da História do Brasil, as “monções”. Eram comboios de canoas que, por mais de cento e cinquenta anos, ligaram São Paulo aos centros mineradores do Oeste. Dessas minas, o movimento expansionista atravessou o então chamado “mato grosso do rio Jauru” (que deu nome ao futuro Estado) e atingiu as margens do Guaporé, onde novas minas foram descobertas em 1734: da bacia do Prata os bandeirantes paulistas passavam à do Amazonas. Em pouco tempo estabeleceu-se a ligação com Belém, pelo rio Madeira, também por comboios de canoas, as “monções do norte”. Com elas, os dois movimentos de penetração se encontravam: era a ligação entre os Estados do Brasil e do Maranhão que afinal se estabelecia.

Não há dúvida de que a conquista da Amazônia pela calha do grande rio e seus afluentes foi tarefa realizada ou inspirada pelo poder público. Discute-se, sim, se as ações dos bandeirantes de São Paulo que resultaram na ocupação do sul da Amazônia, foram espontâneas ou dirigidas pela coroa portuguesa. A conclusão aqui adotada é que as bandeiras, apesar de terem tido imensas conseqüências políticas, foram um movimento de inspiração econômica local. De ambas as penetrações, a pé e depois em canoas a partir de São Paulo, sempre em canoas a partir de Belém, resultou o acontecimento fundamental do período colonial: a dilatação do território brasileiro muito além de Tor-desilhas.

Em 1750 assinou-se o Tratado de Madri. Soava a hora dos diplomatas. Pela primeira vez desenhava-se no papel a forma compacta, quadrada, do Brasil que hoje nos é familiar: 4.336Kms de leste a oeste,

1. Sérgio Buarque de Holanda, *O Extremo Oeste*, p. 26

4.307Kms de norte a sul. Ao lado de Madri, o único tratado da História que dividiu um continente, todos os demais acordos de fronteira são de pouca importância territorial. Desenhado principalmente pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, estruturou-se em torno de dois princípios: o das fronteiras naturais, como são os cursos dos rios e as cumeadas das montanhas, e o do “uti possidetis”, que determina que cada parte conserve o que ocupa no terreno. O tratado representa o reconhecimento, por parte da Espanha, da ocupação portuguesa dos dois terços do Brasil extra-Tordesilhas. Problemas de demarcação no Norte, dificuldades para a remoção dos indígenas dos Sete Povos no Sul e, principalmente, novo e pior ambiente entre as cortes pensinsulares explicam, em 1761, o Tratado de El Pardo, anulatório de Madri. Em 1777, entretanto, pelo Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras de Madri eram retomadas, à exceção do extremo sul, onde os Sete Povos retornaram à soberania espanhola. Novos conflitos entre as potências coloniais na Europa e na América provocaram ocupações territoriais que anularam na prática Santo Ildefonso. E, assim, a independência das nações sul-americanas as encontrou sem fronteiras certas e respeitadas.

Estabelecido o Império do Brasil, em 1822, foram necessárias quase três décadas para que se pudesse concluir um primeiro tratado de limites na Amazônia. A partir de então ficou perfeitamente delineada uma sólida política de fronteiras, baseada no “uti possidetis”, onde houvesse a ocupação, e subsidiariamente, onde tal não ocorresse, no Tratado de Santo Ildefonso. Nessas bases negociou-se com todos os países amazônicos e se conseguiu firmar acordos de limites com o Peru (1851), com a Venezuela (1859) e com a Bolívia (1867). Um nome de diplomata merece aqui menção especial: Duarte da Ponte Ribeiro, o “fronteiro mor do Império” como já se lhe chamou.

O fechamento completo da linha divisória é obra do começo da República. O grande artífice da chamada “política de limites” foi o Barão do Rio Branco, cuja ação será focalizada na Amazônia. Sem guerras, conseguiu consolidar e ampliar as fronteiras de sua terra, feito dado a poucos. Ao morrer em 1912, deixava o país livre dos problemas de fronteira que até hoje atormentam nossos vizinhos.

Estes os assuntos que serão desenvolvidos nas próximas páginas. A tendência geral é concentrá-los na Amazônia(*), mas isso só é nítido na parte dos diplomatas, uma revista dos tratados que estabeleceram as

(*) A Amazônia de que falamos é a chamada Amazônia “legal”, uma área de aproximadamente 5 milhões de Km², isto é, pouco menos extensa do que os 2/3 do território brasileiro extra-Tordesilhas; tem 12.960Kms de fronteiras (80% do total do país) com oito países, Guiana-francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. Inclui, portanto, a Amazônia “geográfica”, caracterizada pela floresta, que tem cerca de 3,5 milhões de Km² (50% da Amazônia “continental”).

fronteiras(**) amazônicas. Observações sobre a região, hoje, quando se fazem tão presentes os problemas ecológicos da destruição da floresta, e sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, que pretende por as relações entre os países da área em patamar mais elevado, encerram esta história de navegantes, bandeirantes e diplomatas; os que descobriram, os que conquistaram e os que limitaram a Amazônia brasileira.

(**) Fronteiras, limites, raias, lindes, são aqui considerados sinônimos; em trabalhos técnicos, fronteira é faixa de terra – zona pioneira em vários casos – os outros vocábulos, linha divisória. As fronteiras são estabelecidas em tratados, riscadas em mapas de grandes escala e depois demarcadas por comissões binacionais no terreno. Em áreas muito amplas, como a Amazônia, colocam-se primeiro alguns marcos e posteriormente os marcos intermedfarios (adensamento chama-se este trabalho). O ideal é que de um marco se avistem os dois mais próximos. As fronteiras são naturais (os especialistas falam em arfifcínio), quando ligadas a um acidente geográfico importante, como os rios e as montanhas, ou artificiais, quando são linhas geodésicas (freqüentemente um paralelo ou um meridiano). O Brasil é um país de fronteiras em grande parte naturais ao contrário de outros, como os Estados Unidos, cuja longa fronteira como o Canadá é, em sua maior parte, um paralelo. É útil também lembrar os conceitos de fronteira viva e morta, isto é habitada, como a existente entre o Brasil e o Uruguai, e despovoada, a mais comum na região amazônica; e de fronteira histórico-cultural, como a existente entre Portugal e Espanha, cuja a única justificativa é a História dos países que divide.

I — NAVEGANTES

I. NAVEGANTES

“Within a few decades [entre o contorno da África por Bartolomeu Dias, 1489, e a circunavegação da terra por Fernão de Magalhães, 1519] the European world concept would be transformed. The dominant Island of Earth, a connected body of land comprising six sevenths of the surface, was displaced by a dominant Ocean of Earth, a connected body of water comprising two thirds of the surface. Never before had the arena of the human experience been so suddenly or so drastically revised”.

Daniel Boorstin,
The Discoverers.

“...the discovery of America and that of a passage to the East Indies by the Cape of Good Hope are the two greatest and most important events recorded in the history of mankind”.

Adam Smith,
The Wealth of Nations.

“Gracias te sean dadas,
Señor, que me permites
contemplar algo nuevo”

Ponce de Leon, ao descobrir a Flórida.

1. A Descoberta de Colombo

Gênova e o Mediterrâneo

É incontável o número de livros sobre o mais célebre dos navegantes, Cristóvão Colombo, embora pouco se saiba de incontroverso sobre sua vida, particularmente antes da grande aventura de 1492, a descoberta da América. São escassos os escritos de Colombo hoje existentes, fora os abundantes comentários que deixou nas margens de seus livros, que não só revelam autores favoritos mas também indicam temas recorrentes de seu pensamento.

Das obras sobre Colombo, duas há que são as fontes básicas de tudo que sobre ele se tem escrito. Uma é a biografia publicada em 1571 pelo seu filho natural, Fernando, da qual se conhece a versão italiana do final do séc. XVI: *Historie di Cristoforo Colombo*. Muito rica de informações é infelizmente imprecisa nos fatos – por ela não se fica sabendo, por exemplo, onde Colombo realmente nasceu – e tem o defeito de ter sido escrita com o objetivo de nobilitar o descobridor, tanto em suas ações, quanto em suas origens.

A outra fonte é a *Historia de las Indias*, elaborada entre 1550 e 1563 pelo bispo dominicano Bartolomeu de las Casas, célebre por sua defesa dos índios americanos e denúncia de excessos da ocupação espanhola. Neste relato há centenas de páginas sobre o descobridor, com trechos transcritos por Las Casas de originais do próprio Colombo. O famoso *Diário de Bordo* da viagem descobridora, o primeiro documento da História da América, tantas vezes editado e sempre tão citado, nada mais é, para dar o exemplo mais importante, do que um conjunto de capítulos da *Historia*; o original ou uma cópia do *Diário*, hoje perdido, esteve em mãos do historiador, que o resumiu e, em parte, o reproduziu. Já se apontaram exageros e imprecisões na obra de Las Casas, para muitos um santo, e do gênero corajoso, mas sem dúvida um escritor exaltado. No que concerne a Colombo, entretanto, especialistas contemporâneos consideram-no autor plenamente confiável.

Biografias de Colombo, há várias em cada um dos quase cinco séculos que transcorreram desde a descoberta, mas só nos últimos 150 anos passaram a ser mais abundantes e acuradas. Em nossa época são justamente valorizadas as do espanhol Ballesteros y Beretta, a do italiano Paolo Emilio Taviani, e – esta a mais conhecida – a do americano Samuel Eliot Morison. Mas sobre momentos importantes de sua vida, o que há são opiniões, muito bem fundadas algumas, mas como todas as

opiniões, sujeitas a serem contraditadas por outras, ou superadas pela descoberta de novos documentos.

Dentro dessas limitações, vejamos os traços básicos da vida do navegante. Depois de muita controvérsia, parece hoje provado que nasceu realmente em Gênova, em 1451, no seio de antiga família de tecelões locais, não sendo, portanto, correta a difundida opinião de Salvador de Madariaga, a chamada tese sefardita, de que era filho de pais judeus, recentemente emigrados da Espanha. A cidade, sede da poderosa República de Gênova, era um dos primeiros portos do Mediterrâneo: grande centro financeiro, com seu famoso “Banco di San Giorgio”, então o maior do mundo, não tinha propriamente uma armada, como sua rival Veneza, mas sim uma numerosa frota comercial. Interessa particularmente saber que era um núcleo de conhecimentos marítimos, em especial cartográficos, de importância única na época. E lembre-se que ao tempo da Gênova que conheceu o jovem Colombo, fora das águas do Mar Mediterrâneo – que fora em tempos clássicos um lago romano e que continuava no final da Idade Média a concentrar a navegação européia – só havia alguma cabotagem nas costas atlânticas da Europa, além das navegações africanas de Portugal e, em menor escaia, de Castela e Aragão.

Muito moço, com 14 anos, Colombo já se teria engajado em algum navio, dos muitos que abarrotavam o porto de Gênova. Seguramente fez várias viagens pelo Mediterrâneo em sua mocidade, quer de objetivos comerciais, quer, nesse período de tanta rivalidade entre as nações circundantes, de propósitos bélicos. Hoje se considera certo que foi tripulante de navios corsários, o que não é tão surpreendente, num tempo em que os capitães dessas naves eram às vezes recompensados pelos governos a que serviam – nem sempre os das regiões onde haviam nascido – com o honroso e então raro título de Almirante.

Nessa fase de sua vida comandou navios e é provável que, como comandante, aos 25 anos, tenha participado de uma escaramuça entre genoveses e franceses, não longe do Cabo de São Vicente, na qual seu barco foi afundado. Nadando e se apoiando num remo (é curioso como este pormenor relatado por Las Casas se repete em todas as biografias), pôde chegar à praia do povoado de Lagos, bem perto do promontório de Sagres, onde meio século antes o Infante D. Henrique havia estabelecido o núcleo da grande empresa portuguesa de navegação de longo curso, cujo resultado foi a ruptura do mundo fechado do Mediterrâneo, o fim do monopólio das cidades italianas no comércio oriental. Pode ter sido sorte, mas Colombo, homem místico, sempre viu a mão de Deus na sua sobrevivência e no local em que foi parar. Mas onde não se demorou...

Portugal e o Atlântico

Agora, em 1476, já no reinado do sobrinho do Infante, D. Afonso V, o centro das atividades marítimas era Lisboa, onde havia, aliás, vários representantes de interesses comerciais genoveses. Lá também estava, exercendo a profissão de cartógrafo, seu irmão mais moço Barto-

lomeu. Não existia cidade mais internacional nessa época em que os portugueses já estavam explorando os arquipélagos da Madeira, dos Açores, das Canárias e do Cabo Verde, além de boa parte do litoral atlântico do continente negro. Embora não haja um só documento sobre a estada de Colombo em Portugal – o que é estranho, pois se tornou navegante de certo renome, tendo empreendido missões importantes e se relacionado com gente de projeção – não há dúvida de que os oito anos em que lá viveu constituem o período fundamental para a grande empresa de sua vida: aquele em que adquire conhecimentos profundos de navegação oceânica e concebe o projeto de chegar às Índias navegando para o oeste.

Menino pobre, se estudou alguma coisa em Gênova deve ter sido o humilde ofício de seu pai. Cedo foi ao mar e aí aprendeu quase tudo que sabia. A escrever, talvez só tenha começado em Lisboa, onde estudou não só o português mas também o espanhol, então comum na Corte e até usado por escritores lusos, e o latim, língua universal da cultura. É essa circunstância, aliada ao fato de ter vivido na Espanha depois, que explica por que a língua corrente de Colombo, como se verifica de seus escritos, era um espanhol truncado com portuguesismos; e porque nunca redigia no dialeto genovês, na realidade mais falado que escrito, nem no italiano clássico, o de Dante, o de Florença, embora devesse falar ambos.

Em Lisboa sua bela figura (outro ponto comum dos biógrafos, embora os retratos de Colombo sejam meramente conjecturais) e suas habilidades como navegante devem ter contribuído para superar as dificuldades que um estrangeiro, sem nome, aparecido numa praia, teria para se casar com moça de família eminente, como era Felipa Moniz Perestrelo. Sua mãe era nobre, com parentes bem situados na Corte, e seu pai, que fora um dos capitães do Infante D. Henrique, era então donatário de Porto Santo, a segunda ilha do arquipélago da Madeira.

Morou pelo menos dois anos em Porto Santo e depois na Madeira; provavelmente na primeira nasceu seu único filho legítimo, Diego, donde provém a linha dos “Colóns” espanhóis, até hoje existente. Desas ilhas, possivelmente a serviço de mercadores genoveses de Lisboa, viajou às outras possessões insulares portuguesas, à Inglaterra, onde se impressionou – homem do Mediterrâneo que era – com o tempo brumoso e a altura das marés, e à Islândia, esta a derradeira terra então conhecida, a “última Thule”. Com os portugueses fez pelo menos uma longa viagem à África (até o Golfo da Guiné), tendo visto pela primeira vez o céu do hemisfério sul; atento, deve ter observado o grupo de estrelas que se tornaria o indicador de rotas dos viajantes futuros dessa metade da terra: o Cruzeiro do Sul.

Instruiu-se o suficiente para ler em latim pelo menos trechos de obras de seu interesse, como eram livros de geografia e de viagem ao oriente. Destes, o grande “best seller” da época era aquele em que Marco Polo conta sua grande excursão à China (Cathay): “Il Milione”. Descreve aí coisas e costumes do império mongólico fundado por Gên-

gis Khan, que, durante a maior parte dos séculos XIII e XIV, de suas capitais Tatu e Shangtu, ambas não longe da atual Beijing, dominou boa parte da Ásia, e à testa da qual estava, no momento, o rei Kublai (Kublai Khan). Não esteve no Japão (Cipango), mas também fala deste país. É incerto que Colombo tenha lido Marco Polo em Portugal porque a edição de sua propriedade traz a data de 1485, quando não estava mais lá, mas o livro era tão divulgado que é bem possível que ele conhecesse suas estórias de outras fontes. O que parece certo é que Colombo tomou conhecimento em terras lusas pelo menos de partes dos compêndios do saber geográfico e histórico de seu tempo, respectivamente a *Imago Mundi*, do Cardeal Pierre d'Ailly, e a *Historia Rerum Ubique Gestarum*, de Eneas Silvio Piccolomini (futuro Papa Pio II). A biblioteca colombiana que se encontra na Catedral de Sevilha tem exemplares desses dois livros em edições datadas de antes de 1483, i.e., anteriores à data da sua proposta ao rei de Portugal, com cerca de 1.800 anotações nas margens, o que mostra seu interesse por essas obras. Em d'Ailly há, aliás, claramente expressa, a idéia de se chegar ao oriente navegando para leste e foi provavelmente nesse livro que Colombo deve ter encontrado a menção a Esdras, que se tornaria seu profeta predileto da Bíblia, certamente porque fala de terras desconhecidas: "Seis partes do Orbe secou Deus" (v. 42 do livro IV, que não faz parte do Cânone).

Mas a maior influência intelectual que sofreu nesse período foi a do sábio florentino Paolo del Pozzo Toscanelli, que havia, em carta dirigida ao matemático e religioso português Cônego Martins, proposto em 1474 "um caminho por mar à terra das especiarias mais curto do que aquele que [D. Afonso V] está descobrindo pela [costa] da Guiné"¹; Colombo pessoalmente se teria correspondido com Toscanelli e há indicações de que conhecia o mapa feito pelo sábio, com Cathay na outra margem do Atlântico, depois da imaginária ilha de Antilha e de Cipango.

Não se sabe exatamente quando, mas um dia, em 1483 ou 1484, Colombo teve a coragem de fazer a D. João II uma proposta ousada: a de chegar ao oriente navegando para o ocidente. Ou mais precisamente, como informa João de Barros, o grande cronista português do século XVI, de "descobrir a ilha de Cipango, através do mar oceano"². A idéia podia não ser nova, mas propor realizá-la era se julgar capaz de fazer o nunca feito. Colombo respeitava o soberano português, que, nas suas palavras, "entendia en el descobrir más que otro"³. Mas esse sentimento não era reciprocado por D. João II, que não via com bons olhos a segurança, o orgulho e a imaginação exacerbada que caracterizavam a personalidade de Colombo, a ser correta a versão do mesmo

1. Damião Peres, *História dos Descobrimientos Portugueses*, p. 32

2. João de Barros, *Ásia*, p. 246

3. Paolo Emilio Taviani, *Christopher Columbus. The Great Design*, p. 16

historiador: “O rei, vendo que esse Cristóvão Colombo era um grande falador, e muito vaidoso em alardear suas virtudes, e cheio de fantasia e imaginação com relação a sua ilha de Cipango, e seguro do que afirmava, não fez muita fé”⁴.

Assim mesmo passou a proposta a uma comissão de entendidos, que não demorou a dar seu veredito em contrário. Há quem diga que, antes da decisão, maliciosa e secretamente mandou D. João II que se verificasse a viabilidade do projeto, enviando dos Açores uma caravela para explorar o oeste, a qual não teria chegado a terra nenhuma.

De qualquer modo Colombo não oferecia muito, fora sua excepcional experiência como navegante. Além de não ser original, a base científica de seu projeto estruturava-se em torno de premissas que os entendidos nomeados pelo rei podiam, com argumentos respeitáveis, recusar. Baseado em Toscanelli, que por sua vez se louvava em Ptolomeu, concebia o mundo um quarto menor do que a realidade, quando já existiam em seu tempo cálculos mais corretos; desde os gregos, aliás, pois Eratóstenes havia avaliado a circunferência da Terra no equador em cifras bem mais precisas. Colombo calculava a distância das Canárias a Cipango, o primeiro objetivo de sua empreitada, em 2.400 milhas náuticas (Toscanelli o fazia em 3.000), isto é, 24% apenas da distância real de 10.000 milhas náuticas.

A causa principal da recusa parece, entretanto, ter sido outra. Em 1485, ano em que Colombo foi para a Espanha por não conseguir apoio do rei, os portugueses já tinham chegado com as viagens de Diogo Cão, o descobridor do Rio Congo, às costas da Namíbia (“Cape Cross”): a extremidade sul da África não poderia estar longe. Mantinham, ademais, um próspero comércio de escravos, ouro, marfim e algumas especiarias, não tão desejadas como as asiáticas, mas de boa aceitação nos mercados europeus, como a pimenta malagueta. A construção em 1482 da grande fortaleza de São Jorge da Mina, junto à atual cidade de Elmina, em Gana, indicava ser pela África o caminho que preferiam para chegar às Índias.

Não era mesmo para ser Portugal. Outra nação teria a glória de patrocinar a descoberta de um novo mundo, quando Portugal tinha tudo para fazê-lo: um rei poderoso e interessado em descobertas, capitães e marinheiros habilitados, caravelas aprestadas e, o que modernamente se valoriza muito, estruturas comerciais eficientes e prontas a financiar viagens com possibilidades de lucro. Não era para ser então, nem mais tarde, quando, contrariando o provérbio, pela segunda vez Colombo bateu em sua porta. Na Espanha, já cansado de demoras e negações, o navegador recebeu uma carta de D. João II na qual o soberano lhe dava o tratamento honroso de “nosso especial amigo” e se propunha agora a

4. *Ibidem*, p. 164

utilizar sua “indústria e bom engenho”⁵. Os historiadores divergem se Cristóvão Colombo regressou pessoalmente ou se foi Bartolomeu quem nesta ocasião renova as tratativas. De qualquer forma não deram certo; por que não se sabe. Existe, entretanto, uma coincidência que bem pode explicar o novo impasse: um dos irmãos estava em Lisboa, em dezembro de 1488, negociando o acordo para a viagem, quando aportou no Tejo a caravela de Bartolomeu Dias, já considerada perdida por muitos – estava há mais de 16 meses no mar – com a notícia de que a África era contornável, que pelo Cabo da Boa Esperança se poderia atingir as Índias. Parecia, pois, a confirmação definitiva de que era dos portugueses, não de Colombo, a opção correta: não havia porque continuar negociando.

A Serviço da Espanha

Recusada a proposta por D. João II, Colombo partiu para a Espanha, com seu filho Diego (sua mulher já havia morrido). Fez a viagem por navio, de maneira clandestina, talvez porque nessa época de tanta rivalidade na Península Ibérica o rei português não quisesse vê-lo na Espanha. Não aceitara sua idéia, é verdade, mas não gostaria que os espanhóis o fizessem; e se desse certo? Lá, ao contrário de Portugal, sua negociação com os soberanos é conhecida em pormenores. Encontrou defensores dedicados nos frades Antonio de Marchena e Juan Perez, do mosteiro franciscano de “La Rábida”, bem perto de Palos, onde aportou em 1485, e em nobres influentes, como o Duque de Medina-celli, que tinha também interesses navais, e, Luiz de Santangel, tesoureiro dos reis. A este, aliás, retribuiu fartamente depois da sua viagem, pois lhe assegurou certa forma de imortalidade, fazendo-o destinatário da carta que é o primeiro documento em que o descobridor revela ao mundo sua descoberta (mais que o *Diário*, permeado de termos náuticos, de cerca de duzentas páginas, a carta, com apenas 8 páginas, é texto típico de divulgação).

Não demora em expor aos reis Fernando e Isabel seu plano. Uma comissão de entendidos chefiada pelo Bispo de Talavera, confessor da rainha, é indicada e após vários adiamentos dá seu parecer em 1487. Uma frase pinçada de explicação dada alguns anos depois por um de seus membros, diz tudo: “todos concordaban que era imposible ser verdad lo que el almirante decia”⁶. Mas assim mesmo os reis o retêm na Espanha, deixando uma fresta para suas esperanças. Há quem fale, mais baseado na tradição do que em documentos, da simpatia que a rainha teria por Colombo, responsável pela não-rejeição definitiva de sua proposta. Teria lhe aconselhado esperar o final da reconquista da

5. Damião Peres, op. cit., 273

6. Luiz Arranz Márquez, *Diário de Bordo*, p. 56.

península, nesse momento já à vista. Havia, na verdade, pontos de convergência entre os dois personagens: exatamente da mesma idade, compartilhavam um misticismo exaltado e, lembram pitorescamente vários autores, a cor ruiva dos cabelos, traço incomum entre os habitantes de países mediterrâneos. Durante os anos de espera na Espanha houve outras juntas, outros adiamentos, outras decisões: “cosas de España”, como se dizia. A última palavra, de abril de 1492, sete anos depois de Colombo chegar ao país, foi também negativa. Tudo parecia acabado.

Dias depois, por causas não muito claras, nas quais o navegante veria de novo a mão da Providência, os reis, contrariando pareceres, resolveram concordar com a proposta. Segundo a tradição, perpetuada em gravuras de livros populares, Colombo, que já havia partido, foi alcançado por um mensageiro quando, tristemente montado em seu burrico, atravessava a ponte de Pinos, longe uns seis quilômetros de Santa Fé, onde estavam Fernando e Isabel. Não demora em assinar as chamadas “Capitulaciones de Santa Fé”, pelas quais os reis lhe proporcionavam navios, tripulações e – o que alguns autores indicam como ponto delicado da negociação – o faziam “Almirante mayor dela Mar Oceano”, Vice-Rei e Governador-Geral das terras que descobrisse. Granada acabava de ser conquistada aos mouros em janeiro, completando afinal a liberação da península, mas os recursos da Coroa estavam exauridos. A versão mais divulgada diz que foi a rainha quem financiou, com a venda de jóias pessoais, a grande viagem; historiadores mais próximos das fontes, sem negar a possibilidade do gesto, vêem em Santangel o motor tanto das capitulações como do esquema financeiro da viagem.

Em Palos, porto Atlântico no sul da Espanha, não longe de Sevilha que se tornará em breve a capital da expansão marítima espanhola, Colombo arma sua modesta frota de três barcos e cerca de noventa tripulantes, com o concurso de famílias locais de tradição marítima, principalmente os dois irmãos Pinzón, Martín Alonso e Vicente Yañes, que comandarão as duas caravelas que, aliás, eram de propriedade deles: “Pinta” e “Niña”. Para si mesmo reserva o comando geral e segue na nau capitânia de propriedade de outro navegante, Juan de la Cosa – hoje mais conhecido como o autor em 1500, do primeiro mapa-múndi com o novo continente – da qual muda o nome, do laico “Gallega” para o religioso “Santa Maria”.

No dia 3 de agosto de 1492 a frota levanta âncoras e em seis dias chega a Gomarra, uma das Canárias, onde ancora durante 28 dias. No dia 6 de setembro apruma para oeste, iniciando a mais célebre das viagens de toda a História. Pelo prazo de 33 longos dias, deu mostras Colombo de uma fortaleza de alma tal, que faz deste o momento supremo de sua vida: durante o angustiante percurso rumo ao desconhe-

7. Gianni Granzotto, *Christopher Columbus. The Dream and the Obsession*, p. 130.

cido, enfrentou resistências, venceu medos, superou obstáculos. Conhecendo os homens, mantinha dois diários de bordo, anotando diariamente menos milhas do que as que realmente percorria no que mostrava a seus comandados, pois sabia que quanto mais distante do conhecido se sentissem, mais débeis ficariam as vontades. Correu grandes riscos, como entrar no Mar dos Sargãos – esta grande e assustadora porção do Atlântico coberta de vegetação – até então não atravessado por ninguém. Las Casas, seu primeiro cronista, não deixa dúvidas sobre a tenacidade de Colombo na viagem. Os homens fraquejam: “Começaram a reclamar sobre a viagem e sobre quem os colocara nessa aventura”, mas o herói não cede: “O almirante acrescentou que era inútil reclamar, já que ele tinha decidido navegar para as Índias e pretendia continuar a viagem até, com o auxílio de Deus, chegar lá”⁸.

Na madrugada de 12 de outubro, finalmente, ouviu-se da caravela Pinta, a preferida de Colombo, por ser como dizia “la más velera”, o grito que seus comandados já não mais esperavam, “tierra, tierra”⁹, na voz de um tal Rodrigo de Triana, marinheiro desconhecido que o Destino piçou para a imortalidade, por ter dito uma palavra.

Colombo chamou a ilha avistada – Guanahani, na língua dos nativos – de São Salvador; tudo era bom, tudo era belo, era a primeira “visão do paraíso”. As ilhas do Mar do Caribe que conheceu na sua viagem descobridora, formosíssimas hoje, mais ainda o seriam então. Fala das águas límpidas e tépidas, das praias de areias brancas, das matas de espécies desconhecidas, floridas e perfumadas, e, o que era estranho para um europeu, que nunca perdiam as folhas, conservando-se sempre verdes “como en Castila en el mes de abril”¹⁰. Os “índios”, como chamou Colombo aos habitantes da terra, num erro que permaneceu, eram mansos, alegres e bonitos. É curioso como esse tipo de enfoque, quase edênico sobre as coisas e os homens que emerge do diário de Colombo se repete em outras primitivas descrições da terra, como as cartas de Vespúcio e de Caminha. O toque de humanidade (de maldade...) é dado por alguma guerra interna, vista em cicatrizes nos corpos, e pelo esporádico canibalismo, que hoje se sabe ser mais ato simbólico do que hábito alimentar, mas que impressionou muito os recém-chegados europeus, que sempre o mencionam em suas relações e invariavelmente com suas imagens decoram os primeiros mapas do continente. As dores da colonização, de que trataria Las Casas, não tardariam... mas o primeiro momento foi de idílio.

Vale a pena escutar diretamente Colombo, em trechos do seu Diário¹¹:

- a) No primeiro dia, o contacto inicial com os indígenas: “... todo tomaban y daban de aquello que tenfan de buena voluntad,

8. Ibidem, p. 136.

9. Ibidem, p. 136.

10. Ibidem, p. 127.

11. Luiz Arranz, op. cit., p. 127.

mas me pareció que era gente muy pobre de todo. Ellos andan todos desnudos... ninguno vi de edad de más de 30 años, muy bien hechos, de muy hermosos cuerpos y muy buenas caras, los cabellos gruesos casi como sedas de caballos y cortos...” (São Salvador, 12 de outubro de 1492).

- b) A terra é linda, florida, aromática: “la isla, la más hermosa cosa que yo vi, que si las otras son muy hermosas, ésta es más. Es de muchos árboles y muy verdes y muy grandes...” “...llegando yo aqui a este cabo (Cabo Hermozo) vino el olor tan bueno y suave de flores e árboles de la tierra, que era la cosa más dulce del mundo...” (Fernandina, nas Bahamas, em 17 de outubro).
- c) Logo aparece o que se tornaria a ladainha da colonização – servir a Deus e ficar rico: “Así que deben Vuestras Altezas determinarse a los hacer cristianos, que creo que si comiencan, en poco tiempo acabarán de los haber convertido a nuestra Santa Fé multitudumbre de pueblos...; sin duda es en estas tierras grandíssima suma de oro..., y también hay piedras y hay perlas preciosas y infinita especería” (Cuba, 12 de novembro).
- d) E a boa impressão se mantém até os últimos dias: “Esta gente no tiene varas ni azagayas ni otras ningunas armas, ni los otros de toda esta isla, y tengo que es grandísima”. ... “y hay muy lindos cuerpos de mujeres, y ellas las primeras que venían a dar gracias al cielo y traer cuanto tenían, en especial cosas de comer...” (Hispaniola, 21 de dezembro).

Colombo deixou um grupo de 28 homens em Hispaniola num forte que construiu com os restos da naufragada Santa Maria e ao qual chamou “La Navidad”, e voltou à Espanha onde esperava ser recepcionado com todas as honras. Não se decepcionou. Logo ao desembarcar em Palos em 15 de março de 1493, 8 meses depois da partida, recebeu uma carta dos reis católicos, cujo envelope já dizia tudo que queria ouvir: destinava-se a “Don Critóbal Colón, Almirante de la Mar Oceana, Virrey y Governador-General de las Islas que descubriu en las Indias”. “Sweet words”¹², diz Morison, que conhecia bem o orgulho de seu biografado... Os reis católicos haviam prometido títulos, honrarias, riquezas e agora cumpriam sua palavra.

Viagens

Três outras vezes esteve Colombo nas suas “Índias”. Descobriu mais terras nessas viagens do que qualquer outro navegante de seu tempo, do passado e do futuro. Na primeira, conheceu várias das Ba-

12. Samuel Eliot Morison, *The European Discovery of America*; Southern Voyagers, p. 113.

hamas (do espanhol “baja-mar”), e duas das Grandes Antilhas, Cuba (Joana) e Haiti (Hispaniola). Na segunda, com uma grande frota de 17 barcos, entre 25 de setembro de 1493 e 11 de julho de 1496 (2 anos e 10 meses), se não descobriu as “mil islas”, de que falou aos reis espanhóis, identificou Dominica, Guadalupe e outras Pequenas Antilhas, Porto Rico e Jamaica (Santiago); fundou, ademais, Isabela, na costa norte de Hispaniola, o primeiro núcleo urbano das Américas (alguns anos depois removido para Santo Domingo, na costa sul). Desta viagem já voltou, no entanto, com fama de mau administrador, pelas várias revoltas havidas em Isabela e pelos resultados econômicos decepcionantes: nem descobriu ouro, nem encontrou as ricas cidades do Grão-Mogol, como prometera.

Na terceira viagem, entre 30 de maio de 1498 e fins de novembro de 1500 (2 anos e 6 meses), com seis barcos, avistou a ilha de Trinidad e desembarcou no continente, perto do delta do Orinoco (na península de Pária na atual Venezuela), em 5 de agosto de 1498, data que bem poderia ser mais valorizada, pois é, afinal, a da primeira chegada documentada de um europeu na terra firme do continente americano. Reconheceu que a terra era vasta pelo volume de água que o rio lançava no Oceano e chegou a escrever: “Eu acredito que esta terra pode ser um grande continente que permaneceu desconhecido até hoje”¹³. Não a Ásia (“as Índias”), de que Cuba, só circunavegada em 1508, seria uma península. Morison, em *The European Discovery of America – Southern Voyages*, tenta explicar a idéia que fazia da terra tocada: “Columbus believed that the mainland he had just coasted along Venezuela had the same relation to China and to the Malay Peninsula as the present Republic of Indonesia actually does”¹⁴.

Chegando a Isabela, onde havia deixado seus irmãos, Diego e Bartolomeu, retoma o Governo de suas Índias. Não encontra as coisas bem e não consegue melhorá-las. Sua administração provoca tanta reação que os reis se convencem de que o magnífico navegante era sem dúvida mau governador. Depois de muitas queixas e acusações nomeiam outro, Francisco Bobadilha, inicialmente com funções predominantemente jurídicas. Este, mal chegado à terra, no turbilhão de motins, traições e execuções, que davam a tônica da administração de Colombo, acaba por prendê-lo e assim o enviar à Espanha. As vicissitudes por que o novo Governador passará (e também seus sucessores, no século XVI) deixam, entretanto, dúvidas se era realmente possível administrar os homens violentos e anárquicos que a Espanha mandava para suas colônias americanas. Homens que eram capazes de escrever a seu rei, como Lope de Aguirre, um dos primeiros navegantes do rio Amazonas: “Yo rebelde hasta la muerte por tu ingratitud”...

13. Taviani, op. cit., p. 219.

14. Morison, op. cit., p. 155.

Trágica inversão de fortuna: a volta gloriosa da viagem descobridora, o regresso agora acorrentado! Nessa humilhante condição desembarca em Cádiz. O comandante do barco que o trouxe de volta tratou-o com respeito e se ofereceu para deixá-lo livre a bordo, mas Colombo recusou, alegando com típica altivez que só o rei, em nome de quem fora preso, poderia libertá-lo. Foi transportado para Sevilha, tendo sido desacorrentado por ordem real seis semanas depois.

O lado místico de Colombo recebia o sofrimento como um martírio. Deus o estava provando através dos malvados que pusera em sua frente, como o Governador Bobadilha de quem disse: “Corsario nunca tal usó con mercador”¹⁵, talvez se lembrando dos velhos tempos do Mediterrâneo...

Após a terceira viagem não recuperou mais o Governo das Índias, nem seu prestígio na Corte, mas conseguiu ainda, depois de grandes dificuldades, equipar três navios para a última e mais longa de suas jornadas (de 9 de maio de 1502 a 7 de novembro de 1504). Seu objetivo nesta navegação, muito valorizada por ele, que a chamou “alto viage”, era resolver o intrincado problema geográfico do Caribe, isto é, a relação das terras descobertas com o continente asiático. Ou, como coloca Morison, de maneira mais próxima da mente e das palavras de Colombo: “to find the strait through which Marco Polo had sailed from China into the Indian Ocean”¹⁶.

Não teve apoio algum do novo governador de Santo Domingo, Oviedo, e sofreu as agruras de passar longos meses como náufrago na Jamaica, depois de costear boa parte da América Central, explorando vários portos à procura da passagem inexistente. Com grande dificuldade, perdidos seus navios, desertado por muitos, conseguiu afinal, com 20 companheiros, fretar um barco para regressar à Europa. Desembarcou pela derradeira vez em Sanlúcar de Barrameda, na foz do Guadalquivir, aparentando bem mais do que seus 53 anos, os cabelos totalmente brancos, sofrendo ataques de gota e de reumatismo, tendo também febres delirantes. “Legacies of his adventures”¹⁷, como diz um de seus biografos; e também de suas desventuras, se poderia acrescentar.

Voltou à Espanha sem ter conseguido realizar seu intento: a última viagem, na qual pôs tanta esperança, foi a mais decepcionante. Morreu em Valladolid, cercado de alguns familiares, evitado pela Corte, quase esquecido pelos historiadores, um ano mais tarde, em 19 de maio de 1506. Poucos o velaram e foi enterrado modestamente. Sua orgulhosa alma não devia estar em paz. Não sabia que descobrira um continente, que iniciara uma era, que era espreitado de perto pela glória: não a que passa, mas a que lança ferros na História.

15. Arranz, op. cit., p. 18.

16. Morison, op. cit., p. 236.

17. Granzotto, op. cit., p. 267.

2. O Tratado de Tordesilhas

Rivalidades Ibéricas

Já ao voltar de sua viagem descobridora, teve Colombo idéia nítida das rivalidades ibéricas sobre a posse das terras descobertas. Batido por tempestades, foi obrigado a aportar em Lisboa, antes de regressar a Palos. D. João II estava em um mosteiro a cerca de 50 km da capital e lá recebeu o navegante que se fazia acompanhar por alguns índígenas. Há várias versões da entrevista, que seguramente foi tensa: o rei tinha razões para estar amargamente arrependido por não ter dado crédito a Colombo; e o orgulho deste certamente o levaria a se vangloriar perante o poderoso soberano que não confiara em seu plano.

Rui de Pina, que nesse mesmo ano seria nomeado Embaixador para negociar na corte espanhola exatamente um tratado que solucionasse os problemas criados pela nova descoberta, assim descreve a entrevista: “Em 1493, estando El-Rei no lugar de Vale do Paraíso... a seis de março, arribou ao Restelo em Lisboa, Cristóvão Colombo, italiano, que vinha do descobrimento das ilhas de Cipango e Antilha, que por mandato dos Reis de Castela tinha feito, da qual terra trazia consigo as primeiras mostras de gente, ouro e algumas coisas que nelas havia. E sendo El-Rei logo avisado, o mandou ir ante si e... [afirmou] que o dito era feito dentro dos mares e termos de seu senhorio da Guiné... [o] Almirante, por ser de condição um pouco alevantado e no recountamento das suas coisas excedia sempre os termos da verdade, fez esta coisa em ouro e prata e riquezas muito maior do que era... E conquanto El-Rei foi cometido que houvesse por bem de ali o matarem, porque com sua morte o prosseguimento desta empresa... dos Reis de Castela, por falecimento do descobridor, se acabaria; e que se poderia fazer sem suspeita do seu consentimento... Mas El-Rei, como era príncipe muito temente a Deus, não somente o defendeu, mas antes lhe fez honra e mercê...”¹.

O que é importante reter é que D. João II deixou bem claro ao navegador genovês que considerava serem portuguesas as terras recém-descobertas: estavam nos “mares e termos do seu senhorio da Guiné”.

1. Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, vol IV, p. 944.

Baseava sua afirmação em várias bulas papais e, em particular, no Tratado de Alcáçovas, de 1479, pelo qual Portugal desistia das Canárias mas, em compensação, passava a ter direitos sobre qualquer terra descoberta ao sul desse arquipélado.

Na realidade os textos das bulas eram menos precisos do que desejaria Portugal e o alcance do acordo discutível, pois fora negociado para resolver problemas de posse sobre ilhas próximas da África. Nele se diz que os Reis Católicos “no turbarán, molestarán, ni inquietarán” a posse portuguesa da Guiné e de várias ilhas, que nomeia, “y qualesquier otras yslas que se fallaren o conquierieren de las yslas de Canárias para bajo contra Guinea”². Convenhamos que considerar as ilhas do Caribe, onde havia chegado Colombo, situadas “de Canárias para bajo contra Guinea”(ao sul das Canárias, próximas da África) é forçar o espírito e a letra do acordo.

A posição do rei português, mais que a expressão de uma certeza íntima, era na verdade um recado para ser levado aos patrões do navegador, “los Reyes Católicos”. E para aumentar a credibilidade de suas palavras, D. João II tomou providências para armar uma frota com a finalidade de tomar posse das terras descobertas por Colombo. Dessa frota nada se sabe, afora o nome do comandante; mas a simples notícia de que os portugueses a estavam preparando, que circulou na Corte de Madri, fortaleceu a posição do Governo português nas negociações diplomáticas subsequentes.

Nesse ano de 1493, não era mais privilegiada, como tinha sido em passado recente (pontificados de Sisto IV e Inocêncio VIII), a situação de Portugal na Santa Sé, que, no início da Idade Moderna, ainda conservava o papel de árbitro, de que desfrutara entre os povos da Europa medieval. Desde o ano anterior era Papa, sob o nome de Alexandre VI, o cardeal aragonês Rodrigo Bórgia, muito mais conhecido pelo desregramento de sua conduta pública e privada e pela má fama de seus filhos Lucrecia e César (um dos modelos de *O Príncipe*, de Maquiavel), do que pelas virtudes de arguto administrador dos Estados Pontifícios, apenas recentemente admitidas.

Sem dúvida, foi Alexandre VI simpático aos interesses espanhóis. Motivos não lhe faltavam: seus conterrâneos Fernando e Isabel (a rigor só Fernando era aragonês) tinham sido responsáveis pela sua eleição e lhe davam apoio militar, nessa época de agitações, em que estava ocorrendo a primeira das várias invasões francesas na península itálica. Poderia o papa também alegar a necessidade de uma política equilibrada do papado. Afinal, desde a conquista de Ceuta pelo Infante D. Henrique, em 1415, até quase o término do reinado de D. João II, sucessivos pontífices emitiram bulas do interesse dos portugueses. Agora o momento era de favorecer o outro reino católico da península ibérica,

2. Jaime Cortesão, *História do Brasil nos Velhos Mapas*, vol. I, p. 118.

que só então completava a expulsão dos mouros de seu território, ficando, portanto, mais disponível para as gestas dos grandes descobrimentos.

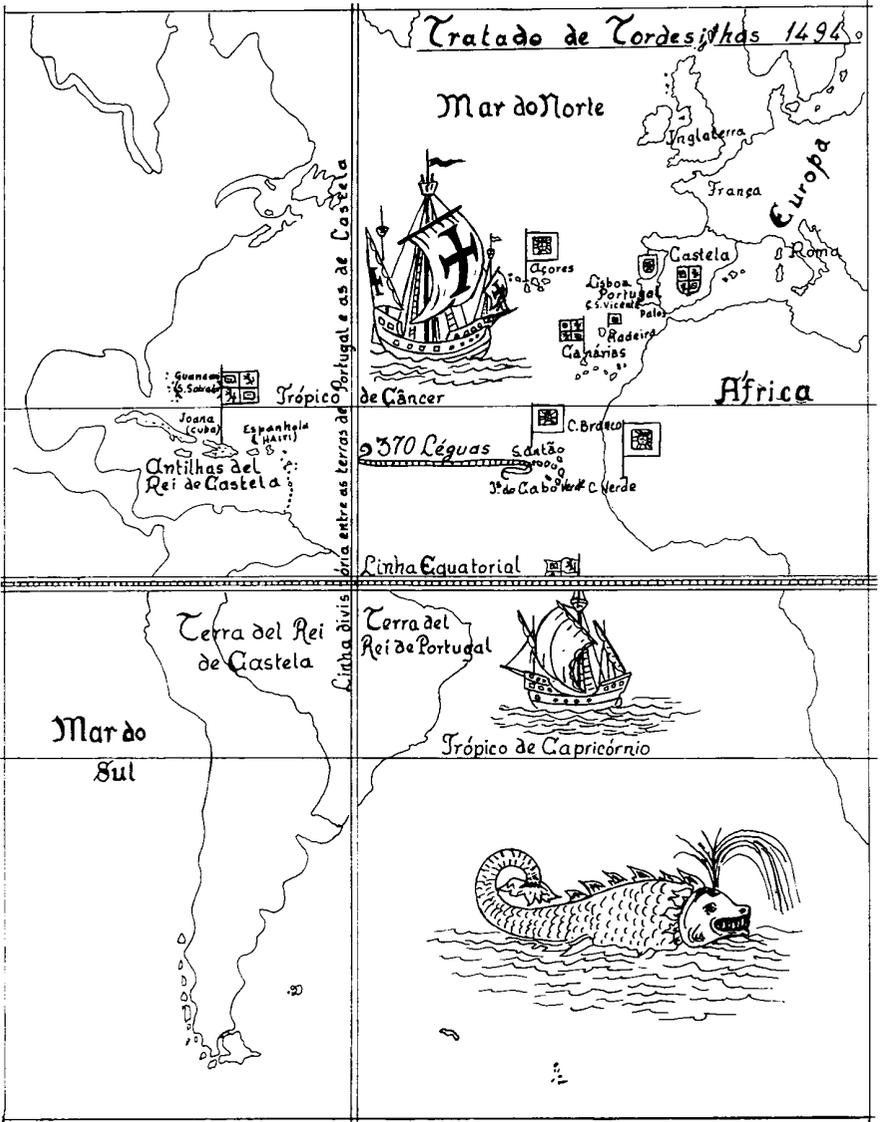
Sem perda de tempo, no próprio ano em que Colombo regressou da América, Alexandre VI publicou as bulas *Eximiae Devotionis* e *Inter Coetera* que asseguravam à Espanha a posse das terras descobertas. Por uma terceira bula do mesmo ano, também iniciada pelas palavras *Inter Coetera* e conhecida por “bula da partição”, o Papa distinguiu as terras da Espanha das de Portugal, traçando a divisa pelo meridiano que passa 100 léguas a oeste dos Açores e Cabo Verde. Por essa bula, certamente inspirada pelos monarcas espanhóis, que se louvavam aqui nos conhecimentos teóricos e práticos de Colombo, a América seria integralmente da Espanha. Alexandre VI emitiu duas outras bulas (mais uma *Eximiae Devotions* e *Dudum Siquidem*) ainda em 1493, confirmando à Espanha a posse das terras descobertas, que então não se imaginava fazerem parte de um novo continente.

Embora favorecida pelas bulas de Alexandre VI, a Espanha – com sérios problemas na Itália e apenas recentemente unificada – não queria correr os riscos de uma nova guerra com Portugal. Resolveu transigir com o adversário tradicional e chegou a um acordo que a deixava em posição menos vantajosa do que aquela prevista pela bula da partição. As negociações foram completadas em 7 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas, e o tratado, que tinha o título pomposo de “Capitulação da Partição do Mar Oceano”, acabou sendo conhecido pelo nome desse burgo fronteiriço de tantas tradições na turbulenta história de Castela. Ratificado pela Santa Sé em 1506, pela bula *Ea quae pro bono pacis*, seu parágrafo essencial dividia as possessões ibéricas no Atlântico pelo meridiano que passa 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde: as terras a leste seriam de Portugal; a oeste, da Espanha.

Por motivos diversos, ambas as partes contratantes ficaram satisfeitas com a conclusão feliz das negociações. A Espanha acreditava que Colombo descobrira um caminho melhor para as Índias. Em janeiro de 1494 os reis católicos haviam recebido correspondência do genovês – então em sua segunda viagem à América – muito entusiasmadora quanto às riquezas potenciais das ilhas descobertas: “... las cosas de especeria en solos las orillas del mar, sin haber entrado en tierra, se halla rastro y principios della, que es razon que se esperen... minas de oro...”³. Os monarcas podiam estar tranqüilos: ouro e especiarias eram as provas de que seus navios haviam realmente chegado às Índias... O Tratado de Tordesilhas dava, ademais, importante personalidade internacional à Espanha, nesse momento em que estava ainda se consolidando como Estado: afinal a colocava ao lado da primeira nação navegante da época, Portugal, na divisão do mundo que estava sendo des-

3. Jaime Cortesão, *Os Descobrimentos Portugueses*, vol. IV, p. 978.

MAPA 1



coberto. E com o aval do Papa, autoridade incontestável entre todas as nações européias, nesse período anterior ao cisma protestante.

Quanto a Portugal, embora nas negociações iniciais tivesse preferido o paralelo traçado na altura das Canárias para dividir o Atlântico, a aceitação de um meridiano, como queriam os espanhóis, mas no número de léguas então acordado, garantiu-lhe tudo o que poderia razoavelmente almejar: o principal, que era o caminho verdadeiro das Índias, já pressentido com as sucessivas descobertas cada vez mais ao sul da costa africana; e o secundário, que era uma boa porção das terras americanas, de cuja existência, já teria indícios.

O paralelo das Canárias, proposto por Portugal, parece hoje uma posição negociadora excessiva. Por ele o país passaria a ser possuidor de todas as regiões tropicais do universo: não só a África e o caminho verdadeiro das Índias, mas também a região que estava sendo descoberta por Colombo ficaria sob a soberania lusa. No futuro faria ser igualmente portuguesas a América do Sul, a América Central, e boa parte da América do Norte (a totalidade do México), já que o paralelo corta a Flórida. E isso sem falar no outro lado do mundo, onde Portugal seria dono do que mais interessava então aos europeus: a Índia, a China e as ilhas produtoras de especiarias.

Jaime Cortesão lembra, com razão, que os negociadores portugueses já em 1494 não acreditavam no que Colombo e os espanhóis então criam piamente, isto é, que tinham encontrado um caminho mais curto para o Oriente. Se o fizessem, não teriam assinado o Tratado pois que isso significaria “o absurdo de que o monarca [português] tivesse desistido do projeto tão longamente ambicionado e amadurecido, verdadeiro fulcro da política nacional, de alcançar o Oriente e monopolizar seu comércio”⁴.

Vasco da Gama chegando a Calicute em 1498 e Pedro Álvares Cabral descobrindo o Brasil em 1500 confirmaram o acerto da posição diplomática de Portugal em 1494 e conseqüentemente o erro da Espanha. A frustração deste país durou, entretanto, pouco. Verificado que havia um continente no meio do Atlântico, viu-se logo a imensidão das terras que pertenciam à Espanha e a riqueza dos impérios asteca (1514) e inca (1528) nelas contidos, sem falar na montanha de prata de Potosi (1545), cedo descoberta.

Benefícios bem recebidos, ainda mais porque imprevistos...

A Fronteira Indemarcável

O Tratado de Tordesilhas, “a peça mais importante da nossa história diplomática”⁵, na expressão de Capistrano de Abreu, tem dado

4. *Ibidem*, p. 978.

5. Hélio Viana, *História do Brasil*, vol. I, p. 42.

margem a muita discussão. Em primeiro lugar, por que trezentas e setenta léguas? Por que não um número redondo, trezentos ou quatrocentos? Alguns especialistas acham que essa longitude representaria mais ou menos o meio do Oceano Atlântico, isto é, o centro da distância entre a Europa e as Antilhas. O acordo teria, então, o objetivo de fazer uma partilha equitativa do mundo que estava sendo descoberto.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*, fala da crença, popular ainda no tempo de Cervantes, de que a raia de demarcação de 1494, entre os domínios de Castela e Portugal, constituía não só uma fronteira meteorológica, pois “os tormentosos ventos que sopravam na Europa cediam ali a uma amena variação”⁶, mas, ainda, uma fronteira entomológica: “Isentas de monstros façanhudos e temíveis... e de insetos imundos...”⁷ seriam as águas e terras a oeste da fronteira. Só não explica o autor porque, segundo a mesma crença, teria Portugal aceitado ficar com o lado leste, imundo e façanhudo...

O aspecto mais interessante para a História do Brasil é aquele indicado pelos historiadores que vêem, na fixação das trezentas e setenta léguas, a prova de que Portugal conhecia a existência de terras a leste do meridiano que por ali passa. A hipótese, sem dúvida possível, não foi até hoje cabalmente confirmada, embora tenha sempre partidários, a partir de Joaquim Norberto de Souza Silva, o criador, no século XIX, da chamada “teoria da intencionalidade” do descobrimento do Brasil.

Para justificar a assinatura do Tratado de Tordesilhas, é muito difundida a idéia de que, ao dividir-se o mundo em dois hemisférios, a Espanha cedia no Atlântico e ganhava no outro lado, onde havia riquezas comprovadas e de onde provinham as especiarias. A idéia é anacrônica embora encontrada em autores de relevo, como Capistrano de Abreu e José Hermano Saraiva. A verdade é que o Tratado foi concebido exclusivamente para o Atlântico, pois o Pacífico não existia para os europeus daquela época. Só anos depois de sua assinatura com o estabelecimento dos portugueses e espanhóis no Oriente é que o antemeridiano de Tordesilhas passou a ser considerado também como o divisor das terras nas “Índias” – região que durante o século XVI tem muito mais importância para Portugal do que o Brasil.

Alexandre de Gusmão, o diplomata que dois séculos e meio depois arquitetaria o Tratado de Madri, o segundo grande marco da História da Formação das Fronteiras do Brasil, assim se expressa a respeito, com a clareza que caracterizava os documentos que nele conhecemos: “Como não se estava seguro de que a Terra fosse redonda quando se fez esse tratado [Tordesilhas], não se regula af expressamente a divisão no lado oposto ao do meridiano estabelecido. Alguns anos depois, entretanto, os aventureiros das duas partes tendo chega-

6. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 203.

7. *Ibidem*, p. 203.

do aqui e ali e a viagem de Fernão de Magalhães tendo revelado a existência dos antípodas, foi preciso fazer-se a divisão da outra face da Terra. Sem contestação, chegou-se ao consenso de que a divisão desse lado deveria ser feita pelo meridiano oposto àquele que o Tratado de Tordesilhas tinha estabelecido em nosso hemisfério”⁸.

Mesmo admitindo que tenha sido concebido exclusivamente para o Atlântico, não há dúvida de que o tratado era impreciso. Primeiro, porque fala em léguas, sem especificar o tipo de légua, sabendo-se que havia vários no século XV. Depois – e é esse o carro-chefe dos livros de História – porque não indica a partir de qual ilha do Arquipélago de Cabo Verde deveria iniciar-se a contagem das trezentas e setenta léguas. Ora, da ilha mais ocidental à mais oriental, a diferença é de três graus, cerca de 330km.

Na verdade, se o tratado fosse completado por outro, que precisasse os graus de longitude da légua adotada e a ilha donde se iniciasse a marcação das distâncias, ele continuaria indemarcável pelo simples fato de que, naqueles tempos, não se conhecia o processo de calcular longitudes com exatidão. Que só seria descoberto, aliás, mais de duzentos anos depois, já no século XVIII. O que os europeus faziam no século XVI era o que foi chamado de “navegação das latitudes”, na qual localizam bem as terras situadas ao norte e ao sul, mas não a leste ou a oeste. É esta a razão por que é comum encontrar-se em mapas antigos uma mesma ilha, colocada na latitude correta, mas em longitudes diferentes, o que a transformava, às vezes, num arquipélago estendido na direção leste-oeste. Nossa ilha de Trindade, por exemplo, tem essa forma em alguns mapas dos séculos XVI e XVII.

Mas, então, com todas essas dúvidas e imprecisões, em que ficamos com a famosa linha de Tordesilhas, traçada em tantos mapas, que geralmente liga Laguna, em Santa Catarina, a Belém do Pará? Ficamos em que se trata – essa reta, nessa longitude – de uma mera hipótese, baseada em dados supostos. Há outras. O historiador Jaime Cortesão por exemplo, com sua autoridade adicional de cartógrafo, prefere um meridiano mais a leste, o que vai da bafa de Maracanã, não longe de Bragança, no Pará, até Iguape, no litoral de São Paulo. Na realidade os mapas antigos apresentavam divergências ainda maiores. Se compararmos o célebre Mapa de Cantino, de 1502, o primeiro com o nome do Brasil, com o de Diogo Ribeiro, de 1529, considerado o monumento máximo da cartografia portuguesa, veremos que o primeiro coloca a linha das 370 léguas, a 42°30' de longitude, isto é, não muito distante de onde está a cidade de Teresina, enquanto o segundo o faz a 49°40', isto é, mais ou menos no centro da ilha de Marajó. A distância entre os dois meridianos, no equador, é superior a 800 km.

8. Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Parte I, Tomo I, p. 102.

3. O Relato de Vespúcio

A Prioridade Espanhola

Em sua terceira viagem à América, no ano de 1498, Colombo poderia ter descoberto a foz do Amazonas, se tivesse continuado por mais quatro dias no rumo sudoeste que já seguia desde Cabo Verde. Decepcionado, entretanto, por não ver terras onde esperava, decidiu aproar para o oeste, passando de uma direção que o levaria de encontro ao continente, a outra, oblíqua em relação à linha da costa. Navegou quinze dias mais, em crescente frustração, até que desistiu e resolveu aproar para o norte, rumo a Dominica. Horas depois, viu uma ilha com três picos, a que, muito a propósito, chamou Trinidad; costeou-a pelo sul, e, afinal, avistou a terra firme onde desembarcou. Era a península de Pária, não longe do delta do Orinoco. As pérolas que viu em alguns nativos confirmaram sua impressão de que desembarcara em algum lugar perto das Índias. E seu misticismo fez que escrevesse mais tarde que não deveria estar longe do Jardim do Eden, pois seguramente o rio que vira era um dos quatro aí existentes. Logo rumou para Cuba, indenticada pelo navegante como uma península continental da Ásia. Outros navegantes, também a serviço da Espanha, é que foram, pouco a pouco, conhecendo os acidentes geográficos da terra firme situada ao sul das Antilhas.

É facilmente compreensível a primazia espanhola em revelar o litoral norte da América do Sul, afinal a continuação atlântica do contorno terrestre do Mar das Caraíbas, depois que, com Colombo, optaram pelo caminho do oeste para ir às Índias. Como também é perceptível, sem dificuldade, que o caminho dos portugueses, o do sul, pela Guiné, como se dizia, os acabaria levando, com Cabral, à costa leste do Brasil; principalmente depois que Vasco da Gama certificou que a boa rota para o contorno do Cabo da Boa Esperança era a que se afastava bastante da costa africana, com a finalidade de evitar as calmarias do Golfo da Guiné. O historiador inglês Prestage adianta, ademais, a idéia plena de bom senso de que os portugueses deveriam estar procurando terras na sua parte da divisão das Tordesilhas.

Três pequenas frotas de bandeira espanhola tocaram o norte da América do Sul, entre junho de 1499 e março de 1500, isto é, antes de Cabral: a de Alonso de Hojeda, a de Vicente Yañes Pinzón, ambos

companheiros de Colombo, e a de Diego de Leppe. Os dois últimos seguramente margearam a costa norte do Brasil desde o cabo a que Pinzón chamou “Rostro Hermoso”, geralmente identificado com o Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco. Este navegante, comandante da Pinta na viagem descobridora, durante cinco meses explorou a região e foi o primeiro a subir dezenas de quilômetros o rio Amazonas, ao qual deu o eufônico nome de “Santa Maria de La Mar Dulce”. Sobre a viagem de Leppe pouco se sabe, a não ser que sua frota navegou quase na esteira da de Pinzón, um mês depois.

Hojeda, cronologicamente o primeiro dos três a tocar o litoral norte da América do Sul, é personagem não tão conhecido, mas nada opaco. Sempre teve amigos poderosos e já aos vinte e dois anos era capitão de uma das caravelas da segunda viagem de Colombo. Pouco depois, com a ajuda do bispo Fonseca, que já se havia então tornado o principal responsável pelas viagens espanholas, conseguiu armar uma frota que se propunha a descobrir mais terras e a explorar a “costa das pérolas” recém-identificada pelo genovês. Tocou o continente inicialmente na altura das Guianas e o foi costeando para oeste, pela região a que deu o nome de Venezuela, isto é, pequena Veneza, por ter visto um povoado indígena construído sobre palafitas. Percorreu depois várias ilhas do Caribe e em todos os lugares tratou os nativos com uma crueldade que seria o primeiro ponto da mancha negra da conquista. Pretendia achar ouro e pérolas; o que fez foi escravizar e matar índios, atacar e destruir aldeias. Inteligente, corajoso e ambicioso, foi visto por Morison, que aliás, admira sua atividade incessante, como um “merry devil”¹, o que talvez seja um julgamento mais favorável do que o de Las Casas que, quatrocentos anos antes, pensando em sua violência decretou: “não tivesse ele nascido, o mundo não teria perdido nada”². Com Hojeda vieram dois navegantes que ofuscariam sua memória: o piloto e cartógrafo Juan de La Cosa e, principalmente, um certo comerciante florentino, que em barco independente percorreu toda a costa norte do Brasil, a partir do Cabo de Santo Agostinho, e que bem merece alguns parágrafos...

O Enigma das Cartas

Entra em cena Américo Vesúpcio, o mais controvertido personagem do período das grandes descobertas. As opiniões sobre o valor de seus feitos vão de um pólo a outro, como se vê pelas seguintes citações contrastantes de historiadores de renome. A do francês H. Vignaud é francamente favorável: “Son mérite... est dans la sûreté de son jugement, dans sa connaissance de la Géographie ancienne, qui lui ont fait

1. Morison, *European Discovery of America. Southern Voyages*, p. 185.
2. *Ibidem*, p. 194.

voir et lui ont permis de soutenir le premier que le Monde découvert par Colombo était un Monde nouveau entièrement distinct de L'Asie. Cette vue géniale le met au-dessus de tous les navigateurs de son temps"³. Para o inglês Clement Markam, o florentino era apenas um comerciante especializado em carnes, um "beef contractor", na sua divulgada expressão. Já a opinião do americano Ralph Waldo Emerson (citada por Alberto Magnaghi) é pesadamente ofensiva: "Strana cosa é che la grande América debba portare il nome di um ladro... che parti nel 1499 come subalterno com L'Ojeda... e che intrigò in questo basso mondo per soppiantare Colombo e battezzare la metà della Terra col proprio disonesto nome"⁴.

Tudo já se disse também sobre as famosas epístolas que divulgaram na Europa as terras e a gente do novo mundo. Até os defensores mais extremados de sua importância documental, como o historiador argentino Roberto Levellier, que acredita na autenticidade básica de todas as cartas de Vespúcio hoje conhecidas, reconhecem que nada há no conjunto que não seja questionado: "Todo en ellas se ha controvertido: su origen, su autenticidad, sus fechas, la certeza de las viagens que describen, los recorridos supuestos y la identificación de los destinatarios. Y las divergencias, lejos de reducirse en tan variados exámenes, no han hecho sinon crecer"⁵.

Filho de família "conspicua e potente"⁶, ao contrario de muitos outros navegantes, Vespúcio teve ademais a sorte de nascer e viver em Florença na época em que a cidade era um dos grandes centros culturais do mundo. Basta dizer que eram seus contemporâneos Boticelli, Leonardo da Vinci, Michelangelo e Maquiavel. Em 1491, aos trinta e sete anos, foi para Sevilha trabalhar numa agência do banco dos irmãos Lorenzo e Giovanni di Pier Francesco de Medici (primos de Lorenzo, O Magnífico), que se ocupava também de suprimentos marítimos. Nessas funções ajudou a equipar a primeira frota de Colombo, que o considera, aliás, "mucho hambre de bien"⁷.

Deve ter-se envolvido progressivamente nas viagens para as "Índias ocidentais", que estavam atraindo mais e mais navegantes, para desespero de Colombo. Tornou-se um entendido em cartografia e nos processos de medição de distância pelos astros e participou, pessoalmente, de pelo menos duas expedições, talvez porque sua empresa financiasse parte delas, talvez porque seus conhecimentos específicos o fizessem um tripulante disputado, como indica o convite recebido do rei Dom Manuel, para que viajasse com os portugueses.

3. Alberto Magnaghi, *Amerigo Vespucci*, p. 1.

4. *Ibidem*, p. 2.

5. Roberto Levellier, *América la bien Llamada*, vol. II, p. 273.

6. Pier L. Rambaldi, *Vespucci*, p. 12.

7. Magnaghi, *op. cit.*, p. 4.

O que se sabe das viagens de Vespúcio é pouco mais do que ele mesmo diz nas suas cartas; e aqui o “imbroglio” é grande e antigo. Vejamos o problema. São duas as cartas cuja publicação, entre 1503 e 1506, trouxe ao florentino renome imediato e fez que muitos o considerassem o principal descobridor do novo continente: a “Mundus Novus”, uma versão latina da carta que dirigiu a um dos chefes de sua empresa, Lorenzo; e a chamada “Lettera al Soderini”, dirigida ao “Gonfaloniere”, isto é, o primeiro magistrado de sua cidade natal. A “Mundus Novus” descreve sua viagem ao Brasil, numa frota portuguesa que visitou o país em 1501, logo após a descoberta de Cabral. A “Lettera” relata as quatro viagens que teria feito à América: duas em frotas espanholas pelo Caribe e a costa norte da América do Sul, em 1497 e 1499; e duas com os portugueses, pela costa leste do Brasil, em 1501 e 1504.

Vespúcio descreve nessas duas cartas, de uma maneira viva e atraente, peculiaridades das terras descobertas e de seus habitantes. Como na visão inicial de Colombo, o cenário é às vezes paradisíaco: “Daqueles países a terra é muito fértil e amena e de muitas colinas, montes e infinitos vales e grandíssimos rios abundantes e de saudáveis fontes irrigadas e de larguíssimas selvas e densas e dificilmente penetráveis, e de toda espécie de feras copiosamente cheia... E certamente se o paraíso terrestre em alguma parte da terra existir, não longe daquelas regiões estará distante estimo”⁸. A descrição dos indígenas contém observações curiosas: “São gente limpa e asseada dos seus corpos, por tanto continuarem a se lavar como fazem; quando descarregam com respeito o ventre, fazem tudo para não serem vistos... No fazer água são outro-tanto porcos e sem vergonha; porque estando falando conosco, sem se volverem, ou se envergonharem deixam sair tal fealdade, que nisso não tem vergonha alguma”⁹. Há pinturas eróticas que seguramente contribuam para despertar a atenção do público: “As mulheres... ainda que nuas vaguem e libidinosas sejam... os corpos têm muito formosos e asseados”¹⁰; “não têm vergonha de sua vergonha, não de outro modo que nós temos em mostrar o nariz e a boca; por maravilha verias as tetas caídas numa mulher, ou por muito parir o ventre caído, ou outras pregas, que todas parecem que nunca pariram; mostravam-se muito desejosas de juntar-se a nós cristãos”¹¹. E há também comentários pitorescos sobre canibalismo. “Os vencedores os vencidos comem, e entre as carnes a humana é para eles um alimento... já está visto o pai comer os filhos e a mulher; e eu um homem conheci, com o qual falei, o qual mais de 300 humanos corpos ter comido divulgou”¹².

8. Luiz Renato Martins, *Américo Vespúcio*, p. 97.

9. *Ibidem*, p. 109.

10. *Ibidem*, p. 95.

11. *Ibidem*, p. 110.

12. *Ibidem*, p. 94.

Colombo, explica Morison, escrevia para ser lido por uma rainha pudica; Vespúcio, por seus contemporâneos liberados da Florença renascentista. Mas não foi apenas por motivos fúteis que suas cartas se tornaram “best-sellers” no século XVI. Nelas existem descrições de costumes, comentários interessantes sobre animais e plantas, citações de grandes autores, Plínio, Dante, Petrarca, e observações sociológicas interessantes, como esta: “usam guerra entre eles com gente que não é da sua língua muito cruelmente, sem perdoarem a vida a ninguém senão para maior pena... não têm capitão algum, nem vão com ordem, que cada um é senhor de si; e a causa das suas guerras não é a cupidez de reinar, nem de alargar fronteiras suas, nem por cobiça desordenada, senão por uma antiga inimizade, que pelos tempos passados entre houve eles”¹³.

As proezas de Vespúcio, desde cedo, encontraram também ouvidos descrentes, como os do navegador Sebastião Caboto, que já em 1505 falava ironicamente da viagem de 1497, “que Américo diz ter feito”¹⁴, ou o historiador Pedro Martyr d’Anguiera, que em suas “Décadas”, escritas no começo do Século XVI, limita-se a dizer que Vespúcio “navegou em direção ao Antártico muitos graus para além da linha equinocial, sob os auspícios e a soldo dos portugueses”¹⁵. Las Casas, por volta de 1570, já o via como um usurpador da glória alheia, tachando de mentirosa a afirmação da “Lettera” de que teria tocado a América do Sul em 1497, isto é, antes de Colombo.

A situação com o passar dos anos foi-se complicando, com os sucessivos descobrimentos em arquivos de Florença, no final do século XVIII e começo do século XIX, de três novas cartas de Vespúcio. Ao contrário das anteriores, impressas, estas eram manuscritas, embora não pelo próprio Vespúcio. São conhecidas pelos nomes dos pesquisadores que as encontraram: a “Bandini”, de 18 de julho de 1500, trata da viagem que fez em 1499-1500, com os espanhóis de forma contraditória com a “Lettera”, pois incorpora dados das duas primeiras viagens aí referidas; a “Bartolozzi”, de setembro ou outubro de 1502, descreve, com parcimônia de pormenores, a terceira viagem de “Lettera” (de que trata também a “Mundus Novus”), a que fez ao Brasil em 1501-1502; e a “Baldelli”, datada de Cabo Verde, em 4 de junho de 1501, traz elementos desta mesma viagem, além de mencionar o encontro em Besehicce (atual Dacar) com a armada de Cabral que voltava da Índia. Mais recentemente, em 1937, o pesquisador Ridolfi revelou uma quarta carta manuscrita, conhecida também como “fragmentária”, que talvez seja autógrafa de Vespúcio e seguramente é a mais pessoal: defende-se aí de críticas feitas a alguma de suas cartas.

13. *Ibidem*, p. 109.

14. Roberto Levellier, *op. cit.*, p. 306.

15. *Ibidem*, p. 306.

O conjunto das cartas, as duas impressas e as quatro manuscritas, não é, para se dizer o menos, harmônico. Há dados que não combinam, mas a grande divergência é que a “Lettera” descreve quatro viagens e as outras todas ou se referem à viagem realizada com os espanhóis em 1499, ou à com os portugueses em 1501. Em nenhuma carta Vespúcio dá o nome do seu comandante, o que torna difícil comprovar a viagem em outra fonte. Quando o menciona, aliás, é para falar mal: “como nosso capitão fosse homem presunçoso e muito cabeçudo”...¹⁶. Atribui-se, ademais, muitos feitos e quase nada deixa aos outros: “o continente descobri [sic] habitado de mais frequentes povos e animais do que a nossa Europa, Ásia ou África”¹⁷.

Uma Decifração

Historiadores eminentes se interessaram pelo problema da autenticidade das cartas de Vespúcio, como Humboldt, Harisse, Fiske e Vignaud. O nosso Varnhagen tem uma obra importante sobre o tema no qual manifesta opinião que encontrou muitos seguidores: julga falsa a série moderna, a das cartas manuscritas, e autêntica a série tradicional, a das impressas, acreditando, portanto, nas quatro viagens de Vespúcio. A maioria dos especialistas de nossos dias tende, entretanto, a adotar a opinião do “scholar” italiano Alberto Magnaghi, defendida em seu hoje clássico *Amerigo Vespucci*, publicado em 1925, e que é basicamente oposta à até então opinião dominante, inspirada em Varnhagen. Considera serem hábeis falsificações históricas as cartas publicadas no sec. XVI, a “Mundus Novus” e a “Lettera”, e julga as três cartas manuscritas autênticas (não conhecia então a “fragmentária” e quando o fez posteriormente duvidou de sua autenticidade). Responsáveis pela fraude, teriam sido os editores que, aproveitando-se da avidez do público de então por notícias sobre os espetaculares descobrimentos que se estavam fazendo, ampliaram dados e inventaram pormenores, sobre uma base de informações existentes em cartas originais de Vespúcio, hoje perdidas: por exemplo, da “Bartolozzi” se teria editado a “Mundus Novus”; da viagem aí descrita se teriam tirado dados para o 3º, e 4º da “Lettera”. Consequentemente dá como provadas apenas duas viagens de Vespúcio; suficientes, no entanto, para valorizá-lo imensamente senão como navegante, como divulgador esclarecido das descobertas ibéricas.

Na viagem espanhola de 1499, destacando o barco que comandava da pequena frota de Hojeda ou talvez, não se sabe ao certo, viajando separadamente, Vespúcio percorreu toda a costa norte da América do Sul, do Cabo Santo Agostinho em Pernambuco, até a Venezuela.

16. Luiz Renato, Martins, op. cit., p. 131.

17. Ibidem, p. 89.

Não só “descobriu” o Brasil (tema a que voltaremos), mas também teria sido o primeiro europeu a ver o grande delta do Amazonas; antes, portanto, de Vicente Yañes Pinzón, desde o séc. XVI considerado o descobridor do grande rio. A segunda viagem de Vespúcio se realizou numa frota portuguesa, enviada em 1501 para conhecer melhor a terra recém-descoberta por Cabral. O comandante é desconhecido, embora vários nomes como os de D. Nuno Manoel, Gonçalo Coelho e Fernão de Noronha, entre outros, já tenham sido lembrados por historiadores. Tocando inicialmente o Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, a frota costeou o litoral leste do Brasil, parando em vários lugares para identificar as potencialidades da terra e ver se encontrava uma passagem para o oeste (só descoberta anos depois, em 1519, por Fernão de Magalhães). Há quem diga, como Levellier, que viajou até 50º de longitude sul, caso em que teria descoberto o rio da Prata, antes, portanto, de Juan Dias de Solis; mas a maioria dos autores, tal como Luiz Ferrand de Almeida, para dar o nome de um importante historiador de nossos dias, interpreta os dados existentes nas cartas, como indicando “que não ultrapassou, junto à costa, a latitude de 32º, ou seja, o atual estado do Rio Grande do Sul”¹⁸.

Mais que descobrir e relatar fez Vespúcio. Na primeira viagem, ele também, como Colombo, imaginou-se explorando o extremo-orientes da Ásia: “vim das regiões de Índia pela via do mar Oceano”¹⁹. Mas na segunda percebeu, entretanto, que se tratava de um continente: “lá aquela terra soubemos não ser ilha mas continente”²⁰... “Chegamos a uma terra nova, a qual achamos ser firme por muitas razões... fui a região dos antípodas, que pela minha navegação foi uma quarta parte do mundo”²¹. Tendo em vista trechos como estes e menções a mapas de Vespúcio, elaborados após a viagem pela costa leste do Brasil (hoje desaparecidos), assim, observa o historiador alemão Georg Friederici: “Foi... o primeiro a fazer uma idéia mais ou menos acertada quanto à distribuição da terra e água entre a Europa e a Ásia e a registrar em mapas suas observações. Colombo, que ainda vivia, jamais a concebera, até o fim da vida”²². O brasileiro T.O. Marcondes de Souza, especialista do período, elaborando sobre a mesma base tem conclusão parecida: “Convencido ficou Vespúcio que entre a costa ocidental da Europa e a oriental da Ásia devia impor-se uma enorme massa de terra, um continente, e que este podia ser dobrado na parte sul”²³.

18. Luiz Ferrand de Almeida, “Vespúcio e o Descobrimento do Rio da Prata”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo VI.

19. Luiz Renato Martins, op. cit., p. 49.

20. *Ibidem*, p. 91.

21. *Ibidem*, p. 69.

22. Georg Friederici, *Caráter da Descoberta e da Conquista da América pelos Europeus*, p. 94.

23. T.O. Marcondes de Souza, *Amérigo Vespucci e Suas Viagens*, p. 177.

A América e o Brasil

Uma palavra agora sobre o nome América, dado ao continente descoberto. Quem primeiro o empregou foi Waldeseemüller, um jovem e até então obscuro professor de geografia em Saint-Dié, capital do Reino de Lorena, num pequeno volume de 103 páginas, publicado em 1507, sob o título de *Cosmografiae Introductio*. Ao lado de um resumo de *Geografia*, de Ptolomeu, coloca uma versão latina da “Lettera” e, em comentário próprio, propõe o nome de América para a “Quarta Partis Orbe” (a quarta parte do mundo), que se limitava então ao litoral atlântico da América do Sul nos seguintes termos: “Agora, estas partes da terra [Europa, África, Ásia] têm sido mais extensamente exploradas e uma quarta parte foi descoberta por Américo Vespúcio... como tanto a Europa como a Ásia receberam seus nomes de mulheres, eu não vejo porque alguém objetaria com justiça chamar-se esta parte de Amerige [do grego “ge”, terra], isto é terra de Américo, ou América, de Américo, seu descobridor, um homem de grande habilidade”²⁴.

O professor de Saint-Dié edita também um atlas no qual coloca o nome América na massa continental ao sul das ilhas descobertas por Colombo. Identifica af menos traços do relevo do que mapas anteriores, como o de Cantino, mas já inclui, por exemplo, o Monte Pascoal, perto de um certo “Rio Brasil”. Anos depois, em 1538, Mercator, o grande nome da geografia naquele século, estende a designação “América” também à América do Norte, só explorada alguns anos depois da América do Sul. Com o prestígio de sua chancela oficializa junto ao mundo científico o nome do continente, embora durante muitos anos houvesse denominações concorrentes. Na Espanha, pátria de doação de Vespúcio, até o século XVIII seria mais comum o nome “Índias Occidentales”, do que “América”. Por exemplo, na versão castelhana do Tratado de Utrecht, de 1715, está “Índias Occidentales”; no de Madri, de 1750, já se emprega “América”. Na língua inglesa o termo “west indies” acabou permanecendo, mas limitado à região caribenha.

Hoje, pode-se achar que um nome como Colombia, ou “Columba”, como queria o Bispo Las Casas, faria justiça ao maior valor do feito de Colombo. Isso pensam muitos, agora; não seus coevos. Colombo teve dois rivais, no seu tempo: Américo Vespúcio, que, graças à imensa difusão de suas cartas, foi considerado por muitos senão como o único, o principal descobridor do novo mundo; e Vasco da Gama, que, ao chegar a Calecute, em 1498, estabeleceu finalmente a tão procurada ligação por mar entre a Europa e o Oriente, que parecia, então, o grande feito da época. Como explica o historiador dos descobrimentos Franz Hümerich: “A descoberta do caminho marítimo para a Índia

24. Daniel Boorsteen, *The Discoverers*, p. 253.

foi considerada pelos contemporâneos mais importante do que a descoberta da América”²⁵.

No final de suas jornadas, o genovês parecia ter perdido as duas batalhas da fama, para ambos os navegantes. Sua morte ilustra a derrota: frustrado, terminou seus dias em Valladolid, no mesmo ano de 1507, em que aparece o primeiro Atlas com o nome América. Não se sabe se Vespúcio, ao falecer em Sevilha, em 1512, tinha idéia do renome de que já gozava nos círculos cultos de toda a Europa, mas se sabe que seu passamento se deu no importante e prestigioso cargo de “piloto mayor” da Espanha, que já passara Portugal como a primeira potência naval do mundo. Mas quem morreu com toda pompa e glória – se é esta alguma vantagem – foi o Gama, em 1524, na mais alta posição a que um português podia aspirar: Vice-Rei das Índias. E que teria, poucos anos depois, a imortalidade assegurada pela epopéia de Camões.

Só com o passar dos tempos é que se foi firmando a idéia, agora geralmente aceita, de ser o feito de Colombo maior que o do Gama. Tanto do ponto de vista náutico – um viajou para o desconhecido, o outro apenas foi mais adiante em rotas já singradas por mouros; como do ponto de vista histórico – afinal bem ou mal, sabendo ou não, foi Colombo quem descobriu um continente. Quanto à superioridade de Colombo sobre Vespúcio, não pode haver dúvidas: foi o genovês quem descobriu a América e num feito de valor náutico. Sobre o florentino, têm-se dúvida se alguma vez comandou um navio; parece que não teria sido mais que um tripulante privilegiado, uma espécie de comerciante-astrônomo, que escrevia cartas...

Um nome apenas, no período dos grandes descobrimentos supera Colombo, não pela importância histórica do descobrimento, mas pela magnitude da proeza naval: o do português Fernando de Magalhães, que, capitaneando frota espanhola, realizou entre 1519 e 1521 a primeira circunavegação da terra (morrendo Magalhães nas Molucas, a viagem foi completada por Sebastião del Cano). As opiniões dos especialistas de hoje sobre Magalhães têm sempre o mesmo tom admirativo desta: “Nenhum navegante na História teve que ir tão longe sem comida e água fresca, sem tocar em terra seca. Ao cruzar o Pacífico desconhecido, Magalhães e seus homens contribufram mais para o conhecimento da geografia universal do que quaisquer outros navegantes anteriores”²⁶.

Finalmente, é preciso qualificar bem a prioridade cronológica de navegantes de bandeira espanhola, na descoberta da costa norte do Brasil, provada no estado atual dos conhecimentos. De modo algum esse fato tira aos portugueses a glória de terem sido os verdadeiros des-

25. Fidelino de Figueiredo, *Literatura Portuguesa*, p. 128.

26. Richard Humble, *The Explorers*, p. 147.

cobridores do Brasil, “descobridores sociológicos”, como explica Capistrano, lembrando que só eles criaram aqui uma “sociedade”: é com os lusos que, para usar sua expressão, “inicia-se nossa história”²⁷. Os navegantes pré-cabralinos a serviço da Espanha não souberam que tinham chegado a um continente; apenas verificaram que havia terras ao sul do mundo antilhano de Colombo. Pedro Álvares Cabral, com sua viagem perfeitamente documentada, foi quem provou que realmente existia, como o Gama suspeitara (é Camões quem o lembra), uma grande massa terrestre abaixo das ilhas do Caribe. O escrivão da armada, Pero Vaz de Caminha, assina a carta “Desta Ilha de Vera Cruz”, mas assegura a D. Manuel que suas dimensões são importantes: “Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos – terra que nos parecia muito extensa”²⁸.

Cabral não passa à história como um grande navegador, passa como um mistério. Aos 32 anos, sem experiência no mar ou na terra que explicasse a escolha, aparece como comandante da maior frota até então armada por Portugal, liderando capitães do renome de um Bartolomeu Dias, por exemplo; terminada a viagem desaparece totalmente dos anais. Por que, não se sabe; uma explicação possível é que teria sido escolhido por sua posição na nobreza e que sua viagem à Índia não teria sido bem sucedida (realmente perdeu sete dos seus treze navios). O que se sabe é que a descoberta do Brasil foi fato secundário na época; só no século seguinte, com a produção de cana do nordeste e a perda do império português na Índia, a colônia passaria a ter importância, que cresceria ainda mais no século XVIII, com a descoberta das “minas gerais”. Foi Varnhagen quem localizou o túmulo perdido de Cabral, em 1848, na Igreja da Graça, em Santarém. Na lápide, abaixo de seu nome não há menção a sua descoberta, ou ao comando da frota; abaixo do de sua mulher, sim, diz-se que foi camareira de uma infanta...

Caminha teve a mesma sina de seu comandante: sua carta só foi identificada nos arquivos da Torre do Tombo no fim do século XVIII e publicada pela primeira vez por Aires do Casal, em 1817 (antes, a data oficial da descoberta do Brasil era 3 de março, a da 1ª missa). E é, na opinião de muitos, a melhor descrição da terra, pelo estilo, pela lucidez dos comentários, pela riqueza das informações.

27. Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*, p. 41.

28. Pedro Calmon, *História do Brasil*, vol. 1, p. 82.

II — BANDEIRANTES

II. BANDEIRANTES

“Sertão é onde manda quem é forte com as astúcias.
Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”

Guimarães Rosa,
Grande Sertão: Veredas

“... afastados milhares de quilômetros da civilização litorânea, os bandeirantes, sem o saberem, foram os nossos primeiros soldados, os obscuros obreiros da nossa diplomacia, dos nossos consecutivos triunfos nas questões litigiosas de fronteiras. Eles engrandeceram e dilataram o patrimônio recebido dos portugueses, repetindo, na floresta bravia, a tragédia de sangue e fogo dos lusos no mar alto”.

Ronald de Carvalho,
“Bases da Nacionalidade Brasileira”,
in **À Margem da História da República**

“Brandiram achas e empurraram quilhas,
Vergando a vertical de Tordesilhas”.

Guilherme de Almeida
Pedestal do “Monumento às Bandeiras”,
no Parque do Ibirapuera em São Paulo.

4. Bandeirismo: a superação de Tordesilhas

Entradas ou Bandeiras?

O ex-Presidente Washington Luiz, historiador por vocação, começou a pesquisar sobre o bandeirismo em 1901, nos arquivos da municipalidade de São Paulo. Prefeito e mais tarde Governador do Estado, teve oportunidade de mandar publicar nos anos vinte dezenas de volumes de documentos desses arquivos, que serviram de base para os trabalhos fundamentais elaborados nas três décadas seguintes deste século. Em seu livro *Na Capitania de São Vicente*, de 1956, isto é, depois de tantos anos e tantos estudos sobre o bandeirismo, dos quais estava perfeitamente a par, reconhece que “apesar das honestas e exaustivas investigações sobre as ‘entradas ao sertão’, até agora feitas, ainda não se escreveu sobre elas a palavra definitiva”¹. À mesma conclusão chega hoje quem pretenda aprofundar-se no tema, que os manuais geralmente intitulam “entradas e bandeiras”. É surpreendente constatar-se que um movimento de penetração territorial tão característico do Brasil e de tanta importância na formação de nossas fronteiras terrestres – e conseqüentemente na de nossos vizinhos – não encontrou ainda sua conceituação básica, nem tem até hoje uma nomenclatura padronizada. Varia de autor a autor a apreciação do assunto, “insuficientemente consolidado na História do Brasil”², como diz Hélio Viana. Vejamos, com comentários críticos, algumas opiniões de especialistas.

É corrente nos livros de História do Brasil considerarem-se “entradas” as expedições organizadas pelo Governo e “bandeiras” as incursões de caráter puramente particular. Essa dicotomia, divulgada por Basílio de Magalhães, em 1913, não deveria ser mais adotada, depois que ficou provado que em muitos casos se confundem a participação do poder público com a da iniciativa privada. Alfredo Ellis Jr, cujas principais obras são da década de trinta, propôs, em tese, que também não encontra mais aceitação geral, que fossem consideradas entradas os pequenos grupos que percorriam os sertões à procura de pedras

1. Washington Luís, *Na Capitania de São Vicente*, p. XVII

2. Hélio Viana, *História do Brasil*, vol. I, p. 319

e metais preciosos e bandeiras os grandes corpos que guerreavam e escravizavam índios.

O historiador espanhol Ramón Blanco em seu *Las "Bandeiras"*, publicado em 1966, reconhecendo que a nomenclatura do movimento é extremamente confusa, gasta mais de quinhentas páginas para tentar provar que as bandeiras nada mais eram que unidades militarizadas – algo como as companhias ou os batalhões dos exércitos de hoje – que foram utilizadas em muitas das mais importantes incursões territoriais feitas pelos luso-brasileiros na América do Sul com a finalidade de capturar selvagens. Em suas palavras: “Bandeira no é otra cosa que la organización táctica de las instituciones esclavizadoras... copiadas literalmente de la que presentaba el Ejército regular”³.

A realidade é complexa, pois o movimento de penetração territorial apresenta aspectos diferentes em lugares e tempos diversos. Uma coisa são os grandes agrupamentos que adentravam os sertões, divididos em unidades militares, bem armados, às vezes até acompanhados pelos agentes básicos das comunidades urbanas, como juízes, padres, tabeliães e policiais. Verdadeiras “cidades em marcha”, na expressão de Cassiano Ricardo, tal como a célebre bandeira de Manoel Preto e Raposo Tavares, de novecentos brancos e mamelucos e dois mil e duzentos índios, que em 1629, destruiu as reduções jesuíticas do Guairá.

Outra coisa são as expedições fluviais, de que é exemplo o grupo de “118 pessoas, 30 armas de fogo e 88 índios de frechar”⁴, que, chefiado por Francisco de Mello Palheta, a mando do Governo de Belém, subiu em cinco grandes embarcações o Amazonas e o Madeira em 1722, encontrando as frentes espanholas da Missão de Moxos e descobrindo o Rio Guaporé. Diferente ainda são os corpos armados de sertanistas, como o de Domingos Jorge Velho, contratado em 1694 pelo Governo Geral para guerrear os negros do Quilombo de Palmares em Alagoas. E, finalmente, de espécie diversa são os grupos pequenos – quase nunca passavam de cinquenta homens – que safam à procura de pedras e metais preciosos, carregando muito mais batéias e almocrafes do que flechas e arcabuzes, tal como o de Antonio Dias de Oliveira, que descobriu ouro em 1698, no local onde depois nasceria Ouro Preto.

Capistrano de Abreu não se preocupa em classificar o movimento, talvez porque em sua época ainda não tivessem sido divulgados muitos documentos, nem houvesse suficientes monografias sobre o assunto; ou talvez porque, sendo ele homem de sínteses, preferisse unificar os diversos tipos de incursões territoriais do período colonial num único gênero. Realmente chama-os todos de “bandeiras” e fala assim tranquilamente em bandeiras amazonenses, maranhenses, pernambucanas,

3. Ramón Blanco, *Las "Bandeiras"*, P. 317

4. Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, P. 341

baianas e paulistas. Seu discípulo Affonso Taunay, que escreveu a mais completa obra sobre as incursões a partir de São Paulo, a *História Geral das Bandeiras Paulistas*, também não se preocupa em definir as várias formas assumidas pelo bandeirismo, em nenhuma passagem dos onze volumes de sua magna obra. Nem o fez mais tarde, quando a resumiu em dois volumes.

Os historiadores contemporâneos brasileiros, por razões didáticas, esforçam-se por encontrar um critério prático para identificar os diversos aspectos do movimento, havendo tendência em usar o vocábulo “entrada” para designar: a) na costa leste, as campanhas geralmente oficiais de conhecimento da terra e pesquisa de metais preciosos, especialmente as do século XVI, que tiveram como origem as várias cidades litorâneas, Porto Seguro, Salvador e Olinda em especial; b) na costa norte, as expedições fluviais do século XVII que, depois da fundação de Belém, foram desbravando as margens dos grandes rios da Amazônia. A palavra “bandeira” ficaria pois reservada para o mais duradouro e o mais importante conjunto de ações de devassamento do sertão: o que teve por cenário a Capitania de São Vicente (Capitania de São Paulo a partir de 1681), que, em certa época chegou a abranger o Sul e o Centro-Oeste do Brasil; e por foco irradiador o povoado de São Paulo de Piratininga.

É esse o critério, por exemplo, de Hélio Viana, que, ademais, subdivide as “bandeiras” em cinco ciclos: o do apresamento dos índigenas, ocorrido na própria Capitania, no Guairá, no Tape e no Itatim; o do ouro de lavagem, característico do primeiro século e que se desenvolveu inteiramente nos atuais Estados de São Paulo e Paraná; o do sertanismo de contrato, caracterizado pelo assalariamento de paulistas para combater, em nome do Governo, índios ou negros rebeldes em outras regiões do país; o grande ciclo do ouro, de que a descoberta de ouro e a ocupação de Minas Gerais é o principal resultado, mas que se estende também a Goiás e Mato Grosso; e os ciclos de povoamento, assim designadas as levas de paulistas que, em épocas diferentes, foram habitar regiões litorâneas, como Paranaguá e Laguna, ou interiores, como o Rio São Francisco, Curitiba e Palmas.

Neste trabalho, em que se estudará a formação das fronteiras amazônicas, todas situadas no lado espanhol da divisão de Tordesilhas, interessa a parte das bandeiras paulistas que ultrapassou de forma habitual o meridiano das 370 milhas, levando os limites terrestres do Brasil até quase os contrafortes andinos (o ponto mais ocidental do Brasil, situado na Serra de Contamana, Acre, na divisa com o Peru, está a mais de quatro mil quilômetros do Atlântico e a quinhentos quilômetros do Pacífico). Focalizaremos, pois, apenas os aspectos do grande ciclo do ouro e do ciclo de apresamento de índigenas que se deram a oeste da Linha de Tordesilhas. Minas Gerais, o mais importante cenário do grande ciclo do ouro, e o interior do Nordeste, onde os bandeirantes, depois de guerrearerem índios e negros revoltados no ciclo do sertanismo de contrato, transformaram-se nos pecuaristas e boiadeiros do

Focalizando o Movimento

Uma das poucas coisas certas sobre as bandeiras é que os bandeirantes não denominavam assim suas incursões sertanejas, pelo menos na época das grandes campanhas contra os jesuítas missionários, quando era mais provável que os grupos armados carregassem realmente uma bandeira (isto é, insígnia, pendão) como faziam as unidades militares regulares; nem sabiam, muito menos, que eram bandeirantes... Para designar uma bandeira, os documentos portugueses da época usam vários vocábulos, como entrada, jornada, viagem e, mais raramente, frota; às vezes, no caso de grandes expedições contra os indígenas, guerra. O padre Vieira emprega em certa passagem a palavra “arraial”⁵, que dá bem idéia de aldeia, cidade em marcha. Os que participam dessas jornadas não têm nome especial: são simplesmente homens, em certos casos soldados desta vila. Os jesuítas das missões espanholas referem-se sempre aos “portugueses de San Pablo”, ou, depreciativamente, aos maloqueiros (de “maloca” na acepção dos dicionários espanhóis antigos, nome de uma tribo indígena que praticava incursões escravagistas) ou mamelucos (do árabe “mamluk”, escravo; particularmente o escravo integrante das tropas turcas que conquistaram o Egito no século XVIII).

Taunay documenta pela primeira vez a palavra bandeira, com o sentido que aqui interessa, num documento do Conselho Ultramarino de 1676; e bandeirantes, só em 1740, quando já se extinguiu esse personagem histórico. Diga-se de passagem que há textos jesuítas espanhóis do começo do século XVII que falam em “vanderas” e que a chamada coleção De Angelis, que contém importante material do Brasil/Colônia, só mais recentemente explorada, tem um documento que diz: “Este año 1636 estan fuera de esta villa [S. Paulo] seis banderas contra los índios que nos ofendem”⁶.

Infelizmente não existe um só documento iconográfico sobre o efetivo uso da insígnia, ou sobre qualquer outro aspecto do movimento. Imagem de bandeirante, não há nenhuma: toda gravura, pintura, desenho, escultura que se vê hoje é uma interpretação artística posterior. O que há são descrições de contemporâneos das quais se pode tirar a seguinte imagem verbal. Os líderes da bandeira, capitães, alferes e sargentos, eram portugueses ou colonos da terra: “trajavam calças de algodão, protegidas de altas perneiras, um cinturão sobre o qual caía a camisa, e um gibão [espécie de casaco] de couro ou uma vestimenta estofada de algodão, que protegia o peito e o ventre. Andavam quase sempre descalços. Um chapéu de palha de abas largas, uma bolsa de couro a tiracolo, uma cuia para o rancho e um primitivo cantil de chifre

5. Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, p. 440

6. Jaime Cortesão, *Introdução à História das Bandeiras*, p. 58

completavam a farda e os aprestos desses mateiros... ”⁷. Quanto a armas, portavam as da época, “o trabuco, o arcabuz, o mosquete ”⁸. Alguns levavam machados, e todos usavam o facão, ao passo que “os índios da tropa [a grande maioria, marchando nus ou quase] iam armados de arco e flecha”⁹.

É muito comum ligar o movimento expansionista bandeirante à existência das vias fluviais que, do Planalto de Piratininga, demandam o interior do continente. O Tietê, em especial, nascendo nas proximidades de São Paulo, a cinquenta quilômetros do mar, e se embrenhando nas matas do oeste, teria “empurrado” – essa idéia recorrente – os paulistas ao sertão. Antes da chegada dos portugueses, já era via freqüentada pelos índigenas e, desde o início da colonização, foi caminho para os colonizadores, como ensina Capistrano de Abreu: “começaram a descer o Tietê desde os primeiros tempos, provavelmente antes do meado do século XVI. Uns foram subindo seus afluentes... Outros foram até o Paraná ”¹⁰. Os historiadores divergem entre o Tietê e o São Francisco, como o primeiro rio em importância para a unidade territorial do país: Capistrano prefere o São Francisco; Taunay, Mello Nobrega e Basílio de Magalhães, o Tietê. Todos reconhecem, entretanto, a excepcional função povoadora do velho Anhembi dos bandeirantes. Mas, apesar disso, é hoje em geral aceito que as bandeiras foram um movimento basicamente terrestre.

Foi Alfredo Ellis Jr. quem primeiro frisou que as rotas das bandeiras eram antigas trilhas indígenas, ou novas picadas abertas nas matas e nos campos. A mais conhecida e possivelmente mais importante trilha pré-cabralina, com cerca de 1.400Kms e cinco palmos de largura, era a que os índios chamavam “piabiru”, rebatizada pelos jesuítas de “caminho de São Tomé”, que ligava São Paulo à margem esquerda do Paraná (sul do atual Paraguai), cortando os rios Paranapanema, Tibagi e Pequeri. Na verdade, os bandeirantes viam os rios não como caminhos, mas como obstáculos a serem transpostos. Isto não quer dizer que muitos rios não fossem margeados ou servissem de pontos de referência nas longas jornadas pelo sertão, como se vê nos mapas de sertanistas da época. Quer dizer, apenas, que não eram habitualmente navegados na época das bandeiras, como vários livros levam a supor. Só na centúria seguinte à das bandeiras, isto é, no século XVIII, com as monções, é que os rios do percurso entre São Paulo e Cuiabá se tornaram, durante cem anos, uma transitada estrada fluvial.

Outra controvérsia sobre as bandeiras refere-se ao período da União Ibérica (1580 – 1640), considerado por alguns fundamental para

7. George Friederici, op. cit., p. 180

8. Ibidem, p. 180

9. Ibidem, p. 180

10. Mello Nobrega *História do Rio Tietê*, p. 83

seu surgimento e desenvolvimento e a conseqüente ocupação das terras extra-Tordesilhas. É comum a idéia de que nesse período não havia fronteiras nas Américas lusa e espanhola. Como diz Alfredo Ellis Jr: “Os moradores de ambas... regiões políticas não tinham... barreiras para passar dos domínios espanhóis para os portugueses, pois essas repartições políticas pertenciam a uma só nação”¹¹. Na opinião de Cassiano Ricardo duas circunstâncias favoráveis teriam então concorrido para estimular o bandeirismo: “a remoção do mito jurídico [a linha de Tordesilhas], que era imobilizador, e a exacerbação do mito do ouro [não havia barreiras para se chegar ao eldorado] que era expansionista”¹².

Há, entretanto, quem julgue ser um erro ver a União Ibérica como causa importante do movimento bandeirante, pois que, nesse período, as colônias americanas teriam permanecido tão separadas quanto o eram antes: “Bem longe de formar com a Espanha uma só nação, Portugal conservava todos os seus foros, liberdades e privilégios, usos e costumes, formando reino e coroa à parte, tanto na metrópole como nas províncias ultramarinas”¹³, explica Jaime Cortesão, um dos defensores mais radicais da tese da separação das colônias ibéricas durante o período filipino.

Abundam documentos oficiais que justificam essa última posição. Na América, como na Europa, as nações ibéricas permaneceram independentes, ligadas apenas pelo laço de terem um só monarca, inicialmente Felipe II (1580 – 1598), que, aliás, em Portugal chamava-se Felipe I exatamente para marcar a separação. Há inúmeras cartas-régias e outras instruções às colônias que se referem aos interesses específicos de uma coroa, às vezes contrários aos da outra. Mas na prática o interior da América do Sul, particularmente no atual Centro-Oeste e Norte do Brasil, era o “sertão bravo” onde vagueavam tribos indígenas e quase nunca se encontravam portugueses e espanhóis. Os pontos de encontro, como as missões jesuíticas espanholas, eram exatamente os pontos de atrito. Nas longuras do centro do continente, ninguém tinha meios para fiscalizar, nem antes, nem durante, nem depois da União Ibérica, o cruzamento da fronteira, se é que se pode considerar como tal o fugidio meridiano de Tordesilhas. É curioso observar que os autores que seguem mais de perto as viagens dos bandeirantes, como Taunay, Basílio de Magalhães e Carvalho Franco, não mencionam o final da União Ibérica como marco de alguma transformação no movimento. Nada teria mudado naqueles sertões.

O que não se pode garantir é que o bandeirismo teria existido e se desenvolvido da mesma maneira se não tivesse havido a União Ibérica. Afinal, o movimento se iniciou nesse período e bem se pode imaginar que, sem a união, os espanhóis teriam tomado mais providências para

11. Alfredo Ellis Jr., *Raposo Tavares e Sua Época*, p. 65

12. Cassiano Ricardo, *O Tratado de Petrópolis*, p. 34

13. Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, p. 78

defender as fronteiras orientais do Vice-Reinado do Peru e não seriam obrigados, como diz Georg Friederici, “a tratar Portugal com peculiar deferência, em virtude da tradicional inveja e até inimizade reinante...”¹⁴. Com Portugal independente, ademais, os holandeses provavelmente não haveriam ocupado Pernambuco e feitorias portuguesas na África, fato que, provocando a escassez de escravos negros, estimulou o bandeirismo de apresamento de indígenas. Esta menção aos holandeses nos faz lembrar que, ao término da União Ibérica, a parte então mais rica do Brasil, o Nordeste, estava ocupada. Se o período foi bom para a nossa formação territorial no interior – as bandeiras ultrapassavam facilmente o meridiano – foi mau no litoral. E não era nada certo em 1640 que os luso-brasileiros, representantes de um país já em declínio, venceriam pouco depois os colonos das Províncias Unidas, que estavam passando pelo momento mais glorioso de sua história.

Mais uma controvérsia sobre esse movimento de aspectos tão controvertidos é o possível papel povoador que desempenharam as bandeiras. É certo que as bandeiras “de povoamento” levaram populações a várias regiões do Brasil, o Sul principalmente. É também indiscutível que as do ciclo do ouro povoaram muitos pontos do interior. Af estão para comprovar a afirmativa as cidades históricas de Minas Gerais, cada uma nascida de um centro minerador. Aqui interessa particularmente o exemplo, menos importante e menos conhecido, da rede de povoações surgidas, diretamente da atividade de mineração, em Mato Grosso e Goiás, isto é, a oeste de Tordesilhas, em torno de núcleos como Goiás Velho (Vila Boa de Goiás), Cuiabá (Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá) e Vila Bela (Vila Bela da Santíssima Trindade). Sem os garimpeiros aventureiros dos primeiros tempos, vindos nas bandeiras descobridoras, e substituídos pouco a pouco, como em Minas, pelos membros de uma sociedade mais urbanizada, não se pode garantir que seria brasileiro o atual Centro-Oeste do Brasil.

É, sim, discutível o papel povoador que teriam tido as bandeiras cujo objetivo principal era o apresamento de indígenas. Vários autores sublinham, ao contrário, seu caráter despovoador. As primeiras bandeiras, do fim do século XVI, já haviam dizimado os estoques indígenas do vale do Rio Tietê; as grandes bandeiras, de dois a três mil homens, que destruíram, nas primeiras décadas do século XVII, as reduções jesuítas espanholas do Guairá, Tape e Itatim, são sempre apontadas como exemplos da ação anti-povoadora do movimento. Com relação às tribos “reduzidas” pelos jesuítas, é preciso, entretanto, lembrar que, do ponto de vista português, os bandeirantes destruíam frentes de penetração adversas; no caso das tribos “livres”, estavam abrindo vácuos populacionais que atrairiam o expansionismo mais dinâmico, exatamente o luso-brasileiro. Mencione-se, ademais, que são freqüentes os casos de

14. Georg Friederici, *op. cit.*, p. 191.

idades que se desenvolveram em torno de capelas fundadas por bandeirantes, geralmente nos locais onde se estabeleciam com seus agregados e índios: para ficar com um só exemplo, e bem do início do movimento nas primeiras décadas do séc. XVII, lembremos os irmãos Fernandes, André, Domingos e Baltazar, fundadores de três das mais antigas cidades de São Paulo, Parnaíba, Itu e Sorocaba.

A afirmação de alguns historiadores de que os bandeirantes teriam consciência de que com suas ações estavam conquistando para Portugal, às custas da Espanha, terras no centro da América do sul é muito questionável. Voltaremos a este importante tema. Aqui basta assinalar que vários episódios demonstraram que alguns bandeirantes, embora não conhecendo os meandros da regra do “uti possidetis”... parecem ter alguma idéia de que o descobrimento de terras e a freqüência de suas viagens por elas criavam direitos à nação a que pertenciam. Os jesuítas autores da *Relación de los Agravios* põem a seguinte frase, na boca de Raposo Tavares, antes de atacar uma das missões do Guaiará, em 1627: “Vimos aqui para expeli-los desta região inteira. Porque esta terra é nossa e não do rei de Espanha”¹⁵. Taunay relata, a propósito, interessante episódio da “petite histoire” das bandeiras, ocorrido no último quartel do século XVII, com o grupo integrado por Pedro Leme, em documentos espanhóis apelidado “el tuerto” por ter um defeito físico: “Certa vez viu sua bandeira detida no sertão de Vacaria, no sul de Mato Grosso, por numerosa tropa espanhola. Intimou o chefe castelhano aos paulistas que imediatamente deixassem aquelas terras que eram da coroa de seu soberano, o Rei Católico... e exigiu o espanhol que os intimados assinassem uma declaração de que reconheciam os direitos do rei da Espanha, sobre aquele vasto território... adiantou-se Pedro Leme a bradar que não assinaria de forma alguma tal papel porque aquelas campanhas eram e sempre haviam sido de El Rei de Portugal, seu senhor, e pelos paulistas seguidas e trilhadas todos os anos a conquistar bárbaros gentios”¹⁶.

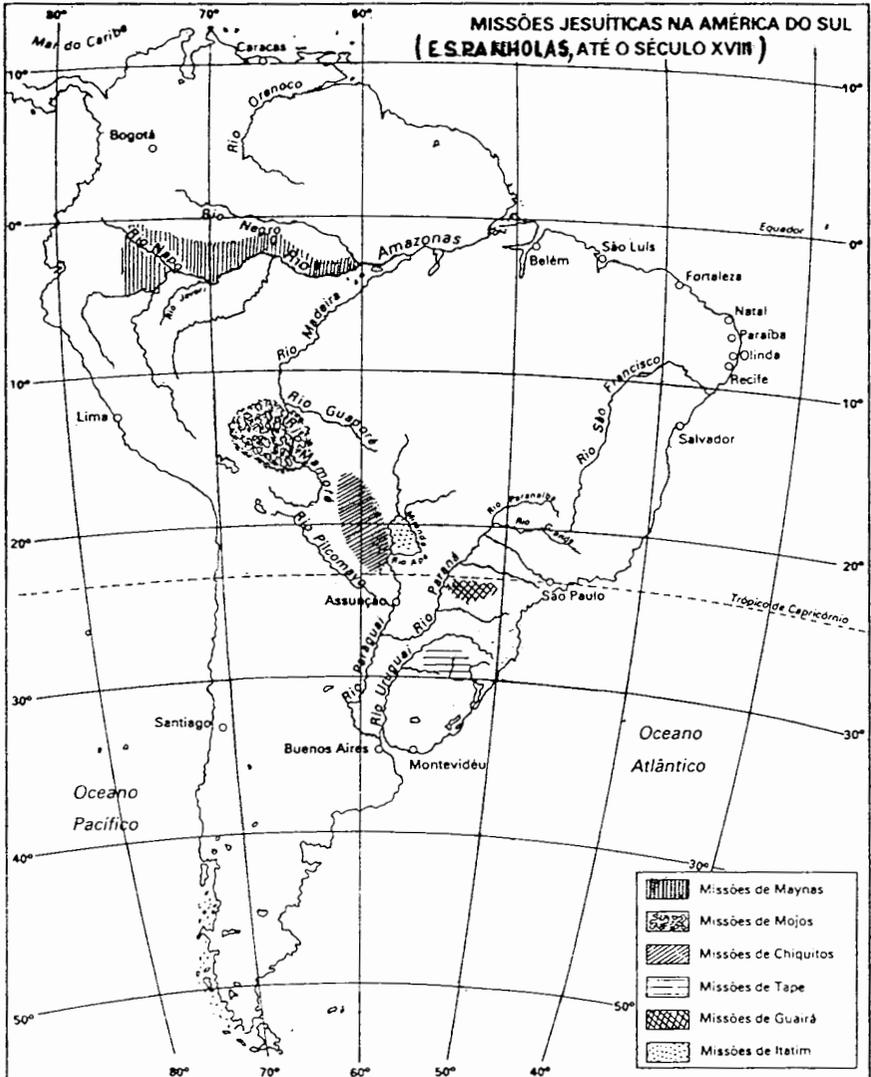
Cassiano Ricardo, tendo em vista esse episódio e outros semelhantes, também identifica a consciência que tinham alguns bandeirantes de que pertenciam a sua pátria as regiões que perambulavam sem oposição, há décadas. É, aliás, esse autor dos que mais frisam a relação entre bandeiras e fronteiras, em vários trechos de sua *Marcha para Oeste*, como este: “Todos os tratados referentes a limites entre o Brasil e os países hispano-americanos, estão... ligados ao bandeirantismo que levou nossa fronteira móvel para Oeste. Não se pode falar em fronteira, sem o argumento da penetração histórica”¹⁷.

15. John Hemming, *Cambridge History of Latin America*, vol. II, p. 35

16. Affonso Taunay, *Guia do Museo Republicano “Convenção de Itu”*, p. 28

17. Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste*, p. 576

MAPA 3



Lembre-se a observação de Eduardo Prado: “É fora de dúvida que, se tivessem sido felizes em seus titânicos esforços os jesuítas castelhanos, o Brasil seria quando muito a metade do que é hoje”. (*Paulística, Retrato do Brasil*, p. 159)

Histórias

Apesar de boa parte da expansão geográfica do Brasil ter-se feito em torno das bandeiras, este movimento, o “único aspecto original de nossa história”, segundo Euclides da Cunha¹⁸, produziu pouquíssima historiografia até a década de vinte, no nosso século. Duas razões principais explicam essa situação. Em primeiro lugar, os bandeirantes não documentavam suas viagens, nem escreviam memórias; esporadicamente faziam testamentos, às vezes em pleno sertão, à beira da morte “de umá frechada que lhe penetrou o vasio”¹⁹, como diz em várias passagens Pedro Taques. Depois, por serem em geral obscuras jornadas de mamelucos, não podiam as bandeiras atrair a historiografia oficial do período colonial, de tendência áulica e sempre “demasiada encantada com os aspectos externos da defesa de Portugal, na América, contra a Holanda”²⁰, lembra José Honório Rodrigues. A situação não mudou muito no período imperial, como se vê na obra daquele que é considerado o maior historiador da nacionalidade, Varnhagen, onde o tema não merece estudo mais profundo. “A visão do mundo de Varnhagen é política” – explica um crítico contemporâneo – “revela a preocupação dominante na classe social dirigente do nosso país, durante o século XIX”²¹. Desse ponto de vista que privilegia a ação dos governantes, não há muito espaço para ações de cidadãos comuns.

De contemporâneo do bandeirismo, o que há, em abundância, é a literatura jesuítica antibandeirante, que se constitui em fonte básica para muitos historiadores. Específicos sobre o tema foram os inacionos espanhóis, cuja expansão missionária se chocou violentamente, nas três primeiras décadas do século XVII, com a expansão bandeirante nos aldeamentos do Uruguai, do Tape (ambos no atual Rio Grande do Sul), do Guairá (no oeste paranaense) e do Itatim (no sudoeste de Mato Grosso do Sul). O livro mais conhecido desse ciclo de literatura é *Conquista Espiritual*, do limenho Antonio Ruiz de Montoya, grande homem de pensamento e ação, que era o Superior das reduções do Guairá, por ocasião das agressões paulistas na segunda década do século XVII. É obra importante mas é obra de luta, de propaganda, como reconhece um autor tão simpático aos índios como John Hemming, em *Red Gold from Brazil*: “*The Spiritual Conquest* is a brilliant manifest. It contained enough exaggeration and embellishment to arouse a reader’s full sympathy and indignation, and yet remained essentially accurate”²².

18. Affonso Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, p. 13

19. Pedro Taques, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, tomo I, p. 261

20. José Honório Rodrigues, *História da História do Brasil*, p. 113

21. Nilo Odália, *Varnhagen*, p. 16

22. John Hemming, *Red Gold From Brazil*, p. 247

A historiografia hispano-americana posterior deu curso amplo à versão perversa das atividades dos sertanistas de São Paulo. Alimentada adicionalmente pela frustração dos territórios perdidos por causa da ação bandeirante, é pródiga em frases injuriosas para com o bandeirismo, tais como estas, sonoras, catadas ao acaso em importantes historiadores argentinos: “El espectáculo aterrador de aquel infernal movimiento!” (Carlos Correa Luna); “... aquelas cacérias de escravos que contribuyeran a la ruina de las misiones y dejaran en las selvas del Brasil y del Paraguay un recuerdo de horror” (Enrique de Gandia); “hordas semi salvages... a la busca de la carne humana” (Angel Scenna).

No período colonial há apenas duas obras de valor com compreensão da importância do bandeirismo na formação territorial do Brasil: a *Memória para a História da Capitania de São Vicente*, de Frei Gaspar da Madre de Deus, e um livro de Pedro Taques, fundamental para o estudo do movimento, mas que ficou mais ou menos esquecido até 1869, quando a revista do Instituto Histórico começou sua publicação (só um terço de seu conteúdo sobreviveu). Trata-se da *Nobiliarchia Paulistana Histórica e Genealógica*, redigida principalmente entre 1760 e 1770, isto é, quando os bandeirantes já se haviam transformado nos povoadores de Minas Gerais, de Mato Grosso, de Goiás, do Sul. Apesar de ser um livro sobre genealogia, recolhe a tradição oral das bandeiras e “é uma das maiores fontes de informação do Brasil e de São Paulo, desde o descobrimento aos anos setenta do século XVIII”²³.

Estes livros e uma ou outra poesia do movimento arcádico, em especial “Vila Rica”, de Cláudio Manoel da Costa, formam a primeira conceituação do bandeirismo, com valorização dos personagens que asseguram para o Brasil a posse de seu imenso interior. Quem o diz é Antonio Cândido: “Debruçados sobre o passado da terra, os três homens procuram traçar a sua projeção no tempo, irmanados pelo sentimento de orgulho ancestral e a consciência de dar estilo aos duros trabalhos que plasmaram metade do Brasil. A verdade e a fantasia irmanam-se igualmente no seu labor, e dêle sairá a primeira visão intelectual coerente da grande empresa bandeirante. Contrariando as informações jesuíticas e de mais de um reinol agastado, acentuam-se a lealdade, a magnanimidade, a nobreza dos duros aventureiros de Piratininga, traçando-lhes o perfil convencional que passou à posteridade”²⁴.

João Ribeiro, em 1900, escreveu sua *História do Brasil*, o primeiro livro em que é o povo, os anônimos mamelucos inclusive, o agente principal da elaboração histórica. Antes deste livro, os historiadores davam excessiva importância à ação de governadores e outros “figuras”, como diz Gilberto Amado. João Ribeiro “refletia entre nós um

23. José Honório Rodrigues, op. cit., p. 23

24. Antonio Cândido, “Aspectos sociais da literatura em São Paulo”, in *Ensaio Paulistas*, p.201.

movimento renovador, cujo centro de eclosão foi a Alemanha... Esse movimento veio liquidar o conceito restrito da história, ligado ao sucesso político e administrativo. O campo da história é muito mais amplo. Abrange toda a forma de cultura”²⁵.

As duas visões do bandeirismo, a apreciativa e a depreciativa, convergem em Capistrano de Abreu, solidário com o sofrimento dos índios e ao mesmo tempo interessado na ocupação do território. Foi o primeiro historiador a dar a relevância devida à “história do interior”, por oposição à “história do litoral”, e a ressaltar o significado excessivo que sempre se deu à última. A unidade “O Sertão”, de seus *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, é trecho antológico para o conhecimento do Brasil e assim se inicia: “A invasão flamenga constitui mero episódio da ocupação da costa. Deixa-a na sombra a todos os respeito o povoamento do sertão, iniciado em épocas diversas, de pontos apartados, até formar-se uma corrente interior, mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”²⁶.

A conquista do sertão, para Capistrano, era o mais importante evento dos trezentos anos do período colonial. Embora seu tema predileto fosse o sertão do Nordeste, em particular a zona entre o São Francisco e o Parnaíba, onde pensava estar o “nó da História do Brasil”²⁷, a importância que atribuiu, de modo geral, ao interior do país e aos caminhos da penetração foi o grande estímulo que tiveram os historiadores da ocupação do território extra-Tordesilhas. Uma comparação de forma é bem representativa do espírito: das menos de 200 páginas dos *Capítulos* há 70 dedicados ao sertão e 30 ao litoral (Guerras Flamingas); aproximadamente o inverso da proporção existente na *História Geral* de Varnhagen.

Conhecedor de todas as fontes, mas mais humanista que nacionalista, Capistrano aceitou julgamentos sobre os bandeirantes contidos nas obras dos jesuítas espanhóis. Sua generosa simpatia pelos índios igualmente deve ter contribuído para a dúvida moral que expressa sobre algumas proezas bandeirantes, da fase do apresamento de indígenas, em conhecida passagem: “Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”²⁸.

A visão dos jesuítas, a postura de historiadores do prestígio de um Capistrano de Abreu, certamente influenciaram os estudiosos e divulgadores brasileiros que criaram uma versão negativa do movimento bandeirante. É, embora de forma menos nítida, a “leyenda negra” da colonização espanhola na América – a conquista por ela seria um bárbaro episódio de destruição – trasladada ao fato básico da formação

25. João Ribeiro, *História do Brasil*, p. III

26. Capistrano de Abreu, op. cit., p. 121

27. Capistrano de Abreu, *Correspondência*, vol. II, p. 82

28. Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 126

territorial do Brasil. Aliás, o capítulo LXXV, “Entrada de los de San Pablo en Jesús María”, da *Conquista Espiritual*, que descreve a destruição de uma das missões do Tape pela bandeira de Raposo Tavares (não mencionado pessoalmente, para que seu nome não tivesse notoriedade, segundo Jaime Cortesão), rivaliza-se com as páginas mais eloqüentes da obra poderosa e panfletária do Bispo Las Casas, uma das fontes principais da lenda negra.

Com a divulgação das atas e outros documentos da edilidade paulistana e de inventários e testamentos antigos, feita pelo Arquivo Histórico do Estado de São Paulo, nas duas primeiras décadas do século XX, começou a haver material para as monografias de Washington Luiz, Alcântara Machado, Alfredo Ellis Jr., Paulo Prado, Basílio de Magalhães e Carvalho Franco e para os trabalhos fundamentais de Afonso d’Escragnole Taunay, especialmente sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, cujo primeiro tomo foi publicado em 1924 e o décimo-primeiro e último em 1950. Mais recentemente outros historiadores, como Aurélio Porto em *História das Missões Orientais do Uruguai*, começaram a explorar os documentos da chamada “Coleção de Angelis” (adquirida pelo Governo em 1853 e hoje depositada na Biblioteca Nacional), que, contrastando com a versão dos jesuítas espanhóis, deixam os bandeirantes bem melhor perante o tribunal da História.

Julgamentos

Na verdade de muitos eventos históricos se pode tirar uma lenda branca – no caso dos bandeirantes, o herói com escassos meios e seus grandes trabalhos; e uma lenda negra – o cruel caçador e suas vítimas indígenas. Bem pergunta o geógrafo francês Pierre Monbeig, precisamente ao meditar sobre o bandeirismo: “Mas que episódio da história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime?”²⁹.

Autores importantes de nacionalidade neutra, como o alemão Georg Friederici, não restringem qualificativos elogiosos ao tratar dos feitos bandeirantes e das conseqüências territoriais de suas ações, ao mesmo tempo em que carregam nas tintas ao descrever o tratamento dado aos indígenas. Bastam dois parágrafos de seu *Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus* para ilustrar essa posição balanceada: “Quando, finalmente, chegou ao termo o período das bandeiras, os paulistas, tanto os brancos como os mamelucos, tinham feito grandes descobertas geográficas e encontrado quase todas as minas e jazidas de ouro e diamantes do Brasil. Deram vida e impulso a

29. Pierre Mobeig, *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*, p. 120

amplas camadas da população e muito realizaram em prol da expansão geográfica e do poder político e econômico do Brasil. Pelo caráter ímpar de seus feitos e por seus méritos insuperáveis, sua ação ultrapassa a época em que viveram, projetando-se no futuro... Mas, durante todo esse tempo, os paulistas deixaram atrás de si indelével traço de rufna e desolação... A indizível calamidade, a dor e a desgraça que, sua rapinagem e cativoiro, causaram a essa gente [os índios], as suas mulheres e crianças inocentes, são algo de que não se pode fazer uma idéia exata”³⁰. Na verdade, em vários autores hispano-americanos há também, além da condenação moral, a admiração pelo feito. Uma frase apenas, de Enrique de Gandia, ilustra bem a afirmativa: “Los terribles bandeirantes, cuyo solo nombre infundia pavor en las misiones jesuíticas y en los poblados del Paraguay, fueran los hacedores de una grande nación”³¹.

O que realmente ressalta dos documentos é a dureza dos bandeirantes para com os naturais da terra, até a brutal violência de um outro personagem. Nada a justifica. Lembre-se, entretanto, que “los conquistadores” da América hispânica, “les coureurs des bois” do Canadá, os americanos do “farwest”, os holandeses nas Índias, os ingleses na Austrália, os alemães da empresa comercial dos Welser (que ocupou a Venezuela de 1529 a 1546), enfim, todos os outros povos “civilizados” da Europa não foram mais “gentis”, em suas relações com os nativos. A violência dos fronteirços de uma civilização em contato com outra, tecnicamente inferior, é, infelizmente, uma constante de todos os tempos, de todos os lugares.

A verdade é que encontramos ações violentas em todos os segmentos sociais, inclusive entre os jesuítas, certamente o grupo mais culto e generoso para os padrões da época e do lugar. Também eles usaram, na expressão do beato Anchieta, a “espada e a vara de ferro”³² para ajudar os indígenas... a entrar no paraíso: “compelle eos entrare”, como reza a passagem bíblica. Também eles desprezaram os valores culturais dos indígenas na sua política de aldeamentos. Hemming lembra bem que os carijós (tribo tupi das proximidades de São Paulo) “marching on slaving bandeiras were probably just as happy as their guarani cousins in secure, pious and artificial world of the jesuits”³³. Seguir sertanistas nas trilhas do interior, guerrear com outras tribos, estava possivelmente mais próximo do seu mundo cultural, isto é, respeitava mais seus valores, do que viver “reduzido” nas aldeias agrícolas dos jesuítas, por melhor que fossem as intenções destes.

Os bandeirantes poderiam, quem sabe, beneficiar-se do reconhecimento de que os tempos eram outros, rudes para nossos padrões

30. Georg Friederici, op. cit., p. 200

31. Enrique de Gandia, *Las Misiones Jesuíticas y Los Banderantes paulistas*, p. 84

32. Paulo Prado, *Paulística e Retrato do Brasil*, p. 77

33. John Hemming, *Red Gold from Brazil*, p. 25

atuais. Isto permitiria, tangenciando a indagação de Capistrano, se valeu a pena a conquista, perguntar se é correto julgar com valores contemporâneos a ação dos homens de outros séculos, de outras culturas. É o argumento usado pelo poeta espanhol Manuel José Quintana para explicar a atitude dos conquistadores:

“Su atroz codicia, su inclemente saña,
“Crimen fué del tiempo, no de España”.

Mas nenhum argumento desculpa a violência comprovada de bandeirantes contra indígenas; nem esconde a verdade de que foram os jesuítas, com todos os possíveis erros de seus métodos de aculturação, que verbalizaram a consciência moral da época, com sua defesa constante das populações autóctones.

A Visão Ortodoxa

Oliveira Viana, em *Populações Meridionais do Brasil*, que já foi classificado, com algum exagero, como sendo a *Casa Grande e Senzala* do Sul, descreve a sociedade bandeirante de tal modo, que a impressão primeira que fica no leitor é a da riqueza e do fausto de certos personagens da época. Fala, por exemplo, da abundância e do luxo da fazenda do Padre Guilherme Pompeu de Almeida, em Araçariguama, não longe de São Paulo, onde por volta de 1700 comia-se muito bem a qualquer hora em que o viajante chegasse; camas ricamente preparadas havia para mais de cem hóspedes; e a biblioteca e a prataria eram de primeira qualidade. Este aspecto do livro, publicado em 1918, foi bastante criticado e o autor, a partir da segunda edição, explica-se em um “Addendum”, em que reconhece que a riqueza dos paulistas da época das bandeiras era excepcional: só existia em certos casos, em locais e tempos bem determinados. Põe culpa pela impressão incorreta que dera em Pedro Taques, sua fonte para esses episódios, a quem passa a chamar de “fabulista imaginoso, pois suas descrições não condizem com o testemunho que nos dão os inventários dos antigos bandeirantes”³⁴. E acrescenta a informação fundamental: “Estes documentos históricos, numerosíssimos, revelam, ao contrário da opulência e luxo, uma extremada modéstia no viver daqueles antigos povoadores”³⁵.

Não há dúvida que a visão de Oliveira Viana, refocalizada após as críticas e, provavelmente, após a leitura dos testamentos de bandeirantes que estavam sendo publicados na década de vinte, corresponde à idéia geral refletida pelas principais obras sobre o bandeirismo, publicadas depois de *Populações Meridionais*. Afora exceções, como a do citado padre-fazendeiro-banqueiro, a regra geral é a exigüidade de bens

34. Oliveira Viana, *Populações Meridionais do Brasil*, p. 295.

35. *Ibidem*, p. 295

dos bandeirantes e de seu núcleo populacional básico, São Paulo. Se a essa característica do movimento, a pobreza, aliarmos duas outras – sua independência e o que se poderia chamar de “atração pelo sertão” – teremos os três elementos básicos da visão ortodoxa do bandeirismo, isto é, aquela que fica da leitura dos principais autores do movimento, que são também os que mais se apóiam nas fontes documentais publicadas neste século.

Para atestar a pobreza de São Paulo e dos bandeirantes abundam documentos: “dos quatrocentos inventários seicentistas, há apenas vinte que delatam alguma abastança”³⁶, o que é muito expressivo se considerarmos que os que têm posses são exatamente os mais interessados em deixar testamentos. Daí a frase que se repete como uma ladainha nos testamentos da época, a justificar as entradas pelo sertão afora: os bandeirantes iam “buscar remédio para sua pobreza”³⁷. Segundo Sérgio Milliet, do estudo dos inventários da época das bandeiras, feito em *Vida e Morte do Bandeirante*, Alcântara Machado teria achado “um bandeirante pobre e analfabeto, grosseiro de modos e de haveres parcos, vivendo quase na indigência, duro para consigo mesmo e com seus semelhantes, austero e primário, em luta permanente contra as dificuldades de toda espécie, amante apavorado do sertão, e por todas essas razões naturais, sensatas, lógicas, capaz de arrancadas maravilhosas que não se lhe apresentavam como oportunidades de glórias, mas sim como soluções de inexorável urgência”³⁸.

O povoado bandeirante, por sua vez, não passa, por longos anos, “de miserável aldeia, simples entreposto à entrada do planalto...”³⁹. Teria apenas “mil e quinhentas almas”⁴⁰ ao terminar o século XVI, isto é, na época das primeiras bandeiras. Cem anos depois, no final do ciclo, sua população não chegaria a mais de cinco mil habitantes. A região onde se situava a cidade – o planalto de Piratininga – era pobre, tanto no que se refere às riquezas minerais, quanto à qualidade das terras, limitações fundamentais para uma povoação interiorana da época, que geralmente tinha sua economia baseada na agricultura ou na mineração. O que salvava São Paulo era a posição estratégica, na encruzilhada das vias de penetração terrestres e fluviais. São Paulo é um “nó de comunicações”, como bem explica Caio Prado Jr: “Será por aí sobretudo a safda do continente interior para o litoral, e o acesso deste àquêle. O primeiro sentido, do centro para a costa, será imemorialmente o de um dos ramos dos tupis-guaranis (os guaranis, propriamente) que partindo de seu foco original e centro de dispersão, a região entre o Paraná e o Paraguai, alcançará a costa passando por São Paulo... Iniciada a civili-

36. Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, p. 18

37. *Ibidem*, p. 16

38. *Ibidem*, p. 17

39. *Ibidem*, p. 19

40. *Ibidem*, p. 49

zação, é por São Paulo que se farão as primeiras penetrações do continente: para o altiplano central (Minas Gerais), para a grande depressão interior (bacia do Paraguai) e para os campos do Sul”⁴¹.

Quanto à independência do movimento bandeirante, em relação a Lisboa, ou a Salvador, é esta uma constatação de todas as fontes. Os jesuítas espanhóis referem-se sempre à autonomia da população de São Paulo: “Toda aquella villa es de gente desalmada y alevantada que no hace caso ni de las leyes del Rey ni de Dfos”⁴². Documentos da administração colonial frisam essa mesma autonomia. A D. Pedro II dizia um Governador do Rio de Janeiro em 1691: “os moradores de São Paulo não guardam mais suas ordens que aquelas convenientes aos seus interesses”⁴³. A D. João IV informava o Provedor da Real Fazenda no Brasil “que com a maior facilidade [os paulistas] se amotinavam e desobedeciam às mais estritas ordens dos delegados régios”⁴⁴. Em Lisboa havia a mesma visão da independência paulista: O Embaixador da Espanha em Portugal informa Madri, em 1676, da impotência do Governo local para atender às reclamações espanholas de violações de fronteiras, porque os paulistas, “jente sublevada y forajida”, eram incontrolláveis: “Estes portugueses de San Pablo viven sin freno del respecto y del terror del castigo de los gobernadores del Brasil”⁴⁵.

O “caminho do mar”, se pela sua simples existência assegurava a ligação entre São Paulo e São Vicente, pela sua precariedade garantia a independência do planalto. Pouco mais do que uma fmgreme trilha indfgena, tornava muito diffcil os contatos com a “civilização”, isto é, com o litoral, estimulando a vida autônoma. Em casos de ataque de índios, como o que ocorreu em 1595, quando São Paulo foi quase destruído, seus habitantes só poderiam confiar em suas próprias forças. Serpenteante, estreito e escarpado, era facilmente bloqueável, o que fazia de São Paulo uma fortaleza inexpugnável: “uma Rochela”⁴⁶, como diz um documento de 1663, lembrando, para indicar a insubmissão de São Paulo, a agressiva independência que, em certo período da História da França, teve esse porto, bastião principal do protestantismo francês, frente ao catolicismo dominante.

Um exemplo final, muito divulgado, da autonomia exagerada de São Paulo, é o episódio da aclamação de Amador Bueno da Ribeira, em 1641. Os paulistas, ao receberem a notícia da restauração de D. João IV, preferiram dar base jurídica a sua independência de fato e escolheram seu rei na pessoa de um cidadão ilustre... que, para o bem da

41. Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporâneo*, p. 61

42. Paulo Prado, op. cit., p. 35

43. Affonso Taunay, op. cit., vol. II, p. 283

44. *Ibidem*, p. 283

45. *Ibidem*, p. 280

46. *Ibidem*, p. 283

futura unidade nacional, teve o bom senso de não aceitar o cetro e fugir dos seus aclamadores.

Uma palavra, agora, sobre a mais abstrata, embora igualmente muito documentada, caracterfstica do movimento bandeirante “a atração do sertão”. Tirante a costa, tudo no Brasil colonial era sertão. A palavra deriva, por aférese, de “desertão”, trazendo, portanto, a idéia de amplitude geográfica e baixa densidade populacional. É palavra portuguesa antiga, constando, por exemplo, da carta de Caminha. No plural, entretanto, é brasileiro. De uma forma ou de outra é vocábulo bem brasileiro porque talvez só aqui se tenha consciência nítida do que é sertão, palavra intraduzível com exatidão em outras línguas (os espanhóis usam o portuguesismo “sertón”) e caracteristicamente repetida no título de obras importantes de nossa literatura, como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *Pelo Sertão*, de Afonso Arinos, *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, ou de nossa música popular, como o antológico *Luar do Sertão*, de Catulo da Paixão Cearense, e até de nossa menos abundante música erudita, como os movimentos “Lembranças do Sertão” e “Canto do Sertão”, das *Bachianas nº 2 e 4*, respectivamente, de Villa-Lobos. O interior era o Sertão de Cataguás (região histórica de Minas), o Sertão de Vacaria (no Mato Grosso do Sul), o Sertão dos Parecis (Rio Tapajós), o Sertão dos Patos (interior de Santa Catarina), o Sertão do Paraupava (região do Tocantins) e tantos outros sertões. E São Paulo era a “boca do sertão”.

Da vila de São Paulo, todos vão para o sertão: “Vão os adolescentes. Vão também os velhos. Cerca de noventa anos tem Manuel Preto ao morrer de uma flechada em plena floresta. Sessenta e seis, o Governador Fernão Dias Paes Leme, ao iniciar a jornada das esmeraldas, rematada pela morte no arraial de Sumidouro, sete anos depois. Não se cansam jamais: vinte e quatro vezes Manuel Campos Bicudo se interna no sertão”⁴⁷. É a palavra mais comum nos documentos da época: “... aparece e reaparece nos inventários paulistas dos dois primeiros séculos, a denunciar que para o sertão está voltada constantemente a alma coletiva como a agulha imantada para o pólo magnético”⁴⁸.

Teria a atração pelos sertão raízes no sangue indígena que corria abundante nas veias paulistas? É uma causalidade difícil de provar. O certo é que em São Paulo a miscigenação foi uma prática constante. O patriarca João Ramalho, que tanto Martim Afonso de Souza, em 1532, como Anchieta, em 1554, já se encontravam “com seus filhos mamelucos dominando o Planalto de Piratininga”⁴⁹, dera o exemplo inicial. A influência indígena em São Paulo persistiu durante todo o período das bandeiras, o que levou historiadores do valor de Georg Friederici a

47. Alcântara Machado, op. cit., p. 234

48. *Ibidem*, p. 231

49. Paulo Prado, op. cit., p. 46

considerá-las como fenômeno tipicamente mameluco. Realmente, até meados do século XVIII falava-se em São Paulo mais a língua-geral do que o português. Há casos de bandeirantes, como Domingos Jorge Velho, o brutal conquistador dos Palmares, que precisava de um “língua”, como se dizia, isto é, de intérprete, para se comunicar com quem falasse português. Foi esse o idioma das bandeiras, como indígena era também a alimentação e muitos dos hábitos dos bandeirantes: o sistema agrícola das queimadas e o de construir casa de taipa; o costume do banho diário, de dormir em rede e até, para forçar o pitoresco, de comer a formiga içá...

Com o desenvolvimento atual de São Paulo, a visão ortodoxa do bandeirismo, de que tentamos identificar acima os traços principais, sofre certa deformação idealista. Começaram-se a repetir expressões heróicas sobre os bandeirantes, pinçadas aqui e ali, tais como “raça de gigantes”, uma frase traduzida de Saint-Hilaire, que serviu de título a uma obra de Ellis Jr. O bandeirante, rude caçador de índios, virou o herói de epopéias, o ilustre ancestral das famílias “quatrocentonas” de São Paulo, o altivo personagem das pinturas e estátuas, elegante, nobre, de chapéu, colete e botas de couro. Às vezes a cavalo, como no imponente “Monumento às Bandeiras”, de Victor Brecheret. Esse exagero provocou uma reação, também excessiva, atualmente em moda, como se vê em livros de divulgação mais recente, tais como *Bandeirantismo: Verso e Reverso*, de Carlos Davidoff, e *Como o Brasil Ficou Assim*, de Enrique Peregalli, nos quais os aspectos negativos do movimento – a violência cultural contra os indígenas, a vitória desonrosa contra os mais fracos – são privilegiados.

Na realidade, acabamos de ver isso, o personagem que se tira dos autores “clássicos”, do movimento, de Alcântara Machado em especial, pois foi quem mais estudou o “homo” bandeirante, é basicamente um mestiço, pobre, ambicioso, rústico, que, “descalço de pie y pierna”⁵⁰, como diz um documento de 1676 do “Cabildo” de Assunção, percorre sem parar as trilhas do interior do Continente. Dotado, no entanto, daquela vitalidade brutal que lhe permitia, na esteira de seus antepassados paternos, navegar confiante pelas tormentosas rotas do sertão sem fim.

A Dimensão Política

Na visão que consideramos ortodoxa do bandeirismo, a impressão dominante é a da independência do movimento em relação à Metrópole. Nos livros sobre bandeiras não faltam descrições de jornadas mostrando seus protagonistas como representantes de um espírito puramente local, sem nenhuma solidariedade com os objetivos do Gover-

50. Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, p. 25

no português. “O paulista” – é Paulo Prado quem o diz – “palmilhou a maior parte da ‘terra inóspita e grande’ dos sertões brasileiros quase só, na rudimentar organização da bandeira, sem nenhum auxílio oficial, e muitas vezes infringindo ordens severas do Ultramar”⁵¹. Não teriam, entretanto, pelo menos alguns bandeirantes a ideia de que estavam ocupando terras para Portugal? Não procurariam, ademais, os governantes lusos influenciar o movimento bandeirante na direção de suas metas expansionistas?

No estudo do bandeirismo como fator da ampliação territorial do Brasil, é o enfoque de Jaime Cortesão o que mais privilegia a ação orientadora da Coroa portuguesa. Este enfoque, perceptível em toda a obra do historiador português, é central em *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*, onde, ao estudar os feitos do bandeirante, julga ver claramente a “mens” política da Metrópole dirigindo o rude braço que destruiu as reduções jesuíticas espanholas no Sul e no Oeste e planejando as largas passadas da chamada “bandeira dos limites”, que, saindo de São Paulo em 1648, pelos rios Madeira e Amazonas, chegou a Belém em 1651, depois de ter passado pelas regiões mais orientais do Vice-Reinado do Peru.

Português de nascimento, Raposo Tavares veio para São Paulo com vinte anos. Nunca perdeu contato com os interesses da Coroa, inclusive porque seu pai era o preposto do Conde de Monte Santo, donatário da Capitania de São Vicente e um dos grandes estimuladores oficiais do bandeirismo. Um ano antes da bandeira dos limites, esteve em Portugal, de onde teria retornado “encarregado de uma missão em grande parte secreta”⁵². A parte ostensiva era tentar descobrir metais preciosos; a outra seria conhecer melhor o Oeste do Brasil, para poder bem identificar os interesses de Portugal na região. Mas Raposo Tavares não é a única exceção, embora suas ações sejam excepcionais; é um exemplo entre vários. Outros bandeirantes, quase todos portugueses de nascimento, como Manoel Preto ou Fernão Dias Pais, também estavam interessados em fazer passar à Coroa portuguesa, além do Prata e do Amazonas, o centro da América do Sul, aquela região quase desconhecida que, em antigos mapas espanhóis, figurava sob a rubrica “provincias no descubiertas”.

Não chega Jaime Cortesão ao exagero de supor que a razão geopolítica seja a causa de todas as bandeiras; mas não crê igualmente que a caça ao índio ou a procura de metais preciosos esgotem os objetivos do movimento: “Seria errado... supor que todas as bandeiras e todos os bandeirantes obedecessem estritamente a objetivos econômicos, sem a menor consciência da política e das realizações geográficas que a expansão das bandeiras entranhava. Houve também, ora anterior ora

51. Paulo Prado, op. cit., p. 84

52. Jaime Cortesão, *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil* p. 341

conjuntamente com os ciclos da caça aos índios e da busca do ouro, aquilo que poderíamos chamar uma política de realização da ilha-Brasil...”⁵³. Detenhamo-nos sobre esta idéia.

Desde os primeiros tempos, teria tido o Governo português – ora representado pelos melhores administradores do Conselho das Índias, ora por governantes locais de tirocínio – a noção da impropriedade do meridiano das trezentas e setenta milhas como divisa de sua colônia americana. Como diz Cortesão, “o Tratado de Tordesilhas, atribuindo à soberania lusa uma base frusta e inviável de Estado, serviu de estímulo à busca porfiada de novos lineamentos geográficos, que lhe dessem formação orgânica e condições de segurança”⁵⁴. A idéia da base territorial insuficiente teria sido adquirida dos tupis-guaranis, a grande nação que dominava a costa leste, o atual Paraguai e outras regiões do atual território brasileiro. Dos tupis-guaranis, o português não só aprendeu a língua, percorreu as trilhas, adquiriu hábitos, mas também, o que interessa particularmente aqui, assimilou a noção da unidade do país que habitavam. “Povos dotados duma grande capacidade de expansão, não possuiriam os tupis-guaranis... [pergunta Cortesão, para depois responder afirmativamente] uma cultura geográfica ainda que rudimentar, correspondente a sua área de deslocação? E não haveriam comunicado... aos europeus... uma noção de unidade do território, incompatível com o Tratado de Tordesilhas?”⁵⁵ A essa ampla área, os índios dariam o nome de Pindorama, segundo repetem manuais escolares, sem base nos documentos.

E, assim, teriam os colonizadores entrado em contato com o mito da ilha Brasil, expressão divulgada por Cortesão, mas já encontrada em um ou outro geógrafo do século XIX (Jaime Batalha Reis fala, por exemplo, em obra de 1896, em “ilha brasileira”). O país dos tupis-guaranis, onde se falava o idioma que os jesuítas gramaticalizavam na “língua geral” (conhecida também pelo termo tupi “abeneenga”, língua de gente), seria uma ilha limitada no interior pelo encontro de “um grande rio do Norte” com o rio da Prata. O encontro se daria numa lagoa que, em tempos e lugares diferentes, teve muitos nomes: “xaraes”, talvez o mais comum, “eupana”, “paytiti”, “dourada”, “manoa”, etc. Nos primeiros tempos, o grande rio do Norte foi identificado como o Tocantins e, dessa maneira, a lagoa estaria no Planalto Central. A visão de uma ilha Brasil alongada na direção norte-sul e quase totalmente dentro do meridiano das 370 milhas estava, aliás, bem de acordo com a idéia, que persistiu por alguns anos, de que a América do Sul era bem mais estreita do que é realmente. Isto explica os documentos espanhóis que falam do perigo que poderiam significar os “raids” dos habitantes de São Paulo, situada a cerca de cinquenta quilômetros do Atlântico,

53. *Ibidem*, p. 133

54. *Ibidem*, p. 9

55. *Ibidem*, p. 21

para Potosi, o centro da riqueza espanhola nos Andes, como se o Planalto de Piratininga ficasse perto do altiplano boliviano.

É curioso observar que há base física para o mito. Na área do Distrito Federal encontram-se, quase se tocando, as nascentes de rios das bacias do Prata e do Araguaia-Tocantins (e também a do São Francisco). Nas proximidades de Planaltina, no Parque das Águas Emendadas, existe o que um folheto da Secretaria de Agricultura do Governo do Distrito Federal, de 1979, chama, provavelmente com exagero, “um dos mais extraordinários fenômenos hídricos do mundo”. Nas extremidades de um pântano, estreito e comprido, nascem dois córregos que vão lançar suas águas, um no rio Maranhão, tributário do Tocantins, outro no rio São Bartolomeu, que pertence à bacia do Paraná. Se se quisesse forçar mais a coincidência do mito com a realidade, poderia ser lembrado, primeiro, que o pântano pode ter sido um lago e, depois, que bem próximo existe realmente uma lagoa, a histórica Lagoa Bonita, sempre mencionada por visitantes ilustres do Planalto Central, como Varnhagen e Luis Cruls.

Mas com o correr do tempo e o melhor conhecimento do território, o mito da ilha Brasil foi-se dilatando para oeste e o “rio do Norte” passou a ser identificado como o Amazonas. Em outras palavras, a idéia do Brasil foi-se ampliando e o território imaginado foi adquirindo forma vagamente parecida com a atual. A fundação de Belém, em 1616, teria sido fundamental para a ampliação da ilha Brasil, pois “a posse do vastíssimo delta amazônico fez compreender aos portugueses quanto seria precária a soberania sobre esta área do território brasileiro se o vale amazônico viesse a cair totalmente em mão dos espanhóis”⁵⁶. Aí está a razão da viagem de Pedro Teixeira que subiu, pela primeira vez, o Amazonas e afluentes, até Quito, em 1637. Essa entrada teve duas conseqüências: a fundação de Franciscana, no mítico Rio do Ouro (talvez o Aguarico, em pleno Equador), o que tendeu a dilatar a ilha Brasil na direção do oeste da América do Sul; e o conhecimento do curso do Madeira, cujas nascentes pareciam situar-se na região argentífera de Potosi, o que estabeleceu “os termos dum programa de geografia e soberania política a ser resolvido por Antonio Raposo Tavares”⁵⁷. Isso dez anos depois, na bandeira de limites, a maior proeza da História das Bandeiras, possivelmente uma das mais notáveis expedições geográficas do mundo (o Padre Vieira, jesuíta, sem simpatia pelos bandeirantes, pensa assim).

Como no caso anterior, também aqui existe uma realidade geográfica a apoiar o mito da ilha Brasil dilatada, desde que se considere como “Rio do Norte” o arco fluvial contínuo formado pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas. Realmente, no sudoeste de Mato

56. *Ibidem*, p. 306

57. *Ibidem*, p. 247

Grosso, os rios Alegre, afluente do Guaporé, e Aguapef, formador do Paraguai, correm paralelos e em sentido oposto, por vários quilômetros, separados por uma estreita faixa de terra de cerca de 7Km. Af existem diversos varadouros, sempre focalizados quando se discutem projetos de união das bacias do Amazonas e do Prata, projetos existentes desde os tempos coloniais e periodicamente reelaborados. A idéia antiga de um lago de origem comum tanto do Amazonas como do Prata também pode ter tido base concreta nas várias lagoas do alto Rio Cuiabá, próximas da região drenada por ambas as bacias, ou, com mais probabilidade, no próprio pantanal – um grande lago pontilhado de ilhas, nos períodos de cheia.

Cortesão muito a propósito traz à colocação um trecho do Padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus em meados do sec. XVII, onde há ambas as concepções da ilha Brasil – a alongada e a dilatada – e menção à origem indígena do mito. “Contam os índios versados no sertão que, bem no meio dele, são vistos darem-se as mãos estes dois rios [o Prata e o Tocantins] em uma lagoa famosa ou lago fundo de águas que se ajuntam das vertentes das grandes serras do Chile e Peru, e demora sobre as cabeceiras do rio que chamam São Francisco, que vem desembocar ao mar em altura de dez graus e um quarto; e que desta grande lagoa se formam os braços daqueles grossos corpos... que... abarcam e torneiam todo o sertão do Brasil... Verdade é que, com mais larga volta, se avistam mais ao interior da terra [o Prata e o Amazonas], encontrando não águas com águas, mas avistando-se tanto ao perto que distam somente duas pequenas léguas, donde com facilidade os que navegam corrente acima de um destes rios, levando as canoas às costas naquela distância entrepostá, tornam a navegar corrente abaixo do outro: é esta a volta, com que abarcam estes dois grandes rios duas mil léguas de circuito”⁵⁸.

É, entretanto, nas velhas cartas coloniais que se percebe com nitidez a intenção de ocupar a ilha Brasil. Estudando-as em sua *História do Brasil nos Velhos Mapas*, Cortesão crê ter a confirmação de que os lusos, desde o primeiro quartel do primeiro século da colonização, procuraram moldar sua colônia americana numa forma geográfica orgânica, com fronteiras naturais. Isso era geralmente conseguido nos mapas deslocando-se a foz do Prata para leste, de maneira a incluí-la, com a foz do Amazonas, na área limitada pela linha de Tordesilhas. Esta, por sua vez, era empurrada para oeste, e quase sempre passava perto de uma divisa natural constituída pelos cursos norte e sul dos dois grandes rios continentais. Tudo revelando o desejo português de que a ilha Brasil ficasse inteiramente na sua parte do continente. No notável mapa de Bartolomeu Velho, de 1561, vemos o Prata e o Pará – na posição aproximada do Tocantins-ligando-se na Lagoa de Eupana sobre a qual pas-

sa a linha de Tordesilhas, que corta o delta do Amazonas e deixa a foz do Prata inteiramente na área portuguesa.

Com o passar do tempo e o melhor conhecimento da terra, os mapas vão ficando ainda mais ousados, passando a representar uma entidade cartográfica mais arredondada, mas também com divisas naturais. A penetração portuguesa já tinha deixado para trás a velha raia das trezentas e setenta léguas nem representada mais em muitos mapas do século XVII, como por exemplo no de Luis Teixeira, de 1600, ou no de João Teixeira Albernás, de 1640. Em ambos as divisas fluviais do Brasil, unidas na lagoa central, dão bem a idéia de ilha. (Os três mapas estão reproduzidos em *Mapas Históricos do Brasil*, Ed. Abril Cultural). Neste trabalho mostramos dois mapas não portugueses do séc. XVI, onde o Brasil parece uma ilha (Ruscelli) ou é realmente uma ilha (Rotz).

Façamos agora a crítica das idéias do historiador português sobre a ilha Brasil e sua ocupação pelos bandeirantes sob orientação da Coroa Portuguesa. Depois que Cortesão divulgou a idéia da ilha, é de se perguntar porque não se falava mais dela antes. Sem dúvida é muito visível a fronteira fluvial que daria essa conformação ao país em várias cartas antigas, primeiro portuguesas, depois de outras nações européias. Nos famosos mapas-múndi de Hondius (1608) e de Bleau (1650), por exemplo, vêem-se claramente os rios que se ligam para formar o contorno oeste da ilha Brasil.

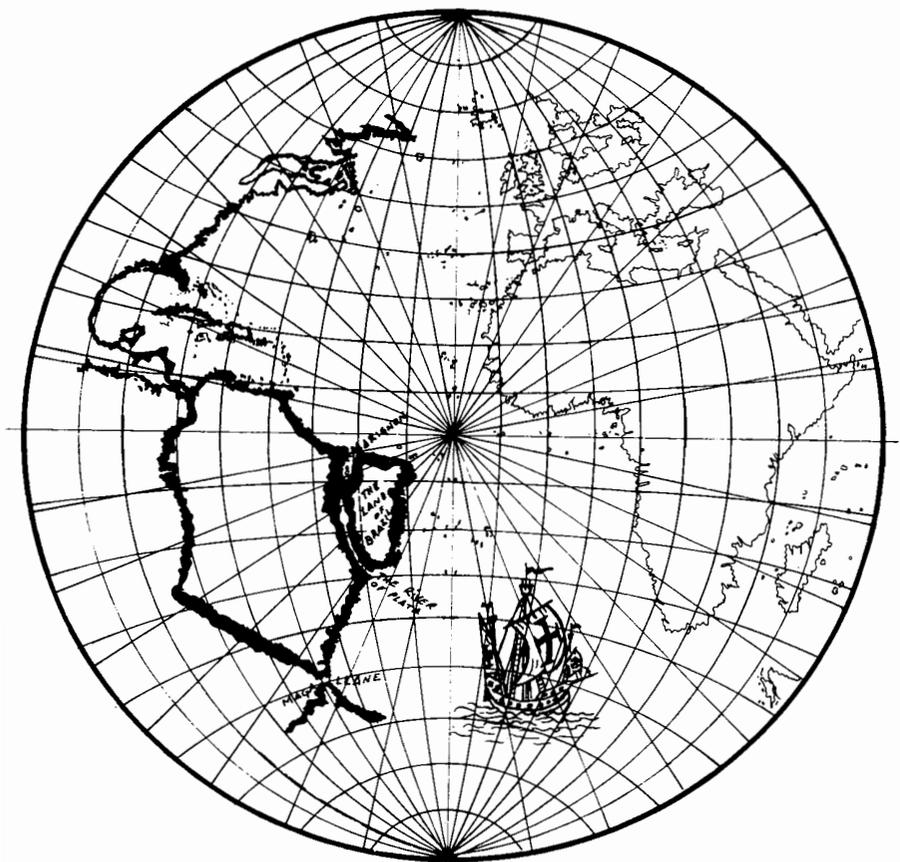
Que os portugueses sempre procuraram dar uma forma arredondada e com limites nítidos à colônia, não há dúvida. Não bastassem os resultados práticos dessa política expansionista, que não seriam possíveis sem o Governo, há vários documentos oficiais que provam a determinação estatal de expandir o Brasil até fronteiras naturais convenientes: as bocas do Prata e do Amazonas sempre foram assim consideradas (ou pelo menos desejadas) e, no interior do continente, também sempre se buscaram limites fluviais, no começo coincidindo com Tordesilhas, depois, com o avanço da penetração, ignorando esse meridiano. Na verdade o Brasil teria a oeste limites totalmente fluviais – a linha Amazonas, Madeira, Guaporé, Paraguai, Prata – se a penetração por um lado não tivesse subido o Rio Amazonas até Tabatinga e, por outro, não tivesse sido rechaçada no Rio da Prata.

Quanto à ação orientadora da Coroa portuguesa sobre o movimento bandeirante, na verdade ela não transparece das obras dos melhores autores. Ao contrário, a conclusão que se chega aí, como vimos, é que o bandeirismo foi um movimento espontâneo, provocado basicamente por razões econômicas locais. Cortesão não afirma, é preciso frisar, que o movimento teve na orientação da Coroa sua principal causa; afirma, sim, que algumas bandeiras tiveram a finalidade política de reconhecer ou ocupar território. E considera que dar às bandeiras finalidades exclusivamente econômicas, como a caça ao índio e a pesquisa de metais preciosos, é amputar o movimento da sua dimensão política.

O argumento é original e atraente, como muitos outros do historiador português: mas aqui o pesquisador frio parece não conter o poeta patriótico, apaixonado por mitos, envolto nas névoas de um sebastianismo à Fernando Pessoa da *Mensagem*. Na verdade, é possível que algumas bandeiras tenham tido a finalidade de ocupar espaço, de tomar conta da terra. É uma opinião, não é um fato. No exemplo que dá, a “bandeira de limites” de Raposo Tavares, não consegue demonstrar cabalmente a sua tese: não prova, em outras palavras, que o Governo português organizou a grande jornada. Publica até um comentário contemporâneo do Padre Vieira, que dá à bandeira clara finalidade escravagista: “partiram os moradores de São Paulo ao sertão em demanda de uma nação de índios chamados serranos [habitavam a região de Santa Cruz de La Sierra] distante daquela capitania muitas léguas pela terra adentro, com intento de ou por força ou por vontade os arrancarem de suas terras e os trazerem às de São Paulo e af se servirem deles como costumam”⁵⁹.

Em conclusão: é certo que se pode ver uma ilha Brasil em vários mapas antigos: é certo que Portugal procurou ocupá-la com ações diretas e contínuas no Prata e no Amazonas e, às vezes, apoiando os bandeirantes no oeste (como em Mato Grosso, na década de 1720). Não está provado que as bandeiras paulistas tiveram, além de suas finalidades reconhecidas da caça ao índio e da procura de metais preciosos, o objetivo político, de conquistar territórios para Portugal. Motivação política, não, portanto; o que não quer dizer que as bandeiras não tenham tido imensas consequências políticas.

MAPA 5



A "ilha Brasil" no mapa-mundi inglês de John Rotz (1542).

5. Rio Amazonas: a Conquista do Norte

A Descida de Orellana

Seja Américo Vespúcio, como querem alguns, seja Vicente Yañes Pinzón, como querem outros, o fato é que o Rio Amazonas foi descoberto em 1499 por navegantes a serviço da Espanha. A linha de Tordeilhas passava pela foz e o leito do rio estendia-se pelo lado oeste do meridiano; mas, por razões que serão vistas, foi Portugal, quem se aposou das duas margens e da maior parte da enorme bacia do Rio Amazonas.

O litoral norte da América do Sul no trecho hoje brasileiro e guianense não foi ocupado no século XVI: apresentando dificuldades para o estabelecimento humano, com costas quase desérticas no Ceará, de baixios nas proximidades do delta amazônico e de mangues nas Guianas, não revelou, ademais, nada que estimulasse a conhecida ambição dos espanhóis e portugueses quinhentistas. Estes últimos, no primeiro século, mal conseguiam consolidar os núcleos urbanos com que haviam salpicado a costa leste, de São Vicente (1532) a Olinda (1535). Aqueles, depois de chegarem ao México (1514) e ao Peru (1527), o que queriam era assegurar-se da riqueza surpreendente dos astecas e dos incas; encontrariam, pouco depois, em 1554, o célebre “Cerro de Potosi”, donde saíam as milhares de toneladas de prata que iriam revolucionar a economia européia.

Talvez por isso, pelo abandono dessa região litorânea, a primeira navegação completa do Amazonas foi realizada a partir dos Andes e não, como se imaginaria, a partir do delta marajoara, a entrada natural do continente. Feito excepcional para a época, foi obra de um dos veteranos da conquista do Peru, Francisco de Orellana, lugar-tenente de Gonzalo Pizarro, Governador de Quito (irmão de Francisco Pizarro). O rio que teve vários nomes, como o indígena Pará, o português Maranhão e os espanhóis São Francisco de Quito e Rio de Orellana, acabou ficando com o nome de Rio (das) Amazonas, pela impressão que fez aos europeus a estória das mulheres guerreiras, contada pelo cronista da expedição, Frei Gaspar de Carbajal.

Vale a pena escutá-lo diretamente. Em 1541, conta o cronista, saiu de Quito uma expedição, chefiada por Gonzalo Pizarro, à procura da “terra da canela”. Em momento de grande dificuldade no “Rio dos

Omaguas” (provavelmente o Napo), Orellana separa-se do grosso da tropa e começa a descer o rio à procura de víveres. Por razões não contadas por Carbajal, mas que porvocaram a ira de Gonzalo, resolve não voltar ou, quem sabe, não consegue fazer o percurso contra a corrente. Seu destino era seguir as águas rumo ao desconhecido e entrar na relação parcimoniosa dos protagonistas de grandes feitos. Tinha apenas dois barcos (bergantins), ambos com cinqüenta e sete pessoas. Durante a viagem houve lutas constantes com as muitas tribos das margens, o que faz supor que o vale amazônico fosse bastante povoado nessa época e os indígenas extremamente belicosos. Mas o grande inimigo foi a fome. Como diz Carbajal, em certo trecho, “à falta de outros mantimentos... só comíamos couros, cintos e solas de sapatos cozidos com algumas ervas, de maneira que tal era nossa fraqueza, que não nos podíamos ter em pé”¹.

Quanto às amazonas, o religioso afirma tê-las visto combatendo à frente das tropas indígenas, “como se fossem seus capitães”. Eram mulheres “muito alvas e altas, com o cabelo comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pêlo, tapadas as suas vergonhas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios”². Um selvagem aprisionado pelos espanhóis contou mais sobre essas mulheres: residiam a umas sete jornadas da margem, em aldeias com casas de pedra; seqüestravam homens para com elas coabitar “de tempos em tempos... quando lhes vem aquele desejo...”. “Se têm filhos os matam e mandam ao pai; se é filha a criam com grande solenidade e a educam nas coisas da guerra”³. O relato de Carbajal fez fé; seu autor era um religioso de prestígio, que poucos anos depois seria eleito provincial dos dominicanos do Vice-Reinado do Peru.

E assim, talvez, inspirado em fatos reais – é possível que houvesse mulheres guerreiras; homens de cabelos compridos poderiam também ser confundidos – mas certamente influenciado pela mitologia clássica, cujos personagens os europeus queriam encontrar na América, o nome enganoso ficou. Mas se ficou “índio” para os naturais de uma terra que não eram as Índias, “América” para o continente que Américo Vesúcio não descobriu, por que não “amazonas” para o maior rio de um continente que nada tinha a ver com a Grécia antiga?

Depois dessa primeira viagem, Orellana, já com o título de “Governador e Capitão-General das terras que descobrisse”, organizou na Europa, em 1546, uma expedição para conquistar e povoar a região. Se tivesse tido êxito, talvez a Amazônia toda fosse hoje dos herdeiros dos espanhóis; mas fracassou. Desde o início, a má sorte o acompanhou. Já nas proximidades de Cabo Verde perdeu noventa e oito dos trezentos

1. Melo Leitão, *Descobrimientos do rio das Amazonas*, p. 19

2. *Ibidem*, p. 60

3. *Ibidem*, p. 66

tripulantes. Uma das naus desapareceu para sempre, perto da costa norte do Brasil. Finalmente, o próprio conquistador, tentando negociar os baixios da foz do Amazonas e ir à Ilha Margarita, onde pensava refazer sua frota, foi flechado e morto pelos índios. Como diz emotivamente seu biógrafo Torfbio de Medina: “Enterrado ao pé de uma das velhas árvores dos bosques sempre verdes, banhados pela corrente do majestoso rio que havia descoberto, encontrava por fim repouso a seus afans e fadigas no meio daquela luxuriante natureza, que era digno sepulcro do seu nome imorredouro”⁴.

A Subida de Pedro Teixeira

Setenta e cinco anos depois da viagem de Orellana, que provou – o que não se sabia bem então – que “o Brasil era a continuação do Peru”, fundam os portugueses, comandados por Francisco Caldeira Castelo Branco, na foz do Amazonas, o Forte do Presépio, origem da povoação de Nossa Senhora de Belém. Era 1616 e acabavam os peninsulares de destruir o sonho francês de criar uma “France Equinoxiale”, a partir do núcleo de São Luiz, estabelecido na Ilha do Maranhão, por Gabriel de la Touche, quatro anos antes. A tomada de pé no imenso delta – “clef de tout système de navigation”, como acentua Hervé Thery⁵ – garantiu a ocupação futura da maior parte do rio e de seus afluentes.

Não foram fáceis as primeiras três décadas de Belém, anos de lutas constantes com estrangeiros e índios hostis. Nas proximidades da grande reentrância amazônica, havia estabelecimentos holandeses, ingleses, franceses (tanto Jaime I da Inglaterra como Luiz XIII da França haviam “doado” a seus nacionais terras entre o Essequibo e o Amazonas). Só por volta de 1645, conseguiu-se expulsar todos os estrangeiros das proximidades do delta amazônico. A região nunca foi prioritária para esses países, então já mais poderosos que Portugal. Com os franceses estabelecidos na Guiana (fundaram Caiena em 1634), bloqueou-se a expansão portuguesa pela costa norte; mas estava livre a entrada pelo Amazonas, que conduzia até o âmago do Continente.

Para assegurar melhor apoio da metrópole à nova conquista, havia sido criado, em 1622, o Estado do Maranhão, com capital em São Luiz, diretamente subordinado a Lisboa. Essa vinculação visava a superar as enormes dificuldades de comunicações que havia entre a costa norte e Salvador, por causa da direção contrária dos ventos e das correntes marítimas. O Estado, que durou até 1774, passou-se a chamar do “Grão-Pará e Maranhão”, quando Belém, por sua melhor posição econômica e estratégica, se tornou capital em 1737.

4. Torfbio de Medina, *The Discovery of the Amazon*, p. 152

5. Hervé Thery, “Les Conquêtes de l’Amazonie”, in *Cahiers des Amériques Latines*, nº 18, p. 133

Em 1637, quase cem anos após o feito de Orellana, deu-se a primeira viagem à contra-corrente, até Quito, de grande relevo para a expansão portuguesa pela bacia amazônica. Não há aqui dúvidas (como pode haver sobre a viagem de Raposo Tavares, dez anos depois) sobre a origem oficial do empreendimento: eram ordens do Governador do Estado do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha. A possibilidade da jornada foi realçada pela chegada a Belém de dois padres franciscanos espanhóis, vindos da província de Quito, numa pequena canoa. Ora, se duas pessoas, quase sozinhas, poderiam descer o rio Amazonas, por que toda uma armada bem equipada não poderia subi-lo? Havia atrativos para isso, como possibilitar o comércio com os espanhóis do Peru, ter acesso a uma região onde havia metais preciosos e conquistar terras para Portugal.

O comando da expedição coube a Pedro Teixeira, um veterano dos primeiros tempos de Belém e da luta para expulsar os estrangeiros da foz do Amazonas. O guia escolhido foi um dos religiosos que haviam recentemente descido o rio, Frei Domingos de Brieva. Compreendia a armada quarenta e sete canoas grandes, setenta soldados, alguns religiosos e mil e duzentos indígenas. Pedro Teixeira levava ordens para fundar uma povoação que marcasse o limite entre as terras portuguesas e espanholas e para tomar posse da enorme região situada a leste desse ponto, em nome do rei comum da Espanha e de Portugal, mas – o que era fundamental – para sua Coroa portuguesa. Essas instruções e a proximidade da data de separação das Coroas ibéricas faz Jaime Cortesão ver a viagem como ligada à conspiração de que resultaria a independência de Portugal, em 1640: tratar-se-ia de assegurar a posse da maior parte do Rio Amazonas, antes que se efetivasse a separação, então, já previsível e desejada.

A povoação fundada solenemente em 1639 chamou-se Franciscana e ficava “nas bocainas do Rio do Ouro” (provavelmente a foz do Aguarico). Não há muitas informações sobre Franciscana e dela não existem, hoje, traços físicos. Discute-se sobre a autenticidade da famosa “Ata de Franciscana”, divulgada por Bernardo Berredo no século XVIII, que a copiou dos arquivos de Belém, onde já não se encontra. Mas o gesto ficou. E é hoje considerado, como ensina Hélio Vianna, “da maior importância para a história da expansão territorial portuguesa na América do Sul”⁶. Não conseguiram os portugueses, subindo o Amazonas, manter as fronteiras de Franciscana que estaria em pleno Equador atual. Mas conseguiram fixá-la no Rio Javari, depois de superarem o obstáculo das reduções jesuíticas espanholas do Solimões (“Misiones de Maynas”), em seu momento mais exuberante, no começo do século XVIII, lideradas pelo Padre Samuel Fritz, um dos maiores catequizadores da América.

6. Helio Viana, *História do Brasil*, vol. I, p. 300

A viagem de Pedro Teixeira, teve também seu cronista em um religioso espanhol. Desta vez, o jesuíta Cristóbal de Acuña, que acompanhou a jornada de regresso de Quito, onde chegara Teixeira, até Belém. Curiosamente o Padre Acuña, bom observador e bom escritor (ao contrário de Carbajal, prolixo e desatento, segundo Melo Leitão), nada fala de Franciscana, que teria sido fundada em sua presença. Talvez, por ser espanhol e escrever depois da separação das Coroas, tivesse o interesse “patriótico” de omitir um fato que poderia, no futuro, ser alegado – como realmente o foi – como prova da ocupação portuguesa. É certo que tinha preocupações com a expansão portuguesa na Amazônia. Estas ficariam nítidas na memória que, após a viagem, escreveu ao meu rei, aconselhando-o a ocupar todo o vale do rio. Com bons argumentos, aliás: impedir que se criasse uma porta amazônica para o contrabando de metais, obter uma safra atlântica para as possessões espanholas e prevenir uma possível aliança na região dos portugueses com o inimigo holandês; “pois se unidos com o holandês, como o estão muitos do Brasil, intensificassem semelhante atrevimento, já se vê o cuidado que poderiam dar”⁷. Mas, felizmente para a formação territorial do Brasil, o rei da Espanha não ouviu Acuña. Certamente não considerava aquela região “a mais importante daquele novo mundo descoberto”⁸, como afirmava com exagero o jesuíta.

Ocupação

Assegurados alguns pontos básicos da bacia amazônica, percebeu a metrópole que teria dificuldades em ocupá-la sem a ajuda da Igreja: “desde os primeiros tempos, verificadas a existência de multidões infinitas de tabas indígenas, das mais variadas famílias, o que permitiu a impressão de que se estava numa nova Babel, apelou o Estado para a cooperação das Ordens Religiosas”⁹. E, assim, a partir de 1657, quando as jesuítas fundaram seu primeiro estabelecimento do Rio Negro, foram os religiosos criando missões nas margens de vários rios da bacia do Amazonas. Principalmente jesuítas, mas também franciscanos, carmelitas, capuchinhos e mercedários.

Ernani Silva Bueno, no volume sobre a Amazônia da sua *História do Brasil*, dá o título expressivo de “Droga, Índio e Missionários” ao capítulo que trata da ocupação dos vales dos rios da bacia amazônica entre 1640 e 1755, isto é, aproximadamente entre a viagem de Pedro Teixeira e as demarcações do Tratado de Madri. Tem razão, pois nesse período o que se vê principalmente é o entrelaçamento desses três fatores. A obra de catequese religiosa, fundamental para a ocupação portu-

7. Melo Leitão, op. cit., p. 293

8. Ibidem, p. 287

9. Arthur Cesar Ferreira Reis, *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*, p.42

guesa da Amazônia, foi realizada nas missões; integradas por nacionais e apoiadas pela Coroa, agiam estas como representantes dos interesses de Portugal. Mas, sem “drogas do sertão”, não haveria base econômica para se estabelecer permanentemente; prova disso é que as missões que prosperaram foram as que tiveram sucesso na exploração dessas especiarias americanas, valorizadas ainda mais no século XVIII, quando já estavam perdidas as possessões portuguesas no Oriente.

Para completar a menção aos agentes principais da penetração pelo grande rio e seus afluentes, a partir do foco irradiador de Belém, é necessário citar os colonos leigos, geralmente mestiços e falando a língua geral, como os mamelucos de São Paulo, que eram os “droguistas do sertão”, ou os integrantes das chamadas “tropas de resgate” (ou “tropas de guerra”), verdadeiras bandeiras fluviais voltadas principalmente para preação dos selvagens. Arthur Cézár Ferreira Reis lembra que essas tropas tinham adicionalmente o objetivo militar de “sustentar o domínio lusitano contra as incursões de franceses e espanhóis que se sucederam aos ingleses e batavos nas tentativas de apossar-se da Amazônia”¹⁰. Mais um símile com as bandeiras paulistas.

Uma observação agora sobre o papel do Estado: a ocupação da Amazônia não foi apenas consequência da geografia, que proporcionou aos portugueses, após a fundação de Belém, o acesso à magnífica avenida da penetração e às estradas fluviais dos afluentes do grande rio; nem foi somente obra dos indivíduos, cujos interesses, espirituais ou materiais, os levaram a entrar naquele imenso “sertão florestal”. A conquista da Amazônia teve sempre, em escalas variáveis no tempo e no espaço – mais nítida no norte, menos no sul – a orientação e o apoio da Coroa portuguesa. Disso não deixa dúvida o especialista da região acima mencionado: “A conquista do espaço, pelo que se constata do vasto documentário já divulgado, foi empresa oficial. Podemos encontrar nas expedições que subiram e desceram rios, montaram pequenos estabelecimentos civis ou aldeias missionárias, expedições realizadas por civis, militares e religiosos, uma iniciativa privada ou uma obediência a motivações imediatistas. Nem por isso, todavia, deve deixar-se de aceitar a tese de que a expansão e a consequente criação da base física foi empresa estatal. A série de cartas régias, de instruções menores que se expediram de Lisboa, concertando uma política decisivamente voltada para a ampliação territorial, não admite dúvidas a respeito”¹¹.

10. Arthur Cesar Ferreira Reis, *História da Civilização Brasileira*, tomo I, 1^o vol., p. 262

11. Arthur Cesar Ferreira Reis, *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*, p. 39

6. Monções: a conquista do Oeste

As Monções Cuiabanas

É discutível a inclusão do tema “monções” no movimento bandeirante. Alfredo Ellys Jr. termina seu livro principal, *Bandeirantismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, no começo dos setecentos, isto é, no instante em que se iniciava o episódio das monções, fenômeno característico desse século, como as bandeiras ou foram dos seiscentos. Dá razões para isso: diferente das bandeiras, as monções eram exclusivamente fluviais; seguiam roteiros fixos, passando por pontos conhecidos, onde, com o tempo se formavam arraiais; e tinham um único objetivo, chegar às minas de ouro dos rios Cuiabá e Guaporé. A própria sociedade em que vivia o monçoeiro era já bem diversa daquela que favorecia a existência do tipo individualista e aventureiro, tão comum na época das bandeiras. Era já uma sociedade que produzia padres, militares, artesãos e, principalmente, mercadores. Como explica Leandro Arroyo, em sua *Relação do Rio Tietê*: “O rio e a sua disciplina natural estavam em contradição com a mobilidade do bandeirante, preador de índios e caçador de ouro, mas se ajustavam à rotina do povoador e do comerciante”¹.

Há, entretanto, pontos comuns entre as bandeiras e as monções, antes de tudo porque são basicamente movimentos de expansão territorial; as primeiras levaram ao conhecimento da terra, as segundas garantiam seu povoamento. Sérgio Buarque de Holanda vê as monções como as continuadoras das bandeiras: “A história das monções é de certa forma um prolongamento da história das bandeiras paulistas em sua expansão para o Brasil Central”². Foram realmente as monções que consolidaram a posse das terras entre o Planalto de Piratininga e os campos e as florestas do extremo-oeste, regiões há muito trilhadas por bandeirantes e que correspondem a boa parte dos atuais Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. No início do movimento, a própria gente que compunha as bandeiras – seus descendentes mais tarde – eram os tripulantes e os passageiros das canoas que demandavam Cuiabá. “As primeiras monções” – continua Buarque de

1. Leonardo Arroyo, *Relação do Rio Tietê*, p. 30.

2. Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 47.

Holanda – “deveriam recrutar a mesma gente fragueira e turbulenta que constituía as bandeiras do século XVII”³

A história das monções, que durou mais de cem anos, começa com o descobrimento de ouro em afluentes do Rio Cuiabá a cerca de 800km a oeste do meridiano de Tordesilhas. Várias bandeiras haviam percorrido no final do século XVII o atual Centro Oeste do Brasil. Mas foi a de Pascoal Moreira Cabral que, em 1718, aí encontrou o metal precioso no Rio Caxipó-Mirim. Quatro anos depois, Miguel Sutil descobriu, no local onde nasceria a “Vila Real do Senhor do Bom Jesus do Cuiabá”, os riquíssimos aluviões, “as lavras do Sutil”, que, se não foram as mais abundantes minas que se descobriram no Brasil, certamente foram as que mais facilmente produziram o ouro. Os instrumentos de trabalho eram as próprias mãos: o mineralogista alemão Eschwege compara “o ouro a aflorar da terra com a nata sobrenadada ao leite”⁴.

Essa riqueza fácil e abundante é que explica o excepcional deslocamento populacional para aquelas regiões, tão distantes dos núcleos urbanos do Brasil-Colônia. De São Paulo, ensina José Barbosa de Sá, o primeiro cronista das minas de Cuiabá, “se abalarão muitas gentes deixando casas, fazenda, mulheres e filhos, botando-se para estes Sertões como se fôra a terra da promessa...”⁵. E explica também o sistema de transporte tão original que se desenvolveu para ligar São Paulo a Mato Grosso: as monções.

As monções, mais ainda que as bandeiras, que teriam símiles na conquista russa da Sibéria, são um fenômeno exclusivamente brasileiro, nada havendo de comparável – é Afonso Taunay quem o diz – em outras regiões do universo. O nome, que indica sua periodicidade, é tirado das monções asiáticas, os ventos chuvosos que sopram sempre no mesmo período do ano, no Oceano Índico (a palavra vem do árabe “mausin”, originalmente “estação”). Eram caravanas de canoas, dez, vinte, trinta – em 1726 o Governador de São Paulo liderou uma monção de “308 canoas e 3.000 pessoas”⁶ – que saíam do paredão calcário de Porto Feliz, então “Nossa Senhora da Mãe dos Homens de Ararita-guaba” (parede das araras em tupi), no Rio Tietê, nos meses de abril e maio, quando os rios estavam cheios e as chuvas começavam a escassear. Cinco meses depois, no mínimo, chegavam a Cuiabá – no mesmo tempo da famosa “Carreira da Índia”, o comboio de navios que, por trezentos e cinquenta anos, na mais difícil e longa rota marítima da época, ligou Lisboa a Goa. A volta era mais rápida porque as canoas estavam mais vazias; durava dois meses.

3. *ibidem*, p. 76.

4. Afonso Taunay, *História das Bandeiras Paulistas*, vol. II, p. 294.

5. Sérgio Buarque de Holanda *op. cit.*, p. 49.

6. Mello Nóbrega, *História do Rio Tietê*, p. 89.

O percurso não poderia ser mais difícil: cachoeiras, onde era necessário desembarcar e carregar as cargas ou as canoas, havia mais de cem; animais selvagens e insetos hostis abundavam e, entre eles, os “relatos monçoeiros” que sobrevivem destacam as várias espécies de mosquitos, dos quais os viajantes tentavam defender-se durante o dia com roupas espessas – o que era um suplício numa região geralmente quente – e à noite com mosquiteiros, dos poucos artigos de origem europeia que usavam. Os índios da região navegada eram aguerridos e muitas monções foram por eles dizimadas. Duas tribos deixaram legenda: os paiaguás, excelentes canoeiros do Pantanal, que destruíram, por exemplo, a monção de Diogo de Souza, em 1725, composta de seiscentas pessoas, da qual só houve dois sobreviventes, e os guaicurus, terríveis cavaleiros originários do Chaco paraguaio-boliviano, os mais agressivos índios de que se tem notícia... talvez porque dos primeiros que conheceram os brancos, citados que são desde Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, nomeado Governador do Paraguai em 1540. Sempre montados, deram origem à hipótese, hoje abandonada, de que o cavalo seria autóctone do continente.

Sérgio Buarque de Holanda recolhe uma estória da mitologia guaicuru, bem ilustrativa do temperamento desses índios. O “Grande Espírito” ao formar os seres humanos, teve o cuidado de dar a cada povo um atributo particular, mas aos guaicurus nada. Percorria esta tribo os desvãos do Chaco interpelando bichos sobre o por quê de sua sina, quando um dia ouviu a explicação reveladora do gavião carcará: “Queixas-te sem motivo, pois teu quinhão é o melhor. Uma vez que nada recebeste, trata de tomar o que pertence a outros. Esqueceram-se de ti, e por isso deverás matar todos que surjam em teu caminho”. Os guaicurus não deixaram mais de seguir o sábio conselho... e, para começar, mataram o próprio carcará a pedradas.

Nas canoas de um só tronco – “canoão monóxilo, escavado a fogo, machado e enxó”⁷, como explica o especialista Mello Nóbrega – iam até vinte pessoas. A madeira usada era principalmente a peroba, mas outros gigantes da floresta também serviam, pois o tamanho interessava mais que a resistência à humildade (a peroba, por exemplo, é muito sujeita a rachaduras). Na proa, o piloto, o proeiro (comandante), às vezes um prático, e cinco ou seis remeiros, todos de pé. Na popa, sentados, o mesmo número de passageiros que na frente; e no meio, sabiamente distribuída, a carga que seria trocada por ouro em Cuiabá. Houve mais de um roteiro para se chegar às minas, mas o mais percorrido foi o que, depois de navegar o Tietê, descia o Paraná até o Pardo; subia esse rio até o varadouro da Fazenda de Camapuã, de cerca de 14km, que levava à bacia do Rio Paraguai; descia então o Taquari e

7. Sérgio Buarque de Holanda, op. cit., p. 98.

8. Mello Nóbrega, op. cit., p. 123.

subia o Paraguai e o Cuiabá, para chegar às minas e à cidade do mesmo nome.

Era muito árdua a vida dos colonizadores nessas distantes regiões de Mato Grosso, povoada por várias nações indígenas. Dois bandeirantes de Itu, pai e filho com o mesmo nome, Antonio Pires de Campos, e com o mesmo apelido, "Pai Pirá", destacam-se nos primeiros trinta anos de ocupação, pela liderança respeitada que tinham sobre a nação dos bororós, que funcionava como força pacificadora nos frequentes conflitos entre o "gentio bárbaro", como dizem os documentos da época, e os "civilizados". O segundo Pires de Campos é uma exceção entre os bandeirantes pelos documentos de valor que deixou sobre várias tribos, em especial sobre os parecis, um dos mais desenvolvidos e atraentes grupos indígenas do Brasil.

Mais árdua ainda era a vida dos índios depois da chegada dos brancos: "Os paiaguás resistiram ferozmente e foram mortos a tiro; os parecis eram muito dóceis e maleáveis e foram escravizados. Os bororós, que viviam a este de Cuiabá, tentaram uma política diferente... alguns... recuaram profundamente na floresta... outros decidiram aliar-se aos portugueses".⁹ Mas estes últimos também não viveram muito como nação após a morte do segundo Pires de Campos, em 1751, sofrida por eles como a de um grande chefe legítimo. Só a fuga para o mato permitia a sobrevivência de grupos diminuídos e espaçados.

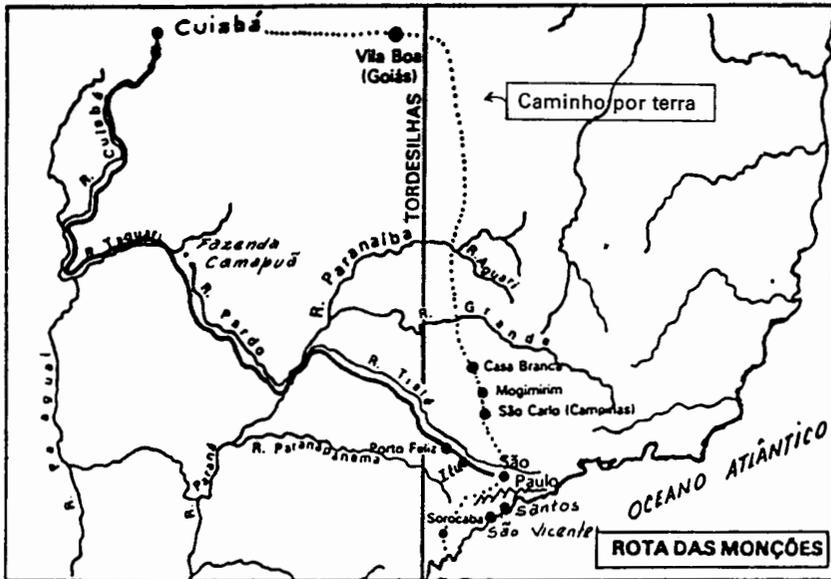
Mas voltemos às monções. No começo do século XIX já estavam agonizantes, em sintonia com a decadência da produção aurífera. Em 1818, exatamente cem anos depois da descoberta de ouro em Cuiabá, já era muito difícil encontrar proeiros, práticos e pilotos em Porto Feliz, como ensina Sérgio Buarque de Holanda. Vinte anos mais tarde "houve uma epidemia de tifo no Tietê deixando poucos sobreviventes entre os últimos mareantes..."¹⁰.

Vinculados às monções cuiabanas há dois episódios de grande importância para a ocupação do sul da Amazônia. Um deles foi a descoberta de ouro em Goiás em 1725, pelo segundo Anhangüera, na última "bandeira" típica de que se tem notícia. Era o terceiro "el dorado" que se revelava no Brasil, depois das "minas gerais" e das minas de Cuiabá. A descoberta preencheu o perigoso vazio populacional que havia no Planalto Central, ao norte da rota das monções, e justificou a abertura de um caminho para o centro do Brasil. Este caminho mais tarde foi prolongado por mais mil quilômetros até Cuiabá, estabelecendo a indispensável ligação terrestre com os centros administrativos da Colônia. Introduziu na região o que alguns autores chamam de "ciclo do luar", que acabou por substituir o "ciclo das monções". É essa a situação que encontra, por exemplo, Saint-Hilaire, que visitou São Paulo em 1819: "As viagens pelo Tietê, o Paraná e o Camapuã foram substituí-

9. John Hermming, *Red Gold from Brazil*, p. 405.

10. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 69.

MAPA 6



das por outras que não são menos penosas, mas deixam maiores lucros. Parte-se de São Paulo com mulas carregadas; passa-se por Goiás e, chegando-se a Mato Grosso, as mercadorias transportadas são vendidas...”¹¹. No correr do século XIX, com o advento da navegação a vapor, voltou-se a privilegiar a rota fluvial para chegar a Mato Grosso. Mas agora eram navios e os rios eram outros – o Prata e o baixo Paraguai; as canoas do velho Anhembi desapareceram e não voltaram mais.

O outro episódio importante – que interessa mais do ponto de vista da formação das fronteiras – foi a descoberta de ouro no Rio Guaporé, a cerca de seiscentos quilômetros a oeste de Cuiabá. Seu protagonista foi o bandeirante Fernão Pais de Barros, que atravessou, em 1734, a região então conhecida por “mato grosso” do Rio Jauru, indo encontrar o metal precioso nas margens do Rio Guaporé, não longe da missão jesuítica espanhola de Mojós. Passados os primeiros tempos de isolamento e dificuldades, os garimpeiros dessas franjas pioneiras passaram a receber da Coroa portuguesa o apoio necessário para se manter na área, justamente considerada castelhana pelos jesuítas espanhóis, bem melhor aprovencionados e armados. Em 1744, estabeleceu-se a ligação fluvial com o rio Amazonas. Em 1748, criou-se a Capitania de Mato Grosso, com a determinação de se fundar nova sede à margem do Guaporé, por razões que hoje chamaríamos geopolíticas. Anos an-

11. Mello Nóbrega, op. cit., p. 23.

tes, já se cogitava em documentos portugueses, do estabelecimento de um povoado que assegurasse a presença luso-brasileira na sua margem direita, o que só foi feito, entretanto, em 1752, com a fundação, num remanso do rio, de Vila Bela da Santíssima Trindade, imediatamente feita capital da Capitania. O Tratado de Madri, assinado dois anos antes, já legalizara a posse da área. O núcleo criado objetivava consolidar a ocupação do extremo-oeste, servindo de centro aos vários ajuntamentos mineradores existentes naqueles confins do Brasil.

Conflitos

Nunca houve dúvidas na História do Brasil sobre a participação governamental na conquista do Norte e do Sul. Belém, fundada em 1616, e a Colônia do Sacramento, em 1680, são os padrões que os portugueses visivelmente colocaram nas bocas dos dois grandes rios continentais que sempre foram considerados (ou pelo menos desejados como) as fronteiras naturais da sua colônia americana. Ambas cidades iniciaram sua vida como fortalezas, erigidas não por movimentos espontâneos de indivíduos mas por pensadas decisões do poder público. Mas, e no Oeste? Onde estão as nossas fronteiras naturais? E em que lugar encontram-se no meio das tropélias dos bandeirantes, da mobilidade dos garimpeiros, as provas concretas da ação do Estado?

A conquista do Oeste é vista geralmente pelos autores como consequência, primeiro, das explorações bandeirantes, depois, da fixação dos aventureiros, agora transformados em mineradores, nesse interior mais profundo da América do Sul. Na verdade, estudando-se a ocupação de ponto de vista que traga mais à luz documentos da metrópole, também se podem encontrar marcos da ação do Estado, embora bem menos nítidos do que no Sul e no Norte. Sem esta, não é garantido que as remotas áreas balisadas pelo Rio Guaporé fossem hoje parte do território nacional. Sérgio Buarque de Holanda interessou-se pelo tema em algumas de suas obras, mas, como ele mesmo lembra, o mais completo trabalho é uma tese não publicada de David M. Davidson, *Rivers and Empire: The Madeira Route and the Incorporation of the Brazilian Farwest, 1737-1808* (parcialmente reproduzida no capítulo "How the Brazilian West Was Won", da obra coletiva *Colonial Roots of Modern Brazil*).

No tempo da conquista de Mato Grosso, o Brasil estava dividido em dois Estados, sendo o Estado do Maranhão, com capital em São Luiz, ligado diretamente a Lisboa. Não havia comunicação, nem física nem administrativa, entre ambas unidades coloniais. As ligações por mar eram extremamente difíceis e por terra praticamente não existiam, pode-se dizer, ignorando-se as pobres trilhas costeiras abertas por volta de 1700, entre São Luiz e Recife. O centro da América do Sul era o grande sertão desconhecido, onde, depois dos cerrados de Goiás e de

Mato Grosso do Sul, apareciam as florestas de Mato Grosso. Vindos do leste os bandeirantes de São Paulo chegaram às águas amazônicas do Guaporé em 1734, pela primeira vez afastando-se da área normal de suas atividades, a bacia do Prata. Era uma conseqüência natural de suas antigas viagens seiscentistas pela região da Vacaria (Campo Grande); lembre-se, por exemplo, que já em 1647, Raposo Tavares, na famosa jornada de São Paulo a Belém, demorara-se nessa área, notável do ponto de vista geográfico por ser onde quase se tocam os rios das duas grandes bacias continentais.

De outra direção, a partir de Belém, havia menos iniciativas para atingir o Centro Oeste porque toda a energia da conquista deveria ser concentrada, nos primeiros tempos, na foz do grande rio, e, mais tarde, na penetração pela calha principal. Em 1722, houve, entretanto, a insigne viagem do Sargento-Maior Francisco de Mello Palheta, que subiu o Rio Madeira e afluentes até a região das missões de Moxos; teria sido o primeiro a navegar o Guaporé (chamado Itenez pelos espanhóis). Mas foi uma viagem exploratória, não colonizadora. Com as minas de Mato Grosso, descobertas poucos anos depois, é que se foi fixando a população brasileira na área. Sabia-se que os espanhóis estavam por perto e que as águas do Guaporé corriam para a bacia amazônica. Mas era proibido tentar a viagem rio abaixo porque as autoridades portuguesas tinham medo da evasão de ouro que poderia ocorrer por essa rota.

Era antiga a penetração espanhola, subindo rios da bacia do Prata, como o Paraguai, e depois descendo rios da bacia Amazonas, como o Mamoré. Assunção, fora fundada em 1539 e Santa Cruz de la Sierra, bem mais ao norte, no Rio Mamoré, em 1551 (antes de São Paulo, lembre-se). Mais recentemente os jesuítas estabeleceram missões nos territórios de Chiquitos (fronteira com Mato Grosso do Sul) e de Moxos, que se estendia até o Rio Guaporé com tendência a ultrapassá-lo: houve aldeamentos fundados na margem hoje brasileira.

É complicada, intrincada, às vezes contraditória a relação entre o Governo e a Ordem de Santo Inácio, tanto em Portugal como na Espanha, no período colonial. Como regra geral, pode-se aceitar a asserção de que os de mesma nacionalidade tendiam aos mesmos objetivos. Na ocupação do oeste os missionários eram claramente os defensores dos interesses do Estado espanhol, como mostra a malha de correspondência existente entre os jesuítas e autoridades governamentais espanholas da Metrópole e da Colônia, sobre o perigo da invasão portuguesa na área e as medidas para contê-la.

Em 1740 a Espanha não tinha dúvidas sobre os objetivos dos portugueses, como se vê por exemplo na instrução do Rei a um novo Governador de Buenos Aires: “a intenção e o desígnio dos portugueses tem sido, não somente em tempo de guerra, mas igualmente em tempo de paz, empurrar e estender suas fronteiras em meus territórios e domf-

nios, por todos os meios e violências evidenciados por sua inteligência e sua malfícia”¹².

Naquele momento os espanhóis poderiam enfrentá-los: “Na verdade, uma invasão bem executada teria provavelmente sido bem sucedida, porque as comunidades de Cuiabá e Mato Grosso, distantes dos principais centros portugueses de poder, não eram tão populosas, ricas e bem defendidas, nem tão agressivas como os relatórios espanhóis sugeriam”.¹³ Mas os espanhóis não passaram dos preparativos. Na realidade as áreas da missão de Chiquitos ao sul e a de Moxos ao norte não eram importantes para a Espanha do ponto de vista econômico e perderam seu interesse estratégico uma vez descoberto que não passava pelo Paraguai a melhor rota terrestre de safda para as riquezas do altiplano boliviano: era pelas cidades argentinas de Salta, Tucuman, Córdoba e Buenos Aires. Seu interesse era apenas manter o “status quo”: não gostaria que os portugueses entrassem nessa área espaçosa que os isolava das grandes riquezas no Alto Peru.

Ao terminar a chamada Guerra Platina (1735-1737) pela Convenção de Paris, o ponto de tensão entre os dois impérios coloniais deslocou-se do sul para o atual Extremo Oeste brasileiro. Que a ocupação portuguesa da margem direita do Guaporé era indevida pelo Tratado de Tordesilhas, parece, hoje, não haver dúvida; os espanhóis já tinham, ademais, reagido anteriormente na região de Chiquitos, que ficava mais a leste. Na verdade, então, a situação não era tão nítida: os mapas eram muito imprecisos e nenhum país tinha noção exata de sua posição no terreno. Sobre tudo os rudes mineradores brasileiros que estavam ocupando aquelas terras. Como diz Davidson “neither Government could locate the occupied territories of the interior with assurance, both feared encroachment into their lands...”¹⁴.

Ao chegar ao Guaporé os portugueses atingiam afinal a fronteira mais “natural” que poderiam ter nesse ponto central do continente. O rio não era, como o Prata e o Amazonas, um marco notável, desejado como limite desde o início da colonização; mas volumoso e continuando no Madeira parecia fechar o contorno fluvial da ilha Brasil. Em 1742 houve a primeira viagem a favor da corrente de Manuel Félix de Lima que deixou bem claro a possibilidade da comunicação fluvial entre as minas do Mato Grosso e Belém. Em 1748 João de Sousa Azevedo, a partir de Belém vem às minas de Mato Grosso vender mercadorias e depois regressa à origem, na primeira viagem de ida e volta de que se tem notícia. Seu autor era um intrépido sertanista e um grande navegador que já havia descido dois anos antes todo o rio Tapajós. Mas a navegação pelo Madeira era proibida, tendo por pouco este pri-

12. David M. Davidson, “How the Brazilian West was Won”, in *Colonial Roots of Modern Brazil*, p. 80.

13. *Ibidem*, p. 81.

14. *Ibidem*, p. 87.

meiro “monçoneiro do norte” escapado à sina de seu precursor, Felix de Lima, que foi enviado preso à Lisboa.

Foi apenas então que os portugueses verificaram que o Rio Guaporé dos mineradores de Mato Grosso era o mesmo rio navegado por Palheta em 1722; rio que não existia nem nos mapas nem na cabeça dos planejadores portugueses. É, ilustrativo ver como D. Luiz da Cunha, um dos grandes estadistas portugueses do século, propunha ainda em 1736 como fronteiras ideais da Colônia, o rio Vicente Pinzon ao norte e o estuário do Prata ao sul; a oeste, o Paraguai e, em lugar do Guaporé, ainda não perfeitamente localizado, uma linha geodésica ligando as nascentes do Paraguai ao Madeira. Em suas palavras: “As fronteiras interiores poderiam ser o Paraguai que desagua no Prata, provindo da Lagoa de Xaraes (embora pareça ter suas nascentes muito mais longe); daí seguiria uma linha para o oeste por uma distância de 100 léguas... até encontrar o rio Madeira, cujas águas fundem-se com as do Amazonas”.¹⁵

Entre os núcleos portugueses de Cuiabá e do Guaporé de um lado, e os espanhóis de Moxos e, mais longe, Santa Cruz e Chiquitos de outro, as relações comerciais eram tênues mas existiam, quase que por necessidade de sobrevivência mútua e contrariando até instruções específicas das metrópoles. Leme do Prado, por exemplo, companheiro da parte inicial da viagem inaugural de Félix de Lima, esteve, em 1742, em tratativas com os jesuítas das missões de Moxos e, na volta, encontra, na margem direita do Guaporé a missão de Santa Rosa, a primeira que os espanhóis edificaram nesse lado do rio (depois criaram mais duas, São Miguel e São Simão). Os portugueses, tentando contrabalançar a ofensiva espanhola, enviam, pela primeira vez, em 1745, missionários também jesuítas, para a região. Outro exemplo. O ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira tentou, em várias ocasiões, comerciar com os espanhóis, sem sucesso. E por isso foi admoestado pelo capitão-mor de São Paulo: “não provoque, ou permita seja provocada a menor comunicação e, menos ainda, o comércio entre os domínios de Portugal e Castilha, pois nas presentes circunstâncias este assunto é muito mais delicado do que Vossa Senhoria pode imaginar”¹⁶

Os principais atores do drama histórico apareciam claramente em Mato Grosso, às vésperas do Tratado de Madri: os bandeirantes, já agora transformados em comerciantes e mineradores, e os jesuítas espanhóis; mas havia também os coadjuvantes, os Governos de Madri e Lisboa, com seus prepostos coloniais. E o que acabou prevalecendo no tratado pouco depois assinado foi a posição basicamente convergente de Portugal e dos “free lances” paulistas: “O sucesso português na defesa, definição e integração do Oeste foi claramente o resultado da

15. *Ibidem*, p. 74.

16. *Ibidem*, p. 87.

combinação dos esforços e das posições de força assumidos por cada parte frente a sua contraparte internacional".¹⁷

As Monções do Norte

Em 1752, revertendo à política anterior de proibição de navegar das minas do Guaporé ao Amazonas, baseada meramente em questões fiscais, o Governo português abriu a rota do Madeira. Mais do que isso, passou a estimular as comunicações entre Vila Bela e Belém. Era a oficialização das "Monções do Norte" como se chama a essa navegação, para diferenciá-las das anteriores, antigamente chamadas "de povoado", hoje "cuiabanas" ou simplesmente "monções" sem adjetivos. Articuladas, ambas monções navegavam boa parte do contorno fluvial da "ilha Brasil". "A função histórica dessa autêntica estrada fluvial de perto de dez mil quilômetros, que abraça quase todo o território da América portuguesa" – ensina Sérgio Buarque de Holanda – "supera a de qualquer outra linha de circulação natural do Brasil, sem exclusão a do São Francisco, chamado por alguns historiadores o rio da unidade nacional"¹⁸

As condições das monções do norte eram, entretanto, bem diferentes. As "ubás", como eram aqui chamadas as canoas, muito maiores, carregavam vinte homens e podiam transportar até 3.000 arrobas de carga, isto é, umas sete vezes o que transportavam as canoas paulistas. Os rios, bem mais volumosos também, não apresentavam tantas dificuldades como no sul. No percurso das monções cuiabanas havia cerca de cem trechos onde era necessário desembarcar carga e passageiros e às vezes transportar por terra a própria canoa; na rota do Madeira o único problema grave eram as corredeiras do alto Madeira, entre Guajará-Mirim e Porto Velho. O traço característico de ambos meios de transporte era o comboio de canoas e a época propícia às viagens, donde a denominação comum.

Essa ligação entre o Oeste e o Norte foi importante durante o meio século que se seguiu ao Tratado de Madri para a sobrevivência da região, tão distante dos centros principais da Colônia e com eles tão dificilmente conectada: "De 1752, quando o primeiro comboio de canoas formalmente autorizado navegou corrente abaixo de Vila Bela a Belém, até a primeira década do séc. XIX, os rios Guaporé-Marnioré-Madeira constituíram uma artéria indispensável do posto fronteiriço de Mato Grosso".¹⁹

As monções do Norte duraram menos que as cuiabanas; começaram depois e morreram juntas na segunda década do século XIX. Nessa época, a ligação terrestre entre Vila Bela, Cuiabá e as cidades da costa

17. *Ibidem*, p. 105.

18. Sérgio Buarque de Holanda, *op. cit.*, p. 69.

19. David M. Davidson, *Rivers and Empire*, p. 69.

leste – sempre mais importantes do que Belém – passaram a ser absolutamente dominantes, o que provocou a dependência econômica definitiva do extremo Oeste para com o Sul.

O período de existência das monções do Norte coincide paradoxalmente com o período de decadência das minas de Cuiabá e do Guaporé, quando a economia da região passou a assumir seu caráter pastoril predominante até hoje. Sem elas, entretanto, teria sido difícil para Portugal manter o controle da região. Lembre-se que Madri e Santo Ildefonso marcaram trechos de paz em um período de muitos conflitos entre a Espanha e Portugal.

Davidson, em seu estudo das monções do Norte, divide-as em três fases: na primeira, entre 1752 e 1768, seriam responsáveis por 21% do comércio do extremo Oeste; na segunda, de apogeu, entre 1769 e 1788, quando florescia a “Companhia do Pará”, as monções do Norte transportavam 34% das mercadorias que chegavam a Vila Bela e de lá saíam; a terceira fase, de 1788 a 1808, é de declínio: “During the 1790s Vila Bela conducted the great bulk of its commerce with the Brazilian ports [da costa Leste] either directly, or through intermediate agents as Cuiabá”²⁰. Não havia mais no final do período o perigo de uma invasão espanhola: as missões jesuítas de Moxos e Chiquitos degingolaram com a expulsão dos religiosos em 1767 e os portugueses já estavam fixados fortemente na região. Perdeu-se pois a razão estratégica da via do Madeira que nunca foi uma linha comercial de pleno sucesso, talvez porque Belém nunca chegou a ser um centro comparável com o Rio ou a Bahia.

20. *Ibidem*, p. 208.

III – DIPLOMATAS

III. DIPLOMATAS

“Sendo o Brasil depois da Rússia o país de mais variada e complexa história de fronteiras, é também aquele em que vários mapas mais e melhor serviram de títulos justificativos de descobrimento, ocupação e posse, nos litígios de soberania com os demais Estados da América do Sul”.

Jaime Cortesão,
O Brasil nos Velhos Mapas

“Ubique Patriae Memor” (em todo lugar me lembro da pátria)

Divisa do Barão do Rio Branco

“No hemos hecho el debido esfuerzo para formar un falange de diplomáticos de escuela, colocando de este modo nuestra representación exterior arriba de los caprichos del acaso y de los vaivenes del espíritu partidista.”

“La Nacion” de Buenos Aires, 8/11/1895 (ao comentar o resultado da “Questão de Palmas”).

7. O Tratado de Madri

Um Acordo Favorável a Portugal?

O século XVI, o primeiro século da colonização portuguesa na América, basicamente dedicado à ocupação de pontos isolados no litoral leste, viu as primeiras entradas. O século XVII foi o período das grandes bandeiras paulistas, trilhando o sul, o oeste e fazendo as primeiras incursões pela Amazônia; foi também a época da fundação de Belém, das “tropas de resgate” e das primeiras missões de religiosos portugueses no Amazonas e seus afluentes. A centúria seguinte foi o tempo das minas, das monções cuiabanas e da ocupação de Mato Grosso no movimento sertanista que vinha de São Paulo; da consolidação da presença portuguesa na Amazônia setentrional e das monções do Norte no movimento de expansão originário de Belém.

Embora a independência ainda tardasse setenta e dois anos, a exata metade do século XVIII, 1750, é uma boa data para dividir a História do Brasil, como indica Charles Boxer, que exatamente naquele ano termina seu clássico *The Golden Age of Brazil*. O autor dá várias razões para individualizar 1750: torna-se então nítida a compreensão de que estava no fim a produção aurífera do Brasil; morre D. João V, cujo reinado foi o mais prolongado da História de Portugal, e sobe ao trono D. José I, com o futuro Marquês de Pombal, inaugurando a época portuguesa do despotismo esclarecido; completa-se, com a extinção das bandeiras paulistas, um ciclo muito importante da ocupação do território brasileiro; e, o que mais interessa aqui, assina-se o Tratado de Madri.

Curioso é o destino do Tratado de Madri. Assinado em 1750, já em 1761 era anulado pelo Tratado de El Pardo. Retomado quase integralmente, no que concerne às fronteiras amazônicas, pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, foi de novo anulado em 1801, quando se desfechou mais uma das muitas guerras peninsulares. Ao se restabelecer a paz, nesse mesmo ano, pelo Tratado de Badajoz, não se revalidou nenhum acordo anterior. Durou, portanto, muito pouco para um “tratado de limites”, tipo de acordo que visa a soluções permanentes. No entanto, apesar dessa curta vigência, é na História do Brasil o texto fundamental para a fixação dos contornos do nosso território.

Realmente, fora o Acre, capítulo posterior da formação territorial do Brasil, e alguns acertos ou ganhos territoriais refletindo a ocupação populacional, foi o Tratado de Madri que legalizou a posse do Sul e do Oeste brasileiros e da imensa área amazônica, regiões situadas à esquerda da linha de Tordesilhas. Como dividiu um continente, fato sem precedente e sem conseqüente no Direito Internacional, ao fixar os limites brasileiros estava também estabelecendo as lindes terrestres de todos os vizinhos do Brasil.

Historiadores de várias nacionalidades encontram no Tratado de Madri as qualidades de equilíbrio e de moderação que caracterizam os bons acordos. O inglês Robert Southey assim se expressa: "Impossível teria sido semelhante convênio sem disposição amigável de ambas as partes... Mas que eram, para as duas partes, equitativas as condições, pode-se presumir do fato de se terem mostrado ambas igualmente prontas a condená-las no reinado seguinte, em que tal dispositivo deixou de existir... A linguagem e o teor todo deste memorável tratado estão dando testemunho da sinceridade e boas atenções das duas Cortes. Parecem, na verdade, os dois soberanos contratantes ter-se adiantado ao seu século"¹. O alemão Handelmann tem o mesmo tom lisonjeiro: "Este tratado de limites foi, no seu todo, razoável e vantajoso para ambas as partes contratantes"².

No Brasil a tendência é também elogiosa, sendo padrão de muitas opiniões esta do Barão do Rio Branco: "O estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram esse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se unicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização da América"³. Capistrano de Abreu é a exceção, pois acha o acordo injusto pelos "êxodos cruentos"⁴ que determinou (os Sete Povos).

Os especialistas hispano-americanos geralmente vêem o Tratado de Madri com antipatia, pois o consideram prejudicial às colônias americanas da Espanha e, em conseqüência, aos países sul-americanos em que aquelas se transformaram. A rainha espanhola, Dona Maria Bárbara de Bragança, que fora infanta portuguesa, e o Primeiro-Ministro, D. José de Carbajal y Lancaster, o negociador principal pelo Governo espanhol, já receberam críticas que raíam pela acusação de traição nacional.

Na realidade, ao se olhar um mapa do Brasil com a linha reta de Tordesilhas e a foice do Tratado de Madri, tem-se a impressão de que a Espanha cedeu muito. Afinal cerca de dois terços do território nacional são constituídos por terras extra-Tordesilhas. Tal fato é geralmente

1. Robert Southey, *História do Brasil*, tomo VI, p.8.

2. H. Handelmann, *História do Brasil*, p. 245.

3. Rio Branco, *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. I, p. 21.

4. Capistrano de Abreu, Capítulos, p.305.

justificado com a afirmação de que, no Oriente, foi a Espanha quem se apossou de regiões que seriam portuguesas. Teria havido, então, uma compensação global. O argumento é aliás consignado no próprio texto do acordo, quando, na introdução do articulado, Portugal alega que a Espanha violou a linha de Tordesilhas na Ásia; e a Espanha, que Portugal a violou na América. Capistrano acha, entretanto, que essa justificativa valoriza excessivamente as possessões espanholas no Oriente, em relação ao Brasil: “seria uma das ironias da história averiguar que do mero apego à posse das Filipinas procederam todas as concessões por parte da Espanha”⁵.

É difícil saber se é Capistrano quem tem a razão – que as Filipinas não valiam o Sul, Oeste e o Norte do Brasil – ou se estão certos os negociadores do acordo, que oficializaram o argumento da compensação global. Para a finalidade deste trabalho não é necessário estudar a questão em seu aspecto universal; basta, para explicar o acordo na América do Sul, comentar o que Capistrano chama de “superioridade relativa das posições portuguesas nas zonas litigiosas”⁶. Como esta superioridade é consequência da ocupação, o que talvez seja oportuno é completar as observações já feitas sobre este tema com outras que expliquem o porquê da relativa inação dos espanhóis, representantes, durante toda a Colônia, do Estado mais poderoso da península (e do mundo, no século XVI e metade do XVII). Em outras palavras, por que motivo foram os lusos e não os hispânicos que ocuparam a Amazônia? Há muitas respostas possíveis; vejamos algumas.

O império colonial espanhol na América do Sul estava fortemente centralizado em Lima; situada no litoral, ao pé dos Andes. Fundada por Pizarro, a cidade era o porto de onde saíam as riquezas minerais que os espanhóis descobriram na “sierra”, logo nos primeiros contatos com os incas, uma típica civilização das montanhas, centrada em Cuzco, a 3.400 metros de altura. A famosa mina de Potosí, descoberta na atual Bolívia já em 1545, com suas imensas reservas de prata, contribuiu também para que a população européia que não estava em Lima se fixasse nas montanhas. Bem diferente do que ocorreu com os portugueses, que durante dois séculos percorreram em vão os sertões para achar “um outro Peru” no Brasil; isto só viria acontecer nos trinta primeiros anos do século XVIII, com a revelação sucessiva de nossos três “el dorados”, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Por que iriam, então, os espanhóis descer a montanha para aventurar-se na selva hostil, cheia de febres e animais repulsivos, se tinham à mão as maiores riquezas do universo?

Depois, tendo a atividade mineradora fixado os colonos em elevadas altitudes – lembre-se que no mundo só a Cordilheira do Himalaia

5. *Ibidem*, p. 201.

6. *Ibidem*, p. 201.

apresenta cumes mais altos – de ar rarefeito e temperaturas muito frias, de certo modo os inutilizou para a vida nas terras baixas e quentes da Amazônia. Os espanhóis nisso seguiram o precedente dos incas: apesar de formarem o mais “geofágico” dos impérios pré-colombianos, esses indígenas nunca se aventuraram abaixo dos dois mil metros no versante amazônico dos Andes (onde está, por exemplo, a cidadela-templo de Machu-Pichu). O argumento da inadaptação física, sem dúvida discutível, foi usado por Euclides da Cunha, em *Contrastes e Confrontos*, quando descreve a imensa dificuldade que tinham os bolivianos das alturas de se adaptarem às condições da floresta amazônica.

Certamente mais importante para explicar porque foram os portugueses e não os espanhóis que ocuparam a Amazônia são as razões geográficas, de passagem já mencionadas. Desde o começo do século XVII, os portugueses haviam-se apossado das melhores portas de entrada da planície amazônica. Pelo sul, existiam as trilhas dos bandeirantes e, no século seguinte, a rota das monções, que conduzia ao rio Guaporé, isto é, ao sul da bacia amazônica. Pelo norte, ocupada a foz do grande rio, estava assegurado o acesso, na expressão de um historiador francês de nossos dias, a “voie royale”⁷ da penetração amazônica. Com os espanhóis ocorria o oposto: era extremamente difícil deslocar-se para a Amazônia a partir dos centros urbanos na costa do Pacífico e mesmo das regiões andinas. Basta um exemplo, embora tardio e individualizado, para se ter uma idéia das dificuldades. Em 1886, o Governo do Peru nomeou “Prefecto del departamento de Loreto”⁸, que contém a maior parte da Amazônia peruana, a José Benigno Samanez y Campo; como tinha urgência para chegar a Iquitos, capital do departamento, optou o novo Governador – um notável explorador dos rios amazônicos, é preciso frisar – pelo caminho mais rápido: de Lima foi de navio ao Panamá; atravessou o istmo de trem; tomou em Colón um navio para Nova York; de lá outro para Belém; e, finalmente, no prazo curtíssimo para a época de oitenta dias, chegou a Iquitos!

Ao lado das vantagens no terreno, Portugal possuía, ao assinar o Tratado de Madri, outros trunfos. Não se passou diretamente do “fato” da ocupação ao “direito” do tratado: os portugueses tinham também títulos a apresentar. Para nos confinarmos apenas à Amazônia, basta lembrar a Capitania do Cabo Norte (o Território do Amapá ampliado), criada para os portugueses em 1637, isto é, no próprio período da União Ibérica. O rei comum fez isso não porque quis ser gentil... sim porque eram os portugueses que estavam fortes em Belém, porque a defesa contra holandeses, franceses, ingleses, na área só poderia vir dos lusos. Estabelecendo a Capitania, o monarca comum criava explicita-

7. Guy Martinière, “Frontières Coloniales en Amérique du Sul”, in *Cahiers de l'Amérique Latine*, no. 18, p. 166.

8. Fernandez Cacho, “Con Ramon Castilla desde el Río al Mato Grosso”, in *Brasil Visto por Viajeros Peruanos*, p. 11.

mente direitos lusos ao setentrião amazônico. O outro documento favorável a Portugal é o Tratado de Utrecht, de 1713, do qual a Espanha também foi parte, que assegurou à nação lusa a posse das terras à margem esquerda do Amazonas até o “Japoc ou Vicente Pinzón”. Lembre-se aqui que para se conseguir a conveniente fronteira de Oiapoque, região na verdade só parcialmente ocupada pelos luso-brasileiros, houve a sorte histórica de os ingleses se aliarem nas negociações aos portugueses, por não quererem ver os franceses na foz do Amazonas.

Seria fácil encontrar outras razões para explicar as prováveis vantagens de Portugal ao assinar o Tratado de Madri, tais como a prosperidade econômica relativa de Portugal, propiciada pelo famoso “ouro do Brasil”, de que tanto falam os historiadores portugueses e cujo auge de produção foi a década de 1740; a estabilidade política do longo reinado de D. João V, durante o qual “Portugal atingiu uma posição internacional de prestígio e importância que não tinha desfrutado desde o reino de D. Manoel I”⁹; e a conjuntura de alianças pessoais na cúpula dos dois países, favorável a Portugal. Mais oportuno é mencionar a circunstância propícia de o Governo português contar no momento, ocupando-se dos assuntos brasileiros, com um servidor público dotado de conhecimentos específicos e habilidade diplomática excepcionais. Deste homem, especialmente de suas idéias sobre as fronteiras do Brasil, trataremos a seguir.

A Obra de Alexandre de Gusmão

Duas citações de Capistrano de Abreu explicam, perfeitamente, primeiro a premência de um tratado de limites entre Portugal e Espanha, sentida na metade do século XVIII; segundo os fundamentos do texto pactuado em Madri: “A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, no Mato Grosso até o Guaporé e agora no Sul, urgiu a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre as possessões portuguesas e espanholas sempre adiada, sempre renascente”... “Ambas as partes reconheceram [no acordo a que chegaram] ter violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na América... [a qual] seria substituída por limites naturais... como são a origem e os cursos de rios e os montes mais notáveis. Salvo mútuas concessões inspiradas por conveniências comuns... ficaria cada parte com o que possuísse... Maior importância que às terras prestou-se ao aproveitamento dos rios. Estabeleceu-se que a navegação seria comum quando cada um dos reinos tivesse estabelecimentos ribeirinhos; se pertencessem à mesma nação ambas as margens, só ela poderia navegar pelo canal”¹⁰.

9. Charles Boxer. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*, p. 160.

10. Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 196.

Aí estão, pois, as idéias inspiradoras do tratado: Portugal ocupou terras na América, mas a Espanha se beneficiou no Oriente; as fronteiras não seriam mais abstratas linhas geodésicas, como a de Tordesilhas, mas sim acidentes geográficos facilmente identificáveis; os rios, quando não fossem limites, seriam exclusivamente navegados pela nação que possuísse suas duas margens – assim o Prata seria da Espanha, como tanto desejava este país, e o Amazonas do Brasil; a origem do “direito” de propriedade seria o “fato” da ocupação efetiva do território, isto é, o princípio do “uti possidetis”.

Mas quem foi o propulsor de todas essas idéias, o estadista que teve a primazia de usar o “uti possidetis” para resolver uma questão territorial na América do Sul; o que fez de real importância um personagem ignorado pelos estrangeiros que melhor escreveram sobre o Brasil, no século XIX, como von Martius, Southey e Handelmann, e de quem nada falam os dois historiadores, considerados pelos críticos como os maiores da nacionalidade, Varnhagen e Capistrano? Bem mais conhecido hoje, Alexandre de Gusmão, pode ser incluído entre os maiores vultos da História Diplomática luso-brasileira. Concebeu o mais importante tratado para a fixação das fronteiras do território do Brasil e foi também seu principal negociador; “negociador oculto”, na verdade, pois o negociador oficial, por parte do Governo português, foi Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova Ceveira, Embaixador de D. João V junto à corte madrilena.

Para compensar o esquecimento do passado, há agora, sobre o homem do estado e sua obra máxima, um estudo que, pela farta documentação que traz à tona, não encontra paralelo em nossa História. Trata-se de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, de Jaime Cortesão. É certo que algum especialista poderá aqui e ali completá-lo, corrigí-lo, irritar-se até com o portuguesismo excessivo do autor; mas não poderá, depois da publicação dos nove alentados volumes dessa obra, versar o tema sem tomá-la em consideração.

Irmão do famoso padre voador, Alexandre era um brasileiro de Santos, que teve funções diplomáticas na Europa. Em 1730 ascendeu ao importante cargo de “Secretario del Rei”, no reinado de D. João V. Seus conhecimentos da história e da geografia brasileiras, insuperáveis na época, deram-lhe a convicção de que era absolutamente necessário assegurar junto à Espanha a manutenção da base física, tão arduamente conquistada pelos bandeirantes, a pé ou de canoa, além da linha de Tordesilhas. Sua habilidade diplomática, servida por esses conhecimentos, fizeram-no o grande advogado dos interesses brasileiros no século XVIII. Como o seria Rio Branco, no virar de nosso século, sem esquecer a ponte que, entre esses dois grandes vultos, representa, no Império, Duarte da Ponte Ribeiro.

Particularmente vinculado à existência do Tratado de Madri está o problema da posse da Colônia do Sacramento, tema fundamental na história da formação territorial do Brasil, mas que foge ao escopo deste

trabalho. É imprescindível dizer-se, entretanto, que Alexandre de Gusmão tinha nítida consciência de que a Espanha valorizava extremamente a posse das duas margens do Prata e que a Colônia do Sacramento teria um imenso valor de troca, numa eventual negociação, que deveria se realizar assim que a conjuntura bilateral o permitisse.

Mas para uma transação dessa magnitude – dividir um continente – era necessário preparar-se tecnicamente, pois era muito pobre o cabedal de conhecimentos geográficos que ambas as nações ibéricas, pioneiras dessa ciência na época dos grandes descobrimentos, tinham então sobre o interior da América do Sul. Portugal, de sua parte, soube reagir: no segundo quartel do século XVIII, houve no país um verdadeiro renascimento dos estudos geográficos, por estímulo direto da Coroa. Especialistas de várias nações européias vieram a Lisboa e dois deles, jesuítas, os “padres matemáticos”, como os chamam os documentos da época, foram enviados ao Rio de Janeiro em 1729, com a missão de elaborar um “Novo Atlas do Brasil”. O que queria o Governo português era ter idéia clara da localização do território ocupado, em relação à linha de Tordesilhas, em especial depois dos recentes avanços no centro-oeste (Mato Grosso).

Um fato serviu de acicate à reação. Foi a publicação, em 1720, pelo célebre geógrafo francês Delisle, da primeira carta científica da terra, isto é, com latitudes e longitudes observadas por meios astronômicos, com mapas da América do Sul, que mostravam que tanto a Colônia do Sacramento, como todo o vale do Amazonas situavam-se fora da parte atribuída a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas. D. Luiz Cunha, então servindo como Embaixador em Paris, enviou o trabalho a Lisboa e certamente Alexandre de Gusmão dele teve conhecimento. Não poderia deixar de ser chocante que um especialista de outra nação pudesse realizar sobre a América do Sul, onde o acesso de estrangeiros era difícil, onde as informações geográficas eram segredos, um trabalho que nem os portugueses nem os espanhóis, que com seus grandes impérios coloniais tantos interesses tinham no assunto, teriam condições de fazer. Jaime Cortesão assim expõe a situação em Portugal: “O Rei e as classes cultas acordam para o estudo da geografia, da cartografia e, por consequência, também da astronomia. Que os problemas da soberania... e o desejo de afirmá-la sobre novos, vastos e ricos territórios estavam na base desse renascimento, não há como negá-lo. Mas a *Dissertação* de Delisle foi o sinal de alerta”¹¹.

De sua parte, o que fez a Espanha, sem dúvida, interessada em provar que seu território americano fora invadido, como certamente tinha elementos para supor? Nada, ou quase nada, segundo Cortesão, que acrescenta: “E esse desnível cultural [entenda-se, cartográfico] vai pesar... na balança das negociações do Tratado de Madri a favor de Portugal”¹². A Espanha, aliás, poderia também ter reagido à recente

11. Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte I, tomo II, p. 281.

12. *Ibidem*, p. 299.

ocupação de Mato Grosso, no próprio terreno; tinha meios e argumentos para tanto. David M. Davidson, no mencionado estudo sobre a ocupação do extremo-oeste, demonstra a superioridade das forças que a Espanha poderia mobilizar na região e esclarece que tanto portugueses como espanhóis não poderiam ter dúvidas de que as minas de Cuiabá e do Guaporé, recém-descobertas por bandeirantes, estavam em terras a oeste da linha de Tordesilhas. Bem a leste dessa região, no Sertão de Vacaria (atual Mato Grosso do Sul), já tinha havido conflitos de posse, que provam que os espanhóis consideravam suas essas terras. Ora, com mais razão o fariam no então chamado “mato grosso do Rio Jauru”, situado a 500 quilômetros a oeste.

Aconteceu, como se viu, que o Governo português, descoberto o novo “el dorado”, apoiou com todos os meios de que dispunha, inclusive criando em 1748 a Capitania de Mato Grosso, a ação privada dos bandeirantes. Dessa dupla ação “freelance and State”, como diz Davidson, resultou a fixação luso-brasileira na região. É preciso lembrar que a essa altura Portugal já tinha perdido seu império asiático (ficara aí apenas com enclaves, como Goa), e embora possuísse terras na África (Angola e Moçambique), o que tinha de realmente valioso era o Brasil. O Governo espanhol por sua parte limitou-se a elaborar planos para uma reação, a partir das missões jesuíticas espanholas de Chiquitos (próximas do Rio Paraguai) e de Moxos (à margem esquerda do rio Guaporé); não ousou fazer nada mais prático, para desespero dos historiadores hispano-americanos, que tanto se queixam da omissão espanhola na Amazônia. Com ricas minas no Alto Peru desde o século XVI, com mais da metade da América do Sul, o México ao norte e colônias espalhadas pelo mundo afora, há quem julgue que a Espanha, a essa altura, estava já “saciada de possessões ultramarinas”¹³. Só reagiria em pontos de alta suscetibilidade, como a foz do Prata, por exemplo.

Mas voltemos ao cerne do tema. Depois da obra de Cortesão, não há mais incertezas quanto ao papel de Alexandre de Gusmão na concepção e na negociação do Tratado de Madri. Sobre a motivação portuguesa para o acordo, há um documento de excepcional valor, em parte manuscrito pelo próprio Alexandre de Gusmão, com correções e adições de D. Luís da Cunha. Tem o título longo, como era uso na época, de “Dissertation que détermine tant géographiquement que par les traités faits entre la Couronne de Portugal et celle d’Espagne quels sont les limites de leurs dominations en Amérique, c’est-à-dire, du côté de la Rivière de la Plate”. A obra foi escrita em francês porque objetivava divulgar na Europa a posição portuguesa na época de mais uma das divergências entre Portugal e Espanha sobre a posse da Colônia do Sacramento (o chamado Conflito do Prata, que durou de 1735 a 1737).

13. Georg Friederici, *Caráter da Descoberta e da Conquista da América pelos Europeus*, p. 191.

Nesse trabalho, encontram-se todos os argumentos usados por Portugal ao negociar o Tratado de Madri, alguns dos quais acabaram incorporando-se ao próprio texto do acordo.

Realmente, af está a idéia de que o Tratado de Tordesilhas deve ser abandonado por ser indemarcável; de que, mesmo que se prove que os portugueses violaram esse tratado na América, os espanhóis certamente o violaram no Oriente; e de que a solução deveria necessariamente ser encontrada em negociações globais, com concessões mútuas. Tais negociações, ademais, só se poderiam basear nas duas regras do “uti possidetis” e das “fronteiras naturais”. Regras que curiosamente levam-nos de volta ao passado nebuloso dos mitos: o do “el dorado”, que, atraindo os bandeirantes ao âmago da América do Sul, levou-os a ocupar dois-terços do Brasil atual, relaciona-se com o “uti possidetis”; o da “ilha Brasil”, que tendeu a dar ao país uma conformação orgânica, com fronteiras basicamente fluviais, liga-se às fronteiras naturais. Não se chegou ao Prata, no sul, mas se ficou com o Rio Grande do Sul, Mato Grosso e a maior parte da bacia do Amazonas, o que não é pouco...

Davidson assim sintetiza o pensamento de Alexandre de Gusmão, às vésperas do Tratado de Madri: “An active participant in the negotiations with Spain over Colônia, Gusmão concluded that the resolution of colonial antagonisms depended on clear definition of Portugal’s territorial priorities, and on an uncontested basis for the possession of disputed lands. He and the elder statesman, Luís da Cunha, considered the pasturelands of the South, the forest and agricultural products of the Amazon, and the mines of Center and West more valuable to the metropolis than the scanty contraband trade conducted through Colônia. Although Portuguese ministers would not relinquish their claims to Colônia and Platine estuary, Spain’s resolute determination convinced them that such pretensions were hopeless; royal policy under Gusmão from the mid-1730s was directed toward the occupation and defence of Rio Grande do Sul, the West, and the Amazon”¹⁴.

O mesmo autor, sem diminuir o valor de Gusmão, lembra, com justiça, a vinculação de suas idéias com aquelas de anteriores administradores coloniais: “Like councillors do Conselho da Índia of the 1720s, Gusmão suspected that a substantial part of the Brazilian interior lay to the west of the Tordesilhas line; and like his predecessors, he looked to occupation as a more effective basis for sovereignty than the tradicional division, and to natural landmarks as the only adequate guidelines for territorial demarcation. Although Gusmão was the first Portuguese minister to state with clarity and sophistication the principles of “uti possidetis” and natural borders, he drew upon trends already expressed in Portuguese imperial thought”¹⁵.

14. David M. Davidson, *Colonial Roots of Modern Brazil*, p. 73.

15. *Ibidem*, p. 73.

As Negociações de Madri

Pouco antes da metade do século, Portugal encontrava-se, pois, preparado para negociar com a Espanha. Faltava a oportunidade histórica, que surgiu com a ascensão ao trono espanhol, em 1746, de Fernando VI, genro de D. João V. Imediatamente começaram as tratativas.

Dentre os muitos documentos divulgados por Jaime Cortesão, sobre as posições de cada parte, destacam-se dois conjuntos: uma primeira proposta portuguesa com bases para um ajuste e a réplica espanhola; e uma nova proposta portuguesa, agora já articulando um acordo, e a tréplica espanhola, apenas melhorando aspectos formais. Vamos dar uma idéia desses documentos, mas comecemos identificando os objetivos de cada parte.

O que Portugal buscava era negociar um tratado equilibrado, que, à custa de ceder no Prata se necessário, conservasse a Amazônia e o centro-oeste e criasse, no sul, uma fronteira estratégica que vedasse qualquer tentativa espanhola nessa região, onde a balança de poder pendia para Buenos Aires. Nas palavras expressivas de Alexandre de Gusmão, a finalidade era “dar fundo grande e competente”, “arredondar e segurar o país”¹⁶. Já para a Espanha, o objetivo primeiro era parar de vez a expansão portuguesa, que comia gradativamente pedaços de seu império na América do Sul; depois, reservar a exclusividade do estuário platense, evitando o contrabando da prata dos Andes, que passava por Colônia; e, finalmente, impedir que a rivalidade peninsular na América fosse aproveitada por nações inimigas de Madri, numerosas na Europa, para aí se estabelecerem.

As propostas portuguesas, elaboradas por Alexandre de Gusmão, articulavam-se em torno das seguintes linhas de força:

- a) era necessário celebrar um tratado geral de limites e não fazer ajustes sucessivos sobre trechos específicos, como queria originalmente a Espanha;
- b) tal tratado só poderia ser feito abandonando-se o meridiano de Tordesilhas, violado pelos portugueses na América e, mais ainda, pela Espanha no hemisfério oposto;
- c) a base do acordo seria o princípio do “uti possidetis” assim referido: “que cada uma das partes fique possuindo o que tem ocupado”¹⁷;
- d) as fronteiras deveriam ser rios ou montes notáveis;
- e) a Colônia do Sacramento e o território adjacente eram portugueses, se não pelo Tratado de Tordesilhas, certamente pelo segundo Tratado de Utrecht, de 1715;
- f) poder-se-ia admitir (é clara a lembrança da Colônia do Sacramento) que “uma parte troque o que lhe é de tanto proveito,

16. Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte I, tomo I, p. 261

17. *Ibidem*, p. 285

com a outra parte, a que faz maior dano que ela o possua”¹⁸.

As réplicas espanholas, por sua vez, argumentavam:

- a) sendo certo que as Filipinas caíam na zona da soberania espanhola (sabe-se hoje que não), o melhor para Portugal era prescindir de qualquer alegação nesse hemisfério;
- b) sobre a Colônia do Sacramento, mais que qualquer eventual direito, o que importava era ser ela, com o contrabando que propiciava, “a causa da dissipação das riquezas do Peru”¹⁹, fato intolerável para a Espanha;
- c) era aconselhável a troca da Colônia do Sacramento por um equivalente “fácil de encontrar nos territórios de Cuiabá e Mato Grosso, ainda que, à morte de Felipe V, o Governo espanhol estudasse os meios para recobrá-los”²⁰.

Com o correr das negociações, foi-se caracterizando o território das reduções jesuíticas dos Sete Povos (“Siete Pueblos Orientales de Misiones”) como a moeda de troca da Colônia do Sacramento. A Espanha concordou em ceder os estabelecimentos que possuía na margem direita do Guaporé (onde hoje está o Forte do Príncipe da Beira havia a missão jesuítica de Santa Rosa), mas em compensação ficou com o ângulo formado pelos Rios Amazonas e Japurá (onde já havia um forte português, ancestral de Tabatinga). E se foi pouco a pouco precisando a descrição das fronteiras, o que pode ser perfeitamente acompanhado pela leitura das longas cartas que Alexandre de Gusmão enviava ao negociador português em Madri. Os limites que emergem dessas cartas são basicamente os que figuram no próprio Tratado, cuja primeira versão, que pouco difere do texto definitivo, Gusmão enviou a Madri no final de 1748.

Logo depois, no começo de 1749, Alexandre de Gusmão também despacha a Madri, para servir de apoio visual às negociações, uma carta geográfica, elaborada sob sua supervisão, onde estavam desenhados os limites propostos nas negociações. É o primeiro mapa do Brasil com a forma hoje familiar a todos. Sob o nome de “Mapa das Cortes”, goza de merecida fama, pois foi fundamental para que as tratativas chegassem aonde os portugueses queriam. Nesse mapa, que combinava habilmente cartas conhecidas e confiáveis da América do Sul, a área intra-Tordesilhas do Brasil era bastante aumentada, o que dava a impressão de parcos ganhos territoriais a oeste do meridiano. O mapa, apesar desse defeito era o melhor que havia no momento, pois incorporava os dados obtidos pelas penetrações sertanistas mais recentes. Aprovado por ambas as Cortes, foi a base tanto para as negociações, quanto para as posteriores campanhas de demarcação.

18. *Ibidem*, p. 285

19. *Ibidem*, p. 296

20. *Ibidem*, p. 297

Roberto Simonsen assim se expressa sobre o Mapa das Cortes: “A carta do Brasil está visivelmente deformada, apresentando Cuiabá sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a linha de Tordesilhas [um erro de nove graus!]. Essa construção [mostrando ser menor a área ocupada] talvez tenha sido feita visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do “uti possidetis”, que integrou na América portuguesa tão grande extensão de terras ao oeste meridiano de Tordesilhas”²¹. Cortesão é franco: “O Mapa das Cortes foi propositadamente viciado nas suas longitudes para fins diplomáticos”²². Defende, entretanto, tal procedimento: “Alexandre de Gusmão representava então uma política de segredo, que o Estado português vinha praticando sobre seus descobrimentos geográficos, desde o século de quatrocentos... D. João V, no fio de uma tradição secular, conservava secreta... a cartografia dos Padres Matemáticos. O Mapa das Cortes não passava da consequência necessária duma velha política praticada e oficializada ainda no seu tempo”²³. Deixando de lado possíveis considerações éticas, o que se pode dizer é que os espanhóis também “adaptavam” mapas a seus interesses políticos, como o revelou, por exemplo, estudo publicado em número recente de “Imago Mundi” sobre o mapa da América do Sul de Cruz Caño y Olmedilla, base do futuro Tratado de Santo Ildefonso.

O Tratado de Madri foi assinado em 13 de janeiro de 1750. Legalizava-se, assim, a ocupação do centro da América do Sul, penetrado pouco a pouco durante dois séculos e meio por bandeirantes, religiosos, e colonos leigos. Logo depois de sua assinatura foram formadas duas comissões para a demarcação. A do Norte, presidida pelo Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e, no lado espanhol, por D. José de Iturriaga. Estes últimos, aliás, não chegaram a se encontrar, embora ambos tenham penetrado na floresta amazônica durante meses com esse objetivo.

As campanhas para tão ampla e tão difícil demarcação duraram anos e contribuíram para aumentar consideravelmente o conhecimento da geografia da região. Houve vários atritos entre demarcadores, mas foi no Sul – fora do âmbito deste trabalho – que as demarcações chegaram ao impasse mais grave, com a resistência dos jesuítas e dos indígenas dos Sete Povos ao êxodo a que estavam condenados pelo tratado, episódio que ficou conhecido como a “Guerra Guarânica” (1755-1756).

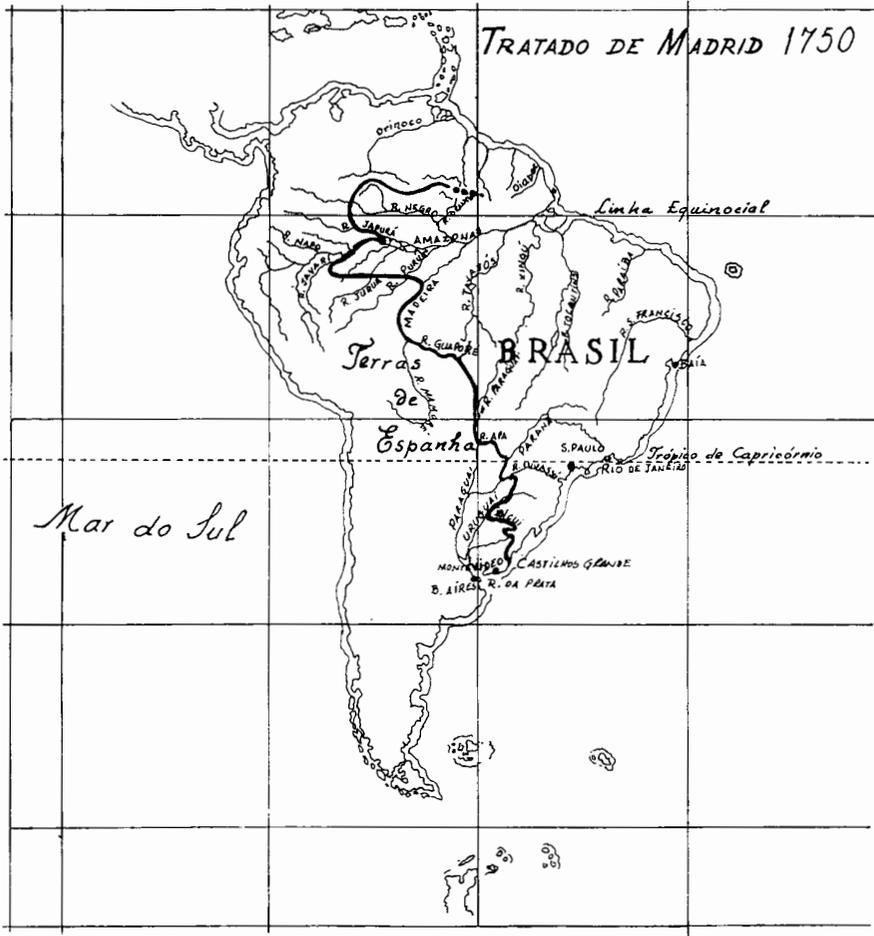
Nos cinco anos que se seguiram à assinatura do Tratado de Madri, morreram todos os principais responsáveis pelo acordo: D. João V, Alexandre de Gusmão, D. Fernando VI, sua rainha, D. Maria Bárbara, e o negociador espanhol D. José de Carbajal y Lancaster. Com a assi-

21. *Ibidem*, p. 329

22. *Ibidem*, p. 332

23. *Ibidem*, p. 333

MAPA 7



natura do Tratado de El Prado, em 1761, anulatório do Tratado de Madri, poderia parecer, erroneamente, ao observador da época que a grande obra de Alexandre de Gusmão fenecia na primeira infância. Na realidade, estava apenas começando uma longa vida, que, em suas linhas básicas, prolonga-se até hoje.

O Tratado de Madri ficou perto de dar ao Brasil limites naturais. O grande geógrafo alemão Brandt assim se expressa: "O desenvolvimento das fronteiras brasileiras é no geral uma consequência da penetração progressiva do continente, pelos rios navegáveis. A linha divisória é, assim, considerada como um todo, uma linha razoavelmente natural, em correspondência com a configuração da superfície. No sul quase coincide com os limites entre a montanha brasileira e a planície platina; no norte, com os divisores principais do Amazonas, Orinoco e rios guianenses. No oeste não alcança a raia entre a planura brasileira e o cinto montanhoso do Pacífico, ficando na bacia amazônica. Todavia, também, aí, dada sua freqüente ligação com obstáculos fluviais, não desprende da natureza. Pode-se, sem grande inexactidão, dizer que ela se aproxima geralmente da divisória continental da circulação fluvial"²⁴.

Os Tratados de El Pardo, Santo Ildefonso e Badajós

Vários são os motivos que levaram à anulação do Tratado de Madri. É certo que, no sul, houve a Guerra Guarânica e, no norte, as dificuldades de demarcação revelaram-se insuperáveis. É controvertido que a oposição jesuítica tenha representado papel decisivo na falência do tratado. Autores há, da importância de um José Carlos de Macedo Soares ou de um Pandiá Calógeras, que consideram a atitude contrária dos jesuítas como a causa primeira da anulação. Já para outros, como Hélio Vianna, as acusações aos jesuítas não encontram amparo nos documentos; seriam pretextos achados na época para se atacar a Companhia de Jesus, que logo mais, em 1759, seria expulsa do Brasil. O historiador português Visconde de Carnaxide, especialista das relações entre o Brasil e Portugal no século XVIII, chega a uma conclusão que distingue as reações dos ináctios locais (os dirigentes dos Sete Povos) da orientação da matriz européia. Em suas palavras: "os jesuítas missionários opuseram-se à transmigração dos povos do Uruguai, ordenada no Tratado de Limites de 1750; a Companhia de Jesus empenhou-se tanto quanto os governos de Portugal, e da Espanha em que a transmigração se fizesse"²⁵.

A deterioração das relações entre as Coroas, provocada, na Espanha, pela ascensão de Carlos III, um opositor do acordo, e, em Portu-

24. *Ibidem*, p. 381

25. Visconde de Carnaxide, *O Brasil na Administração Pombalina*, p.10

gal, pela consolidação do poder de outro, o Marquês de Pombal, foi causa importante da rápida morte (apenas aparente, como revelou o futuro) do acordo. Pombal era contra o Tratado de Madri porque não concordava com a cessão da Colônia do Sacramento, numa atitude “nacionalista”, apreciada então, mas certamente exagerada face à evidente vantagem da troca. Talvez a antipatia que o poderoso ministro nutria por seu antecessor em valimento, Alexandre de Gusmão, também contribuisse para explicar sua posição.

O fato é que, em 1761, os dois países assinaram o Tratado de El Pardo, pelo qual, como reza o próprio texto do acordo, o Tratado de Madri e os atos dele decorrentes, ficavam “cancelados, cassados e anulados”. Voltava-se assim, pelo menos em teoria, às incertezas da divisão de Tordesilhas, tão desrepeitada no terreno, quanto modificada por acordos posteriores. Na prática, nenhuma nação pretendia renunciar a suas conquistas territoriais ou a seus títulos jurídicos. O Tratado de El Pardo apenas criava uma pausa durante a qual se esperaria o momento propício para novo ajuste de limites.

E esse momento surgiu em 1777, ano no qual – fato sem precedente na História de Portugal – uma mulher, D. Maria I, sobe ao trono e inicia a política de reação ao pombalismo, que ficou conhecida como “viradeira”. Já se vinha negociando um tratado, mas a queda de Pombal e, na Espanha, a substituição do Primeiro Ministro Grimaldi pelo Conde de Florida Blanca modificou o equilíbrio de forças “para pior quanto aos interesses portugueses”²⁶ e precipitou os acontecimentos. A Espanha fez exigências e impôs a assinatura de um “Tratado Preliminar de Limites”, que ficou com o nome de um dos palácios do rei espanhol, situado em San Ildefonso, nas proximidades de Toledo. Por esse tratado, Portugal conservava para o Brasil as fronteiras oeste e norte obtidas pelo Tratado de Madri, mas deslocava a divisória sul para leste, com a passagem dos Sete Povos das Missões à soberania espanhola.

Não há dúvida de que, pelo Tratado de Santo Ildefonso, Portugal perdia com relação ao que havia ganhado no Tratado de Madri; não se pode, no entanto, garantir ter sido o tratado mau para Portugal, pois confirmava a inclusão no território nacional dos famosos 2/3 do Brasil extra-Tordesilhas. A maioria dos historiadores brasileiros, entretanto, condena o acordo. O Visconde de São Leopoldo julga-o “um tratado mais que todos lecnino e capcioso”²⁷ e Varnhagen afirma terem sido seus artigos “ditados pela Espanha quase com as armas na mão”²⁸. Capistrano, sempre pensando por sua própria cabeça e acreditando que nenhum patriotismo pode sobrepor-se à verdade, acha-o “mais humano

26. Artur Cesar Ferreira Reis, *História da Civilização Brasileira*, vol. I, p. 376

27. Helio Viana, *Historia da República e História Diplomática do Brasil*, p. 152

28. *Ibidem*, p. 152

e generoso que este [o Tratado de Madri], pois não impunha êxodos cruentos”²⁹.

Há historiadores hispano-americanos que também condenam Santo Ildefonso, mas por motivos opostos ao dos autores brasileiros: a Espanha poderia, segundo eles, ter obtido muito mais naquele momento. O argentino Miguel Angel Scenna assim se expressa, por exemplo: “San Ildefonso... lamentable [para os espanhóis] en cuanto fué negociado cuando España tenía las cartas de triunfo en la mano y estaba en condiciones de invadir militarmente el Brasil”³⁰.

Talvez estejam mais perto do julgamento correto aqueles historiadores hispânicos que, com Capistrano, julgam o Tratado de Santo Ildefonso um acordo bastante satisfatório, que refletiu a situação de poder do momento, mais favorável à Espanha do que à época do Tratado de Madri. O internacionalista argentino Carlos Calvo tem, por exemplo, a seguinte opinião sobre o Tratado de Santo Ildefonso: “Más ventajoso a España que el de 1750, la dejó en el dominio absoluto y exclusivo del Río de la Plata, enarbolando su bandera en la Colonia de Sacramento y estendiendo su dominación a los campos del Ibicui en el margen oriental del Uruguay, sin más sacrificio que la devolución de la isla de Santa Catalina, de la cual se había apoderado por conquista”³¹.

O Tratado de Santo Ildefonso foi concebido principalmente para regular os limites no sul, já que conservou “basicamente” as mesmas fronteiras do Tratado de Madri no restante do território brasileiro. Mas não “exatamente”, como levam a crer vários livros de História. Na realidade, a comparação das descrições das fronteiras de um e outro acordo mostra diversas variantes, provocadas pelo melhor conhecimento, em 1777, das regiões a serem demarcadas.

Assinado o tratado em 1777, começam outra vez as grandes campanhas de demarcação no oeste e no norte. A exemplo do que tinham sido as do Tratado de Madri, não atingem seus objetivos básicos – a caracterização das lindes no terreno – mas contribuem para o conhecimento de áreas amazônicas até então impenetradas, algumas até hoje pouco conhecidas. Surgiram divergências entre os demarcadores, das quais é clássica aquela entre Pereira Caldas (depois substituído por Lobo d’Almadá) e o comissário espanhol Requeña. Este, aliás, já no fim do século, escreveu uma erudita *História de las Demarcaciones de Límites en la América, entre los Dominios de España y Portugal*, onde dá a versão espanhola das dificuldades de demarcação na Amazônia, versão que será muitas vezes retomada pelas nações hispânico-americanas no século XIX.

Para cumprir o acordo, Tabatinga deveria ser entregue aos espanhóis, mas os comissários portugueses fizeram o possível para não dei-

29. Capristano de Abreu, *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*, p. 305

30. Miguel Angel Scenna, *Argentina-Brasil, Cuatro Siglos de Rivalidad*, p. 62

31. José Carlos de Macedo Soares, *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, p. 168

xar o forte, fundado e habitado por brasileiros, aos tradicionais adversários. Pedro Moncayo, autor do começo do século XIX, explica: “El agente de Portugal, sin desconocer la justicia de la reclamación hecha por el comissario español, dió por excusa para retener la fortaleza de Tabatinga, que no podria entregarla sin recibir al mismo tiempo las fortalezas que pertenecían a Portugal y que poseía España en los márgenes del río Negro”³².

Por este e outros fatos semelhantes, ao encerrar-se o século XVIII ainda não haviam sido demarcadas as fronteiras da Amazônia, embora alguns marcos tenham sido chantados. Como ensina Arthur Reis, “A fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis continuava à mercê do mais ousado”³³. Isto é, dos portugueses...

Em 1801, a situação agravou-se com nova guerra entre as nações peninsulares, conhecida na Espanha como a “Guerra de las Naranjas”. Na Europa, Portugal teve seu território amputado com a conquista espanhola de Olivença, mas, na América, os luso-brasileiros retomaram, desta vez para sempre, o território dos Sete Povos (o oeste do Rio Grande do Sul). O conflito terminou naquele ano, com o Tratado de Paz de Badajós, que não revalidou o Tratado de Santo Ildefonso, nem qualquer outro tratado de limites anterior, omissão que contrariava a prática habitual entre as nações ibéricas, de revalidar limites, quando pactuavam tratados de paz. Também não mandou restabelecer o “statu quo ante bellum” e, por isso, Olivença é espanhola e são brasileiros boa parte do Rio Grande do Sul e algumas micro-regiões da Amazônia, não incluídas no Brasil pelo Tratado de 1777.

Há divergências entre brasileiros e hispano-americanos sobre a validade do Tratado de Santo Ildefonso: os brasileiros negam sua vigência após o Tratado de Badajós e a maioria dos autores hispano-americanos o vê, para empregar as palavras de Raúl Porras Barrenechea, em sua *Historia de los Límites del Peru*, como “el que fijó definitivamente los límites inter-coloniales” (o grifo é da citação). Sigamos com o mesmo autor: “El tratado de San Ildefonso fué el último convenio celebrado entre España y Portugal, sobre delimitación de sus respectivas colonias. Era el tratado vigente al proclamarse la independencia de Sud América. El Brasil, sin embargo, siguiendo la tradición expansionista de los colonizadores portugueses, sobrepasó en muchos lugares la línea del trabajo de San Ildefonso. En las discusiones diplomáticas en las que países vecinos del Brasil intentaron hacer valer los derechos que les concedía el tratado de San Ildefonso, el Brasil negó la validez y subsistencia de este tratado”³⁴.

32. Vicente G. Quesada, *Historia Diplomática Latino-Americana*, p. 267

33. Artur Cesar Ferreira Reis, *História da Civilização Brasileira*, vol. I, p. 379

34. Raul Porras Barrenechea e Alberto Wagner de Rejna, *Historia de los Límites del Peru*, p.23

A Amazônia no Final da Colônia

Uma palavra agora sobre o estado da Amazônia no final do período colonial. O episódio da expulsão dos jesuítas, concretizado em 1759, abalou fortemente a região, onde, do ponto de vista da ocupação portuguesa, eram as ordens religiosas, os inacianos em particular, o que havia de mais importante. Por determinação do Marquês de Pombal, foram todas as sessenta e três missões de todas as ordens então presentes na Amazônia laicizadas. Cada padre-superior foi substituído por um diretor indicado pelo Governo e foi criada uma legislação administrativa exclusivamente para a região, com a finalidade de substituir o *Regimento das Missões* dos jesuítas e os regimentos das outras ordens. Por ela tentava Pombal valorizar o índio, pôr o trabalho indígena a serviço do Estado, substituir a “língua geral” pelo português e favorecer a miscigenação.

Os resultados são controvertidos, como, aliás, toda a política de Pombal no Brasil. Um contemporâneo, suspeito por ser jesuíta, traça o seguinte retrato caricatural da Amazônia pombalina: “Veio-lhe, pois, ao pensamento [do Governador Mendonça Furtado, irmão do Marquês] dar o nome e os privilégios de vilas, à semelhança das que há em Portugal, a muitas aldeias que os índios habitavam, não obstante constarem todas de pobres e rústicas choupanas, à exceção da igreja e casas dos párocos. Para isto, mandando levantar um grande pau no meio de um terreiro, dava a este sítio o nome de pelourinho; depois, escolhendo, entre todos aqueles selvagens, alguns que lhe pareceram, ou pela fisionomia do rosto ou pela mole do corpo, mais hábeis para os empregos a que os queria elevar, os constituiu como vereadores ou juizes dos mais, dizendo-lhes que eles eram tão bons como os portugueses; que se governassem a si, sem dependência ou sujeição alguma dos missionários. Além disto mandou vestir e calçar estas suas novas criaturas, assentá-las à sua mesa, fazendo-lhes nela muitos brindes, e ensinando-lhes *inter pocula*, por meio de um língua ou intérprete, o modo como se haviam de portar dali em diante, administrando a todos justiça, etc. Os índios, porém, acabada a comida e a companhia desfeita, esquecendo-se de quanto lhes tinha dito o Senhor Mendonça, apenas saíam da sua presença tiraram os sapatos e vestidos e se esborracharam com os seus vinhos...”³⁵

Ironia de lado, há que se reconhecer que o período pombalino foi aquele que a metrópole mais interesse demonstrou pela região. A Capitania de São José do Rio Negro, origem do atual Estado do Amazonas, foi estabelecida em 1755, com sede na aldeia de Mariuá (hoje Barcelos), no alto Rio Negro (depois transferida para o Lugar da Barra, hoje Manaus, na foz desse rio). A Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão, constituída também em 1755 representou, pelo menos no

35. Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 184

início, um papel importante na economia amazônica, então vivificada com a fundação de muitos “lugares” e vilas. Mas o que mais impressiona hoje são os magníficos fortes do período, erguidos em locais cuidadosamente escolhidos da imensa fronteira amazônica. Para provar a localização estratégica dessas construções, repare-se que os territórios federais do Amapá, Rio Branco (Roraima) e Guaporé (Rondônia), criados em 1943, para dar assistência federal mais direta às áreas amazônicas mais distantes e necessitadas, foram estabelecidos exatamente nas regiões dos fortes de Macapá, São Joaquim e Príncipe da Beira, respectivamente. O historiador francês Hervé Thery, em artigo publicado nos *Cahiers des Amériques Latines*, observa que, ao se olhar o traçado das fronteiras amazônicas, se vê nitidamente que ele apresenta “entre ces forteresses des ventres marqués”³⁶, o que prova, visualmente, sua importância na garantia do território ocupado.

No fim do período colonial, a região amazônica teria menos de noventa mil habitantes, dos quais cerca de setenta mil na Capitania do Pará, concentrados no delta amazônico, e uns quinze mil na Capitania de São José do Rio Negro. Belém teria umas vinte mil almas; Cametá, situada bem próximo, subindo um pouco o Tapajós, umas 8 mil; o resto da população vivia “em pequenos núcleos esparsos, ao longo dos rios”³⁷. A comunicação entre todos fazia-se exclusivamente por via fluvial.

36. Hervé Thery, “Les conquêtes de l’Amazonie”, in *Cahiers des Amériques Latines*, nº 18, p. 134

37. Ernani Silva Bruno, *História do Brasil*, vol. I, p. 86

8. As Fronteiras do Império na Amazônia

A Independência e o “*Uti Possidetis*”

Liberadas as nações hispano-americanas do vínculo colonial (entre 1811 e 1824), teve o recém-instaurado Império do Brasil dificuldade em identificar qual era, em cada trecho da imensa fronteira amazônica, o seu vizinho. Era incerta, entre as novas repúblicas, a soberania sobre aquelas terras longínquas, cobertas de florestas, impenetradas em várias regiões.

Como se sabe, durante boa parte da Colônia, a América do Sul hispânica se confundia com o Vice-Reinado do Peru, com capital em Lima, subdividido em várias Audiências, à exceção de uma unidade separada, a Capitania Geral da Venezuela, subordinada ao Vice-Reinado de Nova Espanha, com capital na cidade do México. Em 1717, foi criado o Vice-Reinado, de Nova Granada, com capital em Bogotá, compreendendo aproximadamente os territórios hoje pertencentes à Colômbia, à Venezuela e ao Equador (extinto em 1723 foi restabelecido em 1739). Para melhor enfrentar a expansão portuguesa em direção ao sul, os espanhóis estabeleceram, em 1776, o Vice-Reinado do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires, incorporando, além do Paraguai, a Audiência de Charcas, também chamada Alto-Peru (atual Bolívia), e a “Banda Oriental del Uruguay”, região disputada pelos portugueses, que haviam lá fundado, em 1680, a Colônia do Sacramento. A Capitania Geral do Chile não foi incluída no Vice-Reinado do Rio Prata, permanecendo subordinada (teoricamente, pois na prática gozava de grande autonomia) ao do Peru, embora deste separada fisicamente pelo litoral que a Bolívia então tinha no Pacífico.

Com a independência, Nova Granada passou a chamar-se Grã-Colômbia. O Peru e a Bolívia estiveram a ponto de se integrarem nessa unidade federativa, para formar os “Estados Unidos da América do Sul” dos sonhos de Bolívar... Mas, já em 1830, as três unidades da Grã-Colômbia estavam separadas e com sérias divergências de limites nas suas regiões amazônicas, algumas persistentes até hoje. A Bolívia apartou-se de Buenos Aires, conservando, como nação independente, dúvidas sobre sua fronteira amazônica com o Peru, derivadas da imprecisão dos títulos coloniais que delimitavam, no interior do Vice-Reinado, a Audiência de Charcas. E o Equador, independente, julgou-se herdeiro da província de Mainas, limítima com o Brasil, e passou a disputá-la com o Peru.

A situação tinha sua complexidade aumentada com as alternâncias de soberania sobre as terras amazônicas, havidas nos primeiros lustros posteriores à independência. A Bolívia, para dar um só exemplo, formou uma confederação com o Peru, entre 1836 e 1839.

A essas incertezas intra-hispânicas, agregavam-se as que existiam entre o Brasil e os demais países amazônicos. Os tratados coloniais

eram muito imprecisos, especialmente quanto às mal conhecidas regiões das fronteiras amazônicas, o que abria enorme margem de atritos entre as comissões demarcadoras. Como diz Capistrano, “Os termos dos tratados prestavam-se às vezes a mais de uma interpretação; os mapas trazidos do reino, muitos feitos a olho e sobre informes infidedignos, aplicavam-se mal aos terrenos”¹. O Império estava, ademais, inseguro sobre a validade do último dos tratados de limites coloniais, o de Santo Ildefonso, e sobre a oportunidade de negociar suas raias amazônicas.

Os livros de História do Brasil de nossos dias costumam dizer que o tratado de 1777 não era válido porque, ademais de ser preliminar, isto é, necessitando ser completado por tratado posterior, definitivo, fora anulado pela Guerra de 1801 e não tivera suas cláusulas operativas restabelecidas pelo Tratado de Paz de Badajós. Não havendo, pois, nenhum tratado em vigor sobre fronteiras, é preciso para estabelecê-las recorrer-se a algum princípio regulador: o que se encontrou foi o “uti possidetis”, que determina que cada parte fique com o que possui no terreno.

Na verdade, a doutrina da não-validade de Santo Ildefonso e do conseqüente recurso ao “uti possidetis” para resolver problemas de fronteira foi pouco a pouco firmando-se na diplomacia imperial, depois de vários anos de indecisão, onde não faltam documentos oficiais que defendem a vigência integral do Tratado de Santo Ildefonso. E onde não faltam também pareceres assinados pelos mais eminentes membros do Conselho de Estado até pelo menos 1846, onde o “uti possidetis” não é considerado uma regra conveniente para o Brasil. A Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho em 1842 recusava por exemplo o tratado assinado com o Peru porque “nossos limites, longe de ficarem melhor definidos pela cláusula do “uti possidetis” são por ela inteiramente expostos”² e em 1846, não aprova o tratado de limites pactuado com a Venezuela, já que “não pode a Seção concordar em que seja a base do tratado definitivo de limites o “uti possidetis” de 1810, porque não pôde certificar-se de quais eram esses limites, e não está habilitada para asseverar se a adoção do “uti possidetis” não prejudicará o Império em outras demarcações”³.

É interessante fazer uma referência ao Tratado de Aliança, Comércio e Limites, assinado com o Paraguai em 1844 (e não ratificado pelo Governo imperial) o qual, em seu artigo XXXV, estatua: “As altas partes contratantes se comprometem também a nomear comissários que examinem e reconheçam os limites indicados no Tratado de Santo Ildefonso de 1º de outubro de 1777 para que se estabeleçam os limites

1. Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 308

2. José Francisco Resek, *Conselho de Estado: Consultas da Seção de Negócios Estrangeiros*, vol. I., p. 106

3. *Ibidem*, vol. II, p. 224

definitivos de ambos os Estados”. Por este exemplo, aconselhando o tratado de 1777, e pelos anteriores, desaconselhando o “uti possidetis”, vê-se que havia incertezas quanto às regras com que se deveriam negociar tratados de fronteiras e se comprova que só com o correr do tempo as autoridades brasileiras foram-se convencendo das vantagens do “uti possidetis” e da perfeita defensibilidade da doutrina da não validade absoluta do Tratado de Santo Ildefonso (feito, como reza seu preâmbulo, “para servir de base e fundamento ao definitivo de limites”).

A Duarte da Ponte Ribeiro cabe a primazia de ter aconselhado, no Império, o uso do “uti possidetis” para resolver nossos problemas de limites. Isso ocorreu em 1837, durante as discussões que manteve como enviado brasileiro com o Marechal Santa Cruz, para negociar um tratado de amizade e limites. Curiosamente foi o Governo do então Presidente da Confederação Peruano-Boliviana que, alegando a não vigência do Tratado de Santo Ildefonso para seu país, sugerira o princípio. Do Brasil, ao contrário, recebeu Ponte Ribeiro instruções para se cingir às fronteiras descritas em Santo Ildefonso. O diplomata ponderou ao Rio de Janeiro que a Confederação não reconhecia como mandatário para ela os tratados entre a Espanha e Portugal, propondo que: “em lugar de fazê-los valer pela força [os argumentos baseados em Santo Ildefonso], convém ao Brasil aproveitar-se daquela declaração e argumentar somente com o “uti possidetis”⁴.

Ponte Ribeiro, nesse mesmo ano, em despacho à Secretaria de Estado, assim expande seu pensamento: “Convencido como estou de que é conveniente ao Brasil consentir na declaração feita pelo Governo da Bólvia, de terem caducado os Tratados que ligavam as Potências [coloniais]... segue-se que toda a questão de limites ficará reduzida ao princípio do “uti possidetis”: a sanção deste princípio é de todo meu empenho, e o consignei como acessório a ver se passa: chamando imediatamente a atenção sobre o comprometimento de celebrar o tratado especial de navegação fluvial, que tanto desejam”⁵.

O princípio do “uti possidetis” passou a ser norma geral da diplomacia imperial, a partir de 1849, quando assumiu o então chamado “Ministério dos Negócios Estrangeiros” Paulino José Soares de Souza, depois feito Visconde do Uruguai. A doutrina em que se baseia foi claramente formulada em 1857 pelo Visconde do Rio Branco, em memorando apresentado ao Governo argentino: “O Tratado de 1777 foi roto e anulado pela guerra superveniente em 1801, entre Portugal e Espanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo Tratado de Paz assinado em Badajós aos 6 dias de junho do mesmo ano. A Espanha conservou a praça de Olivença, que tinha conquistado pelo direito da guerra, e Portugal, todo o território pertencente à Espanha, que, em

4. José Antonio Soares de Souza, *Um Diplomata do Império*, p. 133

5. *Ibidem*, p. 114

virtude do mesmo direito, ocupara na América. É pois, incontestável que nem mesmo a Espanha ou Portugal poderiam hoje invocar o Tratado de 1777, porque contra semelhante pretensão protestaria a evidência do direito internacional. O Governo de S.M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito escrito para a demarcação de suas raiais com o Estados vizinhos, tem adotado e proposto as únicas bases razoáveis e equitativas que podem ser invocadas: “uti possidetis” onde esse existe e as estipulações do Tratado de 1777, onde elas se conformam ou não vão de encontro às possessões atuais de uma e outra parte contratante. Estes princípios têm por si o assenso da razão e da justiça e estão consagrados no direito público universal. Rejeitados eles, o único elemento regulador seria a conveniência e a força de cada nação”⁶.

Esta pequena digressão sobre nossa História Diplomática serve para mostrar que a idéia da não vigência do Acordo de Santo Ildefonso e da conseqüente aplicação do “uti possidetis” não foi uma “invariável orientação”⁷ de nossa diplomacia imperial, como dizem historiadores do relevo de um Hélio Viana, e nos introduz aos meandros do princípio que, pela importância na história da ocupação do território brasileiro, merece estudo. Hildebrando Accioly define clara e simplesmente o “uti possidetis”: “é a posse mansa e pacífica, independente de qualquer outro título”⁸. Parecida, apenas localizando-o no tempo e particularizando-o para a Espanha, é a definição do jurista venezuelano Andrés Bello: “El uti possidetis à la época de la emancipación de las colonias españolas era la posesión natural de España, lo que España poseía real y efectivamente con cualquiera título ó sin título alguno, no lo que España tenía derecho de poseer y no poseía”⁹.

A quase totalidade dos juristas e historiadores hispano-americanos fala também de um “uti possidetis juris” (ou “de derecho”), diferente do que acabamos de definir, que é considerado, por esses autores, como sendo o “uti possidetis de facto” (ou “de hecho”). O “uti possidetis juris” – melhor chamado de princípio “de los títulos coloniales” – deriva dos documentos territoriais que cada nação pudesse produzir, quando de sua independência; sem dúvida serviu para resolver várias questões de limites entre nações hispânicas, onde o que se discutia era, não a ocupação, geralmente inexistente, mas sim o valor dos documentos apresentados.

O conceito do “uti possidetis juris”, na crítica de Accioly, “repousa sobre uma afirmação contraditória”¹⁰. Realmente, no fundo significaria simplesmente comparar os títulos possuídos sobre certa região,

6. Sérvulo Lisboa Braga e Juvenal Milton Engel, “Delimitação, Demarcação e Cartografia das Fronteiras do Brasil” in *Curso de Conhecimentos e Informações sobre Cartografia*, vol. III, p. 313

7. Helio Viana, *História da República e História Diplomática do Brasil*, p. 174

8. José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 207

9. Barão do Rio Branco, *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. V, p. 78

10. José Carlos de Macedo Soares, op. cit., p. 207

por cada um dos Estados em que foram transformadas as antigas unidades administrativas dos Vice-Reinados. Ora, isso seria determinar quem tem mais direito a um território e não quem tem dele realmente a posse, o elemento essencial do princípio. Desde o Direito Privado Romano, donde provém, quando o juiz determinava, em certos casos de dúvida sobre a propriedade de um bem, que quem dele tivesse a posse ficasse com ele até a decisão final: “uti possidetis, ita possideatis” (como possuis, assim possuas), era a fórmula utilizada. Para o Império brasileiro ficou claro, a partir da metade do século XIX, que documentos do direito público interno da Espanha não poderiam servir para resolver conflitos internacionais. Entendendo-se, como o fazem alguns diplomatas e publicistas de origem espanhola, que o “uti possidetis juris” significa também comparar documentos de valor internacional, como tratados, então necessariamente no caso do Brasil se cairia no Tratado de Santo Ildefonso, previamente descartado.

Qualquer que fosse sua conceituação, não serviria, portanto, a regra do “uti possidetis juris” para resolver os problemas de limites entre o Império e as repúblicas vizinhas.

A utilização do princípio do “uti possidetis”, tal como entendido pela nossa diplomacia, foi sem dúvida uma vantagem para o Brasil, nação de mais dinamismo na ocupação do território do que seus vizinhos amazônicos, fato reconhecido por autores de nacionalidade neutra. Guy Martinière, historiador contemporâneo francês, com vários trabalhos sobre o Brasil, em recente artigo, diz que “l’uti possidetis constitue l’enveloppe idéologique idéale permettant de justifier la dynamique même du système expansionniste des conquêtes frontalières”¹¹. Na verdade, o princípio adapta-se como uma luva aos interesses da nação mais expansionista; é a resposta diplomática dinâmica a uma política territorial também dinâmica. “Diplomacia bandeirante”, na expressão de alguns divulgadores populares, de conveniência duvidosa...

Não está o “uti possidetis”, entre os princípios mais universalmente admirados do Direito Internacional. Vinculado ao ato da ocupação, só é admissível no período de formação das fronteiras, não mais quando o território nacional já está definido. Sua aplicação, como ensina Clóvis Beviláqua, “é apenas subsidiária e transitória: não se verifica senão na falta de convenção válida, e uma vez fixados, por qualquer forma, os limites, já não tem mais cabimento”¹². Os fatos mostram, entretanto, que tal como conceituado pela diplomacia brasileira, funcionou no continente; resolveu sem grandes traumas os potencialmente imensos conflitos fronteiriços entre o Brasil e seus onze vizinhos. É importante observar que na América do Sul o Brasil é o único país que não tem problema de fronteira com nenhum país limítrofe e que todos

11. Guy Martinière, “Les Stratégies Frontalières du Brésil Colonial”, in *Cahiers des Amériques Latines*, nº 18, p. 65

12. Clóvis Beviláqua, *Direito Internacional*, p. 289

os outros o têm entre si (década de 70). Seria o princípio mais prático do que o do “uti possidetis juris”, por estes utilizado; teria sido a diplomacia brasileira mais eficiente; ou estaria o país em mais forte posição negociadora? É possível justificar resposta afirmativa à cada indagação; mais provavelmente houve concorrência dos três fatos.

Duarte da Ponte Ribeiro

Ao se estudar, no período imperial, qualquer problema de limites do Brasil, um nome aparece constantemente, ou como negociador, ou como redator de instruções ao negociador, ou como autor de memória sobre o problema, ou como elaborador do mapa que o ilustra graficamente: Duarte da Ponte Ribeiro. Português de nascimento, veio ao Brasil com 14 anos acompanhando seu pai, um dos cirurgiões da frota que para aqui transportou D. João VI. Ele próprio formou-se em medicina, tendo tido aparentemente sucesso na profissão, pois, moço ainda, chegou a ser o Cirurgião-Mor de Niterói, por designação da Câmara local. Talvez sua vocação diplomática tenha sido despertada pelas viagens de longo curso, que, como médico de bordo, costumava fazer com uma frequência que lhe permitiu visitar todos os continentes. Um acidente de caça, no qual perdeu a mão e parte do braço esquerdo, impossibilitando-o de continuar a exercer a cirurgia, pode ter sido o fator conjuntural que levou o futuro Barão da Ponte Ribeiro às lides internacionais.

Por uma razão ou outra, entrou na carreira diplomática aos 31 anos, em 1825, e nela permaneceu 52 anos, até sua morte aos 83 anos, em 1878 (aposentado em 1853, continuou trabalhando para o Ministério, como consultor). Embora tenha começado a carreira na Europa, como Cônsul em Madri, foi a América Latina o cenário de sua atividade, o objeto constante de seus estudos. Serviu ou teve missões transitórias em Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Lima, La Paz, Caracas e México e, na Secretaria de Estado, foi o primeiro chefe da então criada Seção dos Negócios Políticos da América. Essa vasta experiência, aliada a profundos estudos da história e da geografia da América do Sul, fizeram-no o grande especialista do Império das relações do Brasil com seus vizinhos: “Assenhora-se, como ninguém, do ambiente que se criara depois da independência dos povos confinantes e, como ninguém, penetra o espírito reinante em cada qual dos novos Estados. As idiossincrasias, os preconceitos, as aspirações, os pontos nevralgicos e as incompatibilidades das jovens nacionalidades deixam de ter segredos para o diplomata brasileiro”¹³.

Em sua época, o principal assunto do temário internacional do Continente eram as fronteiras. E, por isso, Duarte da Ponte Ribeiro escreveu cento e oitenta memórias e elaborou ou orientou a elaboração de centenas de mapas sobre o tema. Castilhos Goycochêa, autor de exce-

13. Castilhos Goycochêa, *Fronteiras e Fronteiras*, p. 168.

lente estudo sobre o diplomata, intitulado “O Fronteiro-Mor do Império” (incluído em seu livro *Fronteiras e Fronteiros*), assim comenta: “Às suas memórias, em regra, acompanhava um ou mais mapas, uma ou mais cartas, esboços ou simples lineamentos. De toda a orla de fronteira do Brasil, do Cabo Orange ao arroio do Chuy, longa de mais de 16.000 km, correndo sobre cumiadas de serras, pelos “thalwegs” de rios, pelas margens de lagôas, por pântanos e terras enxutas, talvez não haja fração de metro que não tenha sido objecto de estudo de Ponte Ribeiro, que por ele não tenha sido desenhada ou feito riscar, sobre cujos direitos não tenha meditado à vista dos documentos que reuniu e que prestassem a cotejo entre si ou com elementos que porventura possuíssem as soberanias confinantes”¹⁴.

Sobre nosso personagem, a quem muito deve a Mapoteca do Itamaraty, a melhor do continente, que se revelou tão útil nas subsequentes negociações sobre limites, quase nada havia sido escrito, afora o mencionado estudo de Goycochêa e umas notas biográficas de Joaquim Manuel de Macedo, sempre referidas mas nunca encontráveis nas bibliotecas, até que José Antonio Soares de Souza publicou, em 1952, *Um Diplomata no Império*. A biografia pouco fala da vida de Ponte Ribeiro, dedicando-se quase que integralmente à obra, pesquisada com denodo nas memórias, mapas, ofícios, despachos e telegramas arquivados no Itamaraty. Entre os raros toques pessoais aí mencionados (que citamos por pitorescos), encontram-se reclamações sobre os atrasos de pagamento do Itamaraty, queixas com as longas viagens em lombo de burro, para acompanhar, em trilhas espremidas entre as montanhas bolivianas, o itinerante Governo do Ditador Belzu, a quem descreve como “soldado de tarimba que viveu sempre nos quartéis e nas tavernas, sem jamais aparecer em sociedade de gente decente, nem ter aberto um livro”¹⁵. Permeava seus ofícios de observações coloquiais ou mordazes, tais como: “Esta gente é mais velhaca do que se crê e só pode ser levada com manha”¹⁶, ou “Não faltará quem deseje os oito contos que me dá o Governo Imperial, mas eu os daria de boa vontade para ver-me hoje nessa Côrte, trabalhando na Secretaria desde 9 até às 3, e mesmo todo o dia. O aspecto montanhoso e árido dêste país... o silêncio sepulcral, a incerteza de conseguir o objeto a que vim, tudo concorre para o mau humor de que estou atacado; e o pior é de mostrar cara prazenteira aos que vêm importunar-me com suas longas visitas”¹⁷.

Como deu opinião por escrito sobre praticamente todos os trechos de nossas fronteiras, é claro que há casos em que seu parecer não é hoje considerado o melhor ou não foi transformado em posição de Governo. Achava, por exemplo, que o rio “Japoq ou Vicente Pinzón”, do

14. *Ibidem*, p. 173.

15. J.A. Soares de Souza, *Um Diplomata do Império*, p. 310.

16. *Ibidem*, p. 290.

17. *Ibidem*, p. 304.

Tratado de Utrecht, não era o Oiapoque, como depois julgaram, com acerto, Joaquim Caetano da Silva e o Barão do Rio Branco. Terminou a vida, segundo seu biógrafo principal, com poucos amigos; tornou-se homem de gênio difícil, quase intratável. E deve ter morrido triste, pois, como lembra Goycochêa, “nada faltou na vida de homem público invulgar, toda ela dedicada ao serviço do Brasil... nem mesmo a ingratidão... Até o dia 15 de abril de 1878, em Petrópolis, havia trabalhado respondendo a consultas do Governo, quando lhe chegou as mãos um Aviso do Ministro dos Negócios Estrangeiros comunicando-lhe que mandara cessar o abono da gratificação annual... e convidando-o a recolher as parcelas dessa importância que houvesse recebido até a data... Dentro de alguns dias o Thesouro Nacional recebia de Ponte Ribeiro a restituição ordenada”¹⁸. Era octogenário e morreria poucos meses depois. Mas a posteridade reconhece-lhe os méritos e o considera, nas palavras de Pandiá Calógeras, “um benemérito de nossa terra em todas as questões de fronteiras”¹⁹.

Ponte Ribeiro não foi um homem de grande prestígio internacional, como o seria depois Rio Branco, nem foi um personagem de decisiva influência em decisões governamentais, como havia sido Alexandre de Gusmão. Não deixou um monumento individualizado, como o Tratado de Madri, nem foi o condutor absoluto e incontestável da política externa, como chegou a ser o Barão. Nem mesmo escreveu um livro de síntese sobre as fronteiras do Brasil, assunto que conhecia mais que ninguém; mas, com seus muitos trabalhos sobre dezenas de trechos de nossos limites, os amazônicos em especial, contribuiu decisivamente para construir a política exterior do Império, que encaminhou corretamente ou, quando possível, resolveu tantos e tão delicados conflitos.

O Tratado de 1851 com o Peru

As fronteiras do Brasil com o Peru são as mais distantes da costa atlântica. Como vimos a linha divisória, em certos pontos da Serra de Contamana, perto da nascente do rio Javari, chega a estar a menos de quinhentos quilômetros do Pacífico e a mais de quatro mil do Atlântico. Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso, fiéis ao princípio dos limites naturais, estabeleciam nesse trecho, uma fronteira totalmente fluvial, os rios Javari, Amazonas e Japurá. A oeste do Javari, porque os rios correm em direção basicamente perpendicular à qualquer linha de fronteira possível, não se pode fugir ao estabelecimento de uma geodésica, ligando a nascente do Javari a um ponto determinado no rio Madeira (a meia distância entre a foz do Guaporé, considerada então – não mais hoje – o início do Madeira, e a foz deste no Amazonas).

18. Castilhos Goycochêa, op. cit., p. 178.

19. Pandiá Calógeras, *História Diplomática do Império*, p. 274.

Note-se que o rio Solimões (assim se chama no Brasil o Amazonas, da foz do Javari à foz do Negro) de Tabatinga a Tefé, e o rio Japurá, que deságua no Solimões, bem perto desta última cidade – rios hoje totalmente brasileiros – eram os limites entre os dois impérios coloniais, tendo portanto sua soberania compartilhada. Havia, pois, um triângulo de terras hoje brasileiras, de dimensão equivalente a um terço do Acre, que pertencia ao Vice-Reinado do Peru.

Vimos já que o comissário brasileiro encarregado das demarcações de Santo Ildefonso não quis entregar Tabatinga, situada na margem norte do Solimões, isto é, na parte espanhola do rio, porque os espanhóis não haviam entregado postos que mantinham no alto Rio Negro, que, pelo acordo, deveriam ser portugueses. Outra divergência foi relativa à identificação da “boca mais ocidental do Japurá” de que fala o tratado. Este rio, antes de Tefé, se comunica com o Solimões por vários braços, o que provocou árdua discussão geográfica sobre quais se poderiam considerar “rios” (com bocas no Amazonas), e quais simplesmente “canais”. Assim, por essas e outras divergências não se demarcou, embora se tivesse conhecido melhor, essa grande área no extremo noroeste do Brasil. O final do século XVIII foi um período conturbado nas relações entre Portugal e Espanha: disputas, lutas armadas e invasões ocorreram não só na Europa mas também na América e o Tratado de Badajós, de 1801, que restabeleceu a paz entre os reinos peninsulares, nada proveu sobre fronteiras. Ao ficarem independentes o Brasil e as então chamadas Repúblicas do Pacífico o que havia entre as duas partes era, pois, uma enorme zona florestal, quase despovoada e de limites incertos.

Nos cem anos que se passaram entre o Tratado de Madri e a assinatura, em 1851, do tratado de limites com o Peru, brasileiros – padres missionários, soldados e colonos leigos; às vezes “droguistas do sertão” ou membros de “tropas de resgate” – pouco a pouco foram ocupando pontos na margem norte do Solimões, inclusive no trecho que seria espanhol pelos tratados coloniais. Muito importante foi a fundação, em 1766, bem em frente à boca do Javari, num local notável do rio, do forte de, na linguagem dos mapas antigos, São Francisco Xavier de Itabatinga, que se tornou a âncora que fixou a soberania lusa naquela parte da Amazônia (antecessor de Tabatinga na área era o forte de São José do Javari). Mais de cem anos antes de Madri, em 1638, e centenas de quilômetros mais a oeste, Pedro Teixeira já havia lançado a semente de Franciscana (de São Francisco de Assis) que não vicejou. Tabatinga, sim.

Limitar esses confins, pôr ordem nesse caos que separava o Peru e o Brasil independentes, era a tarefa ingente que aguardava diplomatas e demarcadores de ambas nações. E que foi realizada com o tratado de 1851, o primeiro assinado e ratificado pelo Império e um país amazônico. Esse tratado, cujo título oficial é “Convenção Especial de Comércio, Navegação Fluvial, Exatidão e Limites” não tem sua importância

histórica devidamente assinalada pelos autores de nossa história diplomática. Apresenta, entretanto, características notáveis: a) estabeleceu o padrão pelo qual todos os outros tratados de limites com as nações amazônicas seriam negociados, introduzindo a praxe de trocar facilidades de navegação pelo Rio Amazonas, a porta de saída de toda a bacia, por vantagens territoriais; b) adotou pela primeira vez, entre nações sul-americanas independentes, o princípio do “uti possidetis”, na versão brasileira, para o estabelecimento dos limites bilaterais; c) estabeleceu a prática salutar de se negociar apenas com uma república de cada vez, embora houvesse sempre mais de uma disputando a soberania sobre a região limitada.

Na década de 1830, o Peru já havia procurado negociar com o Brasil um tratado de limites, o que não fora possível porque o Governo imperial julgou que não se conhecia a área suficientemente para limitá-la corretamente, mesmo no papel. Em 1842, o ubfquo Ponte Ribeiro firmou um tratado com o Peru, pelo qual ambas as nações se comprometiam a demarcar a fronteira de acordo com o “uti possidetis de 1821”. O tratado não foi ratificado pelo Rio de Janeiro, mas serviu de base ao de 1851, assinado também por Ponte Ribeiro e, pelo Peru, por Bartolomeu Herrera, seu Ministro das Relações Exteriores. A diferença era que, agora, ao se falar em “uti possidetis”, não se colocava data alguma, o que indicava reconhecer a posse efetiva, na data da assinatura. O artigo pertinente diz: “... os Limites do Império do Brasil com a República do Peru serão regulados em conformidade com o princípio do “uti possidetis”; por conseguinte reconhecem respectivamente como fronteira a Povoação de Tabatinga e de aí para o Norte em linha reta a encontrar o rio Japurá defronte da foz do Apapóris; e de Tabatinga para o Sul, o rio Javari desde sua confluência com o Amazonas”. Ao sul de Tabatinga, o Tratado continuava com o limite natural do Javari, até sua então desconhecida nascente. A grande novidade estava entretanto ao norte de Tabatinga, no estabelecimento da nova fronteira pela linha geodésica Tabatinga-Apapóris, que fazia passar à soberania brasileira o ângulo formado pelos rios Solimões e Japurá (a foz do Apapóris foi escolhida como ponto de reflexão da fronteira pelos demarcadores do tratado de Santo Ildefonso).

No Peru e nos outros países amazônicos o tratado foi muito mal recebido, suscitando veementes ataques ao que parecia uma cessão de terras ao Brasil. O historiador Raul Porras Barrenechea em sua *Historia de los Límites del Peru*, assim resume as críticas que em seu país se fizeram ao acordo; incluir num convênio fluvial importantes questões de limites; admitir o princípio do “uti possidetis de facto”, sem data, favorável ao Brasil; e não fechar completamente a fronteira no trecho a leste do Javari, “dando com esta omisión origen a nuevas expansiones del Brasil...”²⁰.

20. Raul Porras Barrenechea e Alverto Wagner Reina, op. cit., p. 118.

Na realidade ao seu olhar em um mapa moderno o triângulo de terras (Solimões – Japurá – reta Tabatinga foz do Apapóris) tem-se a impressão de que o império brasileiro teve grande vantagem ao assinar o acordo. Seguramente foi um bom acordo para o Brasil, mas não se pode esquecer que foi também bom para a outra parte, como reconhece, por exemplo, o diplomata peruano Victor Andrés Belaunde, lembrando as facilidades fluviais que ele deu a seu país: “Claro está que de acuerdo com los límites teóricos del tratado de San Ildefonso (desde el punto de vista territorial) la convención suscrita por Herrera en el 51 fué un desastre diplomático; pero hay que tener en cuenta que lo único que le interesaba al Perú en esa fecha no era la mayor o menor extensión territorial sino la libre navegación en el Amazonas, navegación que el tratado de San Ildefonso concedía exclusivamente al Brasil. De modo pues que para conseguir el objeto y llenar la necesidad esencial del Perú, en ese tiempo, era necesario dejar el tratado de San Ildefonso y atender al “uti possidetis de facto”. A eso se debió el reconocimiento de las posesiones brasileñas en el ángulo Yapurá-Apaporis. En cuanto a la determinación de las fronteras a partir del Yavarí no fué error sino prudencia el no pretender establecerla dada la falta de noticias exactas que se tenía sobre la vasta región comprendida entre el Yavarí y el Madera”²¹.

Euclides da Cunha introduz um outro argumento importante para explicar por que, segundo crê, foi o acordo de 1851 antes de tudo uma troca de excepcionais favores: “Ali se vendeu a pele do urso equatorial... O Império, admitindo a divisão pelo Javari fortaleceu, com o seu grande prestígio, as pretensões peruanas, que se estendiam até aquele rio, tendo só como elemento de prova a controvertida Cédula de 1802...”²². Euclides só falava do Javari porque estava tratando de um problema territorial ao sul do Amazonas, em seu *Peru versus Bolívia*. Mas o argumento é igualmente válido ao norte do Amazonas, no que concerne à reta Tabatinga-Apapóris. Aqui a fronteira corria por terras disputadas pelo Peru, Equador e Colômbia, e o acordo com o Brasil também favorecia a posição peruana. Não para sempre, entretanto, pois o trecho é hoje parte de nossa fronteira com a Colômbia (ao norte do Içá, chamado Putomayo pelos espanhóis, por arbitramento de 1891; e ao sul, no chamado trapézio de Letfcia, por acordo de 1922).

O Tratado de 1859 com a Venezuela. Negociações com a Colômbia

É prático, no Império, tratar conjuntamente do estabelecimento dos limites do Brasil com a Colômbia e com a Venezuela, primeiro porque o tema começou a ser veiculado quando ambas unidades inte-

21. Ibidem, p. 118.

22. Euclides da Cunha, *Peru versus Bolívia*, p. 124.

gravam a Grã-Colômbia, segundo porque, ao se separarem, ficaram indefinidos os limites entre as duas nações na Amazônia, até o laudo arbitral pronunciado em 1891 pela Rainha Maria Cristina, regente da Espanha. Os tratados de Madri e de Santo Ildefonso eram particularmente vagos na região ao norte do Rio Amazonas, só muito mais tarde perfeitamente conhecida. Basta lembrar que o Pico da Neblina, o ponto culminante do Brasil, com 3.104 metros de altura, só foi descoberto nas campanhas demarcatórias de 1964.

Dizia o Tratado de Madri poucas palavras sobre o imenso arco de limites que vai do Solimões ao Oceano Atlântico: [segue a fronteira] “por este rio abaixo [o Solimões] até a boca mais ocidental do Japurá que deságua na margem setentrional. Continuará a fronteira pelo meio do Rio Japurá, e por mais rios que a ele se juntam, e que mais se chegaram ao rumo do norte, até encontrar o alto da cordilheira de montes que medeiam entre o Orinoco e o das Amazonas ou Maranhão; e prosseguirá pelo cume desses montes para o oriente, até onde estender o domínio entre uma e outra monarquia”.

O Tratado de Santo Ildefonso procura precisar um pouco mais a linha, já mais conhecida agora, em 1777, depois das campanhas de demarcação que se seguiram ao Tratado de Madri, e especifica as proviões que asseguram aos portugueses os povoados por eles fundados e os caminhos por eles percorridos; e aos espanhóis, igualmente seus estabelecimentos e comunicações.

Na realidade, depois do Japurá, o que ambos tratados pretendem é, preservando as posses de cada império, deixar basicamente a Bacia do Orinoco à Espanha e a do Amazonas a Portugal, fazendo com que as lindes corram pela crista das montanhas divisoras de águas. Nada provém sobre os rios que deságuam diretamente no Atlântico, não pretendendo a nenhuma das duas bacias, como o Essequibo e o Courantyne; nem poderiam fazê-lo pois as Guianas sempre estiveram fora da soberania das nações ibéricas. Era, pois, excessivamente dilatada a margem de arbítrio dada aos demarcadores, por mais instruções complementares que se emitissem. As divergências nas demarcações, vimos, fixaram-se, nesse trecho da fronteira, na desocupação pelos espanhóis do Forte de São Carlos no alto Rio Negro (lembre-se que os portugueses não entregaram Tabatinga alegando a posse indevida de São Carlos).

Logo depois da Independência, a Grã-Colômbia e o Império do Brasil tentaram, sem sucesso, negociar um tratado de limites, o que não foi viável por não haver ainda uma idéia clara das bases possíveis para uma negociação. Em 1832, quando foi repartida a república fundada por Bolívar, os entendimentos foram suspensos. Entre 1849 e 1853 o Império teve um de seus maiores Ministros dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai. Procurou ele resolver todos os nossos problemas de fronteira. Encaminhou-os bem, mas só conseguiu firmar, em 1851, através de Duarte da Ponte Ribeiro,

o acordo de fronteiras com o Peru, que estabelecia a linha Tabatinga-Apapóris, traçada numa região disputada pela Colômbia. Nos dois anos seguintes conseguiu-se, também baseado no “uti possidetis”, finalizar a negociação de acordos com a Venezuela, em 1852, e com a Colômbia, em 1853, ambos através do mesmo plenipotenciário Miguel Maria Lisboa, o futuro Barão do Japurá, autor, aliás, de memória clássica sobre esse trecho de fronteira. Estes não foram, entretanto, ratificados pelos Congressos das duas Repúblicas, contrários à fixação das fronteiras pelo princípio do “uti possidetis”. A explicação da recusa dada por um autor colombiano, pode ser generalizada para os dois países: “En las estipulaciones de aquel pacto de 1853 se apartó el negociador colombiano del principio del ‘uti possidetis’ legal de 1810, aceptando el ‘uti possidetis’ de hecho, conocido como principio brasileño”²³.

Em 1859, o Brasil celebrou com a Venezuela um “Tratado de Limites e Navegação Fluvial”, que – sem mencionar especificamente o princípio do “uti possidetis” – definia a mesma divisória do Tratado de 1852, reconhecendo portanto posses portuguesas no alto rio Negro (o Forte de São Carlos ficou, entretanto, em região venezuelana). Desta vez o acordo foi ratificado por ambos Governos, embora, como vimos, as demarcações tenham prosseguido por mais de cem anos, nesses confins montanhosos dos dois países. A divisa fixada começa a leste num ponto determinado do alto Rio Negro (hoje a trijunção das fronteiras Brasil-Colômbia-Venezuela) e segue por curvas e quebradas linhas geodésicas até a Serra Imeri (onde está o pico da Neblina); continua pela crista desta e das Serras Parima e Pacaraima até o Monte Roraima: basicamente a linha segue, pois, o divisor de águas Amazonas-Orinoco, já previsto em Madri.

Assim que o Brasil celebrou o tratado de 1859 com a Venezuela, o Governo colombiano protestou alegando que ele dividia terras colombianas, na região do Negro. Era já a rotina de protestos de nações vizinhas, após a celebração de tratado de limites entre uma república amazônica e o Brasil. Menos pelas linhas de fronteira estabelecidas (seriam estas provavelmente aceitas pelos países “protestantes”, como ocorreu em vários casos), do que pelo fato de que se julgavam com direitos sobre a área limitada. O Brasil seguia a regra geral de negociar com o vizinho que tinha a posse efetiva da região; freqüentemente informava o outro país interessado de que respeitaria seus eventuais direitos à área, se e quando fossem estes reconhecidos por negociação direta ou arbitragem.

O Tratado de 1867 com a Bolívia

As relações do Império com a Bolívia, no início de suas vidas independentes, viram-se prejudicadas pelo ressentimento boliviano derivado da

23. Francisco Andrade, *Demarcación de las Fronteras de Colombia*, p. 219.

incorporação a Mato Grosso da Província de Chiquitos, “proposta” pelo Governador daquela província (contrário à independência da Bolívia) e “aceita” em 1825 pelo Comandante da Guarnição e pela Câmara de Vila Bela. Mesmo desautorada imediatamente pelo Governo do Rio de Janeiro, o ato teve conseqüências deletérias no relacionamento global do Império com as repúblicas hispânicas, constituindo-se inclusive num dos elementos causadores da antipatia de Bolívar para com o Império, claramente identificada em certa fase de sua vida política, como demonstra Nestor dos Santos Lima, em *O Brasil nas Cartas de Bolívar*. Também dificultavam as relações diplomáticas a instabilidade política do país andino, centro da riqueza espanhola durante a maior parte da colônia, agora independente mas empobrecido.

Vimos que, em 1837, Duarte da Ponte Ribeiro, já se esforçava por determinar nossos limites bolivianos, baseado, pela primeira vez no Império, no princípio do “uti possidetis”. A queda do General Santa Cruz e o fim da confederação Peruano-boliviana impediram a conclusão do acordo.

Em 1860, Rego Monteiro, Ministro do Brasil em La Paz, propunha, seguindo instruções do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cansação de Sinimbu, (não se sabe como os Embaixadores europeus pronunciavam seu nome...), novo tratado de limites, também baseado no “uti possidetis”, agora já transformado em doutrina oficial da Chancelaria brasileira, “sob o disfarce de um instrumento a título de regular o comércio de fronteira e a navegação dos rios”²⁴, segundo explica maliciosamente Leandro Tocantins, na sua bem documentada *Formação Histórica do Acre*. Entre os mapas que serviram à negociação, havia um feito por Ponte Ribeiro, referente ao trecho Madeira-Javari da fronteira, que se tornaria famoso, anos mais tarde, durante a chamada Questão do Acre, sob o nome de “Mapa da Linha Verde”. Nessa ocasião também não se concluíram as negociações, porque a Bolívia insistia, agora, em que o Tratado de Santo Ildefonso fosse tomado como base do acordo. Em 1867, esse mesmo projeto de acordo, apoiado nos mesmos mapas, inclusive o da Linha Verde, foi reapresentado pelo (depois) Barão de Lopes Neto, Plenipotenciário em missão especial a La Paz, e, dessa vez, foi possível concluir-se a negociação, com a assinatura do “Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação”, também conhecido por “Tratado de Ayacucho”.

A fronteira estabelecida tinha três trechos distintos. Ao norte, região inabitada, só conhecida por alguns intrépidos exploradores, era constituída por uma única linha geodésica, ligando a foz do Beni (no rio Madeira) às nascentes do Javari. Ao sul os limites corriam por uma série de linhas quebradas que procuravam, ligando as lagoas de uma área pantanosa, resguardar para o Brasil os estabelecimentos brasileiros e o Rio Paraguai; e reservar para a Bolívia os estabelecimentos boli-

24. Leandro Tocantins, *Formação Histórica do Acre*, vol. II, p. 124.

vianos (como San Matfás, para dar um exemplo de um local onde a linha praticamente contorna o povoado). No trecho intermediário, o tratado de 1867 confirmava o tradicional limite do Rio Guaporé, estabelecido pelo Tratado de Madri. À exceção desse segmento de fronteira, o único, aliás, das fronteiras amazônicas, sobre o qual nenhuma dúvida houve no século XIX, os dois outros foram muito criticados na Bolívia e em outros países de fala espanhola.

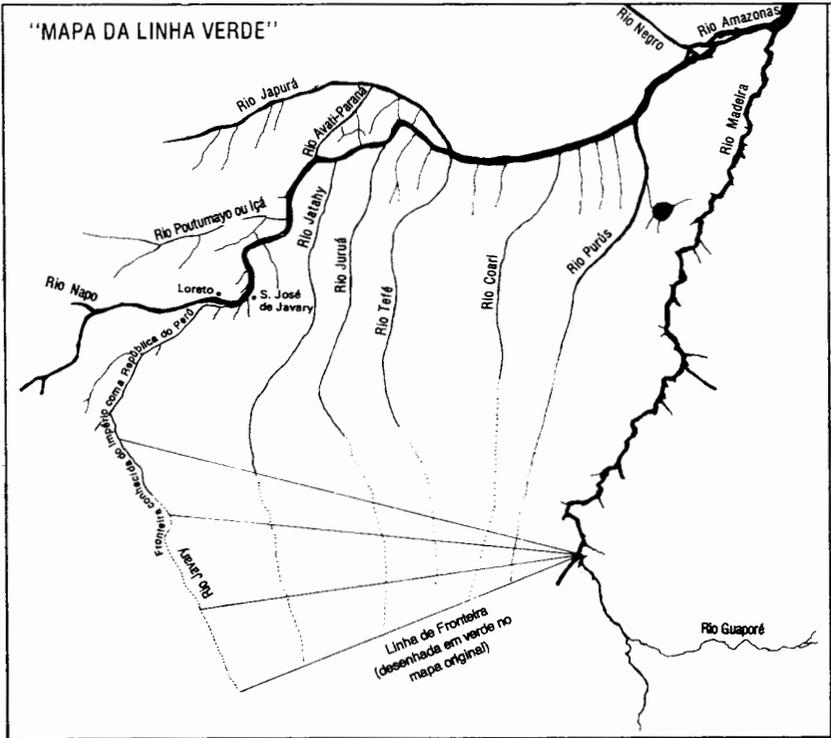
Estudemos em primeiro lugar o trecho norte da fronteira, o mais importante, do ponto de vista diplomático, pois que, anos depois, esteve no âmago da “Questão do Acre”. O artigo XI do Tratado de Santo Ildefonso rezava: “Baixará a linha pelas águas desses dois rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira, até a paragem situada em igual distância do Rio Maranhão ou Amazonas e da boca do dito Mamoré; e desde aquela paragem continuará por uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Rio Javari...”.

No tratado de 1867, a definição da linha nesse setor da fronteira Brasil-Bolívia passa a ser a seguinte: (os limites seguem pelo “Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até o Beni, onde principia o Rio Madeira. Deste rio para o oeste seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda da latitude 10^o 20’ até encontrar o Rio Javari”.

“Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude, por uma reta, a buscar a origem principal do Javari”.

O Peru protestou imediatamente quanto ao estabelecimento da linha Madeira-Javari, por uma nota diplomática que expressa bem a frustração que, em certo momento de sua história no século XIX, cada país vizinho teve em relação ao estabelecimento dos limites bilaterais com o Brasil. Reclamava o Peru contra o “uti possidetis” em que se baseava o acordo (arrependera-se de ter aceito o princípio em 1851) e especialmente contra a linha Madeira-Javari, que, no seu entendimento, dividia, entre o Brasil e a Bolívia, terras que considerava suas. E ainda dividia mal, segundo a nota, pois o ponto de origem da linha no Madeira era levado ao sul (de uns bons 400 km em linha reta), o que significava importantes ganhos territoriais para o Brasil. Realmente Santo Ildefonso falava numa “linha leste-oeste” que começava em uma “paragem” situada no meio da distância entre a foz do Madeira (no Amazonas) e seu início (ponto onde se unem o Mamoré e o Guaporé para formar o Madeira), isto é, aproximadamente a latitude de 7^o 39’; e o acordo de 1867 deslocava essa “paragem” rio acima, pelo Madeira, até a localidade de Vila Bela (não confundir com a outra, no Rio Guaporé), junto à foz do Beni, situada a 10^o 20’. Uma das razões alegadas pelo Brasil é que só aqui havia um marco notável: a própria povoação.

É curioso notar que, quando surgiram os problemas acreanos, o acordo de 1867 começou a ser atacado no Brasil por motivos opostos. Julgavam alguns que os negociadores do Império, baseados na ocupa-



ção do Rio Madeira e de outros afluentes da margem direita do Amazonas, poderiam ter levado os limites muito mais longe para incluir no território nacional as áreas dos formadores dos rios Purús e Juruá. Rio Branco partilhava dessa opinião, que se apoiava na regra do direito internacional de que a posse do trecho inferior de um rio criaria direitos sobre seu trecho superior, caso não houvesse af a ocupação efetiva da outra nação (“watershed doctrine”). Em verdade, e provável que se poderia ter conseguido mais. O acesso e a ocupação dessas regiões eram muito mais viáveis pelo Brasil do que pela Bolívia. O problema é

que, em 1867, em plena Guerra do Paraguai, o Brasil precisava de apoio na América Latina e por isso tinha pressa em resolver suas incertezas fronteiriças com a Bolívia, país com o qual temos a mais longa divisa comum; não podia esperar outro momento, para negociar acordo possivelmente mais favorável.

No trecho sul da fronteira (limites com Mato Grosso, ao sul do Guaporé), o acordo igualmente foi atacado por autores hispano-americanos, por ceder ao Brasil terras que eram bolivianas pelo Tratado de Santo Ildefonso. Em um folheto que circulou na Bolívia e que foi recolhido por Vicente G. Quesada, afirma-se que “por el artículo 2º, deja Bolivia el dominio de las dos márgenes del alto Paraguay desde la laguna Negra hasta el Jaurú, cede unas 16.000 leguas cuadradas de su territorio”²⁵. Realmente Mato Grosso incorporava pelo tratado de 1867 uma faixa de terra a oeste da linha definida nos tratados coloniais. Exemplifiquemos: um ponto notável dos limites do Tratado de Madri era a boca do rio Jauru, no Rio Paraguai, onde foi colocado um magnífico marco de mármore, hoje adornando a praça principal de Cáceres, em Mato Grosso. Ora, esse ponto está no território brasileiro, a mais de 60 km da fronteira estabelecida em Madri.

Há livros hispano-americanos em que o tratado de 1867 é considerado uma desmembração territorial em favor do Brasil. Jorge Escobari Cusicanqui assim concluiu, com humor negro, o capítulo que trata do acordo em sua *Historia Diplomática de Bolívia*: “Los halagos del diplomático lusitano [trata-se de Felipe Lopez Neto, que condecora o Presidente Melgarejo com a Grã Cruz do Cruzeiro do Sul, acontecimento excepcional para a época, e dá presentes valiosos a altas autoridades bolivianas] culminaron con la firma del Tratado de 27 de marzo de 1867, por el que Bolivia entregó al Brasil 150.000 kilómetros cuadrados de su territorio y sesenta leguas navegables del río Madera. La indignación nacional que produjo la repartija festinatoria de la heredad patria, fué acalorada por la fuerza de las bayonetas. La aprobación del Tratado de 1867, suscrito por López Netto y el Ministro de Relaciones Exteriores, Donato Muñoz, estuvo matizada en el Congreso con el destierro y la persecución de los parlamentarios opositores e con la intimidación de los que concurrieron a la asamblea convocada al efecto.

“La extraña y sorprendente cesión al Brasil, de extensas regiones del territorio nacional, es atribuida a la irresponsabilidad de los colaboradores de Melgarejo y la ignorancia de este. Se refiere que, cuando en presencia de los negociadores brasileños se indicaban en um mapa las localidades que quedarían en poder del Brasil, Melgarejo, al escuchar la palabra “San Matías”, reaccionó súbitamente expresando; “San Matías no, ese lugar es boliviano, pues allí estuve confinado em 1828”. Si así se evitó que esa región fuese transferida al Brasil, no faltaron quienes desearon que Melgarejo, antes de ponerse a discutir los términos

25. Vicente G. Quesada, *História Diplomática Latino-Americana*, vol. III, p. 000.

de ese acuerdo, hubiese estado desterrado en el punto medio del recorrido del río Madera, para impedir que la soberanía boliviana quedase concretada al origen de este río”²⁶

A Amazônia e a Política de Limites no Século XIX

Um dos “milagres” da História do Brasil é a Amazônia brasileira – durante a maior parte de sua vida colonial o Estado do Grão-Pará e Maranhão, independente de Salvador e, depois, do Rio de Janeiro – ter composto, com o “Estado do Brasil”, o relativamente homogêneo Império que nasceu com o Grito do Ipiranga. Se é verdade que a unificação já havia sido feita em 1774, pelo Marquês de Pombal, é também verdade que as comunicações entre Belém e o Rio, à época da Independência, continuavam tão difíceis quanto em 1621, quando se criou, exatamente por essa razão, o Estado do Maranhão. Os núcleos populacionais da colônia portuguesa eram tão espaçados que, por exemplo, na Inglaterra a parte lusa da América do Sul era conhecida até o final do século XVIII como os Brasis (“the Brazils”).

As tradições unitárias portuguesas, transplantadas para a América, e a forma imperial de governo que o Brasil assumiu, com o representante legítimo da dinastia reinante a sua frente, têm sido em geral apontadas como causas básicas da unidade brasileira. Talvez, no que concerne à Amazônia, as comunicações fluviais – as monções do Norte, em particular – tenham também contribuído para a unidade, ligando, pelo interior, o Centro-Oeste (dependente do sudeste “civilizado”) ao Norte. Eram estas monções e a navegação por outros rios, como o Tocantins, as únicas alternativas às ligações marítimas com o Rio de Janeiro, que só se tornariam regulares com a navegação a vapor, na segunda metade do século XIX (as ligações por caminhos terrestres paralelos à costa, pelo Nordeste, praticamente inexistiram até a metade do século XX). É ilustrativo mencionar que, até então, o correio Rio-Belém seguia pelo rio Tocantins.

Por uma razão ou outra, o certo é que a Independência, só conhecida, aliás, na Amazônia mais de um ano após a proclamação, o que bem ilustra as dificuldades das comunicações, não foi aí recebida com festas. Ao contrário, houve resistências e tropelias durante as três primeiras décadas do Império. “Por sua maior proximidade com Portugal” – lembra Ernani Silva Bruno “a Amazônia foi uma região brasileira que não se libertou do domínio português no movimento histórico de 7 de setembro de 1822, sendo mesmo evidente que uma parcela numerosa de suas classes dominantes não escondeu então o desejo de que o extremo-norte permanecesse fiel ao Reino...”²⁷

26. Jorge Escobari Cusicanqui, *Historia Diplomática de Bolivia*, p. 214.

27. Ernani da Silva Bruno, *História do Brasil*, vol. I, p. 92.

Foram tempos de “sangue e decadência”, como o autor citado intitula expressivamente o capítulo em que trata do Período de 1823 a 1853. Que foram de sangue, basta um dado estatístico: a Cabanagem (1835-1840), uma das primeiras revoltas populares do Brasil, teria deixado quarenta mil mortos numa população que não passaria de cem mil; que foram de decadência, a maioria dos autores repete a opinião prestigiosa de Artur Cezar Ferreira Reis, que, em vários trechos de suas obras amazônicas, compara desfavoravelmente para o Império, em relação à Colônia, o estado geral da região. Esse historiador explica o relativo abandono da Amazônia no século XIX, pela importância que nesse período assumiram as chamadas questões platinas, que atraíram para o Sul as energias governamentais. Alega também que os estadistas do Império, homens do Nordeste e do Sul, por não terem vivência dos problemas amazônicos, não se interessavam suficientemente para resolvê-los. O argumento é discutível, mas a realidade não. E a realidade é, como constata Capistrano, que “em 1850, o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes”²⁸.

Por volta de 1850 ocorreram dois fatos que mudaram fundamentalmente a vida econômica da região amazônica: a navegação a vapor, que tornou muito mais acessível os pontos mais distantes da grande bacia fluvial e a crescente produção de borracha, que atraiu contingentes expressivos de nordestinos, que se deslocavam – acompanhando a descoberta de novos seringais – para zonas até então inabitadas. No campo internacional o período que se iniciava viu o aparecimento de uma política de limites que consolidou ou alterou para melhor, em casos específicos onde a posse era indiscutível, os limites estabelecidos pelos tratados coloniais. Seu resultado foi a ampliação da área da Amazônia brasileira, definida originariamente pelo Tratado de Madri.

Delgado de Carvalho identifica as seguintes diretrizes dessa política:

- “a) o Brasil nunca admitiu que fossem invocadas como base de direitos atuais os dispositivos do Tratado de Santo Ildefonso...
- b) O Brasil, nação em expansão, não pôde deixar de impor o “uti possidetis” que lhe legou a diplomacia colonial...
- c) o Brasil, diante da complexidade que oferecem as questões de fronteiras resultantes do desmembramento dos Vice-Reinados hispânicos, adia, em regra, as suas reivindicações até serem dadas soluções definitivas sobre os territórios aos quais tem direito. E, nos tratados relativos a territórios litigiosos, sempre incluía cláusulas que ressalvam os direitos do litigante que os contesta...
- d) o Brasil, senhor de uma rede fluvial de capital importância como a do Rio Amazonas, dispõe de um fator geo-econômico

28. Capistrano de Abreu, *Capítulos*, p. 187.

ao que, em direito internacional, pode dar o destino de sua conveniência. As concessões, que podemos fazer à navegação livre a todas as nações amigas, podem também ser suspensas ou condicionadas segundo as compensações obtidas em outros setores...

- e) o Brasil não se presta a negociações diplomáticas relativas a contestados com mais de uma Potência de cada vez e se recusa a discussões com vários litigantes...’’²⁹.

Fora pequenas qualificações que tornariam mais precisas as afirmações de que o Brasil no Império “nunca” aceitou Santo Ildefonso e “adia em regra” suas reivindicações até esperar as soluções definitivas sobre os territórios litigiosos (estaria esperando até hoje...), as cinco diretrizes mencionadas identificam bem as linhas de força da política bem sucedida que levou à conclusão dos tratados de limites do século XIX.

Os resultados da política externa do Império com relação a limites amazônicos são geralmente reconhecidos por autores de peso de épocas e países diversos. Dois exemplos bastam. O primeiro é de Vicente G. Quesada, importante historiador argentino do final do século XIX: “en la historia de las cuestiones de límites en la América Latina, sea respecto de los estados hispano-americanos entre sí, sea entre estos con el Brasil, se renueva en cada caso la cuestión legal de cual es la base jurídica que debe servir de fundamento en las negociaciones. Hay un principio internacional que todos respetan, que nadie niega, al cual recurren con la base decisiva y resolutoria de la dificultad – el *uti possidetis* del año diez, tratándose de la demarcaciones entre los estados de origen español. Pero si ese debate se refiere a los límites con el Brasil, la cuestión se complica, puesto que generalmente se empieza por discutir sobre la abrogación o subsistencia de los tratados de 1777 y 1778, celebrados entre las cortes de España y Portugal. El Brasil sostiene su abrogación y funda su derecho territorial en el *uti possidetis* actual... Los estados hispano-americanos, tratando aislados los unos respecto de los otros, se han encontrado en presencia de la unidad de plan, de miras, y de tendencias, que aponía el Imperio del Brasil, que habilmente ha discutido con ellos sucesiva y separadamente estas cuestiones, pero con una pertinacia verdaderamente notable. Subdivididas las antiguas colonias en estados soberanos, entre ellos mismos surgieron cuestiones de límites, y su situación se complicaba bajo este doble aspecto. Venezuela, Perú, Nueva Granada, El Ecuador y Bolivia se disputan entre sí límites que convienen, en tratados parciales, sean la frontera con el Brasil, y luego se suceden protestas y disputas...’’³⁰.

O segundo exemplo é de Bradford Burns, historiador norte-americano de nossos dias, especializado nas relações internacionais do Brasil: “Os hábeis diplomatas do Império dedicaram muito de sua

29. Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil*, p. 237.

30. Vicente G. Quesada, *Historia Diplomática Latino-Americana*, vol. III, p. 274.

energia a esse problema de limites na Amazônia. Uma vigorosa continuidade política, característica notavelmente ausente nas vizinhas repúblicas hispano-americanas, facilitou-lhes o trabalho. Os tratados com o Peru em 1851, com a Bolívia em 1867, foram acordos preliminares na longa estrada que conduziu à solução definitiva e firmou as bases de acordos futuros”³¹.

Na verdade havia o fato da ocupação – por exemplo, o Forte de Tabatinga estava lá, pequenos povoados sobreviviam na margem norte do Amazonas; havia o argumento – a teoria da não validade de Santo Ildefonso e do recurso ao “uti possidetis”; e, o que é também muito importante, havia os homens. O Império soube recrutar para suas tarefas-chave vários entre os mais sagazes da elite dirigente. Não importava a filiação partidária, uma vez que, em matéria de política externa, conseguiu-se, sob a orientação direta de D. Pedro II, uma notável unidade de doutrina e de ação, admirada até pelos seus naturais adversários, os historiadores hispano-americanos.

31. Bradford Burns, in *História da Civilização Brasileira*, tomo III, 2^o vol., p. 382.

9. A Obra Amazônica do Barão do Rio Branco

Rio Branco e Amazônia

Seria difícil encontrar-se outro personagem da História do Brasil que desfrutasse, hoje, de maior prestígio do que José Maria da Silva Paranhos, Barão do Rio Branco. E tudo indica que continuará, no futuro, pela solidez de sua obra, a ser das poucas “unanimidades nacionais”. Em vida mesmo, foi tido como uma espécie de herói, o “maior dos brasileiros”, na expressão disseminada pelo então Deputado Dunshee de Abranches.

Companheiros da geração a que pertenceu, que produziu alguns dos homens mais eminentes da vida política e intelectual do país, não o vêem, entretanto, nem como o mais culto, nem como o mais brilhante. Talvez a Rui Barbosa e a Joaquim Nabuco, respectivamente, se aplicassem melhor esses qualificativos. Três opiniões de seus contemporâneos dão, quem sabe, as chaves para decifrar a personalidade de Rio Branco. José Carlos Rodrigues: “Este nosso amigo tem sorte! Grande exemplo do que pode uma persistência indomável mesmo sem a aliança de grande talento”¹. Oliveira Lima: “O seu fundo de conhecimentos especiais... foi a maior superioridade de Rio Branco numa terra de instrução restrita”². Euclides da Cunha: “É lúcido, é gentil, é trabalhador, e traça na universal chateza destes dias uma linha superior e firme de estadista”³. Comentemos as qualidades atribuídas a Rio Branco, respectivamente por um amigo, um desafeto e um colaborador.

Em primeiro lugar a chamada “estrela do Barão”. Não se refere à felicidade pessoal, mas sim à vida pública. Ganhando sempre o que disputava a serviço do Brasil ficou com fama de ser um protegido dos fados. Mas no seu caso a sorte não era gratuita; recompensava uma excepcional capacidade de trabalho, noites e noites mal dormidas, ou, nos momentos decisivos de sua carreira, não dormidas de todo. Era o “burro de carga”, como a si mesmo se chamou mais de uma vez.

Não possuía os pendores artísticos ou literários, que distinguem vários homens intelectualmente superiores. Numa pintura, interessa-

1. Luiz Viana Filho, *Três Estadistas*, p. 1087.

2. Oliveira Lima, *Obra Seleta*, p. 301.

3. Sylvio Rabello, *Euclides da Cunha*, p. 319.

va-lhe mais o valor documental do que o estético. De Eça de Queiroz, para dar um exemplo de autor muito lido pelos companheiros de sua geração, “apenas conhecia *A Relíquia* e isto mesmo porque Eduardo Prado insistira muito para que a lesse”⁴. O que conhecia mesmo era a História do Brasil, mas conhecia profundamente, nos documentos, nos livros raros, nos mapas perdidos dos arquivos, nos manuscritos relegados das bibliotecas. Era um erudito nesse campo e isso num continente em que a superficialidade e o diletantismo imperavam. Valorizando seus “conhecimentos especiais” tinha uma capacidade incomum de se concentrar sobre o trabalho do momento, que o fazia imbatível nos seus domínios.

Sorte, trabalho, conhecimento, isso se sabia de Rio Branco antes de ficar Ministro. Os resultados que obteve neste cargo, no momento difícil a que foi chamado a ocupá-lo, se confirmaram essas qualidades, exigiram, ademais, excepcionais dotes de estadista.

Durante a vida teve alguns críticos como Oliveira Lima, seu rival, sempre preterido como diplomata, talvez maior como historiador, com seu *D. João VI no Brasil*; Salvador de Mendonça, Ministro em Washington e precursor da aproximação com os Estados Unidos; e Barbosa Lima, orador empolgado e deputado opositorista. Mas sempre, em qualquer momento, a opinião pública lhe foi francamente favorável. Recebido como herói ao voltar da Europa, após 26 anos de ausência, continuou admirado durante os 9 anos em que permaneceu Ministro, tarefa bem mais difícil...

Tinha aspectos que o faziam popular: o tamanho das peixadas que comia no restaurante “O Minho”, o brilho das festas que dava no Itamaraty, o gosto de passear a pé pela Rua Larga, respondendo aos cumprimentos dos desconhecidos, a desarrumação antológica de seu gabinete de trabalho... Tudo tinha sua base de verdade, mas havia também a construção lendária. Sobre seu apetite, seu filho Raul lembra que, irregular nas refeições e absorvido no que fazia, havia dias em que só comia um prato. Claro que este não podia ser pequeno, para manter os cento e poucos quilos que pesava... O caos de seus livros e papéis era impressão dos outros; para ele, era a ordem que convinha: “chegou a ter 14 mesas, redondas ou quadradas, às vezes mesmo de cozinha. Sobre cada uma das mesas ele trabalhava e remexia papéis relativos a questões determinadas, de modo a ter à mão, imediatamente, tudo o que a cada uma se referia”⁵. Escrevia em qualquer espaço branco que encontrasse, sim, mas servido por uma excelente memória, sempre tinha idéia de onde e o quê. Seus amigos costumavam receber telegramas intercontinentais com pedidos como este: “Procure a página branca, no tomo tal do Relatório do Ministério do Exterior uma nota de meu punho sobre o Rio Vicente Pinzón e telegrafe o teor”⁶.

4. Oliveira Lima, op. cit., p. 299.

5. Raul do Rio Branco, *Reminiscências do Barão do Rio Branco*, p. 193.

6. *Ibidem*, p. 194.

Era homem que se dedicava ao essencial – o estudo profundo dos assuntos de que se ocupava – sem descurar pormenores ou formalidades que favorecessem a causa defendida. No auge da redação de sua memória sobre o Amapá, não esquecia de enviar flores à filha do Presidente do Conselho em Berna, que iria arbitrar a questão. Sempre, por mais ocupado que estivesse, cuidava pessoalmente das recepções que dava no Itamaraty, escolhendo a dedo os convidados, pois gostava de se mostrar aos estrangeiros cercado de intelectuais, de gente bonita e elegante. Achava que seu prestígio refletia o do país. Algumas vezes saía da festa tarde da noite para a redação do “Jornal do Comércio”, onde, em mangas regaçadas e sob pseudônimo, a descrevia aos leitores de dali a pouco. Sobre a utilização que fazia da imprensa, é preciso que se diga que não se limitava a escrever crônicas sociais; deixou muitos artigos anônimos de defesa da sua política externa em periódicos da época. Era ator e crítico...

Seu sucesso como Ministro não poderia deixar de criar uma corte a sua volta, que irritava até admiradores como Euclides da Cunha. Realmente ao ler uma ou outra carta de seus colaboradores, vê-se que o tratavam como um semi-Deus. Após uma típica festa dada no Itamaraty ao então famoso pensador político italiano Gugliano Ferrero, Rio Branco recebeu um bilhete de Graça Aranha em que era comparado a Péricles, sua filha a Minerva, Machado de Assis a Platão...

Após a morte só recebeu elogios. O próprio Oliveira Lima soube de imediato fazer justiça ao grande servidor público, num jornal de Bruxelas, onde era Ministro: “a sua personalidade dominadora destacava-se da coletividade para fundir-se na entidade abstrata (a pátria) que êle de resto tão bem e tão eficazmente serviu tôda a vida, ao ponto de, sem guerras, exclusivamente pelos meios pacíficos da negociação e do arbitramento, haver aumentado tão consideravelmente a área nacional – o que a pouquíssimos personagens históricos, a um resumidíssimo número de privilegiados, tem sido dado”⁷.

Não foi bem servido pelas lembranças biográficas nas primeiras décadas. Ficou, assim, em pedestal de flores, muitas murchas, até 1945, centenário de seu nascimento, quando apareceu uma biografia de valor, a de Álvaro Lins, na qual, pela primeira vez, é seriamente estudada sua vida pública, a partir de intensas consultas em fontes primárias, principalmente os arquivos do Itamaraty e coleções de cartas particulares. Nesse mesmo ano é publicada sua obra completa, precedida de um excelente volume de introdução, do Embaixador Araújo Jorge.

Em 1959, Luiz Viana Filho escreve a segunda biografia importante, esta tratando igualmente da vida e da obra do grande ministro. Procura decifrar a personalidade complexa e contraditória daquele a quem chama de “a esfinge” – Rio Branco era muito reservado quanto a sua vida pessoal – e mostra como, com o passar do tempo, foi-se es-

7. Oliveira Lima, op. cit., p. 302.

maecendo a personalidade privada, enquanto se afirmava a pública; no final da vida, ao se procurar o homem, só se encontrava o grande servidor do Estado.

Apesar de sua formação intelectual predominante francesa, há quem compare Rio Branco, pelo seu realismo na atuação política, com o chanceler alemão Bismarck, como por exemplo José Maria Bello, que o conheceu pessoalmente e lhe traça o seguinte retrato sem retoques: “Patriota e nacionalista sincero, Rio Branco era, como os homens da família de Bismarck, robusto de alma e de corpo, oportunista sagaz, desdenhoso dos idealismos declamatórios, tão espontâneos sempre no solo tropical da América Latina, atento aos fatos, absorvente e autoritário sob aparência polidas, sabendo servir-se dos homens, das suas virtudes, como das suas fraquezas e seus defeitos, e certo de que na diplomacia, mais do que alhures, as formas jurídicas apenas importam quando servidas pelo dinheiro ou pela força”⁸.

A obra de Rio Branco não tem sido estudada recentemente nem por especialistas brasileiros, nem por estrangeiros. Poucos trabalhos foram escritos nos últimos anos, que satisfaçam a padrões acadêmicos exigentes. A exceção é o livro do norte-americano Bradford Burns, *The Unwritten Alliance*, que trata da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos, ocorrida durante a longa gestão de Rio Branco no Itamaraty, e das vantagens que o Chanceler dela teria tirado nas relações com os outros países do Continente. Mas outros aspectos relevantes da ação pública de Rio Branco, como as relações do Brasil com a Argentina, por exemplo, ou as questões de fronteiras de que tratou, não mereceram até hoje análises completas. Uma das razões talvez esteja nas próprias exposições de motivos sobre os acordos que assinou e nas memórias que redigiu sobre as questões que defendeu: claramente escritas, com uma argumentação cerrada, não deixam muita margem a comentários. Trechos característicos delas são, aliás, sempre copiados em livros de História. A crítica aqui, só poderia ser feita a partir do uso extenso de bibliografia dos países envolvidos em problemas de fronteiras com o Brasil, o que não seria indesejável, pois que dessa “visão dos vencidos” sairia, provavelmente, o mesmo grande estadista, servidor do Estado acima de tudo, mas interessado sincero nas boas relações com os vizinhos.

Há outras razões para explicar o relativo desinteresse pela obra de Rio Branco. Talvez por ser considerado o homem que completou definitivamente o traçado das fronteiras do Brasil, teria esgotado uma vertente da diplomacia brasileira, sobre a qual nada haveria mais a questionar. Talvez seu endeusamento – “Deus Terminus”, na repetida expressão de Rui Barbosa – seja um elemento inibidor: como tocar na obra sagrada do patrono da diplomacia brasileira? Talvez não haja quantidade e qualidade de monografias que pudessem lastrear nova vi-

8. José Maria Bello, *História da República*, p. 228.

são crítica sobre a obra de Rio Branco. Na verdade, quanto às questões de fronteiras de que se ocupou, apenas com a Bolívia mereceu importantes estudos, como o *Tratado de Petrópolis*, de Cassiano Ricardo, e a *Formação Histórica do Acre*, de Leandro Tocantins.

Sem dúvida a Questão de Palmas, arbitrada em 1892, foi, do ponto de vista político-militar, o mais importante dos problemas de fronteira tratados por Rio Branco. Se a Argentina, o tradicional adversário, então superior em vários campos, ganhasse a contenda, o Rio Grande do Sul ficaria unido ao resto do Brasil por um estreito corredor de apenas 250 km. Mas, fazer acordos sobre o imenso arco de fronteiras amazônicas, do Acre ao Amapá, é algo de difícil comparação com o que quer que seja.

Rio Branco, seguindo a tradição do Império, tão bem exemplificada na vida pública de seu pai, foi um diplomata originalmente especializado no Prata: Capistrano de Abreu sempre alegava que não escrevia sobre a Colônia do Sacramento porque estava aguardando a obra do Barão, a seu ver, quem melhor conhecia o assunto. O destino, fez, entretanto, de Rio Branco, também um especialista da Amazônia. Poucos conheceram tão bem como ele a história da sua formação territorial. É verdade que nunca viu pessoalmente a hiléia, e que o “Rio Branco” do título que ostentava com tanto orgulho, porque era o mesmo do Visconde, seu pai, e do qual não se desvinculou nem no período mais jacobino da República, não se referia ao grande rio de Roraima; evocava um pequeno curso d’água na bacia do prata. Foi apenas um ano antes de sua deposição que D. Pedro II outorgou o baronato ao então Conselheiro Paranhos, como prêmio por alguns trabalhos históricos, como *L’Esquisse de L’Histoire du Brésil*; antes, portanto, de seus grandes trabalhos diplomáticos.

A ação de Rio Branco na Amazônia de 1892, quando começou a estudar a Questão do Amapá, até 1909, quando assinou o tratado de limites com o Peru, coincide exatamente com o auge da produção da borracha. Essa coincidência viria valorizar a obra do Barão, pois se estava ocupando de uma região que, para falar apenas nessa matéria prima, era responsável por metade da produção mundial e um terço das exportações brasileiras (39% em 1910). As grandes transformações na economia regional no virar do século são bem ilustradas pelos rápidos progressos materiais das suas duas maiores cidades: Belém teve sua população de 45 mil habitantes, em 1815, aumentada para mais de 100 mil, em 1900, e Manaus, foi a primeira capital do Brasil a possuir, a partir de 1896, iluminação elétrica nas ruas; nos portos fluviais de ambas, tremulavam bandeiras de todas as nações do mundo.

Em 1910, nas atas do “Primeiro Congresso Amazônico de Comércio, Indústria e Agricultura”, reunido em Manaus, constava a afirmação confiante de que “a superioridade deste país como produtor de borracha está garantida por algum tempo por causa da excepcional

qualidade do produto e também pela possibilidade de aumentar, pode-se dizer indefinidamente, a produção das florestas". Doce ilusão...

A queda violenta não tardou, mas Rio Branco não viveu para vê-la. Morreu em 1912, em seu gabinete de trabalho no Itamaraty, que era também seu quarto de dormir. Numa famosa foto, do dia seguinte a sua morte, vê-se, encostada na parede, uma modesta cama, mal isolada por uma cortina; atrás de uma grande profusão de livros, mapas, documentos, empilhados em várias mesas, alguns caídos no chão. Não é difícil adivinhar que o assunto de todos era o Brasil...

A Defesa do Brasil na Questão do Amapá

Fundada Belém em 1616, os portugueses, como vimos, lograram expulsar os estrangeiros que tentavam fixar-se em pontos estratégicos da imensa e complexa foz do Amazonas. Para consolidar sua posição na margem esquerda do baixo Amazonas, criaram, em 1637, a Capitania do Cabo Norte, cuja área corresponderia à do atual Estado do Amapá, dilatado para o interior do continente.

No litoral, a capitania estendia-se da foz do Amazonas até o rio Oiapoque, que deságua no oceano, a oeste do Cabo Orange. Nessa época, os franceses já se haviam estabelecido na vizinha Guiana (Caïena fora fundada em 1634) e pretendiam que os limites de sua possessão sul-americana fossem até o Cabo Norte, onde deságua o rio Araguari, praticamente na foz do Amazonas. O próprio nome da empresa então criada na França para colonizar a região, "Compagnie du Cap Nord", não deixa dúvidas sobre as intenções gálicas.

Começaram muito cedo, portanto, as divergências entre portugueses e franceses sobre a posse das terras do Cabo Norte. E cedo começaram os vários acordos que precederam a decisão final, só conseguida nos primeiros anos da República. Citemos os principais. Em 1700 houve um acordo que neutralizou o território disputado, onde os franceses chegaram a ocupar transitoriamente, em 1688, o forte de Macapá. O acordo foi anulado pela Guerra da Sucessão na Espanha. Em 1713, ao final da Guerra, os países nela envolvidos assinaram o Primeiro Tratado de Utrecht, pelo qual Portugal, graças ao apoio de seu aliado britânico, conseguiu que a França renunciasse formalmente a sua antiga reivindicação. O artigo que se ocupa dessa matéria era claríssimo: "... Sua Majestade Cristianíssima desistirá para sempre... de todo e qualquer direito e pretensão que pode, ou poderá ter, sobre a propriedade das terras chamadas do Cabo Norte, e situadas entre os rios Amazonas e Japoc ou de Vicente Pinzón..."

Parecia aos contemporâneos que esse importante tratado multilateral resolvera de vez a questão; mas tal não foi. Poucos anos após sua assinatura, mais precisamente a partir de 1725, as autoridades francesas de Caïena começaram a manifestar dúvidas sobre a localização do rio "Japoc ou Vicente Pinzón" do Tratado de Utrecht. Em 1797, no mo-

mento em que começa a ficar mais nítida a fraqueza de Portugal face ao expansionismo da França napoleônica, os dois países assinam um tratado pelo qual se estabelecia, como limite da Guiana Francesa, o rio Calçoene, entre o Oiapoque e o Araguari. Em 1801, pelo Tratado de Badajós, Portugal concordou com a fronteira do rio Araguari e, em seguida, pelo Tratado de Madri, (não confundir com o de 1750), cedeu mais ainda, aceitando que a fronteira passasse pelo pequeno Rio Carapanatuba, que deságua no estuário do Amazonas, próximo ao Forte de Macapá. No ano seguinte, o Tratado de Amiens, entre a França e Espanha, restaurou a fronteira pelo rio Araguari.

Todos esses atos posteriores a Utrecht foram declarados nulos pelo então Príncipe Regente D. João, em manifesto de 1806, quando já se encontrava no Rio de Janeiro. Alegou que haviam sido obtidos pela força e, na verdade, alguns, como o de Amiens, nem tiveram a participação de Portugal. No ano seguinte, o futuro D. João VI invade Caiena, onde os portugueses ficariam durante oito anos, fazendo uma administração louvada inclusive por autores franceses (o “Maurício de Nassau” da Guiana Francesa foi Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz). No Congresso de Viena, em 1815, Portugal concordou em restituir a Guiana à França, mas apenas depois que viu consignado no texto do Tratado seu desejo de que a restituição do território fosse “até o Rio Oiapoque, cuja embocadura está situada entre o quarto e o quinto grau de latitude Norte, limite que Portugal sempre considerou como o fixado pelo Tratado de Utrecht”⁹

No século XIX continuaram tentativas esporádicas francesas de se apossar da região. Em 1836, por exemplo, tropas de Caiena erigiram um forte no lago Amapá. Em novo esforço para resolver o conflito, o Visconde do Uruguai foi a Paris em 1855. No curso das negociações, chegou a oferecer o rio Calçoene como divisa, mas o governo de Napoleão III, de tendência imperialista, só admitia então a fronteira pelo Araguari.

Em 1861 é publicado, em Paris, o livro “*L’Oyapoc et l’Amazonne*”, de Joaquim Caetano da Silva, considerado unanimemente como a maior contribuição – com os documentos e mapas que apresentou – para a defesa dos direitos do Brasil ao Amapá, até o surgimento, vinte e oito anos depois, da memória do Barão do Rio Branco. Caetano da Silva nasceu em Jaguarão, não longe do Arroio Chuf, limite extremo sul do Brasil, e curiosamente tornou-se o autor da grande obra a justificar a posse do Oiapoque, o limite extremo norte. Uma exceção extrema à “regra” de Arthur Reis de que os homens do Império, nascidos fora da Amazônia, por ela não se interessavam muito...

Finalmente em 1897, no Rio de Janeiro, depois que fracassaram as negociações na França conduzidas, sem muito tato (na opinião de Rio Branco) pelo Ministro Gabriel de Pizza, firmou-se um compromis-

9. Araújo Jorge, *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco*, p. 74.

so arbitral. Na região do Rio Calçoene, onde havia sido descoberto ouro, estavam ocorrendo vários atritos entre guianenses e brasileiros, entre os quais se inclui o curioso episódio da “proclamação da República do Cunani”, com o escritor Jules Gros, assumindo a Chancelaria e, de seu apartamento parisiense na Rua de Rivoli, distribuindo fartamente condecorações da honorífica ordem da “Etoile de Cunani”... Urgia resolver a questão.

Outra vez soava a hora de Rio Branco. Tirado do relativo anonimato com a vitória total na Questão de Palmas, em 1895, o Barão fora novamente designado para advogado do Brasil junto ao árbitro escolhido, dessa vez o Governo suíço. O Presidente Campos Sales havia assumido em 15 de novembro de 1898, tendo como Chanceler Olinto de Magalhães, que sucedera ao General Dionísio Cerqueira. Ambos foram, aliás, colaboradores de Rio Branco, quando da elaboração das memórias sobre Palmas, mas a vitória separa os três. Cerqueira tornou-se um inimigo declarado e Magalhães, amigo, nunca mais o foi. Rio Branco, entretanto, não poderia ser então preterido: terminada a Questão de Palmas, começara a estudar o problema do Amapá, por determinação do Governo, tendo colaborado nas negociações conduzidas por Pizza em Paris; não podia, agora, o Itamaraty confiar a missão a outra pessoa, necessariamente sem os conhecimentos e sem a aura de vitorioso do Barão.

Rio Branco era partidário do arbitramento, pois achava que, negociações diretas, não se conseguiria uma fronteira melhor que o Calçoene, já oferecida pelo Brasil em 1856 e recusada pela França. Considerava a questão bem mais difícil de ser defendida do que a que tivemos com a Argentina. Primeiro, por tratar-se de um conflito com uma das potências mundiais da época. Depois, por ter sido a posição de Portugal, e mais tarde a do Brasil, demasiadamente mutável quanto à defesa de seus direitos. Cedeu-se muito e chegou-se a assinar documentos abdicando formalmente dos limites de Utrecht. E, para remate dos males, vários autores brasileiros, como Ponte Ribeiro, São Leopoldo e Baena já tinha opinado publicamente que o “Japoc” de Utrecht não era realmente o Rio Oiapoque.

Rio Branco não ficou satisfeito, entretanto, com os termos em que foi negociado, no Rio de Janeiro, o compromisso de arbitramento. Achava que o Ministro Dionísio Cerqueira poderia ter conseguido bases melhores, que não permitissem aos franceses alegar o precedente do Tratado de Amiens, nem lhes admitisse reivindicar, pelo interior, terras até o atual Estado de Roraima. Talvez tivesse sido possível um compromisso melhor, mas não há dúvida de que o objetivo básico, que era por em evidência o Tratado de Utrecht, favorável ao Brasil, fora atingido: o árbitro, além de fixar os limites no interior, deveria estabelecer os limites marítimos pelo rio que identificasse como o “Japoc ou Vicente Pinzón” do mencionado tratado. Poderia esse limite ser o Oiapoque, como queria o Brasil, o Araguari, como pretendia a França, e

também um rio intermediário, mas deveria ser o rio do Tratado de Utrecht. No fundo, como em Palmas, a questão básica era identificar corretamente um curso d'água. Os portugueses nunca duvidaram de que ele fosse o Oiapoque, embora tivessem assinado acordos posteriores, estabelecendo a fronteira por outros rios. Já os franceses, agora fixados no Araguari, nos quase trezentos anos de divergência, haviam escolhido, um de cada vez, quase todos os rios que deságuam no Atlântico entre o Cabo Orange e o Cabo Norte. Já haviam afirmado que o Japoc e o Vicente Pinzón eram rios diferentes e até usaram o argumento etimológico de que "oiapoque" (ou Japoc) é palavra indígena que se traduz por "furo", na linguagem regional amazônica, qualquer rio que corra entre árvores.

Rio Branco, contrariamente à opinião do Itamaraty que o queria em Berna, onde seria julgada a questão, preferiu ficar em Paris, familiarizado que estava com as bibliotecas locais. Trabalhou dura e continuamente como de hábito: "sua capacidade de concentração... era incomparável"¹⁰, já destacara seu biógrafo Luiz Viana Filho. Tendo o hábito perigoso de deixar a redação para os últimos dias, na esperança de descobrir algum novo e proveitoso documento, dormia pouquíssimo no final do prazo de entrega de suas memórias. Neste episódio quase baqueou, como ele mesmo diz com humor em carta a Eduardo Prado: "No dia 5 fiquei fora de combate, ameaçado de meningite, trocando as palavras quando falava ou tentava escrever e invertendo as sílabas, como fazia o velho Brotero"¹¹.

No dia 6 de abril de 1899, o Barão entregou, em Berna, a *Primeira Memória do Brasil*, acompanhada de dois tomos de documentos e mais dois outros contendo a obra *L'Oyapoque et l'Amazonie*. Oito meses depois entregava a réplica à memória francesa, acompanhada de abundantes mapas e documentos. Conforme fizera nos Estados Unidos, só no último mês a redigiu, o que lhe permitiu, aliás, incluir a "Anotação" do Padre Pfeil, importante documento do século XVIII, na undécima hora descoberto e claramente favorável à posição brasileira. Na questão com a Argentina, descobrira também nos últimos dias as verdadeiras instruções de 1758, dadas aos demarcadores espanhóis. Agora localizava o documento do missionário... era sua "boa estrela" que brilhava outra vez e que permaneceria cintilando até a morte.

O Barão acompanhou em Berna a elaboração da sentença, com a discrição que sua posição de parte exigia, mas com todo o interesse do mais diligente dos advogados. Desde que começou a estudar oficialmente a questão, passou Rio Branco a contar com a ajuda de Emílio Goeldi, cientista suíço, profundo conhecedor da fauna e da flora amazônica, benemérito reorganizador do Museu Paraense, que hoje, aliás, tem seu nome. Morando, a pedido de Rio Branco, nesse período na

10. Luiz Viana Filho, op. cit., p. 1003.

11. *Ibidem*, p. 1009.

Sufça, Goeldi, de grande prestígio nos meios acadêmicos de seu país, trazia preciosas indicações sobre as opiniões dos especialistas que seguramente dariam o embasamento técnico da sentença. Entregues as memórias, o que Rio Branco queria evitar era a solução da “poire coupée en deux”, de que lhe havia falado um prestigioso jornalista, que lembrara pessimisticamente que os árbitros têm “decidida preferência pelas soluções intermediárias e só se pronunciam por uma das partes quando verificaram que não podem proceder de outro modo”¹².

Finalmente, a 1º de dezembro de 1900, foi entregue a Rio Branco, na sede de sua missão, a Vila Trautheim, em Berna, a sentença do árbitro. Rio Branco decora especialmente para o ato a sala de visitas onde se daria a cena, não esquecendo nem o hino nacional, nem o busto de seu pai. Em que pese a opinião em contrário de alguns autores, entre os quais Dionísio Cerqueira, a sentença foi inteiramente favorável ao Brasil. Na costa atlântica, a divisão foi fixada pelo Oiapoque – afinal reconhecido como o Japoc ou Vicente Pinzón de Utrecht – e, no interior da Guiana, o limite ficou sendo um divisor de águas, os montes de Tucumaque, muito mais próximo das pretensões máximas do Brasil do que das da França, que reivindicava diferentemente do que mostram muitos mapas da questão – um território que ultrapassava a região do Rio Trombetas. A Questão do Amapá, para ela, envolvia uma área de 500 mil km², isto é, quase quatro vezes maior do que o atual Estado do Amapá, que tem 140 mil km².

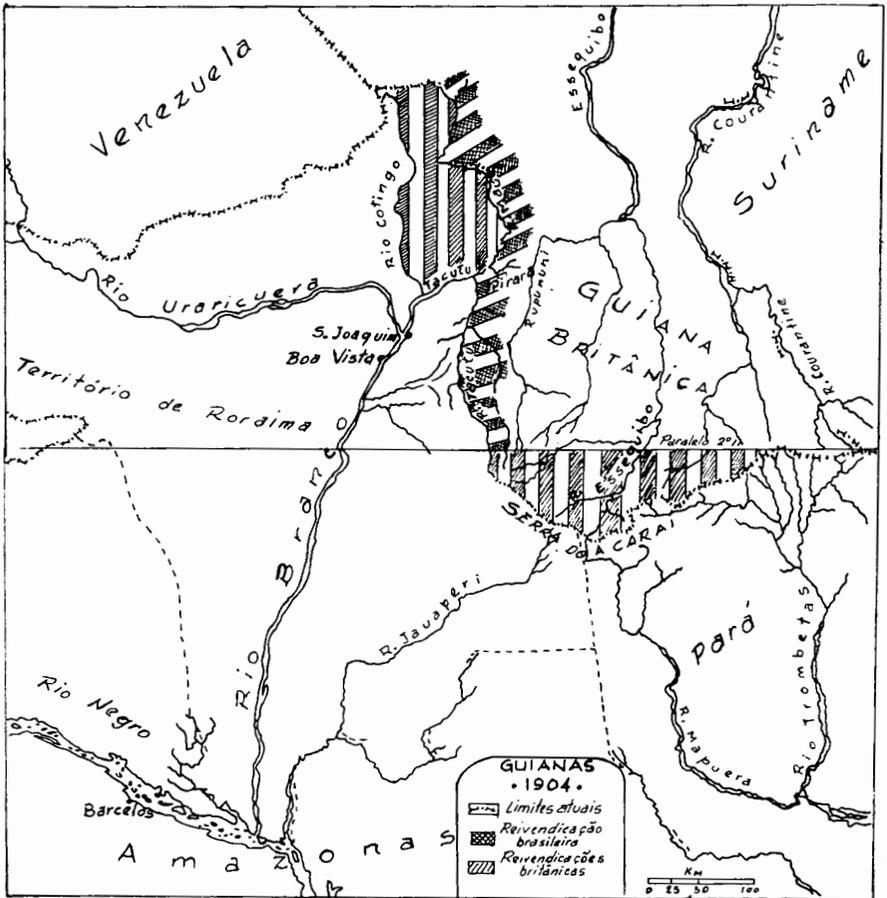
Fazendo jus à fama da seriedade sufça, o laudo arbitral consistia num volume de 838 páginas redigidas pelo Conselheiro Eduardo Muller e assinado pelo então Presidente do Conselho Federal Sufço, Walter Hauser. Com a segunda vitória, Rio Branco via-se, agora, confirmado em sua situação de herói nacional. O “Colosso de Rodes”, na expressão amical e brincalhona de Nabuco: um pé em Palmas, outro no Amapá...

A Memória sobre a Questão do Pirara

Ao contrário de nossas outras questões de limites levadas ao arbitramento, os problemas com a Guiana Britânica não se iniciaram na Colônia, mas sim no século XIX, no início do II Império, pela ação de um único homem, o geógrafo e explorador alemão, naturalizado inglês, Robert Herman Schomburgk. Em 1835, comissionado pela “Royal Geographical Society”, de Londres, entidade privada que teve um papel importante no conhecimento de regiões remotas da Ásia e da África, fez uma longa viagem de exploração pelo interior da Guiana Inglesa. Até então, nem os ingleses, nem os holandeses, antecessores daqueles na soberania sobre a atual Guiana, manifestaram dúvidas sobre os limites com o Brasil. Reconheciam como brasileira a região dos rios

12. Ibidem, 1017.

MAPA 10



formadores do Rio Branco (o Pirara inclusive) e dos outros afluentes da margem esquerda do Amazonas. Tal como reconhecíamos que inglesa a região drenada pelos formadores do Essequibo e do Rupururi, rios que deságuam no Atlântico, não pertencendo, portanto, à bacia hidrográfica do Amazonas.

Schomburgk, em sua segunda viagem à região (1837–1838), agora a serviço do governo inglês, encontra desarmado o posto militar brasileiro no Pirara – região de grande beleza natural, habitada por indígenas, com metais preciosos por perto – e muito reduzida a guarnição do forte São Joaquim, fundado em 1775 no início do Rio Branco (confluência dos rios Uraricuera e Tacutu), a tradicional atalaia luso-brasileira nesse setor de nossas fronteiras. Era a época da Cabanagem e o Pará passava por um período de imensas dificuldades. Sob a alegação de proteger dos brasileiros escravizadores as tribos que viviam na região – as tropas de resgate ainda existiam – conseguiu Schomburgk, já famoso na Europa como o descobridor da “Victoria Régia”, não só que o pastor anglicano Thomas Yond se instalasse no Pirara, mas também que se formasse na Grã-Bretanha um movimento apoiando a apropriação da área. No livro que publicou em 1840, *A Description of British Guiana*, passou a reivindicar para a Guiana a fronteira pela Serra do Acaraf, no sul, e pelos rios Tacutu e Cotingo, a leste: a chamada “Schomburgk Line”. Pequenos conflitos armados e certa mobilização da opinião pública inglesa para os aspectos “humanitários” da questão... e estava, na prática, caracterizado o conflito.

Em 1842, ambos os Governos resolvem neutralizar a zona em litígio, mas o fazem de forma prejudicial ao Brasil: não só a área do Pirara era considerada litigiosa, mas também a dos rios Cotingo, Maú e Tacutu, todos formadores do Rio Branco. A partir dessa data, foram feitas várias tentativas de acordo entre as partes, chegando a haver propostas britânicas que o futuro revelou serem mais favoráveis do que o laudo arbitral posteriormente pronunciado. As últimas tentativas foram feitas por intermédio de Souza Correia, Ministro do Brasil em Londres, entre 1890 e 1900.

Em 1898, Lord Salisbury, Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores britânico, propôs uma fronteira natural, que deixava cada país com praticamente metade da área contestada: não foi aceita porque o Governo brasileiro achava então que tinha mais títulos à posse da região do que a Grã-Bretanha. Para serem aproveitadas nessas negociações diretas, havia publicado o Barão do Rio Branco, em 1897, isto é, durante o tempo em que já estudava a Questão do Amapá, uma memória sobre o conflito com a Guiana Britânica. Nesta questão sua responsabilidade foi, entretanto, muito menor: apenas redigiu o estudo como um consultor técnico do então negociador brasileiro. Mas, de qualquer forma, como nas que fizera para a Questão de Palmas e faria para a Questão do Amapá, “o que impressiona, à primeira leitura [da memória sobre o Pirara], não são as inúmeras citações de vetustos pa-

péis desentranhados de bibliotecas e arquivos, nem as páginas crespas de erudição, nem os veneráveis textos diplomáticos trazidos à colação, nem mesmo a monumental documentação cartográfica que as acompanha, mas a escrupulosa interpretação dos documentos, o bom gosto da exposição, toda uma série de qualidade de clareza, harmonia, elegância e ordem que se acreditaria incompatíveis com a austeridade de redação de arrazoados concernentes a questões de fronteiras”¹³.

Mas também nessa ocasião não foi possível chegar-se a um acordo, segundo os autores brasileiros, pela intransigência do Ministro das Colônias, o imperialista Joseph Chamberlain. Para sair do impasse, a Grã-Bretanha e o Brasil decidiram pelo arbitramento, entregando a questão ao Rei da Itália, Vítor Manuel III. Joaquim Nabuco foi designado inicialmente como o advogado do Brasil e, meses depois, com a morte de Souza Correia, acumulou este cargo com o de Ministro Plenipotenciário junto ao Reino Unido. Ao elaborar sua memória, muito se aproveitou do trabalho anterior de Rio Branco, conforme ele, generoso e cavalheiro como sempre, expressamente reconhece, em vários documentos e cartas. A Rio Branco, por exemplo, escreve: “Tenho estado a ler suas Memórias e documentos. “Mais vous êtes un savant Monsieur! ‘... V. faz sozinho, e melhor, o que fazem, com imensos vencimentos, dezenas de especialistas, geógrafos, advogados, etc. franceses e ingleses reunidos”¹⁴.

A defesa de Nabuco é trabalho de excepcional valor na opinião dos entendidos, inclusive a de Rio Branco, digno do autor de *Um Estadista do Império*, provavelmente o melhor livro escrito sobre a vida política do segundo reinado. A primeira memória, a que deu o título de *O Direito do Brasil*, é obra até hoje básica para se estudar a formação territorial do Brasil, ao norte do Rio Amazonas. Nela, expôs a doutrina em que se baseava a posição brasileira, centrada em dois princípios: o do “inchoate title” (título nascente ou incompleto), que dá ao possessor temporário ou intermitente direito contra terceiros; e o do “watershed” (separação das vertentes), que dá ao ocupante de um rio certos direitos sobre seus afluentes. Expondo os fatos e os títulos da conquista portuguesa dos Rios Negro, Branco e afluentes, demonstra que a Inglaterra não tinha nenhuma base para atravessar o Rupunini (afluente do Essequibo) e se estabelecer na Amazônia; quanto à pequena área entre o divisor de águas das bacias e a margem esquerda do Rupunini, justifica a reivindicação brasileira “fundado na posse que Portugal exerceu por mais de um século”¹⁵.

Mas a decisão arbitral de 1904 decepciona os brasileiros e, obviamente, o próprio Nabuco: “Pelo prazer que você teve” – escreve a Rio Branco – “calcule meu desprazer”¹⁶. Vítor Manuel III dividiu o território contestado em duas partes, dando a maior, de 19,6 mil Km² (60%), à Grã-Bretanha e a menor, de 13,5 Km² (40%), ao Brasil. A decisão

13. Araújo Jorge, op. cit., p. 120

14. Luiz Viana Filho, op. cit., p. 1011

15. Joaquim Nabuco, *O Direito do Brasil*, p. 20

16. Alvaro Lins, *Rio Branco*, p. 460

arbitral curta de apenas duas páginas (em contraste com as quase 900 da do Amapá), diz que tanto o Brasil como a Grã-Bretanha só provaram a posse efetiva de parte do território disputado. Nessas condições, resolve fixar uma linha arbitrária que corre do monte Roraima, junto à Venezuela, até a nascente do rio Maú; desce esse rio até sua foz no Tacutu; sobe o Tacutu até sua nascente; e daí segue pelo divisor de águas das bacias do rio Amazonas, de um lado, e dos rios Rupunini, Essequibo e Courantine, do outro.

Pela sentença, a Inglaterra ganhou mais do que havia proposto anteriormente em negociações diretas e levou os limites da Guiana aos rios Tacutu e Maú, da bacia amazônica. A região do Pirara, origem do conflito, passou também à soberania inglesa. Autores brasileiros costumavam dizer que a sentença abriu para a Grã-Bretanha as portas do Amazonas, o que parece hoje um exagero geopolítico. Talvez na época se justificasse o temor de ter na bacia amazônica a maior potência de então. Nossa pretensão máxima incluía o alto Essequibo e, se ganhássemos, certamente não teríamos, com isso, aberto as portas da dominação da bacia desse rio. O que procurou o árbitro, alegando que os documentos exibidos pelas partes não constituem títulos históricos e jurídicos suficientes, foi dividir a região entre os contendores e adotar fronteiras naturais, rios e montes. Preferiu, entretanto, aos divisores de água das bacias, o que certamente seria mais justificável, os próprios cursos d'água. Para defender essa preferência foram alegadas razões secundárias, de menores despesas e maiores facilidades de demarcação, já que os divisores correriam por uma região de campos periodicamente alagados.

A sentença, aceita pelo país sem nenhum protesto, foi criticada por juristas de países neutros, como o francês A.G. Lapradelle que, em 1905, juntamente com N. Politis, publicou um longo artigo de 100 páginas na *Revue du Droit Public et de Science Politique*. Lapradelle condena a decisão arbitral tanto pela alegação de que não podia decidir pelo direito insuficiente das partes, quanto pelo seu afastamento – uma vez recusada a decisão puramente jurídica – da posição anterior de equilíbrio a que haviam chegado as partes: “il (o árbitro) trouvait dans les négociations diplomatiques d'autres lignes fluviales, que eussent permis un partage plus égal, notamment celle qu'en 1898 avait proposée Lord Salisbury (16,790 kilomètres carrés à la Grande-Bretagne contre 16,410 au Brésil)... Puisque l'Angleterre elle-même avait accepté cette ligne, en 1898, pourquoi, dans l'absence de droit certain, l'écarter? Et, pour remonter jusqu'au principe, n'est-ce pas un devoir, pour l'amiable compositeur, de rapprocher, autant qu'il le peut, sa transaction de la meilleure de celles qu'antérieurement se sont, spontanément, proposés les parties?”¹⁷.

17. La Pradèle, “L'Arbitrage Anglo-Brésilien”, in *Revue de Droit et de Science Politique*, nº 2, 1905

Completando as observações sobre as fronteiras do Brasil com as Guianas, uma palavra sobre a Guiana Holandesa. É o único trecho de nossas extensas fronteiras amazônicas sobre o qual nunca houve problema algum. Rio Branco, ao começar a elaborar sua memória sobre o Amapá, em 1894, esforçou-se para que o Brasil assinasse tratados de limites com as Guianas holandesa e inglesa, o que necessariamente limitaria as reivindicações francesas, na região divisora de água entre os rios que deságuam no Atlântico e os afluentes da margem esquerda do Amazonas. Mas nada conseguiu. A Holanda preferiu esperar a decisão dos conflitos com a França e a Grã-Bretanha.

Em 1908, exarados e executados os dois laudos arbitrais referentes às fronteiras com a Guiana Francesa e a Guiana Inglesa, Rio Branco dá início às rápidas e simples negociações com os Países Baixos, que levam ao estabelecimento dos limites pela Serra do Tumucumaque, divisora de águas e fronteira tradicionalmente reconhecida por ambos os países.

A Questão do Acre

A produção da borracha atraiu à Amazônia, entre 1860 e 1900, cerca de quinhentos mil nordestinos, expelidos de sua terra, do Ceará em particular, pelas secas, sobretudo pela de 1878. O trabalho de recolher o látex de seringueiras (a nativa "hevea brasiliensis") dispersas na floresta equatorial húmida era extremamente penoso e exigia grande capacidade de adaptação dos sertanejos, na maioria acostumados à pequena agricultura de subsistência, nos sertões áridos. Mas, lá na floresta, pelos menos ninguém morria de fome e alguns podiam ter sucesso. Muitos autores já descreveram essa vida dos "homens que trabalham para escravizar-se", na expressão de Euclides da Cunha, mas ninguém o teria feito melhor que o português Ferreira de Castro, em *A Selva*, romance publicado em Lisboa, em 1930, refletindo impressões pessoais do autor, que passou parte de sua juventude em um seringal (entre 1910 e 1915). Pela calha do grande rio, os nordestinos foram subindo os afluentes da margem direita e, no final do século, já estavam no alto Purus e alto Juruá, regiões onde eram mais abundantes as seringueiras.

A exploração geográfica dessas zonas é anterior ao "boom" da borracha; foi contemporânea da fase das drogas do sertão e prova a prioridade da penetração brasileira no último "far-west" da América do Sul. No alto Purus, houve um grande explorador, mulato humilde, Manoel Urbano da Incarnação, que ainda não teve quem lhe escrevesse uma biografia, apesar das referências tão admirativas de Euclides da Cunha e do sábio inglês William Chandless, que mais tarde exploraram cientificamente a área. Mas pelo menos deu seu nome a um rio, o que talvez lhe assegure memória mais duradoura. Entre suas muitas proezas, teria sido o primeiro a subir, em 1861, o Rio Acre, que no fim do

século, se tornaria a meca da borracha. Já o alto Juruá (onde hoje está Cruzeiro do Sul) foi pela vez primeira navegado, em 1854, por João Cunha Correia, de quem não há nem referências de notáveis, nem biografia, nem nome de rio... Depois dos exploradores, vieram os seringueiros. Achando a terra desocupada, foram subindo os afluentes do Purus e do Juruá, estabelecendo seringais que, às vezes, se transformavam em povoados, como Rio Branco, às margens do Acre, cuja origem é o “Seringal Empresa”. Não sabiam que estavam entrando na Bolívia.

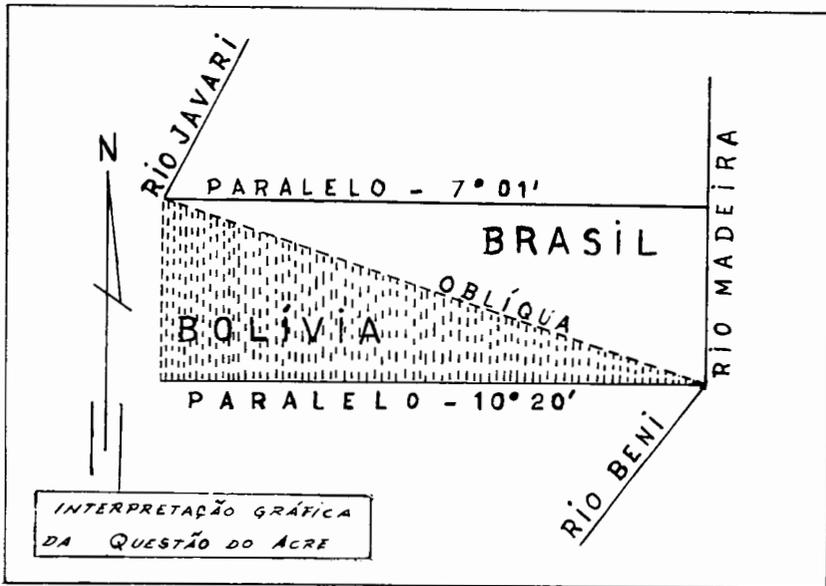
Muitos autores já compararam as “entradas” amazônicas dos seringueiros, no final do século XIX, às bandeiras do século XVII. “Ninguém é mais bandeirante que o seringueiro”¹⁸, disse por exemplo Vianna Moog. A terra mal era conhecida e onde o seringueiro fincou o pé, o território ficou brasileiro, como ocorra com os bandeirantes. Em ambos os casos, havia um tratado que dava a outrem a propriedade do território, mas os agentes da penetração não tinham noção clara de onde passava a raia. A única diferença é que Tordesilhas já não tinha muito prestígio em meados do século XVII e o Tratado de Ayacucho acabava de ser assinado em 1867, sendo sua vigência expressamente reconhecida pelo Governo brasileiro.

Ao se concluir este acordo, não conhecia o Brasil, muito menos a Bolívia, a região limitada pela linha geodésica que, a partir de 10° 20' de latitude sul (junção do Beni com o Madeira), demandava a nascente do Javari: era ainda o período das explorações geográficas. Mas imaginavam os negociadores que a nascente principal do Javari estaria na mesma altura da foz do Beni – por isso falavam em “paralela”. Admittiam, entretanto, a hipótese de que a nascente do Javari estivesse acima da “paralela” e indicavam a solução para então fechar a fronteira: “Se o Javari tiver suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma reta a buscar a origem principal do Javari”. A interpretação primeira desta cláusula, adotada claramente nas instruções dadas aos demarcadores, em 1868, é de que a paralela seria nesse caso substituída por uma oblíqua. É possível, entretanto, ver o parágrafo como absolutamente subordinado ao anterior – que estabelece a linha paralela – e interpretá-lo como mandando, que a divisa siga pelo paralelo de 10° 20' e depois pelo meridiano que passa pela origem do Javari. Em outras palavras, em vez de seguir pela hipotenusa de um triângulo retângulo, a divisa seguiria seus dois lados.

Em 1874, por cálculos, concluiu-se que o Javari teria origem na latitude 7° 1', isto é, mais três graus geográficos acima da latitude da foz do Beni; em outras palavras, a aproximadamente 400Km ao norte desse acidente geográfico (o ponto calculado foi exatamente 7° 1' 17" 5 de latitude sul e 74° 8' 27" de longitude oeste). Esse ponto foi adotado pelo Regulamento da Comissão Mista Brasil-Bolívia, que tinha no Coronel Taumaturgo de Azevedo e no Coronel José Manuel Pando

18. Vianna Moog, *Bandeirantes e Pioneiros*, p. 175.

MAPA 12



(Presidente da Bolívia, na época do conflito) seus comissários. Taurmaturgo foi dos primeiros a alertar o Governo, em 1895: “A aceitar o marco do Peru [nascente do Javari] como o último da Bolívia... o Amazonas irá perder a melhor zona de seu território, a mais rica e mais produtora, porque, dirigindo-se a linha geodésica de $10^{\circ} 20'$ a $7^{\circ} 1' 17''$, ela será muito inclinada para o norte, fazendo-nos perder o alto Rio Acre, quase todo o Iaco e o Alto-Purus, os principais afluentes do Juruá e talvez os do Jutaf e do próprio Javari; rios que dão a maior porção de borracha exportada e extraída por brasileiros”¹⁹.

Tinha a esperança de que houvesse algum erro no levantamento das nascentes do Javari e sugeriu que se verificasse novamente as coordenadas geográficas desse ponto. O Ministro das Relações Exteriores Dionísio Cerqueira não concordou com sua sugestão e por isso Taurmaturgo se demitiu. Mas a pressão de setores de opinião acabou obrigando o Governo a refazer tal levantamento. O Capitão-Tenente Cunha Gomes chegou pessoalmente à nascente do Javari e refez o cálculo. O resultado foi uma decepção: descobriu um erro mínimo de 10 segundos, o que em nada alterava o problema. “Ruína a esperança de o rio nascer pelo menos próximo ao paralelo $10^{\circ} 20'$ ”²⁰, comenta Leandro Tocantins.

19. Leandro Tocantins, *Formação Histórica do Acre*, vol. I, p. 178

20. *Ibidem*, p. 181

Que atitude tomaria o Governo brasileiro, já nos primeiros anos da República, ao verificar que os seringueiros brasileiros estavam ao sul da linha geodésica Madeira-Javari (que nessa época passou a ser conhecida como a linha Cunha Gomes)? Simplesmente continuou a reconhecer que eram bolivianas as terras situadas abaixo da oblíqua, através de vários atos, como, por exemplo, a abertura de um Consulado brasileiro em Puerto Alonso (Porto Acre), um pouco ao sul da reta-limite.

E o Governo de então estava certo. Hoje conhecendo-se o Mapa da Linha Verde, não se pode deixar de concluir, com Leandro Tocantins, “que a verdadeira inteligência do artigo segundo do Tratado de Ayacucho estava na interpretação dos ministérios do Império e dos primeiros chanceleres da República”²¹. Essa opinião não é compartilhada por todos. Cassiano Ricardo, por exemplo, julga correta a interpretação que os setores mais “patrióticos” começaram a dar, ao surgir a Questão do Acre, isto é, a da admissão da paralela tirada da foz do Beni no Madeira, ligada por uma perpendicular à nascente do Javari.

Com o agravamento da questão, brasileiros ilustres, como Serzedelo Correa e Paula Freitas, foram liderando adesões à tese heterodoxa da paralela, passando, portanto, a condenar a posição oficial que admitia a oblíqua. Esta maneira de enfocar o problema ia adquirindo crescente apoio no Congresso e na imprensa, onde cada vez mais se escutavam vozes considerando básico o fato de que o Acre fora ocupado e valorizado exclusivamente por brasileiros: descobriram a região, identificaram suas riquezas, criaram seringais, estabeleceram meios de transporte, fundaram povoados. Em uma palavra, tinham a posse pacífica e de boa fé da região.

Rio Branco, em 1902, poucos antes de assumir o Ministério, em carta a seu amigo Hilário de Gouvea, adianta opinião coincidente com a dos setores contrários à admissão da oblíqua: “... há esta questão do Acre que, bem manejada e rompendo-se com a má interpretação dada em 1868 ao Tratado de 1867, poderia afirmar... nosso direito sobre um território imenso, direito que com toda probabilidade ficaria reconhecido em processo arbitral. Não haveria inconveniente em dizermos que tínhamos dado aquela inteligência ao tratado somente para favorecer a Bolívia, mas que estávamos resolvidos a sustentar agora a verdadeira inteligência, isto é, a defender a linha do paralelo 10º 20’ que já foi grande concessão feita àquela República, porque, nulo o Tratado de 1777, tínhamos direito a ir muito mais ao sul, até as nascentes dos tributários do Amazonas que ocupávamos na foz e no curso inferior...”²².

Já se vê o arguto diplomata, identificado com os interesses nacionais, com um roteiro de ação política: é precisar romper com a interpretação tradicional; “bem manejada”, a questão daria o Acre ao Brasil.

21. *Ibidem*, p. 185

22. Luiz Viana Filho, *op. cit.*, p. 1043

De passagem, lembre-se que Rio Branco mudou de opinião sobre o arbitramento, não o querendo mais quando Ministro, e destaque-se a idéia que tinha de que fora no ano seguinte ao do acordo, quando se elaborou o Regulamento da Comissão Mista, encarregada de demarcar os limites estabelecidos, que começara a interpretação errada de se admitir a da obliqua (mais tarde, quando descobrisse o Mapa da Linha Verde, Rio Branco reconheceria que estava errado, pois a possibilidade da obliqua já existia na “mens” do negociador de 1867).

Saberia Rodrigues Alves dessa opinião de Rio Branco sobre o grave problema diplomático ao convocá-lo para o Itamaraty? Provavelmente não. Convidando Rio Branco, o que queria, era contar em seu governo com “um homem de reconhecida autoridade para estudá-las [as questões diplomáticas do momento] e de real competência para indicar as melhores soluções”²³. E acertaria em cheio o antigo Conselheiro do Império ao escolher um Barão, também do Império, a quem não conhecia pessoalmente, mesmo ao risco de ser acusado de formar um governo monarquista. Ao compor seu Ministério e ao convidar outras personalidades para funções importantes no Governo, estava, aliás, confirmando sua fama – a melhor que um governante pode ter – de saber bem escolher seus auxiliares.

Depois de tentar em vão, durante meses, demover Rodrigues Alves da idéia de fazê-lo seu Chanceler – achava que Nabuco é quem deveria sê-lo – Rio Branco curvou-se ao seu destino. Faria o que lhe parecia, então, um sacrifício pessoal. Voltava ao Brasil viúvo, com 56 anos, após 26 anos de residência na Europa. Era Ministro do Brasil em Berlim e estava aguardando sua transferência para Roma, onde, pensava, iria ganhar o suficiente para liberar-se das dificuldades financeiras que o atormentaram durante toda vida. Talvez pensasse também – embora nenhum biógrafo o diga – que já era considerado um grande servidor da Pátria; não tinha por que arriscar sua reputação num cargo político. Não podia saber então que iria continuar a trilhar o caminho da glória, agora numa rua mais larga, que o levaria a distâncias não atingidas por outro homem público do seu país. Pela sua atuação nas questões de Palmas e do Amapá, foi recebido no Rio como um general vencedor: transportado do navio à praia na velha galeota de D. João VI, desfilou em carruagem aberta pelas ruas principais. Era 1º de dezembro de 1902. Seria Ministro de três presidentes e morreria nove anos depois, autor de uma obra sem paralelo na história das relações externas do Brasil.

A crise do Acre atingia seu ápice ao assumir Rio Branco o Itamaraty. Os rebeldes de Plácido de Castro venciam no terreno e o próprio Presidente Pando descia de La Paz, à frente das tropas que deveriam enfrentar os revoltados. Anos antes, também com o apoio do Governo do Amazonas, outra tentativa separatista, menos séria, fora tentada no

23. Alvaro Lins, *Rio Branco*, vol. I., p. 376

Acre, sob a liderança do aventureiro (ex-diplomata) espanhol Lufz Galvez. Agora a situação era ainda mais complexa pois o Governo boliviano, adotando o alvitre de seu Ministro em Londres, o magnata do estanho Félix Aramayo, cedera a exploração econômica da região a um consórcio anglo-americano, o “Bolivian Syndicate”. A razão, como explica Burns, era tentar de alguma maneira ocupar o território: “Bolivia hoped that a prosperous foreign company would be able to settle and to hold in its name the Amazonian territory it claimed”²⁴. O efeito foi contrário ao desejado; a possibilidade de uma empresa estrangeira semi-soberana, atuando no centro da Amazônia, estimulou mais brasileiros a se juntarem àqueles que não queriam compreender, já antes do “Bolivian Syndicate”, que uma terra colonizada pelos seus patrícios, que lá viviam em número da ordem de sessenta mil, fosse considerada estrangeira por seu próprio Governo.

Rio Branco, recém empossado, age com presteza. “As suas decisões caem sobre os acontecimentos com uma perfeita precisão... como se houvessem sido calculadas e estudadas com rigor”,²⁵ observa com justeza Álvaro Lins. Calculadas e estudadas as decisões o foram certamente. Durante toda sua vida se ocupara de problemas de fronteiras e, nos últimos tempos, havia pensado muito sobre o Acre. O “velho estudante”, como a si mesmo se classificaria o Barão, ao responder a Graça Aranha, que o tratara de “mestre”, nunca parou de estudar o Brasil: a separação física só estimulava o amor por sua terra. Mas, para que as “decisões caíssem sobre os acontecimentos com perfeita precisão”, era porque “un homme d’Etat” estava se revelando. Até então, apesar de já ser considerado herói nacional, fora um grande conhecedor da história e da geografia pátrias; um hábil diplomata; um magnífico advogado dos direitos do Brasil. Agora, só agora, emergia o estadista, o homem de ação que procurava conduzir os acontecimentos para os objetivos escolhidos.

“Inicialmente, depois de a Bolívia recusar-se a vender o território” – é Luiz Vianna Filho quem explica – “cuidara de isolar as duas forças interessadas na região; o Sindicato e o Peru”²⁶. A este país deu todas as garantias de que teria a maior consideração pelas suas reivindicações territoriais sobre o Acre, no caso de um acordo com a Bolívia. Com relação ao sindicato, antes de qualquer ação, identificou precisamente o interesse do Governo americano e o interesse dos acionistas privados; e concluiu, com acerto, que estes já estavam preocupados com a segurança de seus investimentos no meio daquele “imbroglio” amazônico e que aquele se daria por satisfeito com a simples indenização dos acionistas americanos. Burns explica em pormenores: “The strategy of Rio Branco to keep the syndicate and the State Department separated was working well. He knew that the American Gover-

24. Bradford Burns, *The Unwritten Alliance*, p. 76

25. Luiz Viana, op. cit., p. 1067

26. *Ibidem*, p. 1068

ment's only interest was in seeing that investors received a just compensation. He also knew that in the last analysis the syndicate would accept an indemnification in return for its contract. Furthermore he realized that poverty – stricken Bolivia could not indemnify the company. The logical conclusion was for Brazil to assume Bolívia's responsibility and to repay the investors"²⁷.

Aguardando o momento oportuno (Luiz Vianna frisa em Rio Branco a característica de esperar para agir na hora exata), muda radicalmente a posição tradicional da Chancelaria brasileira sobre o tratado de 1867 e em janeiro de 1903 instrui o Ministro do Brasil em La Paz a comunicar ao Governo local, que a interpretação brasileira do acordo de 1867 passava a ser que a "linha leste-oeste" era uma paralela. Cortou-se o nó górdio: "de um momento para outro, o território até então reconhecido como boliviano torna-se litigioso"²⁸.

Aqui é necessário interromper-se o curso da estória por um problema moral. Saberíamos Rio Branco, então, da existência do Mapa da Linha Verde, que tornava falha esta nova interpretação oficial? Oliveira Lima diz que sim, mas não prova. Rio Branco diz que não e explica que conheceu o mapa só meses mais tarde, com a questão resolvida, quando um funcionário da mapoteca do Itamaraty o descobriu. A verdade pura não se sabe e, na dúvida, é preferível ficar com Rio Branco. Mas, admitindo-se a hipótese de que Rio Branco conhecesse durante as negociações com a Bolívia o célebre mapa e omitisse o fato, deveria ele por isso ser condenado? Se sim, é de se perguntar quantos governantes seriam nesse tribunal absolvidos...

Como o Presidente Pando não interrompera sua marcha do altiplano à Amazônia, Rio Branco faz com que o Governo desloque tropas para a região. Não seria o Ministro belicoso, de que falaria alguns críticos estrangeiros; seria antes o estadista, que achava chegado o momento de usar todas as cartas de que dispunha. Talvez o "homo ludens", como o classifica Álvaro Lins, que começava a jogar com "astúcia e segurança"²⁹, que caracterizariam esse tipo psicológico.

Felizmente para o futuro das relações entre o Brasil e a América hispânica, não houve choque entre os exércitos. Rio Branco conseguiu a tempo negociar um acordo provisório, pelo qual as tropas brasileiras ocupariam o norte do paralelo de 10° 20', isto é, praticamente toda a região disputada. A área do rio Acre (extremo leste do atual Estado do Acre e teatro das operações bélicas) já estava, aliás, em poder das tropas de Plácido de Castro.

Cessando as hostilidades, houve clima para que se iniciassem as negociações de um acordo definitivo. Essas transcorreram em Petrópolis, onde morava Rio Branco. Por desejo do Chanceler, Rui Barbosa e

27. Burns, op. cit., p. 82

28. Luiz Viana Filho, op. cit., p. 1068

29. Álvaro Lins, *Rio Branco*, vol. I p. 41

Assis Brasil associaram-se a ele na delegação brasileira. Quando Rio Branco aceitou a troca de territórios desiguais, compensada por outras vantagens, Rui dissociou-se do grupo negociador. Preferia às concessões, que julgava excessivas, o arbitramento. A saída do político e intelectual de maior prestígio da época teve grande repercussão. “Para Rio Branco o golpe era terrível e inesperado”³⁰, mas não o desviou do caminho escolhido.

Finalmente, depois de quatro meses de intensas negociações, foi assinado em 17 de novembro de 1903 o Tratado de Petrópolis. Por ele, o Governo boliviano cedia ao Brasil um território de 191.000 Km², em troca de: compensações territoriais em vários trechos da fronteira mato-grossense; uma área de 3.200 Km² habitada por bolivianos entre o Beni e o Madeira; a construção de uma estrada de ferro entre Porto Velho e Guajará-Mirim; e a indenização de dois milhões de libras esterlinas.

O Tratado de Petrópolis é considerado o mais importante de toda a obra de Rio Branco. Ele próprio o afirmou, na exposição de motivos em que apresentou o tratado ao Presidente. Álvaro Lins resume magistralmente a ação de Rio Branco na questão: “Foi no caso do Acre, sem dúvida, que o Barão do Rio Branco encontrou ao mesmo tempo a sua questão mais difícil e obteve a sua vitória mais importante. Ultrapassou as de Washington e Berna. Nas duas anteriores havia alguma coisa que não dependia dele, que estava em poder dos árbitros. Agora, ao contrário, tudo viera dele próprio: a competência em Geografia e História, a sagacidade e a firmeza diplomáticas, a visão política”³¹.

O tratado, entretanto, foi muito atacado na época. Desfez-se no país, por algum tempo, a unanimidade de aplausos que cercava Rio Branco, após suas vitórias nos arbitramentos. Primeiro, houve a crítica cerrada da “Exposição de Motivos do Plenipotenciário Vencido”, de Rui Barbosa. Depois foram políticos importantes, como Joaquim Murinho, e jornalistas influentes, como Edmundo Bitencourt, que acoimaram o tratado de excessivamente concessivo. Houve também quem combatesse o acordo de 1904 por razões opostas, que hoje talvez tivessem mais apoio na opinião pública. O líder positivista Teixeira Mendes, por exemplo, achava que por ele o Brasil expoliava a vizinha República. A grande defesa do tratado é a própria exposição de motivos de Rio Branco. “Pelo estilo, pela construção dos argumentos, pelo jogo dialético das questões – esse documento é o mais perfeito dentre todos os que ele escreveu como Ministro de Estado”³².

O episódio do Acre também não é bem visto em livros da América espanhola. Para exemplificar, seja permitido – numa citação talvez longa – transcrever o resumo que dele faz Jorge Escobari Cusicanqui, em sua *Historia Diplomática de Bolivia*: “En el desesperado esfuerzo

30. Ibidem, vol. II, p. 336

31. Ibidem, vol. II, p. 436

32. Ibidem, vol. II, p. 441

para separar el movimiento separatista proclamado por los libertadores brasileños del Acre [trata-se do episódio de Galvez], el Gobierno de Bolivia destacó sucesivas expediciones compuestas por contatos elementos, las mismas que para llegar al lugar de los sucesos tuvieron que vencer graves dificultades, debido, principalmente, a la falta de vías de comunicación, a la escasez de recursos y a la inhospitalidad y inclemencia de esa región azotada por enfermedades tropicales. Como resultado de la resuelta y valerosa acción de los expedicionarios, en enero de 1901 los revolucionarios depusieron las armas y el Coronel Ismael Montes, en su calidad de Comandante en Jefe, decretó en el Acre, una amnistía general.

El 11 de Julio de 1901, el Gobierno de Bolivia, en el deseo de consolidar de alguna manera su presencia en ese territorio, celebró un contrato de administración fiscal con "The Bolivian Syndicate" de Nueva York. El contrato motivó vehementes críticas por cuanto – se dijo – reflejaba la impotencia del Estado boliviano de administrar la zona. El Gobierno brasileño se valió de dicho argumento para justificar sus pretensiones sobre el Acre.

La pacificación no fué del agrado del Gobierno brasileño, el que alentó una segunda rebelión encabezada, esta vez, por Plácido Castro, en agosto de 1902. Entonces el Brasil actuó desembozadamente enviando 8.000 soldados al Acre, rompió relaciones diplomáticas con Bolivia, clausuró el tránsito del río Amazonas y exigió la rescisión del contrato con "The Bolivian Syndicate". El Canciller del Brasil, Barón de Río Branco, dirigió una circular a las cancillerías americanas calificando ese contrato de 'monstruoso' y similar a las concesiones realizadas en África... La Cancillería boliviana replicó ese documento exhibiendo sus legítimos títulos de soberanía sobre aquella región. Empero el Brasil obtuvo que esa compañía norteamericana le subrogase sus derechos, pese a que ella se hallaba prohibida de transferir la concesión 'a ningún Estado o Gobierno extranjero'.

Inútiles resultaron las protestas del Gobierno boliviano, el Ejército brasileño se apoderó de las localidades bolivianas y de Puerto Alonso el 2 de abril de 1903. A fin de evitar la agravación del conflicto armado, Bolivia se vio obligada a suscribir primero un 'Modus Vivendi' y luego, el Tratado de Petrópolis, de 17 de noviembre de 1903, por el que resultó cediendo al Brasil todo aquel extenso y rico territorio, a cambio de dos millones de libras esterlinas y de la construcción del ferrocarril desde el puerto de San Antonio sobre el Marañón, hasta Guayaramerín en el Mamoré, con un ramal a Villa Bella. El Tratado de Petrópolis fue firmado por parte de Bolivia, por los señores Fernando E., Guayachalla y Claudio Pinilha, y por el Brasil, por los señores José María da Silva Paranhos, Barón de Río Branco, y Joaquín Francisco de Assis Brasil"³³.

33. Jorge Cusicanqui, *Historia Diplomática da Bolívia*, p. 216.

O Tratado de 1904 com o Equador e o de 1907 com a Colômbia

A fronteira noroeste do Brasil, do Rio Solimões (Tabatinga) ao Rio Negro (Cucuf) por razões práticas pode ser dividida em três trechos: 1º do Solimões (Tabatinga) ao Japurá (foz do Apapóris); 2º deste à nascente do Memachi; 3º desta ao Rio Negro (Ilha de São José do Cucuf). Essa linha de limites era disputada, no sul, (1º trecho), pelo Peru, Equador e Colômbia; no centro (2º trecho) apenas pela Colômbia; e, no norte, (3º trecho), por esse último país e a Venezuela. Com o Peru, o Brasil definiu o limite da reta Tabatinga – foz do Apapóris em 1851. E tentara, em seguida, com os outros dois países que disputavam essa mesma seção, Colômbia e Equador, assinar tratados que confirmassem o limite pactuado. Com ambos os países foram negociados acordos em 1853, os quais, por razões políticas internas de cada um deles não entraram em vigor. Mais tarde, ainda durante o Império, houve novas tentativas de acordo com a Colômbia, que incluía o segundo trecho, que também não tiveram resultado. Com a Venezuela, sim, o Brasil assinou o tratado de limites de 1859, definindo a fronteira no trecho norte (o 3º).

Em 7 de maio de 1904, o Barão do Rio Branco negocia com o plenipotenciário equatoriano no Rio de Janeiro, C.R. Tobar, um acordo que reconheceu, como limite de ambos os países, a mesma linha do tratado de 1851 com o Peru (Tabatinga-Apapóris), no caso em que concluísse favoravelmente ao Equador o conflito fronteiriço que o país mantinha com o Peru (o conflito, resolvido pelo Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, teve sua solução considerada inexecutável pelo Equador, em 1951; de maneira que a questão continua aberta para esse país).

Em 1907, Rio Branco dá instruções ao Chefe da Missão Especial em Bogotá para concluir as negociações de um tratado de limites com a Colômbia, último país amazônico a aceitar um acordo baseado no “uti possidetis”, dado seu tradicional apego ao tratado de 1777. É oportuno reproduzir aqui a nota a esse respeito enviada ao Ministério das Relações Exteriores da Colômbia pelo nosso representante:

“Número 1. Legación de los Estados Unidos del Brasil. Misión Especial. Bogotá, 12 de febrero de 1907. Señor Ministro; Con referencia a nuestras conferencias sobre asuntos de límites y al respecto del protocolo de 3 de septiembre del año pasado, en el cual convinimos en las declaraciones hechas en él, el modo de estudiarlo y discutirlo, tengo el honor de llevar a conocimiento de V.E. que estoy autorizado, por aprobación de mi gobierno, para tratar de la nombrada línea de fronteras de la manera establecida en dicho protocolo, esto es, cerrar inmediatamente la parte comprendida entre la Piedra del Cocuhí y la confluencia de Apaporis y el Yapurá, dejando para ser discutidas y resueltas en tiempo oportuno la parte comprendida entre el Apaporis y

Tabatinga, en caso de ser reconocida Colombia como propietaria de estos terrenos, una vez resueltos sus pleitos con el Perú y el Ecuador. Reitero a V.E. las seguridades de mi más alta consideración. Eneas Martins”³⁴.

O tratado, assinado em 24 de abril, limitava, pois, a 2ª e a 3ª das três seções distintas, em que se pode dividir a fronteira brasileira-colombiana. Os limites da primeira seção (a linha Tabatinga-Apapóris do Tratado de 1851, com o Peru) não puderam ser estabelecidos pelo tratado, porque a Colômbia preferia esperar que fosse solucionada sua pendência com o Peru sobre a região. A segunda linha de limites reproduzia, com as precisões trazidas pelo melhor conhecimento da região e algumas concessões mútuas aconselhadas pelo “uti possidetis”, a mesma linde que havíamos negociado em 1853. A terceira seção já havia sido limitada pelo tratado de 1859, com a Venezuela. Com a decisão arbitral de 1891, a região passou à soberania colombiana; pelo presente acordo a Colômbia aceitava a mesma linha de 1859.

O Embaixador Araújo Jorge assim conclui suas observações sobre o tratado de 1907, com a Colômbia: “Este ato internacional, sem a transcendência dos celebrados com a Bolívia e com o Peru, tem um significado especial na história das lindes territoriais na América do Sul: o de haver fixado uma linha de limites através de territórios disputados por quatro nações diferentes: Venezuela, Colômbia, Equador e Peru”³⁵.

Na exposição de motivos sobre o tratado, Rio Branco manifestava a esperança de que, caso a Colômbia viesse a ter a soberania sobre as terras contíguas à linha Tabatinga-Apapóris, esse limite fosse adotado. Ambas as situações ocorreram. Em 1922, o Peru assinou um tratado em que cedia à Colômbia as terras contíguas à linha de limites com o Brasil – o chamado “trapézio de Letfcia”. Por esse acordo, hoje geralmente considerado no Peru como lesivo aos seus interesses, a Colômbia passou, portanto, a ser ribeirinho do Amazonas; e em 1928, esse país aceitou como fronteira, como esperava Rio Branco, a linha Tabatinga-Apapóris, isto é, o mesmo limite brasileiro-peruano de 1851.

Embora extravase o período de Rio Branco, é interessante dar a opinião de Francisco Andrade S., autor de conhecida obra sobre as fronteiras da Colômbia, acerca do acordo de 1928, com o Brasil:

“Las anteriores afirmaciones [de que a linha Tabatinga-Apapóris dava ao Brasil territórios por direito colombianos] son inatacables, pero con ellas no se quiso significar que el tratado de 1928 haya sido un fracaso para Colombia. No lo fue, naturalmente, teniendo en cuenta las condiciones desfavorables en que nos hallábamos. A estas circunstancias llegamos por errores y descuidos de muy vieja data, como se ha podido ver a lo largo del desarrollo de este estudio. España arrancó de

34. Francisco Andrade S., *Demarcación de las Fronteras de Colombia*, p. 228.

35. Araújo Jorge, *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco*, p. 234.

la bula Inter Caetera de Alejandro VI; retrocedió 270 leguas hacia el poniente en Tordesilhas, línea que sostuvo hasta la terminación de los Austrias. Durante la unión de las dos monarquías, imprudentemente se adjudicó a Bento Maciel Parente la capitanía de Cabo Norte, entre el Oyapoc y el Amazonas... Terminada la guerra de sucesión, Francia devuelve a Portugal la capitanía de Cabo Norte por el tratado de Utrecht y, por el mismo tratado, España devuelve a Portugal en 1713 la colonia de Sacramento, fijando Portugal con esta maniobra, puntos de posesión al occidente de Tordesilhas, anulando completamente este meridiano, labor completada por sus constantes avances en el río Negro y en el río Blanco, acompañados por el desalojamiento de los misioneros jesuitas del Amazonas todo como ya los vimos atrás. Estas maniobras, muy bien apoyadas por la labor diplomática portuguesa, llevaron al segundo Borbón de España a trazar su lindero por la boca del Yavarí. El último paso ya nos tocó a nosotros; los dimos de la línea Yavarí-Amazonas Avatí-Paraná a la geodésica Tabatinga-Apaporis. Ellos heredaron de Portugal la habilidad, nosotros de España la despreocupación”³⁶.

Mais adiante discutiremos a tese da “habilidade” versus a “despreocupação”, comum entre historiadores latino-americanos; por hora registremos apenas o sentimento – também comum – de frustração pela perda de territórios, aos portugueses na Colônia, aos brasileiros no Império e na República.

O Tratado de 1909 com o Peru

Na República nosso maior problema de limites na Amazônia pela extensão de território envolvido, foi com o Peru, não com a Bolívia, como se poderia pensar pela gravidade que chegou a assumir a questão acreana. O Peru reivindicava no começo do século XX um território imenso de 442.000 Km², que incluía, não apenas, o Acre, com seus 191.000 Km², mas também uma grande área contígua ao sul do Estado do Amazonas.

Conhecemos a origem do conflito. Pelo Tratado de Santo Ildefonso a divisa na região focalizada era a famosa linha traçada do meio do rio Madeira à origem do rio Javari; depois o rio Javari até a foz do Solimões; este rio até a boca do Japurá; e finalmente o rio Japurá. O Tratado de Limites de 1851 confirmava a divisa do rio Javari e, passando à soberania brasileira o ângulo de terras limitado pelos rios Solimões e Japurá, introduzia a geodésica Tabatinga-foz do Apaporis. Nada previa sobre a região, até então inexplorada, do Acre, situada ao sul da linha Madeira-Javari, cuja soberania era disputada pelo Peru e pela Bolívia. Em 1867, acordamos com a Bolívia limitar essa região por uma nova

36. Francisco Andrade S., op. cit., p. 234.

linha geodésica que ia da nascente do Javari ao começo do rio Madeira (confluência dos rios Beni e Mamoré). O Peru protestou contra a assinatura deste Tratado. Em 1903, resolvendo de vez nossos problemas fronteiriços com a Bolívia, assinamos o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Acre passou a ser território brasileiro. De novo protestou o Peru.

O que reivindicava esta república, com mais precisão a partir da obra *Geografía del Perú*, do seu grande geógrafo Paz Soldán, publicada em 1863, era o imenso território situado ao sul da linha que ia da nascente do Javari à média distância do Madeira, de que fala o Tratado de Santo Ildefonso. Como a reivindicação incluía o Acre, também por esse motivo foi o Tratado de Petrópolis atacado no Brasil: incorporando-o, teríamos implicitamente comprado parte do conflito de limites entre o Peru e a Bolívia.

Em 1904, agravaram-se as escaramuças entre os “caucheros” peruanos e os “seringueiros” brasileiros nas regiões do alto Juruá e do alto Purus, incluídas no recém-adquirido Território. Não era a primeira vez que ocorriam conflitos entre os “entalhadores” de seringueiras brasileiros, que subiam pelos rios formadores do Purus e do Juruá, e os “derrubadores” de caucho peruanos (para se extrair o látex dessa espécie, a “castilloa elástica”, é necessário derrubar a árvore), que passavam do vale do Ucayale às bacias do Purus e do Juruá. No auge da crise, o Barão do Rio Branco negocia a neutralização de ambas as áreas – os territórios do Breu e de Cathai – e concorda, fiel à doutrina tradicional brasileira, que comissões mistas fossem a essas remotíssimas regiões para verificar quem delas tinha posse.

O chefe de uma das comissões que no ano seguinte visitam as regiões conflitadas bem merece breve comentário. Era Euclides da Cunha, já então famoso pela publicação em 1902 de *Os Sertões*. O escritor procurou essa árdua missão impelido por sua sede de mato, como explicou em carta a um amigo: “não desejo a Europa, o ‘boulevard’, os brilhos de uma posição, desejo o sertão, a picada malgradada e a vida afanosa e triste de pioneiro”³⁷. A Amazônia seria seu assunto predileto até a morte, que não estava distante: do sertão árido do nordeste passava ao sertão florestal do norte. Já havia lido boa parte da bibliografia sobre a região e queria fertilizar seu conhecimento teórico com a vivência local para escrever um livro que, pretendia, fosse o “pendant” de seu grande livro vingador sobre o nordeste. Não queria morrer como o autor de uma só obra; mas não conseguiu realizar seu intento, embora tivesse escrito talvez as mais antológicas páginas sobre a Amazônia, primeiro publicadas em artigos de jornais e depois reunidas em *Contrastes e Confrontos* e no seu livro póstumo *À Margem da História*.

Relacionando-se com sua missão, publicou, em 1905, um erudito estudo sobre o conflito de fronteiras *Peru versus Bolívia*, no qual toma

37. Sylvio Rabelo, *Euclides da Cunha*, p. 254.

partido, como era seu costume, adotando a posição boliviana. O conflito foi arbitrado pelo Presidente da Argentina, em 1909, de maneira diversa, aliás, da propugnada por Euclides: o árbitro preferiu dividir a região, o que provocou grande descontentamento na Bolívia. Meses mais tarde, entretanto, os dois países envolvidos chegaram a um acordo que mantinha em grande parte a decisão do árbitro, apenas retificando a linha divisória, de modo um pouco mais favorável a La Paz, no trecho da fronteira que tocava o Acre.

Só após arbitrado esse conflito, procurou Rio Branco resolver as dúvidas entre o Brasil e o Peru. Nesse mesmo ano, com o Chanceler peruano Hernán Velarde, assina, no Rio de Janeiro, o tratado que completava afinal a linha de nossos limites amazônicos. Ambas as zonas neutralizadas (39.000 Km²) passavam à soberania peruana, pois, fiel ao “uti possidetis”, verificou-se que eram nacionais desse país que ocupavam as nascentes do Juruá e do Purus. Dessa forma, o Acre diminuía seu território de 191.000 Km² para 152.000 Km², mas, em compensação, o Peru desistia de sua persistente e sempre incômoda reivindicação, baseada no tratado de 1777, sobre os restantes 403.000 Km² da área contestada. Parecia que o Brasil ganhava muito, na verdade era o Peru que reivindicava exageradamente, como bem explica Rio Branco: “O confronto da enorme vastidão em litígio com pequena superfície dos únicos trechos que passarão a ficar por nós reconhecidos como peruanos – sem levar em conta a parte que poderíamos pretender na bacia do Ucayale – pode deixar a impressão de que, pelo presente tratado, o Governo brasileiro se reservou a parte do leão. Nada seria menos verdadeiro ou mais injusto. Ratificando a solução que este tratado encerra, o Brasil dará mais uma prova do seu espírito de conciliação, porquanto ele desiste de algumas terras que poderia defender com bons fundamentos em direito”³⁸.

Como exemplo da argumentação imbatível de Rio Branco, transcrevemos este parágrafo da posição brasileira (retomado, na posterior “exposição de motivos”), onde põe a nu um erro geográfico do Peru, que bastante contribuiu para o excesso de sua posição: “A linha do Tratado de 1777, nos mapas oficiais peruanos, segue erradamente o paralelo 7° 52’ 15”. A verdadeira é a do paralelo de 7° 38’ 45”, como indica o mapa de Euclides da Cunha, porque êsse limite provisório devia partir, na direção do oeste, de um ponto no Madeira situado a igual distância do rio Amazonas e da boca do Mamoré (Artigo 21). E o mesmo Tratado explica (Artigos 20 e 21), que o rio Madeira é formado pela junção do Mamoré e do Guaporé: (‘Baixará a linha pelas águas d’esses rios Guaporé e Mamoré, já unidos com o nome de Madeira...’); de sorte que naquele tempo o nome de Mamoré não era ainda dado à seção compreendida entre a boca do Guaporé e do Beni”³⁹.

38. Rio Branco, *Questões de Limites*, p. 109.

39. *Ibidem*, p. 111

Todas as “exposições de motivos”, redigidas pessoalmente por Rio Branco para defender os tratados de limites que negociou durante sua gestão, são documentos valiosos, tanto pelas razões e provas apresentadas – repetidas, aliás, por todos os autores posteriores – quanto pelo estilo claríssimo em que são vazadas. A exposição de motivos relativa ao Peru é a mais trabalhada e a mais longa das que redigiu Rio Branco. É também a última sobre a Amazônia. Dir-se-ia que, por referir-se ao tratado que fechou a linha de limites norte do Brasil, quis também fechar perfeitamente o pacote dos argumentos que negociou, com tanto sucesso, todos os acordos amazônicos.

Finalmente se enterrava definitivamente Santo Ildefonso, e o Brasil se tornava o primeiro país amazônico a ter seus limites reconhecidos por solenes e incontroversos tratados bilaterais. A situação é definitiva. Em *Borders and Territorial Disputes*, repositório publicado em 1982 arrolando todos os conflitos fronteiriços existentes no mundo, são estudadas 11 situações na América do Sul, que envolvem, sem exceção, todos os países hispano-americanos e também a Guiana. Não se fala do Brasil. Nenhum país da região até hoje conseguiu essa proeza, que certamente teve o efeito de libertar as energias nacionais para outras lutas. Estava encerrada uma fase brilhante da diplomacia, que se manteve à altura do espírito empreendedor luso-brasileiro, representado no final do sec. XIX pelos seringueiros, responsáveis, às vezes com apoio do governo, às vezes não, pela conquista da Amazônia brasileira.

Ao final deste capítulo, o último sobre limites, sejam permitidas algumas observações sobre aspectos positivos da História do Brasil, que contrastam com o que se lê nas Histórias de nossos vizinhos.

A formação das fronteiras brasileiras – neste trabalho focalizada em seu trecho amazônico – pode ser imaginada como um diálogo entre bandeirante e diplomata. Um ocupava o território que, na prática, não tinha dono; outro legalizava a penetração através de um tratado. Ambos serviram o Estado: o diplomata é seu mais típico representante; se a ação do bandeirante não foi de inspiração estatal, o fato é que as conseqüências desta atenderam aos fins políticos do Estado.

Houve sempre soluções satisfatórias para os conflitos territoriais que se foram caracterizando com o correr do tempo. Tordesilhas, antes da descoberta do Brasil; Madri e Santo Ildefonso, na Colônia; os tratados de limites do Império; e os arbitramentos e os acordos da época de Rio Branco são marcos perenes de uma jornada exitosa. Nunca houve derrotas debilitantes, traumas inassimiláveis.

Entre os demais países amazônicos as coisas não se passaram assim. Todos, sem exceção, se julgam prejudicados por ajustes de fronteira que pactuaram, quer entre si, quer com o Brasil. A sensação de perda, já vimos, vem de longe desde Tordesilhas, que – é um historiador colombiano quem diz – “inicia la serie no interrumpida de éxitos de la habilidad portuguesa contra el quijotismo español”⁴⁰; mas princi-

40. Francisco Andrade, op. cit., p. 54.

palmente depois de Madri, onde – na linguagem forte de um historiador paraguaio – “triunfó la astucia lusitana sobre la torpeza y venalidad de los diplomaticos españoles”⁴¹.

A tese da “habilidad” versus o “quijotismo” embora corrente entre historiadores hispano-americanos, está longe de ser provada. Será mesmo que os portugueses foram mais competentes ou mais astutos; será que os espanhóis foram, como se diz numa outra versão da mesma tese, por eles ludibriados (Jaime Cortesão)? Na verdade ao se estudar as sucessivas vitórias diplomáticas portuguesas e depois brasileiras se poderia pensar numa superior preparação ou atuação de uma das partes. Essa impressão precisa, entretanto, ser corrigida, pois isola indevidamente uma região no tabuleiro universal dos interesses das potências coloniais. Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda: “A comédia de erros parte do pressuposto de que seria possível destacar o continente americano de um contexto global onde as perdas e os lucros se distribuem mais equitativamente entre as duas coroas ibéricas. Se, para usar a expressão consagrada, houve recuo do meridiano no Oriente [a ocupação espanhola das Filipinas], nada mais plausível do que pleitear outro recuo em favor dos que se achavam sacrificados pelos primeiros”⁴². Já nos conflitos territoriais ocorridos após a Independência, a verdade é que o Brasil sempre pôde apresentar argumentos factuais e intelectuais pelo menos tão válidos quanto os da outra parte. Não só negociadores com “habilidad”...

Nos livros de História das nações ibero-americanas, sobretudo naqueles que refletem mais diretamente setores do pensamento “nacionalista”, são freqüentes trechos de amargura e até de revolta quanto ao destino dado a parcelas do território nacional, como este, por exemplo: “La fatalidad há querido convertir a uno de los países más generosos del mundo en el Prometeu encadenado de América; a quien poco a poco han ido desgarrando su territorio por culpa de algunos de sus hijos, quienes, por temor, falta de idoneidad, o exceso de buena fé, ó otras circunstancias han entregado un patrimonio que ya pertenecía a otras generaciones”⁴³. O autor não é um boliviano, nem um equatoriano, nem um peruano, como lembrando a história de desmembramento desses países, talvez pudesse pensar; é um venezuelano, professor dos cursos de Estado-Maior de seu país.

No Brasil não se achariam textos equivalentes. Comparando com a de nossos vizinhos sul-americanos temos o que se poderia considerar uma experiência histórica positiva: preservou-se a unidade, amalgamaram-se as raças e, este o tema tratado, ampliou-se o território. A diplomacia luso-brasileira teve aqui sua parcela de mérito: Alexandre de Gusmão, Duarte da Ponte Ribeiro, Rio Branco foram grandes servido-

41. Efraim Cardoso, *El Paraguay Colonial*, p. 210.

42. Sergio Buarque de Holanda, *O Extremo Oeste*, p. 92.

43. Aquiles Lopez Sanchez, *Venezuela Geopolítica*, Caracas, 1975; também artigo de mesmo título de José Moretzsohn, in *A Defesa Nacional*, p. 63, 1980.

res do Estado que, com o seu conhecimento profundo do país, com sua avaliação correta da realidade internacional da época, muito contribuíram para que, nas encruzilhadas da História, se encontrassem os melhores caminhos.

MAPA 13



Mapa de livro venezuelano, mostrando "anexações" luso-brasileiras... desde a "bula de partição" de 1493 (A verdade é que nem a divisória por esta estabelecida tocava o território brasileiro, nem os países limítrofes tinham argumentos mais fortes que o Brasil para provar sua soberania sobre os territórios assinalados).

10. O Tratado de Cooperação Amazônica.

Amazônia: Progresso e Ecologia

Em alguns trechos deste trabalho foram feitas observações sobre a situação da Amazônia, em especial sua ocupação e sua economia. Antes de cuidar do último tratado que tem a região como objeto, o de Cooperação Amazônica – o único, aliás, da longa série que já não limita mais nada, pelo contrário abre veredas de cooperação – parece oportuno dizer algo sobre os progressos recentes da Amazônia brasileira e a importância que o tema do meio ambiente passou a ter para a área na década dos oitenta. Entre outras razões porque desenvolvimento e ecologia, juntos com a idéia da cooperação regional, são as fontes principais do também chamado pacto amazônico.

Talvez não haja outra região no Brasil sobre a qual mais se tenha escrito do que a Amazônia. Como disse, entretanto, há poucos anos, Arthur Cezar Ferreira Reis: “por mais estranho que possa parecer, todo esse imenso acervo de experiência acumulada acerca da Amazônia, ainda não admite afirmativas definitivas e abundantes. Realmente pouco sabemos... para conclusões justas”¹. Sem pretender fazer o histórico dos erros cometidos na Amazônia, nas tentativas de impulsionar seu desenvolvimento, lembre-se os problemas surgidos na execução de duas das mais divulgadas obras da década de setenta: a rodovia transamazônica e os projetos de desenvolvimento da SUDAM.

A transamazônica, que pretendia ligar o Nordeste, cheio de gente sem terra, à Amazônia, cheia de terra sem gente, se não chegou a ser o fracasso total de que falam seus críticos mais acerbos, que a condenam porque não conseguiu ser uma válvula de escape para as pressões sociais do Nordeste, porque não pôde atender aos colonos assentados ao longo da rodovia (que foram, aliás, apenas 10% do milhão previsto pelo INCRA), seguramente não é o sucesso que os planos governamentais antecipavam. Hoje se poderia questionar se os investimentos nela aplicados não teriam sido mais rentáveis em outros setores, ou, admitindo-se a estrada, se ela não deveria ter sido planejada de modo a

1. Artur Reis, *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*, p. 4.

cortar regiões de topografia mais favorável e de terras mais próprias à agricultura.

Os projetos aprovados pela SUDAM atraíram, pelos incentivos fiscais oferecidos, grande quantidade de capital de empresas privadas à Amazônia legal. A grande maioria dos investimentos (631 dos 950 aprovados até 1985) concentrou-se, regionalmente, no sul do Pará e no norte de Mato Grosso, e, setorialmente, na pecuária, baseada em pastagens artificiais, criadas após a destruição da mata (era obrigatório deixar-se 50% de cobertura florestal, mas isso em muitos casos não ocorreu). Com o passar do tempo muitas dessas pastagens degradaram-se irrecuperavelmente, por não se ter experiência da gramínea adequada, e, principalmente, por se ter ilusão sobre a fertilidade da terra. E assim, hoje, em várias áreas da Amazônia, onde havia uma luxuriante mata virgem, há uma pobre vegetação secundária, abandonada ou suportando esquiladas cabeças de gado.

Tantos erros, tantos fracassos – os vários planos de recuperação da borracha, as grandes plantações como Fordlândia, Belterra – já levou muitos a se perguntarem se a Amazônia não seria a “terre des promesses non tenues”² de que fala um especialista francês, ou “o meio hostil onde o homem, anulado pela natureza e enervado pelo clima excessivo e sem mudanças, será quando muito o ator secundário de um drama que o excede”³. Opiniões como essas são tão exageradas como as opostas que consideram a Amazônia, se não o “celeiro da humanidade”, pelo menos o “futuro centro propulsor do desenvolvimento nacional”. O Embaixador Luiz Orlando Gélío, um estudioso da região, em 1978 tinha a seguinte visão realista: “A Amazônia pode e deve ser desde agora o campo de ação de um processo de desenvolvimento cuidadoso e seletivo, respeitoso, do equilíbrio ecológico e atento à localização de cada uma das subregiões deste gigantesco território, muito mais heterogêneo do que se costuma imaginar. Este processo deverá ser um complemento, um suporte... ao desenvolvimento das outras regiões de nossos países, os que compartilham a Amazônia continental, com as quais cabe integrar sem mais demora o complexo amazônico, a fim de acelerar o atingimento dos objetivos de progresso e bem estar de nossos povos”⁴.

Não se pode, apesar dos equívocos cometidos, deixar de reconhecer que as últimas décadas foram o período em que mais houve esforço para desenvolver a região e integrá-la na economia do país. Praticamente estagnada depois de 1912, quando começou a fase descendente do curto e fosforescente ciclo da borracha, a Amazônia parecia ter voltado definitivamente à apatia e à decadência de outras épocas. Sua economia

2. Guy Martinière, “Frontières Coloniales”, in *Cahiers des Amériques Latines*, n° 18. p. 165.

3. Luiz Orlando Gélío, “La Experiencia Amazonica del Brazil”, conferência pronunciada em Lima, em 1977, p. 3.

4. *Ibidem*, p. 4.

se reduzia a alguma atividade extrativa, à pesca e à garimpagem no leito dos rios.

Primeiro foi Brasília, inaugurada em 1960, que significou, afinal, a interiorização do progresso, a conquista do sertão. Com Brasília se propuseram, agora com muito mais proximidade, as conquistas do cerrado e da floresta, necessárias para que o Brasil se transforme numa nação desenvolvida. Em 1966 foi criada a SUDAM, para substituir, em bases fortalecidas, a já decadente SPVEA. Os projetos da SUDAM e outros mecanismos financeiros criados posteriormente como o “Poloamazônia” foram os grandes responsáveis, para o bem ou para o mal, pela ocupação recente da Amazônia, através principalmente da formação de grandes fazendas de criação de gado.

A Zona Franca de Manaus, coordenada pela SUFRAMA, estabelecida, em 1967, transformou radicalmente esta cidade e influenciou todo o Estado (representa hoje 31% da economia do Amazonas); a Hidrelétrica de Tucuruí, projetada para ser a terceira maior do mundo, inaugurada em 1984, e o Complexo Mineral de Carajás, que contém a maior reserva de ferro do universo, são exemplos suficientes para mostrar o elevado nível de atividade econômica atingido pela Amazônia brasileira e para entrever suas possibilidades futuras.

Detenhamo-nos um instante apenas na rede rodoviária e nos projetos “de colonização”. Com a Belém-Brasília unia-se, por terra, pela primeira vez, principal núcleo da Amazônia com os pólos de desenvolvimento do Sudeste. Ligada Brasília a Cuiabá e esta diretamente aos Estados de São Paulo e do Paraná, estavam abertos os eixos que levariam o progresso do Sudoeste rumo ao Oeste (até Porto Velho) e rumo ao Norte, (até Santarém). Com a ligação Porto Velho-Manaus, o centro geográfico da região passava finalmente a articular-se com o resto do Brasil. O que os rios não conseguiram em séculos, as rodovias fizeram em poucos anos: integraram a Amazônia no Brasil.

Projetos de colonização do Governo (INCRA) ou de empresas privadas assentaram centenas de milhares de pequenos agricultores em zonas pioneiras. Rondônia foi um caso especial, pelo número excepcional de pequenos agricultores assentados pelo INCRA em sete projetos concebidos entre 1970 e 1975, numa área total de 2,7 milhões de hectares. A penetração do então território começou com a abertura da estrada Cuiabá-Porto Velho na década de sessenta e se acentuou intensamente com o asfaltamento da rodovia em 1981 e com a construção de muitas estradas vicinais. Estas duas últimas ações foram tomadas no âmbito do projeto “Polonoroeste”, financiado em sua terça parte pelo Banco Mundial. Foi a primeira vez que se tentou dar um conteúdo ecológico ao desenvolvimento da Amazônia, pensando-se em estimular a silvicultura racional e o plantio de espécies arbóreas, como o cacau e o café, e em preservar as terras indígenas. Sem sucesso, entretanto, pois – para dar um só dado – a área desmatada de Rondônia, que era de 3% em 1980, passou a ser de 24% em 1988.

A essa emigração organizada soma-se a espontânea, de agricultores, sim, mas também de garimpeiros e aventureiros para várias outras áreas, principalmente as servidas pelas novas estradas. Este último movimento agravou os conflitos sobre a propriedade da terra, numa região onde ainda impera o caos fundiário. Os resultados do censo de 1980 bem mostram como foi intensa a ocupação dessas novas fronteiras populacionais do Brasil: das dez zonas urbanas que mais cresceram no Brasil, na década de 70, quatro estão em Mato Grosso, cinco em Rondônia.

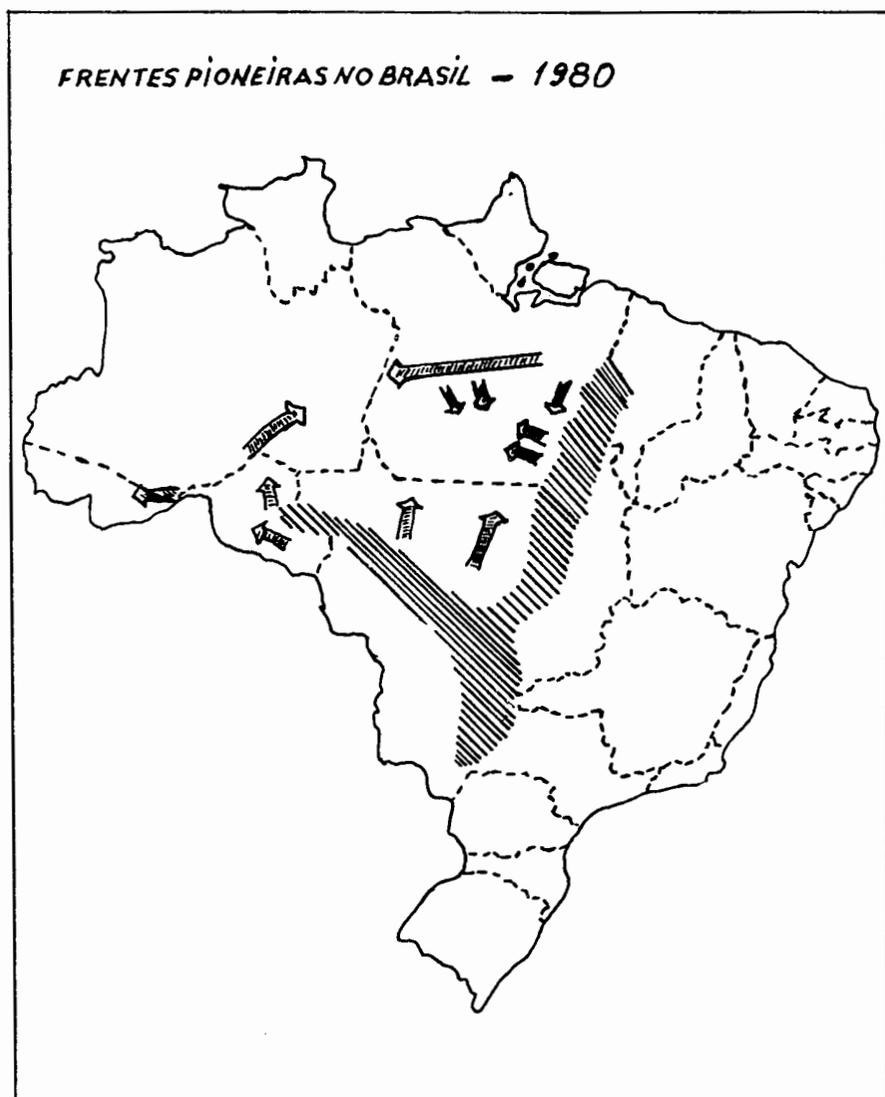
No final da década de oitenta, um tema, já presente muito antes em certos setores da sociedade mas não nítido como política de governo, emerge com violência, principalmente no mundo desenvolvido: a ecologia. E uma região, justa ou injustamente, passa a ser o principal foco das atenções mundiais: a Amazônia. Como diz ironicamente Luiz Orlando Gélío: “Nossos irmãos das nações mais desenvolvidas, depois de haver contaminado seus rios, seus lagos e sua atmosfera para alcançar o progresso de que hoje desfrutam e de continuar contaminando nossos mares, desejam preservar a Amazônia como garantia de seu bem estar futuro”⁵.

Muitos erros e exageros têm sido divulgados sobre os efeitos da devastação da floresta. Sabe-se hoje que não é correta a teoria de que a Amazônia teria um papel importante na preservação da porcentagem de oxigênio da atmosfera: o que produz de dia é praticamente absorvido de noite. Sabe-se também que é irrelevante o dano ao clima universal provocado pela retração da cobertura vegetal: o prejuízo seria da região e do país. Danos globais são, sim, provocados pelos países ricos, com sua utilização maciça quer de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão mineral (que produzem dióxido de carbono, causador do aquecimento da terra pelo “efeito estufa”), quer, de agentes químicos, como os “CFCs” (usados em refrigeração e em aerossóis, que lesam a camada de ozônio da atmosfera).

Na verdade, há uma realidade extremamente preocupante sob nossos olhos. Não sem razão, pois, no país também, parte ponderável da opinião pública começa a se inquietar com a destruição da última grande floresta tropical do planeta e a pôr em dúvida o modelo de desenvolvimento regional arquitetado pelo Governo, baseado principalmente nos incentivos fiscais a investimentos privados e nas grandes obras públicas. Não há dúvida de que o processo de destruição da mata pela queimada, que é o habitual, tanto nos projetos de colonização, como nos projetos agropecuários da SUDAM, causa danos irreparáveis a um ecossistema muito especial além de acarretar produção de dióxido de carbono (5% do total mundial, informam alguns especialistas). Além disso, a finalidade da queimada é, na grande maioria dos casos, a for-

5. *Ibidem*, p. 4.

MAPA 14



As frentes pioneiras grosso modo coincidem com os eixos rodoviários e as áreas de maior desmatamento, p. 78.

mação de pastagens para a bovinocultura. Dennis J. Mahar, consultor do Banco Mundial e especialista da Amazônia, calcula que a atividade pecuária é responsável “por dois terços do desmatamento da região”⁶. Ora, sabe-se hoje, depois de estudos técnicos respeitáveis, que a criação de gado em terras anteriormente cobertas por florestas, do ponto de vista econômico só é rentável se houver estímulos fiscais ao investimento inicial, ou créditos subsidiados à produção; e, do ponto de vista ambiental, é, para a Amazônia, “a pior... dentre todas as alternativas concebíveis”⁷.

No Governo Sarney já se começou a reconhecer a inconveniência dos desmatamentos, feitos a partir da década de 70, que reduziram de cerca de 10% a cobertura arbórea: “a forma de ocupação que vem sendo feita é inadmissível”⁸, diz abertamente pela primeira vez em 1989 o Ministro encarregado da área. E se começaram a tomar medidas para interromper o processo de destruição da floresta, principalmente através da suspensão do incentivo fiscal (suporte econômico indispensável para a grande maioria dos projetos) e da exigência de um relatório do impacto ecológico para cada novo projeto público ou privado a ser aprovado (se requerido anteriormente, poucos teriam sido executados).

O Governo Collor mudou mais ainda a atitude das autoridades sobre o meio ambiente em geral e a Amazônia em particular. O que era visto como ingerência descabida das organizações ecológicas não governamentais (as moderadas é evidente), passou a ser política de governo: a ordem é preservar tanto quanto possível os ecossistemas vegetais existentes no país. Isso não quer dizer que se tenha modificado imediatamente a atitude dos agentes que destroem a floresta (empresas agro-pecuárias, fazendeiros, posseiros, pequenos agricultores, garimpeiros) tanto porque é difícil alterar uma mentalidade de séculos, quanto porque o governo não tem meios para fiscalizar o cumprimento rigoroso de suas diretrizes. Mas a filosofia mudou e a prática mudará, com o tempo... desde que o Brasil retome o caminho do desenvolvimento. No seu primeiro pronunciamento nas Nações Unidas, o Presidente Collor deixa patente que não existe mais o sentimento defensivo com relação ao meio ambiente: “Estamos enfrentando com energia os problemas ecológicos brasileiros. Apesar de sérias dificuldades econômicas, de graves problemas sociais, de enorme extensão de nosso território, o governo e a sociedade já realizam no campo ambiental um esforço que não fica a dever ao de outros países. Enquanto cresce entre nós a vigilância ecológica, caminhamos para o zoneamento do país, em especial na região amazônica, para delimitar, de forma científica, as

6. Dennis J. Mahar, “As Políticas Governamentais e o Desmatamento da Região Amazônica”, in *Amazonia Aedeus*, p. 91.

7. *Ibidem*, p. 90.

8. Rubem Bayma Denys. “O Programa Nossa Natureza”, conferência pronunciada em Brasília, p. 4 (circ. post. do Itamaraty nº 9.492), 1989.

grandes áreas que devem ser integralmente preservadas e as que deverão servir, em diferentes graus e sob rigorosa disciplina, ao desenvolvimento econômico”⁹.

Na verdade é muito difícil a tarefa de coordenar o desenvolvimento com a preservação ecológica na Amazônia. A construção de estradas e represas, a abertura de fazendas, a criação de cidades, medidas que provocaram, no passado, o progresso de outras regiões, como São Paulo, podem ser consideradas como lesivas ao meio ambiente. E com boa dose de razão, pois, como explicam os especialistas, o ecossistema da floresta tropical húmida, riquíssimo em espécies vegetais e animais, é fácil e irrecuperavelmente lesado porque é auto sustentável (produz boa parte do que consome) e se assenta em terras de qualidade inferior (as grandes árvores, em outras regiões padrões de terra boa, são aqui indicações ilusórias). A idéia de se estabelecer um rigoroso zoneamento, para identificar a vocação de cada sub-região não é a panacéia que curará todos os males amazônicos, mas é básica para se tentar o desenvolvimento respeitoso do meio ambiente. Só assim se poderá delimitar as áreas propícias à agricultura, (as melhores terras), à pecuária (os campos e cerrados), ao extrativismo (borracha e castanhas do Pará, entre outros produtos) que não destrói a cobertura vegetal; e, principalmente, as grandes áreas absolutamente intocáveis, que se converterão em florestas nacionais, reservas indígenas ou estações ecológicas, onde só um turismo muito seletivo poderia talvez ser admitido.

Em resumo, razões não faltam para, passada a euforia do desenvolvimento a qualquer custo da década de 70, passado o período da tomada de consciência, mas de insuficiente ação da década de 80, reconhecer-se os erros do passado e se encontrar um novo modelo de ocupação da Amazônia: “Um modelo baseado na ordenação, na exploração racional e orientada, na máxima preservação do meio ambiente...”¹⁰. Será isso possível? É o desenvolvimento do país quem dirá. No fundo do problema, a poluição ambiental se confunde com a miséria... Se o Brasil conseguir atingir certo nível de desenvolvimento econômico, a floresta poderá em grande parte ser preservada, inclusive porque haverá uma forte opinião pública a isso favorável; se não, ninguém impedirá que seja aos poucos destruída pelas correntes migratórias carentes de terras e de tudo o mais.

Motivações do Tratado

Várias foram as razões que levaram o Governo brasileiro a propor, no começo de 1977, aos demais países amazônicos, a assinatura de

9. Fernando Collor, Discurso de Abertura da XLV Sessão das Nações Unidas, 1990.

10. Rubem Bayma Denys, discurso cit., p. 2.

um pacto que favorecesse o desenvolvimento e a integração da Amazônia. Uma das principais foi o nível elevado de atividade econômica que, no momento, caracterizava a Amazônia brasileira e pôs em evidência a necessidade de se procurar o progresso harmônico da Amazônia continental. As redes viárias nacionais, para dar um só exemplo, precisam ser articuladas com as dos Estados confrontantes.

Embora estivesse havendo uma nítida liderança brasileira na ocupação da Amazônia, outros países da região também procuravam desenvolver sua zona de floresta, em todos os casos situada a margem dos polos dinâmicos de suas economias. A Venezuela, por exemplo, estava construindo a represa do Guri, a segunda maior do mundo depois de Itaipu; petróleo havia sido descoberto na Amazônia peruana e equatoriana; a região de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, lindeira com Rondônia, progredia muito mais rapidamente do que os centros tradicionais andinos, como La Paz e Potosi; grandes projetos de industrializações do alumínio surgiam no Suriname e na Guiana.

O Embaixador Rubens Ricúpero, em conferência feita na Câmara dos Deputados, em 1977, isto é, antes da assinatura do acordo, examina os fatos internacionais que lhes pareciam justificar a proposta que o Brasil acabava de fazer aos seus vizinhos amazônicos, para que se unissem por meio de um acordo multilateral. Passa em revista os acordos recentemente assinados pelo Brasil com cada um dos parceiros regionais e demonstra não só a densificação das relações bilaterais, mas também a mudança qualitativa destas. Os vínculos entre as nações amazônicas, que sempre foram basicamente políticos e protocolares, tendiam a ganhar conteúdo econômico, com as novas facilidades rodoviárias e as possibilidades de trocas comerciais que o desenvolvimento econômico propiciava.

Outro argumento em favor de um acordo regional seria sua contribuição para separar os dois elementos do título da obra clássica de Arthur Cesar Ferreira Reis, *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. O vazio populacional da imensa área sempre ofereceu perigo – na verdade nunca claramente provado – para os setores “nacionalistas” da opinião pública. O acordo contribuiria para afastar as tentativas estrangeiras, reais ou irreais, isoladas ou multilaterais, de exercer alguma espécie de controle na região, das quais o projeto do “Instituto Internacional da Hiléia Amazônica”, patrocinado pela UNESCO, em 1948, e o projeto de criação de grandes lagos artificiais idealizado por Herman Kahn, do “Hudson Institute” dos Estados Unidos da América, são os exemplos mais recentes. “Liquida-se assim o fantasma da internacionalização pela única via correta que é a regionalização, já que a bacia não cabe inteira dentro da soberania de um só país, nem mesmo do Brasil”.¹¹

11. Rubens Ricúpero, “A Cooperação Regional na Amazônia”, conf. pronunciada na Câmara dos Deputados, em 1977, p. 11.

A iniciativa da UNESCO na verdade teve origem nas idéias generosas e internacionalistas do então Embaixador brasileiro junto à organização, Paulo Berredo Carneiro, que pretendia que a tecnologia e a cultura dos países mais desenvolvidos fossem colocadas a serviço da região. O acordo criando o instituto chegou a ser assinado, numa reunião realizada em Iquitos, da qual participaram além do Brasil, a Bolívia, a Colômbia e o Equador, entre os países amazônicos, e mais a França, a Itália e os Países Baixos, mas não foi ratificado pela maioria dos países, devido à controvérsia que seu texto provocou no Brasil, onde vozes influentes do Congresso e das Forças Armadas levantaram-se contra o que lhes parecia sério risco de internacionalização da área. Já o projeto do Professor Kahn, que, com mais uma série de grandes lagos artificiais pretendia facilitar o transporte e a geração de energia regionais, era mais uma elocubração de intelectuais do que uma solução prática, baseada em estudos no terreno: pouco mais que uma idéia, muito menos que um projeto detalhado de construção. Mas de qualquer forma serviu para estimular o nervo nacionalista brasileiro, muito sensível quando se trata da Amazônia.

Sem dúvida, motivaram também as negociações a importância mundial que o tema “ecologia” já estava adquirindo na década de 70. Campanhas conservacionistas do exterior tiveram repercussão interna, muitos tendo sido os artigos e os livros escritos no Brasil sobre a ocupação predatória da Amazônia. Ora, um acordo regional que desse ênfase a aspectos conservacionistas, além de ajudar a coibir os descabidos cometidos, poderia unir os Governos dos países amazônicos na resistência a pressões externas e na defesa das decisões nacionais para a região. Na realidade é difícil encontrar documento internacional da década de 70 que dê maior ênfase à preservação do meio ambiente do que o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA).

Outro motivo para se celebrar um acordo entre países amazônicos é a tendência existente na América Latina em se fazer acordos de integração. “O Tratado Amazônico ocupa espaço até então desaproveitado pelos esforços latino-americanos de cooperação multilateral e cumpre valioso papel de complementação em relação a esses esforços”¹², como disse o então Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro. Na verdade, houve certa dificuldade inicial para convencer alguns países (a Venezuela, em especial) de que o TCA entrava numa área virgem da cooperação regional e de forma alguma conflitava com o Pacto Andino, ao qual pertencem seis dos oito membros signatários. Em outras palavras, que o TCA visava basicamente à integração física – estradas, navegação fluvial, problemas comuns de preservação da fauna, da flora, da população indígenas – não à integração econômica, que tem como temas típicos as tarifas alfandegárias e a coordenação de políticas industriais. Para não haver dúvida sobre os diferentes objetivos, no próprio texto do

12. Ramiro Saraiva Guerreiro. “1 Reunião de Chanceleres dos países do Tratado de Cooperação Amazônica”, in *Resenha de Política Externa do Brasil*, nº 27, 1980, p. 27.

tratado há um artigo que explicita o fato: “Artigo XIX. Nem a celebração do presente tratado, nem sua execução terão algum efeito sobre quaisquer outros tratados ou atos internacionais vigentes entre as partes”.

Finalmente pode ser incluído entre os diversos fatos que justificariam a assinatura de um pacto amazônico a tendência universal de se negociarem acordos abrangendo as bacias hidrográficas de soberania compartilhada: as bacias dos rios Reno e Danúbio na Europa, do Mekong na Ásia e do Níger na África são objeto de alguma forma de tratado de cooperação multilateral; no nosso continente, lembre-se o precedente do Tratado da Bacia do Prata, de 1958.

Análise e Crítica

O Tratado de Cooperação Amazônica foi assinado em 3 de julho de 1978 e entrou em vigor em 3 de agosto de 1980, quando a Venezuela, último país signatário a fazê-lo, depositou seu instrumento de ratificação na Chancelaria brasileira. Na classificação dos tratados, pertence à categoria “acordo-quadro”, isto é, aquele que dá os parâmetros gerais da cooperação, mas que necessita de ajustes complementares para ter efeitos práticos.

A leitura de seus vinte e oito artigos não deixa dúvidas sobre seus objetivos fundamentais: o desenvolvimento econômico da região, respeito das características ecológicas locais, e a cooperação entre os países amazônicos para dar harmonia ao processo de ocupação racional da área. Ricúpero, em conferência de 1979, vê o acordo estruturado em torno de cinco temas fundamentais: “1) a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia; 2) a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos nacionais e a conseqüente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado; 3) a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos; 4) o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica; 5) a absoluta igualdade entre os parceiros”¹³.

Comentemos brevemente essas “vigas mestras”¹⁴ do acordo. A competência exclusiva dos países amazônicos significa que não será permitida a interferência não solicitada ou não autorizada de países estranhos à área. É um princípio *erga omnes* que defende a região de intervenções externas: “Amazonia for the Amazonians”¹⁵, como formula um comentarista norte-americano. Além de reservar a área para os pa-

13. Rubens Ricúpero, “O Tratado de Cooperação Amazônica”, in *Revista de Informação Legislativa*, nº 21, 1984, p. 186

14. *Ibidem*, p. 186

15. Georges D. Landau, “The Treaty of Amazonian Cooperation: A Bold New Instrument for Development” in *Georgia Journal of International and Comparative Law*, vol. 10 1980 p. 191.

ses membros, o acordo confirma à cada parte contratante a soberania absoluta sobre a “sua” Amazônia: “Dentro das zonas nacionais – explica Ricúpero – a Amazônia seguirá sendo de exclusiva responsabilidade do governo de cada país”¹⁶. A cooperação regional é o terceiro princípio estrutural e representa a necessária ligação entre a competência regional e a soberania nacional. O enfoque cooperativo é explícito em vários artigos do acordo, o que é compreensivo, já que uma das razões básicas de sua existência é estimular o intercâmbio regional. Daí porque onze (I, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XIV, XV e XVII) dos vinte e oito artigos do tratado trazem, sob palavras diferentes, a idéia de cooperação entre os países membros.

O quarto princípio dá grande atualidade ao tratado, pois introduz nos diplomas multilaterais latino-americanos o tema do meio-ambiente. O tratado busca a harmonia (difícil) entre desenvolvimento e ecologia, de maneira extremamente louvável, na opinião do “*Brazilianist*” da Universidade da Geórgia, Georges G. Landau: “In advancing the cause of conservation and equating it with economic growth... the eight South American parties to the TAC have carried the concept of development to a higher plan of international responsibility”¹⁷. A última vigia mestra do tratado cuida da igualdade jurídica dos parceiros: as decisões só podem ser tomadas por unanimidade. Esse artigo elimina a hipótese de hegemonia de qualquer uma das partes. Não é, por exemplo, porque o Brasil tem 60% da Amazônia continental que suas soluções teriam prioridade sobre aquelas propostas por outra parte contratante.

A estrutura institucional do tratado é a seguinte: o órgão supremo é a Reunião de Ministros das Relações Exteriores (RMRE), convocada ordinariamente a cada dois anos e, extraordinariamente, por uma das partes, com o apoio de pelo menos quatro outras; o órgão que zela permanentemente pelo cumprimento dos objetivos do tratado é o Conselho de Cooperação Amazônica (CCA), integrado por representantes diplomáticos dos países membros; o órgão que administra o dia a dia do acordo é uma Secretaria *pro-tempore* que funciona, por rotação, no país onde se realizará a próxima reunião do CCA. Fora esses três mecanismos, há em cada país membro uma Comissão Nacional Permanente (CNP) encarregada de aplicar, no âmbito interno, as decisões adotadas pela RMRE e pelo CCA.

Para o tratamento de problemas específicos poderão se constituir Comissões Especiais, como as quatro criadas na primeira RMRE, com as finalidades de estabelecer um programa de cooperação técnica em desenvolvimento regional; favorecer a cooperação em ciência e tecnologia adaptadas à Amazônia; criar um planejamento comum para obras

16. Rubens Ricúpero, “O Tratado de Cooperação Amazônica” *Revista de Informação Legislativa*, nº 21, 1984, p. 187

17. Georges D. Landau, op. cit., p. 477

de infraestrutura; e estudar a formação de um fundo de pré-investimentos. Mais recentemente a importância crescente do tema meio ambiente indicou a necessidade de se criar outra Comissão Especial a ele dedicada. Finalmente, cabe lembrar que o texto do acordo identifica como áreas prioritárias de ação conjunta a sanitária (VIII), a fronteiriça (XII), e a turística (XIII).

O Tratado de Cooperação Amazônica é pouco exigente quanto às obrigações que cria para os Estados-membros e tem uma estrutura administrativa muito leve, nem chegando a ter um Secretariado permanente. Ambas características se tornam evidentes ao compararmos o acordo, por exemplo, com o Pacto Andino que tantas obrigações estabelece e que tem um Secretariado de centenas de funcionários. Há quem veja nesses “flimsy structural arrangements”¹⁸, um empecilho ao atingimento dos objetivos do acordo. Não seria ele, pensam outros críticos, mais do que “uma carta de meras intenções”¹⁹ ou, pior ainda, “um gesto da diplomacia brasileira destinado a desarmar os espíritos”²⁰, num momento em que o país estava interessado em ter apoios no continente, pelas dificuldades então existentes com a Argentina, sobre o aproveitamento energético do Rio da Prata. Na verdade a estrutura leve do acordo, não restringe necessariamente sua atuação. A forma para ele delineada, propositalmente a de um “acordo-quadro”, apenas define a moldura institucional, onde se encaixarão futuros ajustes entre as partes, quer bilaterais, quer multilaterais. Concebido numa época em que havia compreensível reação contra a burocracia internacional, limitou-se a instituir um mecanismo de contactos, um “locus” favorável à negociação.

Além disso há um outro fato a explicar porque os países membros preferiram não criar uma Secretaria permanente. Dificilmente essa Secretaria poderia ser eficaz se fosse instalada fora do Brasil, tanto pela parte que o país controla da Amazônia continental, quanto pelo fato de que então era nítida a liderança brasileira na implementação de projetos de desenvolvimento regional; se sediada no Brasil, tenderia a dar um peso muito grande à participação brasileira, o que não era do interesse de ninguém e talvez até afetasse a regra de unanimidade do tratado. Afinal é preciso não esquecer que o acordo foi aceito pelos parceiros amazônicos, depois que ficou claro que não confrontava com outros acordos regionais e que nada tinha em comum com os antigos problemas de fronteira, resolvidos no passado pela regra do “uti possidetis”. Certo temor de que o Brasil poderia se aproveitar das circunstâncias para ganhos territoriais — totalmente infundado para os observadores

18. *Ibidem*, p. 472

19. Maria de Nazaré Oliveira Imbira, “Experiências Nacionais em Desenvolvimento Amazônico e a Cooperação Amazônica”, Belém, 1984, p. 13.

20. José Estanislau do Amaral Souza Neto, “O Tratado de Cooperação Amazônica”, in *Ensaio de História Diplomática do Brasil (1930-1986)*, Cadernos do IPRI, nº 2, p. 172.

realistas – existia na imaginação de um ou outro analista, como bem lembra, Nancy Ostrander: “the fear of losing territory because it is under populated is real and shared by all countries in the basin. As a result, at least in part, Brazilian activity in the Amazon has always caused uneasiness, as it raises the possibility of encroachment on territory claimed by other amazonian nations”²¹. À criatividade dos críticos, não há limites...

De um modo geral, entretanto, o acordo foi muito bem visto por especialistas dos países da bacia amazônica e de outras regiões. Georges G. Landau, por exemplo, o considera um documento notável porque: “(i) it revitalizes the faltering process of Latin American economic integration... (ii) it brings about a long overdue convergence between the Andean group, on the one hand, and Brazil, on the other, thus overcoming what had been for many years a somewhat strained political relationship; (iii) recognizing that untrammelled economic growth must... be balanced with ecological conservation, it institutionalizes the concept of internationally enforceable environmental protection... and (iv) it provides the legal foundation for the harmonious development.”²²

O certo é que o T.C.A. institui um mecanismo propício à cooperação amazônica e pode favorecer o desenvolvimento com a máxima preservação do meio ambiente. Ele será o que as partes quiserem ou puderem. Sua potencialidade política, por exemplo, ficou clara na reunião presidencial realizada em Manaus, em 1989, na qual se adotou uma única diretriz ecológica regional e se consertou uma política de resistência a pressões exteriores descabidas, então bastante intensas. Infelizmente assinado num tempo em que a crise econômica atingia indiscriminadamente todos os países da área, não trouxe ainda os resultados desejados, do ponto de vista do desenvolvimento da Amazônia.

21. Nancy Ostrander, “The Amazon Pact. Long Range Development Planning Within an Ecosystem”, estudo apresentado na 23ª Sessão do “Foreign Service Institute”, 1989-1991.

22. Georges D. Landau, *op. cit.*, p. 471

Bibliografia Básica

- ABRANCHES, Carlos Alberto Dunshee de. *Rio Branco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, 1945, 2. v.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial, 1500-1800 e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília Editora Universidade de Brasília, 1963, 402 p.
- _____. *O Descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil: a Fronteira com o Paraguai*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- ADONIAS, Isa. *A Cartografia da Região Amazônica: 1500-1691*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1963, 2. v.
- _____. *Jaime Cortesão e Seus Mapas*. Rio de Janeiro, 1984, 43 p.
- _____. *O Acervo de Documentos do Barão da Ponte Ribeiro*, Rio de Janeiro, 1984, 91 p.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena História da Formação Social Brasileira*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981, 728 p.
- _____. "Formação Territorial do Brasil". In *Curso de Conhecimento e Informação sobre Cartografia*. Brasília, MRE, 1968. v. 3.
- ALMEIDA, Luis Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os limites Meridionais do Brasil*. Vol. I, Coimbra, 1957, 2. v.
- ANDRADE S, Francisco. *Demarcación de Las Fronteras de Colombia*. Bogotá, Ediciones Lerner, 1965.
- ARROYO, Leonardo. *Relação do Rio Tietê*. São Paulo, Editora Obelisco, 1965, 62 p.
- BARRENECHEA, Raúl Porras & RENYA, Alberto Wagner de. *Historia de los Límites del Peru*. Lima, Editorial Universitaria, 1981, 200 p., il.
- BATH, Sergio. *Cinco Tratados Históricos (1494-1895)*. Brasília, Instituto Rio Branco, 1980.

- BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a Nova Fronteira de Recursos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, 233, p.
- BELAUNDE, Victor Andrés. *Bolívar y el Pensamiento Político de la Revolución Hispanoamericana*. Lima, Talleres Gráficos, 1977, 400 p.
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954): Síntese de Sessenta e Cinco Anos de Vida Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964, 426 p.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia, um Pouco-Antes e Além Depois*. Ed. Umberto Calderaro, 1977, 841 p.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Direito Internacional Público*. Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1939.
- BEVILAQUA, Clóvis e AZEVEDO, Thaumaturgo de. *Relações Exteriores*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.
- BOXER, C. R. *A Idade do Ouro do Brasil: Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s. d., 334 p.
- . *The Portuguese Seaborne Empire*. New York, Alfred A. Knopf, 1969, 366 p.
- BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil-Geral e Regional: Amazônia*. São Paulo, Cultrix, 1966.
- BURNS, E. Bradford. *The Unwritten Alliance; Rio-Branco and Brazilian American Relations*. New York, Columbia University Press, 1966, 305 p.
- CALMON, Pedro, *História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1951, 5 v.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, 3 v.
- CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História de Santana do Parnaíba*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971, 372 p.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 2 v.
- CARDOZO, Efraim. *El Imperio del Brazil y el Rio de la Plata*. Librería del Plata, Buenos Aires, 1961.
- CARNAXIDE, Antonio de Souza Pedroso, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina: Economia e Política Externa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, 313 p.
- CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. Lisboa, Guimarães & Cia Editores, 1980, 288 p.
- CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. São Paulo, Record, 1968, 415 p.

- _____. *O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes*. Rio de Janeiro, Colégio Pedro II, 1982, 63 p., il.
- CARVAJAL, Gaspar de; ROJAS, Alonso de & ACUNA, Cristobal de. *Descobrimiento do Rio das Amazonas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941, 294 p.
- CARVALHO, Delgado de. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, 409 p.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, 254 p.
- CHAVES, Emir Omar. *Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Bedeschi, 1943, 219 p.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez & BELLOTO, Manoel Lelo. *A América Latina de Colonização Espanhola. Antologia de Textos Históricos*. São Paulo, Hucitec, 1979, 264 p.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s.d, 8 v.
- _____. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco.
- _____. *Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil*. MEC, s.d., 454 p.
- _____. *Introdução à História das Bandeiras*. Lisboa, Portugalia editora, 1964.
- COSTA, Craveiro. *A Conquista do Deserto Ocidental*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974, 213 p.
- CRULS, L. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, v. 1.
- CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido: Reunião dos Ensaios Amazônicos*. Petrópolis, Vozes, 1976, 327 p.
- _____. *Contraste e Confrontos: com o Estudo Crítico do Dr. Araripe Júnior*. Rio de Janeiro, Record, s.d. 255 p.
- _____. *Peru versus Bolívia*. São Paulo, Cultrix, s.d.
- CUSICANQUI, Jorge Escobani. *História Diplomática de Bolívia*. La Paz, Universidade Boliviana, 1978.
- D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1975, 206 p.
- DAVIDSON, David M. "How the Brazilian West Was Won: Freelance & State on the Mato Grosso Frontier, 1737-1752", in *Colonial Roots of Modern Brazil*. 1973, pp. 59/106.
- DAY, Alan J. *Border and Territorial Disputes*. Longman, 1982, 333 p.

- DIEGUEZ JUNIOR, Manoel. *Ocupação Humana e Definição Territorial do Brasil*. Conselho Federal de Cultura, 1971, 182 p.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O Bandeirantismo Paulista e o Recuo do Meridiano*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d., 321 p.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783, 1792*. Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1971.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: Apogeu e Declínio do Presidencialismo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973. 2 v., il.
- FRANCO, Carvalho. *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*. 312 p.
 ———. *Dicionário de Bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- FREITAS, Amadeu Fagundes de Oliveira. *Geopolítica Bandeirante*. Porto Alegre, 1975
- FRIEDERICI, Georg. *Caráter da Descoberta e Conquista da América pelos Europeus*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1967
- GANDIA, Enrique de. *Las Misiones Jesuíticas y los Bandeirantes Paulistas*. Editorial "La Facultad", Buenos Aires, 1936.
- GELIO, Luiz Orlando C. "La Experiência Amazônica del Brasil", Conferência, Lima, s. ed., 1978, 47 p.
- GEORGESCU-PIPUA, Constantino e Paul, *Los Ríos de la Integración Suramericana*. Univesidad Simón Bolívar, Caracas, 1984.
- GUICHONNET, Paul. *Geographie des Frontières*. Imprimerie des Presses Universitaires de France, France, 1974, 133
- GOYCOCHÊA Castilhos. *Fronteiras e Fronteiros*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943, 298
- HANDELMAN, Henrich. *História do Brasil*. São Paulo, INL, 1978. 2 v.
- HEMMING, John. *Red Gold; the Conquest of the Brazilian Indians*. New York, Macmillan, 1978.
- HENNESSY, Alistair. *The Frontier in Latin America History*. Albuquerque, University of New Mexico Press, 137
- HERMES, J. S. da Fonseca e outro. *Limites do Brasil*. Florianópolis, 1940, 135 p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977, 360
 ———. *Monções*. São Paulo, Alfa-Ômega 1976, 136 p.
 ———. *O Extremo Oeste*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, 172 p.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de & FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 10. v.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Caio Prado Junior*. São Paulo, Ática, 1982.
- IRELAND, Gordon. *Boundaries, Possessions, and Conflicts in South America*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1938, 328 p.
- JORGE, A. G. de Araújo. *Ensaio de História e Crítica*. Rio de Janeiro, Serviço de Publicações do Instituto Rio Branco, 1916, 235 p.
- . *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, 211 p.
- KONING, Hans. *Columbus: His Enterprise*. Monthly Review Press, New York and London.
- LAFER, Celso & PEÑA, Félix. *Argentina e Brasil no Sistema das Relações Internacionais*. São Paulo, Livraria, Duas Cidades, 1973, 126 p.
- LAPRADELLE, A. G. de et POLITIS, N. “L’Arbitrage Anglo-Brésilien de 1904”, in *Revue de Droit Public et de la Science Politique*. Paris, 12 e Année, Tome XXII, nº 2, 195.
- LEVILLIER, Roberto. *America La Bien Llamada*. Guillermo Kraft Ltda, Buenos Aires, Vols I e II.
- LIMA, Nestor dos Santos. *La Imagem del Brasil en las Cartas de Bolívar*. Brasília, Banco do Brasil, 1978, 67 p.
- LIMA, Oliveira. *Memórias*. São Paulo, J. Olympio, 1937.
- LINS, Alvaro. *Rio-Branco*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1945, 2. v
- MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980, 247 p.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1978, 348 p.
- MAGNAGHI, Alberto. *Amerigo Vespucci*. Frotilli Treves di Roma, 1926.
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazônia: Uma Análise das Políticas Governamentais*. Brasília, IPEA, s.d.
- . “As Políticas Governamentais, e o Desmatamento da Região Amazônica do Brasil”, in *Amazônia Adeus*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- MÁRQUEZ, Luiz Arranz. *Diário de Bordo*. 1987, Madrid.

- MATTOS, Carlos de Meira. *Uma Geopolítica Pan-Amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980, 215 p.
- MEGGERS, Betty J. *América Pré-Histórica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 242 p., il.
- MELLATI, Julio César. *Índios do Brasil*. Brasília, Coordenação da Editora de Brasília, 1970, 208 p.
- MELO, Rubens Ferreira de. *Textos de História Diplomática: 1815 a 1949*. Rio de Janeiro, 1950.
- MENDONÇA, Renato. *Fronteira em Marcha*. Livraria São José, Rio de Janeiro, 1956.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Editora Hucitec, São Paulo, 1984.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editora, 1985.
- MORISON, Samuel Eliot. *The European Discovery of America The Southern Voyages A.D. 1492-1616*. Oxford University Press, New York, 1974.
- NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1941.
- NÓBREGA, Mello. *História do Rio Tietê*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1981, 245 p.
- NUÑEZ, Estuardo. *El Brasil Visto por Viajeros Peruanos*. Lima, Centro de Estudios Brasileños, 1981, 92 p., il.
- OLIVEIRA, Imbiriba Maria de Nazaré. *Experiências Nacionais em Desenvolvimento Amazônico e a Cooperação Amazônica*. Belém, 1984, 99 p.
- PANDOLFO, Clara. *A Amazônia Brasileira e suas Potencialidades*. Belém, SUDAM, 1979, 74 p., il.
- PEREIRA, Moacyr Soares. *A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*. Rio de Janeiro, ASA Artes Gráficas, 1984, 231 p.
- PERES, Damião. *História dos Descobrimentos Portugueses*. Portucalense Editora, Porto, 1943.
- POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1961, 502 p.
- PRADO, Paulo. *Província e Nação: Paulística, Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1972, 240 p.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros Estudos*. s. l., Brasiliense, 1963, 264 p.
- . *Formação de Brasil Contemporâneo; Colônia*. s.l., Brasiliense, 1963, 390 p.
- QUESADA, Vicente G. *História Diplomática Latino-Americana: La Política Imperialista del Brasil y las Questiones de Límites de las*

- Repúblicas Sudamericanas*. Buenos Aires, Talleres Gráficos, 1920, v. 3.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Manaus, Edições Governo do Estado do Amazonas, 1966, 309 p.
- _____. *A Formação Espiritual da Amazônia*. Rio de Janeiro, EDIGRAF, 1964, 18 p.
- _____. *A Amazônia que os Portugueses Revelaram*. s. l., s.d.
- _____. *Aspectos da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, 273 p.
- _____. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1974, 2.v.
- _____. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. Editora Civilização Brasileira, 1982.
- REZEK, José Francisco. *Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, 1842-1845*. Brasília, Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 1978, v. 1.
- _____. *Direito Internacional Público*. São Paulo, Editora Saraiva, 1989, 407 p.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: A Influência da "Bandeira" na Formação Social e Política do Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1970, 2 v.
- _____. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1954.
- RIO-BRANCO, Barão do. *Obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro Imprensa Nacional, 1974. 8 v.
- RIO-BRANCO, Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio Branco*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1942.
- RICÚPERO, Rubens. *O Tratado de Cooperação Amazônica*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979, 8 p.
- _____. *A Cooperação Regional no Amazônia*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1977, 16 p.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e Reforma do Brasil: Um desafio Histórico-Cultural*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 271 p.
- _____. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, 2 v.
- _____. *História da História do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, s.d., 2 v.
- _____. *História Combatente*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, 407 p.

- SÁNCHEZ, Aquiles E. Lopes. *Venezuela Geopolítica*. s.n.t., 400 p.
- SANTIAGO, Sanz Luis. *La Cuestion de Misiones*. Buenos Aires, Libreria Editorial Ciencias Economicas, 1957, 94 p.
- SCHILLING, Paulo R. *O Expansionismo Brasileiro: a Geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamaraty*. São Paulo, Global Editora, 1981, 288 p.
- SERAPHICO, Luiz. *Os Caminhos do Brasil*. São Paulo, Editora Previdenciário, 1978, 84 p., il.
- SILVA, Jorge de Carvalho e. *Política Externa*. Brasília, UNB, 1972, 18 p.
- SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro, Livreria José Olympio Editora, 1938, 239 p.
- SOARES, Teixeira. *História da Formação das Fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1972, 300 p.
- SOUZA, José Antonio Soares de. *Um Diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1952, 1v.
- SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense: do Colonialismo ao Neocolonialismo*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978, 217 p.
- SOUZA, T.O. Marcondes de. *Amerigo Vespucci e suas Viagens*. São Paulo, 1949.
- SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil*. Melhoramentos, Brasília, INL, 1977.
- TAQUES, Pedro. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Geneológica*. São Paulo, Editora USP, 1980.
- TAUNAY, Affonso de E. *Guia do Museu Republicano "Convenção de Itú"*. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1946, 73 p.
- . *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, 3 v.
- TOCANTINS, Leandro. *Amazônia-Natureza, Homem e Tempo: Uma Planificação Ecológica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1982, 177 p.
- . *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 2 v.
- TRAVASSOS, Mario. *Aspectos Geográficos Sul-Americanos; Ensaios*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1933, 116 p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil: Antes de sua Separação e Independência de Portugal*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, 5 v.

